



RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO  
DO PPA 2012-2015 • ANO 2015 • (VOLUME II)

GOVERNO DA BAHIA

Governo da Bahia

**RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO  
DA EXECUÇÃO DO PPA 2012 – 2015**  
Ano 2015

Volume II

Salvador, 2016

**Governo do Estado da Bahia**

*Copyright* Secretaria do Planejamento

Relatório Anual de Avaliação da Execução do PPA 2012-2015

Superintendência de Monitoramento e Avaliação

**RUI COSTA**  
Governo do Estado da Bahia

**JOÃO FELIPE DE SOUZA LEÃO**  
Secretaria do Planejamento – SEPLAN

**CLAUDIO RAMOS PEIXOTO**  
Chefia de Gabinete – SEPLAN

**MARIA LÚCIA CUNHA DE CARVALHO**  
Superintendência de Monitoramento e Avaliação – SMA

**CRISTINA XAVIER FERREIRA**  
**MARIA APARECIDA FORTES DE ALMEIDA PRESÍDIO**  
Coordenação Técnica

**JAMILLE SANTOS DOS SANTOS LIMA**  
Coordenação do Relatório

Equipe Técnica SMA  
**ALEXANDRE JUNQUEIRA**  
**ANTONIO LEOPOLDO MEIRA**  
**LENALDO AZEVEDO DOS SANTOS**

Apoio  
**GERALDO ABBEHUSEN**  
Diretoria Geral

**MAURÍCIO XAVIER**  
Ascom

**Assessores de Planejamento e Gestão – APG das Secretarias**

Ronald de Arantes Lobato - CASA CIVIL/GAB GOV  
Wilson Moreira Cardoso - SAEB  
Valéria Barreto Peruna - SDE  
Marcela Alvarez Moura Costa Andrade - SJDHDS  
Edson Valadares - SDR  
Luiz Geraldo Teles Freire Junior - SEAGRI  
Jackson Cerqueira - SEAP  
José Augusto Rios Bastos - SEC  
Luis Alberto Teixeira Melo - SECOM  
Maria de Fátima Silveira Ferreira - SECTI  
Daniel Uchoa Peixoto - SECULT  
José Adelson Mattos Ramos - SEDUR  
André Luis Santos Cordeiro de Almeida - SEFAZ  
Adriano Souza de Oliveira - SEINFRA  
Rômulo de Souza Cravo - SEMA  
Dilma Santana de Jesus - SEPLAN  
Maria Aparecida dos Santos - SEPROMI  
Osias Ernesto Lopes - SERIN  
Waldelio Almeida de Oliveira - SESAB  
Renan Oliveira de Araújo - SETRE  
Isabella Paim Andrade - SETUR  
Ninon Fonseca F. da Silva - SIHS  
Yolanda de Souza Checcucci - SPM  
Silvana Salomão Góes Fontes - SSP  
Hilda Cunha Khan - PGE

Secretaria do Planejamento – SEPLAN

Avenida Luiz Viana Filho, 2ª Avenida, 250 - Centro Administrativo da Bahia. Cep 41746-900 - Salvador-Bahia-Brasil  
Tel.: (71) 3115-3674 - Fax: (71) 3115-3528 - <http://www.seplan.ba.gov.br>

**GOVERNO DA BAHIA**

RUI COSTA  
Governador do Estado da Bahia

JOÃO FELIPE DE SOUZA LEÃO  
Vice-Governador

BRUNO DAUSTER  
Secretário da Casa Civil

JOÃO FELIPE DE SOUZA LEÃO  
Secretário do Planejamento

EDELVINO DA SILVA GÓES FILHO  
Secretário da Administração

JOÃO VITOR DE CASTRO LINO BONFIM  
PAULO FRANCISCO DE CARVALHO CÂMERA  
Secretário da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura

MANOEL GOMES DE MENDONÇA NETO  
Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação

ANTÔNIO JORGE PORTUGAL  
Secretário de Cultura

JERÔNIMO RODRIGUES SOUZA  
Secretário de Desenvolvimento Rural

CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA  
Secretário de Desenvolvimento Urbano

OSVALDO BARRETO FILHO  
Secretário da Educação

MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO  
Secretário da Fazenda

JORGE FONTES HEREDA  
JAMES SILVA SANTOS CORREIA  
Secretário Desenvolvimento Econômico



MARCUS BENÍCIO FOLTZ CAVALCANTI  
Secretário de Infraestrutura

JOSÉ GERALDO DOS REIS SANTOS  
Secretário de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social

EUGÊNIO SPENGLER  
Secretário do Meio Ambiente

VERA LÚCIA DA CRUZ BARBOSA  
Secretário de Promoção da Igualdade Racial

JOSIAS GOMES DA SILVA  
Secretário de Relações Institucionais

CÁSSIO RAMOS PEIXOTO  
Secretário de Infraestrutura Hídrica e Saneamento

FÁBIO VILAS-BOAS PINTO  
Secretário da Saúde

MAURÍCIO TELES BARBOSA  
Secretário da Segurança Pública

JOSÉ ÁLVARO FONSECA GOMES  
Secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte

NELSON VICENTE PORTELA PELLEGRINO  
Secretário de Turismo

ANDRÉ NASCIMENTO CURVELLO  
Secretário de Comunicação Social

MARIA OLIVIA SANTANA  
Secretária de Políticas para as Mulheres

NESTOR DUARTE GUIMARÃES NETO  
Secretário de Administração Penitenciária e Ressocialização

CÍCERO MONTEIRO  
Chefe do Gabinete do Governador

PAULO MORENO CARVALHO  
Procurador Geral do Estado

Cel. PM CARLOS AUGUSTO GOMES SOUZA E SILVA  
Chefe da Casa Militar do Governador

# Sumário

## VOLUME I

**Apresentação** . . . . . 7

**Capítulo 1** – Desempenho do PPPA por Eixo Estruturantes,  
Áreas Temáticas e Programas . . . . . 9

**Capítulo 2** - Desempenho dos Programas : Execução Física do Exercício de 2015 (Eixos I) . . . . . 15

## VOLUME II

**Capítulo 2** - Desempenho dos Programas : Execução Física do Exercício de 2015 (Eixo II e III) . . . . . 645

**Capítulo 3** – Distribuição das Fontes de Recursos por Programas . . . . . 771

**Capítulo 4** – Indicadores do PPA 2012-2015 : Evolução . . . . . 789

**Anexo 1** – Distribuição dos Municípios por Território de Identidade e Mapa dos Territórios . . . . . 877







**Eixo Estruturante II**  
Desenvolvimento  
Sustentável e  
Infraestrutura para  
o Desenvolvimento





# Introdução

Conforme assinalado no PPA 2012–2015, nas décadas recentes, o processo de desenvolvimento socioeconômico na Bahia caracterizou-se por forte concentração econômica, setorial e espacial, e uma dependência crescente da política de incentivos fiscais para garantir a atração de investimentos. Esse modelo resultou na formação de algumas ilhas de prosperidade, sobretudo na Região Metropolitana de Salvador – RMS e em alguns Territórios nas fronteiras estaduais como Extremo Sul, Oeste e São Francisco.

O semiárido, região que abriga quase a metade da população da Bahia, pouco se beneficiou da expansão desses polos econômicos. Além disso, não houve um processo de integração dinâmica entre essas regiões em decorrência de uma infraestrutura logística não competitiva por déficit de integração, sucateamento ou obsolescência.

Esse cenário conferiu prioridade absoluta, por parte do Governo da Bahia, à integração territorial. Foram intensificadas ações para consolidar e modernizar os equipamentos de infraestrutura e logística do estado, como o Porto Sul e a Ferrovia de Integração Oeste-Leste, bem como a recuperação da malha rodoviária e também a viabilização de novos investimentos em plataformas logísticas, portos, aeroportos e na hidrovia do São Francisco. Todos esses projetos estão sendo desenvolvidos em parceria com o Governo Federal e o setor privado.

Além dos investimentos em logística integrada, o desenvolvimento conta com fomento à atração de novos investimentos melhor distribuídos territorialmente em setores e segmentos que vão da mineração à produção de energia eólica, da indústria química à produção de alimentos e também pelo apoio, por meio de políticas específicas, ao bom desempenho das atividades de construção civil, comércio e serviços estratégicos.

Ressalte-se, ainda, a continuidade de investimentos em infraestrutura anteriormente empreendidos, com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento 2 – PAC/2, em 2011, mobilizando recursos nas áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos. Nesse sentido, destacam-se os investimentos em mobilidade urbana, tendo como marcos a Copa do Mundo 2014 e as Olimpíadas que acontecerão em 2016.

As ações desse Eixo estão organizadas em dez áreas temáticas: Infraestrutura Logística e de Telecomunicações; Energia; Ciência e Tecnologia; Economia Verde; Meio Ambiente; Desenvolvimento Urbano e Cidades Sustentáveis; Turismo; Cultura e Desenvolvimento; Cadeias Produtivas do Agronegócio e Indústria; Mineração e Serviços Estratégicos.

São 18 programas, representando um investimento da ordem de R\$ 1,72 bilhão, valor que corresponde a 12% dos recursos orçamentários disponíveis para 2015.

Incorporando um conceito mais amplo e avançado em relação ao tradicional crescimento econômico, o Governo ampliou as ações do Credibahia, fazendo-se presente em 176 municípios do estado, com 178 postos de atendimento nos 27 Territórios de Identidade.

No quadriênio 2012–2015, foram investidos R\$7,3 bilhões pelo Governo do Estado (sem neste montante incorporar os vultosos investimentos do Governo Federal). Ocorreu um acréscimo de 5% em relação ao programado no PPA. Com a crise fiscal que o país vem passando, a Bahia não ficou imune e mobilizou-se no enfrentamento a uma redução dos investimentos em 2015, em relação aos anos anteriores.

As áreas temáticas Infraestrutura Logística e de Telecomunicações e Desenvolvimento Urbano – Cidades Sustentáveis obtiveram participações de 33% e 30%, respectivamente.



Eixo Estruturante:	Desenvolvimento Sustentável e Infraestrutura para o Desenvolvimento											
Area Temática:	Indústria, Mineração e Serviços Estratégicos											
Programa:	Indústria e Mineração							Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)				
								Orçado Inicial	Orçado Atual		Liquidado	
								143.535.000,00	200.209.997,00		60.347.375,07	
Tipo:	Finalístico				Órgão(s) Participante(s):		SEFAZ; SDE					
Ementa:	Desenvolver ações para atração de novos investimentos e para o fortalecimento dos setores semiestruturados e estruturados da indústria e mineração baianos											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015							
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados	
Compromisso:	Desenvolver o setor mineral com a identificação de novas reservas e atração de empreendimentos na área de mineração e metalurgia, potencializando o desenvolvimento social e econômico do Estado											
Órgão Responsável:	SDE			Órgão(s) Participante(s): SDE								
Bacia do Jacuípe												
Implantação de unidade mineral apoiada	un	-	-	-	2,0	0,0	0,0	0,0	2,0	0,0	0,0	
Pólo implantado	un	2,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Pólo industrial implantado	un	-	1,0	0,0	-	-	-	-	-	-	-	
Bacia do Paramirim												
Implantação de unidade mineral apoiada	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-	
Bacia do Rio Grande												
Implantação de unidade mineral apoiada	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	

\* Quantidade calculada pelo Fiplan; quando não há registro de informação.

Programa: Indústria e Mineração					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					143.535.000,00		200.209.997,00		60.347.375,07		
Tipo: Finalístico				Órgão(s) Participante(s): SEFAZ; SDE							
Ementa: Desenvolver ações para atração de novos investimentos e para o fortalecimento dos setores semiestruturados e estruturados da indústria e mineração baianos											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Baixo Sul											
Apoio a obra de infraestrutura realizada	km	-	-	-	11,0	0,0	0,0	0,0	1,0	10,0	0,0
Obra de infraestrutura executada	km	2,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obra de infraestrutura viária executada	km	-	6,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Unidade mineral apoiada	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Chapada Diamantina											
Pesquisa mineral realizada	un	2,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estado											
Apoio a empreendimento mineral realizado	un	-	-	-	4,0	4,0	-	-	-	-	-
Apoio a evento realizado	un	-	-	-	7,0	0,0	0,0	0,0	0,0	7,0	0,0
Arranjo produtivo local implantado	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Estudo em mineração realizado	un	-	3,0	-	-	-	-	-	-	-	-

## ANEXO AO PROGRAMA: Indústria e Mineração



Programa: Indústria e Mineração					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					143.535.000,00		200.209.997,00		60.347.375,07		
Tipo: Finalístico				Órgão(s) Participante(s): SEFAZ; SDE							
Ementa: Desenvolver ações para atração de novos investimentos e para o fortalecimento dos setores semiestruturados e estruturados da indústria e mineração baianos											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Estudo geocientífico realizado	un	-	-	2,0	-	-	-	-	-	-	-
Estudo realizado	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estudo/pesquisa realizado	un	-	-	-	2,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Evento de capacitação realizado	un	-	-	-	2,0	2,0	-	-	-	-	-
Evento de mineração realizado	un	-	13,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Evento mineral apoiado	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação em evento realizada	un	-	-	-	7,0	2,0	2,0	0,0	1,0	2,0	0,0
Pesquisa mineral realizada	un	-	-	-	10,0	0,0	0,0	0,0	2,0	8,0	0,0
Profissional capacitado	un	142,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Profissional de mineração capacitado	un	-	284,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Unidade de produção e exploração mineral apoiada	un	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Unidade de produção mineral apoiada	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0



Programa: Indústria e Mineração					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					143.535.000,00		200.209.997,00		60.347.375,07		
Tipo: Finalístico				Órgão(s) Participante(s): SEFAZ; SDE							
Ementa: Desenvolver ações para atração de novos investimentos e para o fortalecimento dos setores semiestruturados e estruturados da indústria e mineração baianos											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Extremo Sul											
Obra de infraestrutura executada	km	53,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obra de infraestrutura viária executada	km	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Irecê											
Implantação de unidade mineral apoiada	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Obra de infraestrutura viária executada	km	-	12,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa mineral realizada	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Litoral Norte e Agreste Baiano											
Apoio a obra de infraestrutura realizada	km	-	-	-	17,0	0,0	0,0	0,0	12,0	5,0	0,0
Médio Rio de Contas											
Implantação de unidade mineral apoiada	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-

## ANEXO AO PROGRAMA: Indústria e Mineração



Programa: Indústria e Mineração					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					143.535.000,00		200.209.997,00		60.347.375,07		
Tipo: Finalístico				Órgão(s) Participante(s): SEFAZ; SDE							
Ementa: Desenvolver ações para atração de novos investimentos e para o fortalecimento dos setores semiestruturados e estruturados da indústria e mineração baianos											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Médio Sudoeste da Bahia											
Unidade mineral apoiada	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Metropolitano de Salvador											
Acervo da litoteca preservado	un	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Acervo preservado	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arranjo produtivo local implantado	un	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Direito minerário controlado	un	1.050,0	-	-	800,0	0,0	0,0	0,0	0,0	800,0	0,0
Empreendimento regularizado	un	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Estudo em mineração realizado	un	-	-	5,0	-	-	-	-	-	-	-
Estudo geocientífico realizado	un	4,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Evento de mineração realizado	un	-	-	9,0	-	-	-	-	-	-	-
Evento mineral realizado	un	7,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Evento realizado	un	3,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Programa: Indústria e Mineração					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					143.535.000,00		200.209.997,00		60.347.375,07		
Tipo: Finalístico				Órgão(s) Participante(s): SEFAZ; SDE							
Ementa: Desenvolver ações para atração de novos investimentos e para o fortalecimento dos setores semiestruturados e estruturados da indústria e mineração baianos											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Exposição geológica realizada	un	-	2,0	7,0	-	-	-	-	-	-	-
Exposição realizada	un	11,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Implantação de unidade mineral apoiada	un	-	-	-	6,0	6,0	-	-	-	-	-
Museu geológico reformado	un	-	1,0	2,0	-	-	-	-	-	-	-
Museu geológico requalificado	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Obra de infraestrutura executada	km	2,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Oportunidade de investimento mineral promovido	un	-	5,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa mineral realizada	un	3,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Profissional de mineração capacitado	un	-	-	333,0	-	-	-	-	-	-	-
Sistema de informação em funcionamento	un	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Sistema de informação geológica em funcionamento	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Unidade de produção e exploração mineral apoiada	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-



## ANEXO AO PROGRAMA: Indústria e Mineração



Programa: Indústria e Mineração						Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)					
						Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado	
						143.535.000,00		200.209.997,00		60.347.375,07	
Tipo: Finalístico				Órgão(s) Participante(s): SEFAZ; SDE							
Ementa: Desenvolver ações para atração de novos investimentos e para o fortalecimento dos setores semiestruturados e estruturados da indústria e mineração baianos											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Unidade mineral apoiada	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piemonte do Paraguaçu											
Centro de evento em funcionamento	un	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Evento mineral realizado	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa mineral realizada	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piemonte Norte do Itapicuru											
Evento realizado	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Implantação de unidade mineral apoiada	un	-	-	-	2,0	0,0	0,0	0,0	1,0	1,0	0,0
Obra de infraestrutura executada	km	49,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obra de infraestrutura viária executada	km	-	43,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Unidade mineral apoiada	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Programa: Indústria e Mineração					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					143.535.000,00		200.209.997,00		60.347.375,07		
Tipo: Finalístico				Órgão(s) Participante(s): SEFAZ; SDE							
Ementa: Desenvolver ações para atração de novos investimentos e para o fortalecimento dos setores semiestruturados e estruturados da indústria e mineração baianos											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Sertão do São Francisco											
Pesquisa mineral realizada	un	2,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sertão Produtivo											
Apoio a obra de infraestrutura realizada	km	-	-	-	23,0	0,0	0,0	0,0	3,6	19,4	0,0
Arranjo produtivo local implantado	un	2,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa mineral realizada	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sisal											
Implantação de unidade mineral apoiada	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0
Unidade mineral apoiada	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vale do Jiquiricá											
Pesquisa mineral realizada	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Programa: Indústria e Mineração					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					143.535.000,00		200.209.997,00		60.347.375,07		
Tipo: Finalístico				Órgão(s) Participante(s): SEFAZ; SDE							
Ementa: Desenvolver ações para atração de novos investimentos e para o fortalecimento dos setores semiestruturados e estruturados da indústria e mineração baianos											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Vitória da Conquista											
Apoio a obra de infraestrutura realizada	km	-	-	-	4,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,0	0,0
Obra de infraestrutura viária executada	km	-	2,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Compromisso: Desenvolver ações para atração de novos investimentos para o Estado											
Órgão Responsável: SDE		Órgão(s) Participante(s): SDE									
Bacia do Jacuípe											
Serviço realizado	un	2,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bacia do Rio Grande											
Distrito industrial conservado	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Estado											
Ação de promoção de potencialidades industriais realizada	un	-	30,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Estudo realizado	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-



Programa: Indústria e Mineração					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					143.535.000,00		200.209.997,00		60.347.375,07		
Tipo: Finalístico				Órgão(s) Participante(s): SEFAZ; SDE							
Ementa: Desenvolver ações para atração de novos investimentos e para o fortalecimento dos setores semiestruturados e estruturados da indústria e mineração baianos											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Estudo/pesquisa realizado	un	-	-	-	9,0	0,0	0,0	0,0	0,0	9,0	0,0
Participação em evento realizada	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Política de atração de investimento desenvolvida	un	-	30,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Política desenvolvida	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sistema georreferenciado implementado	un	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Extremo Sul											
Cadeia produtiva apoiada	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obra de infraestrutura realizada	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviço realizado	un	80,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Irecê											
Serviço realizado	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-

## ANEXO AO PROGRAMA: Indústria e Mineração



Programa: Indústria e Mineração					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					143.535.000,00		200.209.997,00		60.347.375,07		
Tipo: Finalístico				Órgão(s) Participante(s): SEFAZ; SDE							
Ementa: Desenvolver ações para atração de novos investimentos e para o fortalecimento dos setores semiestruturados e estruturados da indústria e mineração baianos											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Litoral Norte e Agreste Baiano											
Obra de infraestrutura realizada	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviço realizado	un	6,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Litoral Sul											
Distrito industrial conservado	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Obra de infraestrutura realizada	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Médio Rio de Contas											
Galpão construído	un	5,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Política de atração de investimento desenvolvida	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Serviço realizado	un	98,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Médio Sudoeste da Bahia											
Galpão industrial construído	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-

Programa: Indústria e Mineração					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					143.535.000,00		200.209.997,00		60.347.375,07		
Tipo: Finalístico				Órgão(s) Participante(s): SEFAZ; SDE							
Ementa: Desenvolver ações para atração de novos investimentos e para o fortalecimento dos setores semiestruturados e estruturados da indústria e mineração baianos											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Serviço realizado	un	5,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Metropolitano de Salvador											
Ação de promoção de potencialidades industriais realizada	un	-	-	8,0	-	-	-	-	-	-	-
Apoio técnico realizado	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0
Arranjo produtivo local apoiado	un	-	3,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Distrito industrial conservado	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Estudo em indústria realizado	un	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Galpão construído	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obra de infraestrutura realizada	un	-	3,0	2,0	-	-	-	-	-	-	-
Política de atração de investimento desenvolvida	un	-	-	16,0	-	-	-	-	-	-	-
Serviço de apoio a obras realizado	un	-	35,0	3,0	-	-	-	-	-	-	-
Serviço realizado	un	90,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-

## ANEXO AO PROGRAMA: Indústria e Mineração



Programa: Indústria e Mineração					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					143.535.000,00		200.209.997,00		60.347.375,07		
Tipo: Finalístico				Órgão(s) Participante(s): SEFAZ; SDE							
Ementa: Desenvolver ações para atração de novos investimentos e para o fortalecimento dos setores semiestruturados e estruturados da indústria e mineração baianos											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Sistema integrado implantado	un	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Piemonte do Paraguaçu											
Galpão industrial construído	un	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Serviço realizado	un	23,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Portal do Sertão											
Distrito industrial ampliado	un	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Distrito industrial conservado	un	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Distrito industrial implantado	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obra de infraestrutura realizada	un	-	-	-	2,0	2,0	-	-	-	-	-
Recôncavo											
Obra de infraestrutura realizada	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Serviço realizado	un	14,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Programa: Indústria e Mineração					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					143.535.000,00		200.209.997,00		60.347.375,07		
Tipo: Finalístico				Órgão(s) Participante(s): SEFAZ; SDE							
Ementa: Desenvolver ações para atração de novos investimentos e para o fortalecimento dos setores semiestruturados e estruturados da indústria e mineração baianos											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Semiárido Nordeste II											
Serviço realizado	un	2,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sertão do São Francisco											
Serviço realizado	un	4,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sertão Produtivo											
Cadeia produtiva apoiada	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sisal											
Cadeia produtiva apoiada	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviço realizado	un	29,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vitória da Conquista											
Obra de infraestrutura realizada	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviço realizado	un	47,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-



ANEXO AO PROGRAMA: Indústria e Mineração



Programa: Indústria e Mineração					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					143.535.000,00		200.209.997,00		60.347.375,07		
Tipo: Finalístico				Órgão(s) Participante(s): SEFAZ; SDE							
Ementa: Desenvolver ações para atração de novos investimentos e para o fortalecimento dos setores semiestruturados e estruturados da indústria e mineração baianos											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Compromisso: Disponibilizar linhas de financiamento destinadas a apoiar empresas industriais, contribuindo para o fortalecimento das atividades do setor industrial											
Órgão Responsável: SEFAZ		Órgão(s) Participante(s): SEFAZ									
Estado											
Linha de financiamento disponibilizada	un	-	3,0	15,0	11,0	0,0	0,0	0,0	1,0	10,0	0,0

Programa: Comércio e Serviços Estratégicos					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					297.896.000,00		334.975.960,00		111.309.680,10		
Tipo: Finalístico				Órgão(s) Participante(s): SEFAZ; SDE							
Ementa: Desenvolver ações para atração de novos investimentos para o Estado e para o fortalecimento dos setores semiestruturados do comércio e de serviços estratégicos											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Compromisso: Possibilitar o acesso da população de baixa renda a produtos e serviços de qualidade, a preços mínimos											
Órgão Responsável: SDE		Órgão(s) Participante(s): SDE									
Estado											
Modelo de logística elaborado	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Órgão público modernizado	un	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Unidade de comercialização eficientizada	un	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Unidade de comercialização reformada	un	-	61,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Litoral Sul											
Unidade operacional reformada	un	-	-	-	10,0	10,0	-	-	-	-	-
Metropolitano de Salvador											
Unidade de comercialização eficientizada	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Unidade modernizada	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-

## ANEXO AO PROGRAMA: Comércio e Serviços Estratégicos



Programa: Comércio e Serviços Estratégicos					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					297.896.000,00		334.975.960,00		111.309.680,10		
Tipo: Finalístico				Órgão(s) Participante(s): SEFAZ; SDE							
Ementa: Desenvolver ações para atração de novos investimentos para o Estado e para o fortalecimento dos setores semiestruturados do comércio e de serviços estratégicos											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Unidade operacional reformada	un	-	-	-	12,0	12,0	-	-	-	-	-
Piemonte Norte do Itapicuru											
Unidade operacional reformada	un	-	-	-	10,0	10,0	-	-	-	-	-
Portal do Sertão											
Unidade operacional reformada	un	-	-	-	11,0	11,0	-	-	-	-	-
Vale do Jiquiricá											
Unidade operacional reformada	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Vitória da Conquista											
Unidade operacional reformada	un	-	-	-	10,0	10,0	-	-	-	-	-
Compromisso: Estimular e apoiar o desenvolvimento do setor de serviços, objetivando sua estruturação e consequente ampliação da capacidade de geração de riqueza											
Órgão Responsável: SICM			Órgão(s) Participante(s): SDE								
Bacia do Jacuípe											

Programa: Comércio e Serviços Estratégicos					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					297.896.000,00		334.975.960,00		111.309.680,10		
Tipo: Finalístico				Órgão(s) Participante(s): SEFAZ; SDE							
Ementa: Desenvolver ações para atração de novos investimentos para o Estado e para o fortalecimento dos setores semiestruturados do comércio e de serviços estratégicos											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Evento de negócio promovido	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Bacia do Rio Grande											
Evento de negócio promovido	un	-	-	2,0	-	-	-	-	-	-	-
Estado											
Estudo elaborado	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Evento de negócio promovido	un	-	4,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Metropolitano de Salvador											
Evento apoiado	un	-	-	-	7,0	0,0	0,0	0,0	0,0	7,0	0,0
Evento de negócio promovido	un	-	-	3,0	-	-	-	-	-	-	-
Inovação/desenvolvimento tecnológico apoiado	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Programa apoiado	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Compromisso: Fiscalizar a qualidade dos bens de consumo final, assegurando a confiabilidade dos produtos adquiridos e utilizados pela população baiana											
Órgão Responsável: SDE		Órgão(s) Participante(s): SDE									

## ANEXO AO PROGRAMA: Comércio e Serviços Estratégicos



Programa: Comércio e Serviços Estratégicos					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					297.896.000,00		334.975.960,00		111.309.680,10		
Tipo: Finalístico				Órgão(s) Participante(s): SEFAZ; SDE							
Ementa: Desenvolver ações para atração de novos investimentos para o Estado e para o fortalecimento dos setores semiestruturados do comércio e de serviços estratégicos											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Estado											
Certificado de conformidade emitido	un	7.719,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Consumidor atendido	un	-	3.565,0	3.624,0	-	-	-	-	-	-	-
Instrumento metrológico verificado	un	-	188.218,0	201.756,0	-	-	-	-	-	-	-
Pessoa atendida	un	3.865,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Verificação de conformidade realizada	un	-	-	-	243.949,0	0,0	64.271,0	0,0	0,0	179.678,0	0,0
Verificação metrológica realizada	un	-	-	-	8.458,0	0,0	193,0	0,0	0,0	8.265,0	0,0
Metropolitano de Salvador											
Ibmetro itinerante em funcionamento	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Compromisso: Promover o acesso de pequenos produtores e de organizações públicas e privadas do Estado aos serviços de avaliação da conformidade de produtos, processos e serviços											
Órgão Responsável: SDE		Órgão(s) Participante(s): SDE									



Programa: Comércio e Serviços Estratégicos					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					297.896.000,00		334.975.960,00		111.309.680,10		
Tipo: Finalístico				Órgão(s) Participante(s): SEFAZ; SDE							
Ementa: Desenvolver ações para atração de novos investimentos para o Estado e para o fortalecimento dos setores semiestruturados do comércio e de serviços estratégicos											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Estado											
Certificado de conformidade emitido	un	57,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Metropolitano de Salvador											
Avaliação da conformidade realizada	un	-	-	-	2.000,0	0,0	1.991,0	0,0	0,0	9,0	0,0
Certificado de conformidade emitido	un	-	-	9,0	-	-	-	-	-	-	-
Compromisso: Qualificar as compras públicas do Governo mediante avaliação de conformidade a requisitos especificados											
Órgão Responsável: SICM			Órgão(s) Participante(s):								
Metropolitano de Salvador											
Certificado de conformidade emitido	un	-	602,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Compromisso: Implantar a Rede Nacional de Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas Redesim, objetivando reduzir prazos e custos											
Órgão Responsável: SDE			Órgão(s) Participante(s): SDE								

## ANEXO AO PROGRAMA: Comércio e Serviços Estratégicos



Programa: Comércio e Serviços Estratégicos					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					297.896.000,00		334.975.960,00		111.309.680,10		
Tipo: Finalístico				Órgão(s) Participante(s): SEFAZ; SDE							
Ementa: Desenvolver ações para atração de novos investimentos para o Estado e para o fortalecimento dos setores semiestruturados do comércio e de serviços estratégicos											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Estado											
Evento de capacitação realizado	un	-	-	-	900,0	900,0	-	-	-	-	-
Município com Redesim implantada	un	-	2,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoa capacitada	un	-	1.323,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Rede implantada	un	19,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sistema implantado	un	-	-	-	115,0	115,0	-	-	-	-	-
Litoral Sul											
Sistema implantado	un	-	-	-	3,0	3,0	-	-	-	-	-
Metropolitano de Salvador											
Pessoa capacitada	un	600,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Compromisso: Disponibilizar linhas de financiamento destinadas a apoiar empresas comerciais e de serviços, contribuindo para o fortalecimento das atividades do setor comercial e de serviços											
Órgão Responsável: SEFAZ		Órgão(s) Participante(s): SEFAZ									

Programa: Comércio e Serviços Estratégicos					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					297.896.000,00		334.975.960,00		111.309.680,10		
Tipo: Finalístico				Órgão(s) Participante(s): SEFAZ; SDE							
Ementa: Desenvolver ações para atração de novos investimentos para o Estado e para o fortalecimento dos setores semiestruturados do comércio e de serviços estratégicos											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Estado											
Linha de financiamento disponibilizada	un	-	10,0	23,0	13,0	0,0	0,0	0,0	3,0	10,0	0,0
Compromisso: Desenvolver ações para dinamizar o comércio exterior visando ampliar a participação da Bahia no mercado exportador aumentando o PIB Estadual											
Órgão Responsável: SDE			Órgão(s) Participante(s):								
Estado											
Empresa apoiada	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estudo elaborado	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Evento promovido	un	-	6,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Metropolitano de Salvador											
Evento promovido	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-

\* Quantidade calculada pelo Fiplan; quando não há registro de informação.

## ANEXO AO PROGRAMA: Microempresa e Empresas de Pequeno Porte



Programa: Microempresa e Empresas de Pequeno Porte					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					46.480.000,00		16.504.269,00		9.899.890,45		
Tipo: Finalístico				Órgão(s) Participante(s): SAEB; SDE; SEFAZ							
Ementa: Desenvolver ações de fomento às microempresas e empresas de pequeno porte em setores semiestruturados ou estruturados da indústria, comércio, serviço e mineração do Estado											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Compromisso:		Aumentar a competitividade das micros, pequenas e médias empresas dos Arranjos Produtivos Locais, permitindo uma maior participação nos mercados regional, nacional e internacional, nos respectivos segmentos									
Órgão Responsável:		SDE			Órgão(s) Participante(s):						
Estado											
Plano de negócio implantado	un	30,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itaparica											
Projeto de arranjo produtivo local implantado	un	-	0,0	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Metropolitano de Salvador											
Plano de negócio implantado	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Projeto de arranjo produtivo local implantado	un	-	1,0	0,0	-	-	-	-	-	-	-
Sertão do São Francisco											
Plano de negócio implantado	un	-	-	5,0	-	-	-	-	-	-	-

Programa: Microempresa e Empresas de Pequeno Porte					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					46.480.000,00		16.504.269,00		9.899.890,45		
Tipo: Finalístico				Órgão(s) Participante(s): SAEB; SDE; SEFAZ							
Ementa: Desenvolver ações de fomento às microempresas e empresas de pequeno porte em setores semiestruturados ou estruturados da indústria, comércio, serviço e mineração do Estado											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Sisal											
Projeto de arranjo produtivo local implantado	un	-	1,0	3,0	-	-	-	-	-	-	-
Compromisso: Qualificar empreendedores individuais e empresários de micro e pequenas empresas, a fim de desenvolvê-los para uma gestão mais profissional de seus empreendimentos											
Órgão Responsável: SETRE		Órgão(s) Participante(s):									
Estado											
Empreendedor capacitado	un	347,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Compromisso: Incentivar e apoiar projetos de empreendedorismo											
Órgão Responsável: SEC		Órgão(s) Participante(s):									
Litoral Sul											
Projeto de empreendedorismo em desenvolvimento	un	-	1,0	4,0	-	-	-	-	-	-	-
Compromisso: Fortalecer o segmento das microempresas e empresas de pequeno porte para aumentar a competitividade, reduzir a informalidade, gerar novos empregos e facilitar o acesso ao crédito e a novos mercados											
Órgão Responsável: SDE		Órgão(s) Participante(s): SDE									



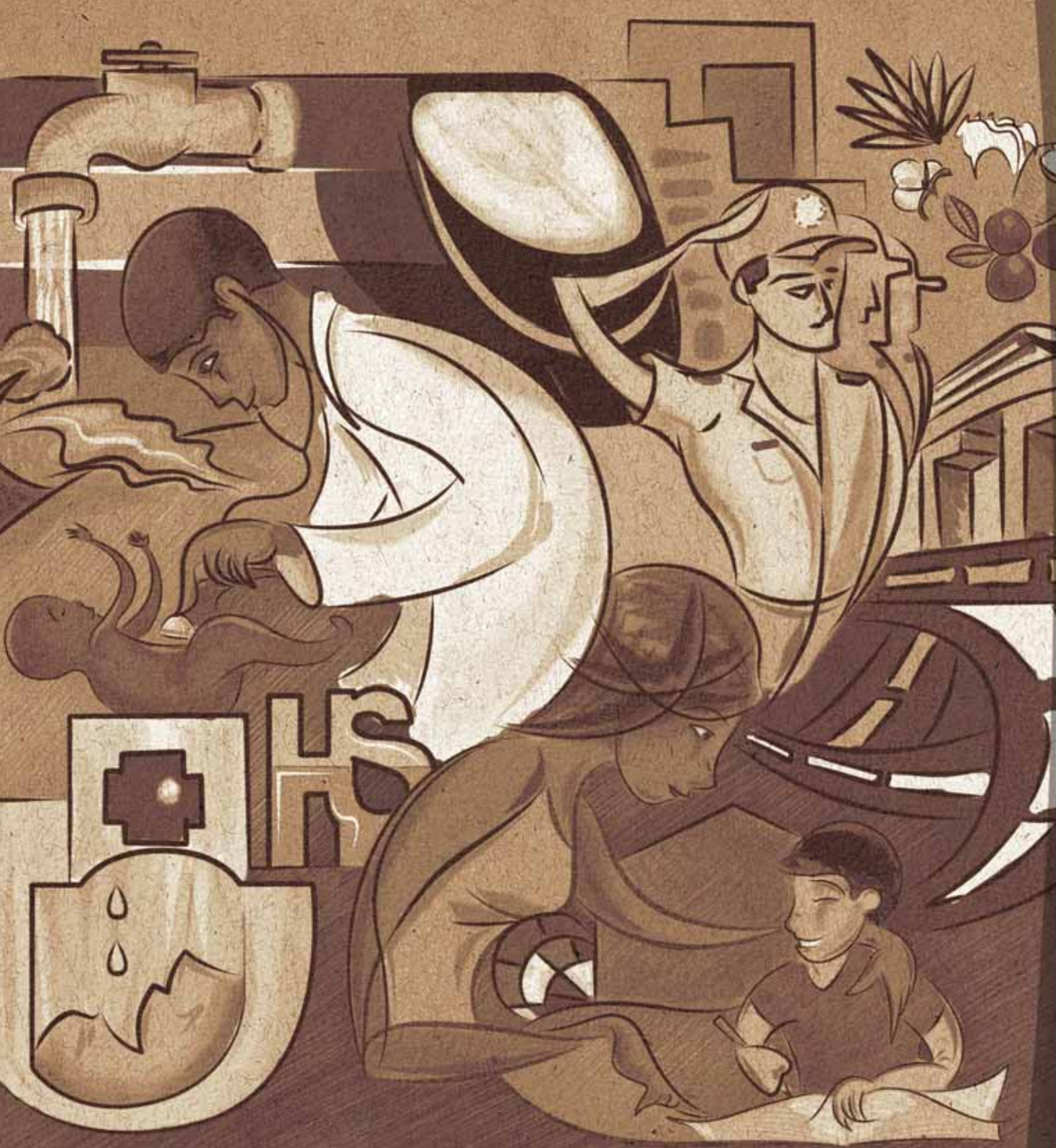
## ANEXO AO PROGRAMA: Microempresa e Empresas de Pequeno Porte



Programa: Microempresa e Empresas de Pequeno Porte					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					46.480.000,00		16.504.269,00		9.899.890,45		
Tipo: Finalístico				Órgão(s) Participante(s): SAEB; SDE; SEFAZ							
Ementa: Desenvolver ações de fomento às microempresas e empresas de pequeno porte em setores semiestruturados ou estruturados da indústria, comércio, serviço e mineração do Estado											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Estado											
Fórum realizado	un	2,0	-	-	-	-	*	-	-	-	-
Pessoa capacitada	un	551,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Litoral Norte e Agreste Baiano											
Fórum de micro e pequena empresa realizado	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Litoral Sul											
Fórum de micro e pequena empresa realizado	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Metropolitano de Salvador											
Fórum de micro e pequena empresa realizado	un	-	8,0	6,0	-	-	-	-	-	-	-
Pessoa capacitada	un	-	938,0	-	-	-	-	-	-	-	-
SAC Empresarial em funcionamento	un	1,0	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0

\* Quantidade calculada pelo Fiplan; quando não há registro de informação.

Programa: Microempresa e Empresas de Pequeno Porte					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					46.480.000,00		16.504.269,00		9.899.890,45		
Tipo: Finalístico				Órgão(s) Participante(s): SAEB; SDE; SEFAZ							
Ementa: Desenvolver ações de fomento às microempresas e empresas de pequeno porte em setores semiestruturados ou estruturados da indústria, comércio, serviço e mineração do Estado											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Portal do Sertão											
Fórum de micro e pequena empresa realizado	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Compromisso: Disponibilizar linhas de financiamento destinadas a apoiar microempresas e empresas de pequeno porte do Estado, contribuindo para o fortalecimento deste segmento											
Órgão Responsável: SEFAZ		Órgão(s) Participante(s): SEFAZ									
Estado											
Linha de financiamento disponibilizada	un	-	6,0	-	2,0	0,0	0,0	0,0	2,0	0,0	0,0
Compromisso: Incentivar uma maior participação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nas licitações públicas estaduais, fomentando o crescimento da economia local, disponibilizando incentivos para competir no mercado e desenvolver a região a qual pertence											
Órgão Responsável: SAEB		Órgão(s) Participante(s): SAEB									
Estado											
Ação de incentivo realizada	un	-	-	-	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0



**Eixo Estruturante III**  
Gestão Democrática  
do Estado





# Introdução

**O** Eixo III-Gestão Democrática do estado compreende cinco áreas temáticas: Planejamento e Gestão Estratégica, Gestão Fiscal Modernização da Gestão Pública, Relação Governo e Sociedade e Pacto Federativo. A cada uma dessas áreas corresponde um programa de igual denominação.

Propõe-se esse Eixo à melhoria da eficiência e da transparência da gestão financeira e fiscal do governo, bem como o controle do gasto público, efetuando um planejamento pactuado com as novas institucionalidades que asseguram a participação dos movimentos sociais no planejamento e na gestão governamental.

O investimento concernente ao Eixo III, em 2015, foi da ordem de R\$396,6 milhões, valores liquidados que correspondem a 2,8% e 23,1% daqueles disponibilizados para os Eixos I e II, respectivamente.

A participação no total de Compromissos do Poder Executivo foi de 2,4%.O eixo gestão democrática apresentou entre 2012 e 2015 um crescimento anual médio nominal de 5,8% e um crescimento acumulado da ordem de 22,5%.

O valor executado médio no quadriênio foi de R\$361,3 milhões, com um grau médio de execução de 57,6%, devido a maior rubrica de dispêndio dos programas desSe Eixo ser constituída pela folha de pessoal.

Procedeu-se, ademais, a elaboração dos Cenários Estratégicos Bahia 2030, finalizando-se os estudos e textos vinculados às áreas temáticas que apoiaram a formulação da base estratégica do Plano Plurianual - PPA.

Por outro lado, procedeu-se à elaboração do Modelo de Gestão do PPA Participativo 2016-2019, iniciativa inédita que permitirá efetivar o ciclo de planejamento e gestão do PPA, materializando os processos de acompanhamento, monitoramento e avaliação dos programas que constituem o PPA.

Vale destacar o esforço sistemático voltado para a gestão fiscal e previdenciária, objetivando aprimorar os padrões de racionalidade no tocante à execução das despesas e das iniciativas para o aumento das receitas fiscal e previdenciária.

A celebração de convênios com os Consórcios, em seis Territórios de Identidade, localizados no semiárido, e a realização de seminário em parceria com a Federação dos Consórcios Públicos, evidenciam a priorização dada pelo Governo do Estado à região do semiárido baiano, e confirma a opção pela atuação em parceria entre os entes federativos.



Destaca-se, ainda, a contribuição do Executivo estadual mediante leis e decretos, para a institucionalização de políticas públicas voltadas para os segmentos socialmente vulneráveis. São exemplos a instituição do Comitê de Governança da Ronda Maria da Penha (Decreto nº 16.303 de 17/08/2015), fortalecendo o combate à violência doméstica contra as mulheres, e a instituição da Década Estadual Afrodescendente, com início em 2015 e final em 31 de dezembro de 2024, em consonância com a Década Internacional de Povos Afrodescendentes, proclamada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. Em setembro, foi assinado o Decreto nº 16.320 de 21/09/2015, tratando do respeito, proteção e cumprimento dos direitos humanos da população negra, com a promoção da igualdade racial e a eliminação do racismo e todas as formas de discriminação.

Ganha também destaque, nesse contexto, a Lei nº 13.374 de 22/09/2015, que disciplina a participação do Estado da Bahia nos consórcios Inter federativos de saúde, nos termos da Lei Federal nº 11.107, de 6/04/2005, que possibilita a promoção de ações e serviços de saúde pública junto aos municípios consorciados, com a finalidade de garantir o acesso universal e igualitário à saúde, bem como a prestação de serviços especializados de média e alta complexidades nesse setor.

São marcos legais que, instituídos, dão corpo e materializam o cumprimento da estratégia governamental que constitui os segmentos socialmente excluídos como público prioritário na promoção do desenvolvimento econômico e social da Bahia.

## ANEXO AO PROGRAMA: Planejamento e Gestão Estratégica



Eixo Estruturante:		Gestão Democrática do Estado											
Area Temática:		Planejamento e Gestão Estratégica											
Programa:		Planejamento e Gestão Estratégica						Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)					
								Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado	
								34.000.352,00		58.867.994,00		24.511.345,84	
Tipo:		Gestão de Políticas Públicas			Órgão(s) Participante(s):		SEFAZ; GAB GOV; SEDUR; SEPLAN; CASA CIVIL; SDR						
Ementa:		Realizar o planejamento e gestão estratégica governamental, visando à efetividade das políticas públicas, gerando desenvolvimento sustentável e aumento da confiança e participação social											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015								
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	* Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados		
Compromisso:		Subsidiar a construção de políticas públicas em áreas prioritárias para o desenvolvimento estadual											
Órgão Responsável:		SEPLAN		Órgão(s) Participante(s): SEFAZ									
Estado													
Estudo logístico elaborado	un	-	3,0	-	-	-	-	-	-	-	-		
Estudo socioeconômico elaborado	un	1,0	5,0	5,0	-	-	-	-	-	-	-		
Estudo socioeconômico realizado	un	-	5,0	0,0	5,0	0,0	0,0	0,0	5,0	0,0	0,0		
Compromisso:		Planejar a ação governamental, visando a eficientização e a integração das Políticas Públicas											
Órgão Responsável:		SEPLAN		Órgão(s) Participante(s): GAB GOV; CASA CIVIL; SEPLAN									
Estado													
Ação de gestão realizada	un	-	-	-	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
Ação de planejamento realizada	un	-	0,0	4,0	-	-	-	-	-	-	-		

\* Quantidade calculada pelo Fiplan; quando não há registro de informação.

Programa: Planejamento e Gestão Estratégica					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					34.000.352,00		58.867.994,00		24.511.345,84		
Tipo: Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s): SEFAZ; GAB GOV; SEDUR; SEPLAN; CASA CIVIL; SDR							
Ementa: Realizar o planejamento e gestão estratégica governamental, visando à efetividade das políticas públicas, gerando desenvolvimento sustentável e aumento da confiança e participação social											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Ação do programa Pacto pela Vida gerenciada	un	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Documento de planejamento elaborado	un	-	2,0	3,0	-	-	-	-	-	-	-
Documento de planejamento elaborado	un	4,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estudo e projeto elaborado	un	-	-	2,0	-	-	-	-	-	-	-
Instrumento de planejamento publicado	un	-	-	-	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0	0,0
Metodologia de monitoramento implementada	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa governamental gerenciado	un	1,0	87,0	2,0	-	-	-	-	-	-	-
Projeto de financiamento gerenciado	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Relatório de governo elaborado	un	4,0	6,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Sistema de defesa social gerenciado	un	-	1,0	0,0	2,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0

ANEXO AO PROGRAMA: Planejamento e Gestão Estratégica



Programa:Planejamento e Gestão Estratégica					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					34.000.352,00		58.867.994,00		24.511.345,84		
Tipo:Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s):SEFAZ; GAB GOV; SEDUR; SEPLAN; CASA CIVIL; SDR							
Ementa:Realizar o planejamento e gestão estratégica governamental, visando à efetividade das políticas públicas, gerando desenvolvimento sustentável e aumento da confiança e participação social											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Metropolitano de Salvador											
Estudo/projeto elaborado	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Compromisso:Melhorar os processos de planejamento, gestão, orçamento e modernização, redesenhando o Sistema Estadual de Planejamento e Gestão Estratégica - Sepege, como rede de governança do planejamento e gestão para o desenvolvimento sustentável do Estado											
Órgão Responsável:SEPLAN		Órgão(s) Participante(s):SEPLAN									
Estado											
Estudo/pesquisa realizado	un	-	-	-	5,0	0,0	5,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Evento de capacitação realizado	un	-	-	-	5,0	0,0	5,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Processo de gestão modernizado	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sistema aperfeiçoado	un	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Sistema de informação em funcionamento	un	1,0	8,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Sistema de planejamento implementado	un	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Sistema informatizado de planejamento aperfeiçoado	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0

Programa: Planejamento e Gestão Estratégica					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					34.000.352,00		58.867.994,00		24.511.345,84		
Tipo: Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s): SEFAZ; GAB GOV; SEDUR; SEPLAN; CASA CIVIL; SDR							
Ementa: Realizar o planejamento e gestão estratégica governamental, visando à efetividade das políticas públicas, gerando desenvolvimento sustentável e aumento da confiança e participação social											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Sistema informatizado de planejamento em operação	un	-	-	-	8,0	0,0	0,0	0,0	0,0	8,0	0,0
Metropolitano de Salvador											
Metodologia de planejamento implantada	un	-	-	-	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Plataforma tecnológica implantada	un	-	-	-	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sistema de informação em funcionamento	un	-	-	8,0	-	-	-	-	-	-	-
Compromisso: Promover o diálogo e a participação da sociedade na construção do Plano Plurianual e no monitoramento das Políticas Públicas											
Órgão Responsável: SEPLAN		Órgão(s) Participante(s): SEPLAN									
Bacia do Jacuípe											
Processo participativo realizado	un	-	-	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Bacia do Paramirim											
Processo participativo realizado	un	-	-	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0

## ANEXO AO PROGRAMA: Planejamento e Gestão Estratégica



Programa: Planejamento e Gestão Estratégica					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					34.000.352,00		58.867.994,00		24.511.345,84		
Tipo: Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s): SEFAZ; GAB GOV; SEDUR; SEPLAN; CASA CIVIL; SDR							
Ementa: Realizar o planejamento e gestão estratégica governamental, visando à efetividade das políticas públicas, gerando desenvolvimento sustentável e aumento da confiança e participação social											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Bacia do Rio Corrente											
Processo participativo realizado	un	-	-	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0
Bacia do Rio Grande											
Processo participativo realizado	un	-	-	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Baixo Sul											
Processo participativo realizado	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Chapada Diamantina											
Processo participativo realizado	un	-	-	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Costa do Descobrimento											
Processo participativo realizado	un	-	-	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Extremo Sul											
Processo participativo realizado	un	-	-	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0



Programa:		Planejamento e Gestão Estratégica					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)					
							Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado	
							34.000.352,00		58.867.994,00		24.511.345,84	
Tipo:		Gestão de Políticas Públicas			Órgão(s) Participante(s):		SEFAZ; GAB GOV; SEDUR; SEPLAN; CASA CIVIL; SDR					
Ementa:		Realizar o planejamento e gestão estratégica governamental, visando à efetividade das políticas públicas, gerando desenvolvimento sustentável e aumento da confiança e participação social										
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015							
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados	
Irecê												
Processo participativo realizado	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	
Itaparica												
Processo participativo realizado	un	-	-	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	
Litoral Norte e Agreste Baiano												
Processo participativo realizado	un	-	-	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	
Litoral Sul												
Processo participativo realizado	un	-	-	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	
Médio Rio de Contas												
Processo participativo realizado	un	-	-	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	
Médio Sudoeste da Bahia												
Processo participativo realizado	un	-	-	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	

## ANEXO AO PROGRAMA: Planejamento e Gestão Estratégica



Programa:Planejamento e Gestão Estratégica					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					34.000.352,00		58.867.994,00		24.511.345,84		
Tipo:Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s):SEFAZ; GAB GOV; SEDUR; SEPLAN; CASA CIVIL; SDR							
Ementa:Realizar o planejamento e gestão estratégica governamental, visando à efetividade das políticas públicas, gerando desenvolvimento sustentável e aumento da confiança e participação social											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Metropolitano de Salvador											
Processo participativo realizado	un	-	-	1,0	7,0	0,0	0,0	0,0	0,0	7,0	0,0
Piemonte da Diamantina											
Processo participativo realizado	un	-	-	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Piemonte do Paraguaçu											
Processo participativo realizado	un	-	-	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Piemonte Norte do Itapicuru											
Processo participativo realizado	un	-	-	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0
Portal do Sertão											
Processo participativo realizado	un	-	-	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Recôncavo											
Processo participativo realizado	un	-	-	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0

Programa:		Planejamento e Gestão Estratégica					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)					
							Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado	
							34.000.352,00		58.867.994,00		24.511.345,84	
Tipo:		Gestão de Políticas Públicas			Órgão(s) Participante(s):		SEFAZ; GAB GOV; SEDUR; SEPLAN; CASA CIVIL; SDR					
Ementa:		Realizar o planejamento e gestão estratégica governamental, visando à efetividade das políticas públicas, gerando desenvolvimento sustentável e aumento da confiança e participação social										
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015							
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados	
Semiárido Nordeste II												
Processo participativo realizado	un	-	-	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	
Sertão do São Francisco												
Processo participativo realizado	un	-	-	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	
Sertão Produtivo												
Processo participativo realizado	un	-	-	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	
Sisal												
Processo participativo realizado	un	-	-	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	
Vale do Jiquiricá												
Processo participativo realizado	un	-	-	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	
Velho Chico												
Processo participativo realizado	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	

## ANEXO AO PROGRAMA: Planejamento e Gestão Estratégica



Programa:Planejamento e Gestão Estratégica					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					34.000.352,00		58.867.994,00		24.511.345,84		
Tipo:Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s):SEFAZ; GAB GOV; SEDUR; SEPLAN; CASA CIVIL; SDR							
Ementa:Realizar o planejamento e gestão estratégica governamental, visando à efetividade das políticas públicas, gerando desenvolvimento sustentável e aumento da confiança e participação social											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Vitória da Conquista											
Processo participativo realizado	un	-	-	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Compromisso:Planejar e coordenar a Política Estadual de Ordenamento e Desenvolvimento Territorial Sustentável, para ampliar os mecanismos de participação social na gestão e integração das Políticas Públicas											
Órgão Responsável:SEPLAN		Órgão(s) Participante(s):SEPLAN									
Bacia do Jacuípe											
Colegiado territorial apoiado	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Bacia do Paramirim											
Colegiado territorial apoiado	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Bacia do Rio Corrente											
Colegiado territorial apoiado	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Bacia do Rio Grande											
Colegiado territorial apoiado	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-

Programa: Planejamento e Gestão Estratégica					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					34.000.352,00		58.867.994,00		24.511.345,84		
Tipo: Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s): SEFAZ; GAB GOV; SEDUR; SEPLAN; CASA CIVIL; SDR							
Ementa: Realizar o planejamento e gestão estratégica governamental, visando à efetividade das políticas públicas, gerando desenvolvimento sustentável e aumento da confiança e participação social											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Baixo Sul											
Colegiado territorial apoiado	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Chapada Diamantina											
Colegiado territorial apoiado	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Costa do Descobrimento											
Colegiado territorial apoiado	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Estado											
Apoio a colegiado territorial realizado	un	-	-	-	27,0	0,0	0,0	0,0	0,0	27,0	0,0
Apoio a consórcio municipal realizado	un	-	-	-	7,0	0,0	0,0	0,0	6,0	1,0	0,0
Colegiado apoiado	un	27,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Colegiado territorial apoiado	un	-	27,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Conselho territorial em funcionamento	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0

## ANEXO AO PROGRAMA: Planejamento e Gestão Estratégica



Programa: Planejamento e Gestão Estratégica					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					34.000.352,00		58.867.994,00		24.511.345,84		
Tipo: Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s): SEFAZ; GAB GOV; SEDUR; SEPLAN; CASA CIVIL; SDR							
Ementa: Realizar o planejamento e gestão estratégica governamental, visando à efetividade das políticas públicas, gerando desenvolvimento sustentável e aumento da confiança e participação social											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Consórcio municipal apoiado	un	-	7,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Entidade apoiada	un	7,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fórum/Conselho territorial em funcionamento	un	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano de ordenamento territorial elaborado	un	-	27,0	27,0	-	-	-	-	-	-	-
Zoneamento ecológico-econômico elaborado	un	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Extremo Sul											
Colegiado territorial apoiado	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Irecê											
Colegiado territorial apoiado	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Itaparica											
Colegiado territorial apoiado	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-



Programa:		Planejamento e Gestão Estratégica					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)					
							Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado	
							34.000.352,00		58.867.994,00		24.511.345,84	
Tipo:		Gestão de Políticas Públicas			Órgão(s) Participante(s):		SEFAZ; GAB GOV; SEDUR; SEPLAN; CASA CIVIL; SDR					
Ementa:		Realizar o planejamento e gestão estratégica governamental, visando à efetividade das políticas públicas, gerando desenvolvimento sustentável e aumento da confiança e participação social										
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015							
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados	
Litoral Norte e Agreste Baiano												
Colegiado territorial apoiado	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-	
Litoral Sul												
Colegiado territorial apoiado	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-	
Médio Rio de Contas												
Colegiado territorial apoiado	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-	
Médio Sudoeste da Bahia												
Colegiado territorial apoiado	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-	
Metropolitano de Salvador												
Colegiado territorial apoiado	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-	
Conselho territorial em funcionamento	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-	

## ANEXO AO PROGRAMA: Planejamento e Gestão Estratégica



Programa:Planejamento e Gestão Estratégica					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					34.000.352,00		58.867.994,00		24.511.345,84		
Tipo:Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s):SEFAZ; GAB GOV; SEDUR; SEPLAN; CASA CIVIL; SDR							
Ementa:Realizar o planejamento e gestão estratégica governamental, visando à efetividade das políticas públicas, gerando desenvolvimento sustentável e aumento da confiança e participação social											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Piemonte da Diamantina											
Colegiado territorial apoiado	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Piemonte do Paraguaçu											
Colegiado territorial apoiado	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Piemonte Norte do Itapicuru											
Colegiado territorial apoiado	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Portal do Sertão											
Colegiado territorial apoiado	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Recôncavo											
Colegiado territorial apoiado	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Semiárido Nordeste II											
Colegiado territorial apoiado	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-

Programa:		Planejamento e Gestão Estratégica					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)					
							Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado	
							34.000.352,00		58.867.994,00		24.511.345,84	
Tipo:		Gestão de Políticas Públicas			Órgão(s) Participante(s):		SEFAZ; GAB GOV; SEDUR; SEPLAN; CASA CIVIL; SDR					
Ementa:		Realizar o planejamento e gestão estratégica governamental, visando à efetividade das políticas públicas, gerando desenvolvimento sustentável e aumento da confiança e participação social										
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015							
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados	
Sertão do São Francisco												
Colegiado territorial apoiado	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-	
Sertão Produtivo												
Colegiado territorial apoiado	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-	
Sisal												
Colegiado territorial apoiado	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-	
Vale do Jiquiricá												
Colegiado territorial apoiado	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-	
Velho Chico												
Colegiado territorial apoiado	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-	
Vitória da Conquista												
Colegiado territorial apoiado	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-	

## ANEXO AO PROGRAMA: Planejamento e Gestão Estratégica



Programa:Planejamento e Gestão Estratégica					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					34.000.352,00		58.867.994,00		24.511.345,84		
Tipo:Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s):SEFAZ; GAB GOV; SEDUR; SEPLAN; CASA CIVIL; SDR							
Ementa:Realizar o planejamento e gestão estratégica governamental, visando à efetividade das políticas públicas, gerando desenvolvimento sustentável e aumento da confiança e participação social											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Compromisso:		Promover a articulação e a integração das Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional, visando à sustentabilidade das ações implementadas nos territórios de identidade do Estado									
Órgão Responsável:		SEDIR			Órgão(s) Participante(s):SDR						
Estado											
Estudo elaborado	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Estudo regional realizado	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Plano de desenvolvimento elaborado	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0
Compromisso:		Posicionar o Estado no cenário global em consonância com as diretrizes estratégicas do governo e a política externa brasileira, com vistas a dinamizar a economia baiana e promover o seu desenvolvimento									
Órgão Responsável:		GAB GOV			Órgão(s) Participante(s):GAB GOV						
Estado											
Ação internacional acompanhada	un	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Evento internacional promovido	un	44,0	1,0	-	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Técnico em assunto internacional capacitado	un	14,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-

\* Quantidade calculada pelo Fiplan; quando não há registro de informação.

Programa:		Planejamento e Gestão Estratégica					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)				
							Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado
							34.000.352,00		58.867.994,00		24.511.345,84
Tipo:		Gestão de Políticas Públicas			Órgão(s) Participante(s):		SEFAZ; GAB GOV; SEDUR; SEPLAN; CASA CIVIL; SDR				
Ementa:		Realizar o planejamento e gestão estratégica governamental, visando à efetividade das políticas públicas, gerando desenvolvimento sustentável e aumento da confiança e participação social									
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Compromisso:		Viabilizar junto a organismos nacionais e internacionais, financiamentos reembolsáveis e não reembolsáveis, promovendo o desenvolvimento econômico e social do Estado									
Órgão Responsável:		SEPLAN			Órgão(s) Participante(s):						
Estado											
Contrato de financiamento assinado	un	4,0	4,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Compromisso:		Buscar, de acordo com o protocolo Agenda Bahia, soluções para questões prioritárias das Políticas Públicas Estaduais, articulando a cooperação entre os Poderes, Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Bahia e demais entes congêneres									
Órgão Responsável:		GAB GOV			Órgão(s) Participante(s): GAB GOV; CASA CIVIL						
Estado											
Ação da comissão da verdade implementada	un	-	-	-	2,0	0,0	0,0	0,0	2,0	0,0	0,0
Ação prioritária implementada	un	-	1,0	0,0	-	-	-	-	-	-	-
Câmara setorial implantada	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Compromisso:		Promover a atração de investimentos privados em projetos de reconhecido interesse do Estado, viabilizando a implementação de parcerias público-privadas									
Órgão Responsável:		SEFAZ			Órgão(s) Participante(s): SEFAZ						

## ANEXO AO PROGRAMA: Planejamento e Gestão Estratégica



Programa:Planejamento e Gestão Estratégica					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					34.000.352,00		58.867.994,00		24.511.345,84		
Tipo:Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s):SEFAZ; GAB GOV; SEDUR; SEPLAN; CASA CIVIL; SDR							
Ementa:Realizar o planejamento e gestão estratégica governamental, visando à efetividade das políticas públicas, gerando desenvolvimento sustentável e aumento da confiança e participação social											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Estado											
Estudo de viabilidade técnica realizado	un	-	2,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0
Compromisso:Planejar, coordenar, articular e acompanhar ações voltadas ao combate e erradicação da pobreza, buscando eficiência na aplicação dos recursos disponíveis											
Órgão Responsável:CASA CIVIL		Órgão(s) Participante(s):CASA CIVIL									
Estado											
Ação de combate à pobreza apoiada	un	-	32,0	24,0	8,0	2,0	0,0	0,0	0,0	6,0	0,0
Ação de combate à pobreza monitorada	un	134,0	115,0	105,0	106,0	0,0	16,0	0,0	0,0	90,0	0,0
Estudo e diagnóstico de combate à pobreza realizados	un	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Estudo/diagnóstico realizado	un	-	-	-	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Compromisso:Disponibilizar instrumentos e informações e prover o aperfeiçoamento técnico-operacional voltado ao planejamento e desenvolvimento urbano											
Órgão Responsável:SEDUR		Órgão(s) Participante(s):SEDUR									



Programa: Planejamento e Gestão Estratégica					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$)					
					Orçado Inicial	Orçado Atual				
					34.000.352,00	58.867.994,00				
Tipo: Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s): SEFAZ; GAB GOV; SEDUR; SEPLAN; CASA CIVIL; SDR						
Ementa: Realizar o planejamento e gestão estratégica governamental, visando à efetividade das políticas públicas, gerando desenvolvimento sustentável e aumento da confiança social										
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015					
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos
Estado										
Conselho das cidades em funcionamento	un	-	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Política de desenvolvimento urbano elaborada	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-
Sistema de desenvolvimento urbano gerenciado	un	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Sistema de informação em funcionamento	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Sistema de informação implantado	un	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-

\* Quantidade calculada pelo Fiplan; quando não há registro de informação.

Eixo Estruturante:		Gestão Democrática do Estado										
Area Temática:		Gestão Fiscal										
Programa:		Gestão Fiscal					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)					
							Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado	
							53.277.000,00		73.294.960,00		26.328.733,81	
Tipo:		Gestão de Políticas Públicas			Órgão(s) Participante(s):		SEFAZ					
Ementa:		Melhorar a eficiência e a transparência da gestão fiscal, bem como o controle do gasto público, provendo melhores serviços ao cidadão										
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015							
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados	
Compromisso:		Melhorar a eficiência, eficácia e transparência da Gestão Fiscal, maximizando a arrecadação dos tributos e o controle do gasto público										
Órgão Responsável:		SEFAZ		Órgão(s) Participante(s): SEFAZ								
Bacia do Rio Corrente												
Unidade fazendária construída	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-	
Estado												
Cooperação nacional e internacional fomentada	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	
Equipamento adquirido	un	2.100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Evento de capacitação realizado	un	-	-	-	227,0	0,0	0,0	0,0	0,0	227,0	0,0	
Gestão de recursos humanos aperfeiçoada	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	
Gestão fiscal aperfeiçoada	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	

Programa:Gestão Fiscal					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					53.277.000,00		73.294.960,00		26.328.733,81		
Tipo:Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s):SEFAZ							
Ementa:Melhorar a eficiência e a transparência da gestão fiscal, bem como o controle do gasto público, provendo melhores serviços ao cidadão											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Modelo de gestão aperfeiçoado	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0
Processo de atendimento aperfeiçoado	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0
Processo de controle interno aperfeiçoado	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0
Processo e sistema da administração financeira implantado	un	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Processo/sistema administrativo aperfeiçoado	un	-	-	-	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Projeto de financiamento gerenciado	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0
Servidor capacitado	un	5.926,0	4.500,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Sistema aperfeiçoado	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Sistema contábil/financeiro aperfeiçoado	un	-	-	-	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sistema informatizado em operação	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0
Tecnologia da informação modernizada	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0

Programa: Gestão Fiscal					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					53.277.000,00		73.294.960,00		26.328.733,81		
Tipo: Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s): SEFAZ							
Ementa: Melhorar a eficiência e a transparência da gestão fiscal, bem como o controle do gasto público, provendo melhores serviços ao cidadão											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Veículo disponibilizado	un	-	-	-	60,0	0,0	0,0	60,0	0,0	0,0	0,0
Extremo Sul											
Unidade fazendária recuperada	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Metropolitano de Salvador											
Sala cofre implantada	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0
Servidor capacitado	un	-	-	3.170,0	-	-	-	-	-	-	-
Unidade fazendária recuperada	un	-	0,0	1,0	2,0	1,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0
Compromisso: Conscientizar a população sobre a importância dos tributos como meio para assegurar o desenvolvimento econômico e social do Estado											
Órgão Responsável: SEFAZ		Órgão(s) Participante(s): SEFAZ									
Estado											
Campanha educativa realizada	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0
Entidade social atendida	un	-	550,0	-	-	-	-	-	-	-	-

Programa:Gestão Fiscal					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					53.277.000,00		73.294.960,00		26.328.733,81		
Tipo:Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s):		SEFAZ					
Ementa:Melhorar a eficiência e a transparência da gestão fiscal, bem como o controle do gasto público, provendo melhores serviços ao cidadão											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Compromisso:Aperfeiçoar o controle eficiente da arrecadação tributária de competência da Procuradoria Geral do Estado, auxiliando o Estado nas suas funções arrecadatórias e fiscalizatórias											
Órgão Responsável:PGE		Órgão(s) Participante(s):									
Metropolitano de Salvador											
SAC PGE implantado	un	-	1,0	0,0	-	-	-	-	-	-	-



Eixo Estruturante:		Gestão Democrática do Estado										
Area Temática:		Modernização da Gestão Pública										
Programa:		Modernização da Gestão Pública					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)					
							Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado	
							384.000.000,00		339.333.447,00		235.824.673,55	
Tipo:		Gestão de Políticas Públicas			Órgão(s) Participante(s):		CASA CIVIL; SDR; SDE; SEAP; SEDUR; SEPLAN; SEMA; SEINFRA; SESAB; SEC; SIHS; SAEB; PGE; GAB GOV					
Ementa:		Inovar a gestão pública, visando elevar o padrão de eficiência, eficácia e efetividade do serviço público, por meio de soluções integradas e otimizadas de gestão e de tecnologia da informação, contribuindo para a excelência na prestação de serviços à sociedade e para o alcance pleno das políticas públicas										
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015							
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados	
Compromisso:		Aprimorar o modelo e as práticas de gestão, disseminando tecnologias, implementando ações de melhoria e de desenvolvimento da cultura organizacional orientada para resultados, visando elevar a qualidade na prestação de serviços										
Órgão Responsável:		SAEB			Órgão(s) Participante(s): SESAB; SEMA; SIHS; SAEB; SDE; SEDUR; SEC							
Bacia do Rio Grande												
Órgão público modernizado	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	
Estado												
Equipamento adquirido	un	-	5,0	-	-	-	-	-	-	-	-	
Metodologia de avaliação desenvolvida	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-	
Modelo de gestão implantado	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Modelo de gestão implementado	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	
Órgão público modernizado	un	-	3,0	-	-	-	-	-	-	-	-	

Programa: Modernização da Gestão Pública					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					384.000.000,00		339.333.447,00		235.824.673,55		
Tipo: Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s):		CASA CIVIL; SDR; SDE; SEAP; SEDUR; SEPLAN; SEMA; SEINFRA; SESAB; SEC; SIHS; SAEB; PGE; GAB GOV					
Ementa:		Inovar a gestão pública, visando elevar o padrão de eficiência, eficácia e efetividade do serviço público, por meio de soluções integradas e otimizadas de gestão e de tecnologia da informação, contribuindo para a excelência na prestação de serviços à sociedade e para o alcance pleno das políticas públicas									
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Processo de gestão modernizado	un	-	1,0	-	3,0	0,0	0,0	1,0	1,0	1,0	0,0
Sistema de gestão implantado	un	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Solução de gestão implantada	un	-	-	-	3,0	3,0	-	-	-	-	-
Tecnologia de gestão disseminada	un	-	9,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Tecnologia disseminada	un	6,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Metropolitano de Salvador											
Órgão público modernizado	un	-	6,0	4,0	23,0	17,0	0,0	0,0	1,0	5,0	0,0
Parque tecnológico modernizado	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Processo de gestão modernizado	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Tecnologia de gestão disseminada	un	-	-	36,0	-	-	-	-	-	-	-
Unidade modernizada	un	3,0	3,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Compromisso:		Proporcionar ao Executivo o suporte tecnológico adequado a maximização dos resultados das Políticas Públicas, bem como fomentar a utilização de tecnologias inovadoras que contribuam para a melhoria dos processos									
Órgão Responsável:		SAEB			Órgão(s) Participante(s): SAEB						

## ANEXO AO PROGRAMA: Modernização da Gestão Pública



Programa: Modernização da Gestão Pública					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					384.000.000,00		339.333.447,00		235.824.673,55		
Tipo: Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s):		CASA CIVIL; SDR; SDE; SEAP; SEDUR; SEPLAN; SEMA; SEINFRA; SESAB; SEC; SIHS; SAEB; PGE; GAB GOV					
Ementa: Inovar a gestão pública, visando elevar o padrão de eficiência, eficácia e efetividade do serviço público, por meio de soluções integradas e otimizadas de gestão e de tecnologia da informação, contribuindo para a excelência na prestação de serviços à sociedade e para o alcance pleno das políticas públicas											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Metropolitano de Salvador											
Data center ampliado	un	-	1,0	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Tecnologia de BI implementada	un	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Compromisso: Consolidar a cultura de eficiência do gasto e do controle gerencial, visando uma gestão provedora de serviços de qualidade, com vistas a maximização do retorno para a sociedade											
Órgão Responsável: SAEB		Órgão(s) Participante(s):									
Estado											
Cultura da qualidade do gasto disseminada	un	2,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cultura da qualidade do gasto disseminada											
Cultura da qualidade do gasto disseminada											
Compromisso: Proporcionar aos servidores um ambiente corporativo que estimule um padrão de conduta ética, acesso ao conhecimento, valorização, profissionalização e progresso na carreira baseado no mérito, assim como aperfeiçoar os instrumentos gerenciais voltados ao monitoramento do quadro de pessoal											
Órgão Responsável: SAEB		Órgão(s) Participante(s): SAEB; SEC; SEMA; SDE; SIHS; SEAP; SEINFRA									
Estado											
Bolsa concedida	un	57,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Programa: Modernização da Gestão Pública					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					384.000.000,00		339.333.447,00		235.824.673,55		
Tipo: Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s):		CASA CIVIL; SDR; SDE; SEAP; SEDUR; SEPLAN; SEMA; SEINFRA; SESAB; SEC; SIHS; SAEB; PGE; GAB GOV					
Ementa: Inovar a gestão pública, visando elevar o padrão de eficiência, eficácia e efetividade do serviço público, por meio de soluções integradas e otimizadas de gestão e de tecnologia da informação, contribuindo para a excelência na prestação de serviços à sociedade e para o alcance pleno das políticas públicas											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Bolsa educacional concedida	un	-	56,0	51,0	60,0	0,0	9,0	0,0	0,0	51,0	0,0
Evento de capacitação realizado	un	-	-	188,0	469,0	221,0	15,0	0,0	0,0	233,0	0,0
Evento realizado	un	5,0	5,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Iniciativa de valorização do servidor promovida	un	-	-	-	19,0	16,0	0,0	0,0	0,0	3,0	0,0
Monitoramento da folha de pessoal realizado	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0
Pessoa atendida	un	-	3.266,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Política de pessoal desenvolvida	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Prêmio a servidor concedido	un	-	2,0	2,0	4,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,0	0,0
Prêmio ao servidor concedido	un	2,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Processo seletivo realizado	un	-	4,0	3,0	5,0	2,0	0,0	0,0	0,0	3,0	0,0
Quadro de pessoal dimensionado	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Servidor capacitado	un	10.761,0	10.135,0	-	-	-	-	-	-	-	-

## ANEXO AO PROGRAMA: Modernização da Gestão Pública



Programa: Modernização da Gestão Pública					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					384.000.000,00		339.333.447,00		235.824.673,55		
Tipo: Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s):		CASA CIVIL; SDR; SDE; SEAP; SEDUR; SEPLAN; SEMA; SEINFRA; SESAB; SEC; SIHS; SAEB; PGE; GAB GOV					
Ementa: Inovar a gestão pública, visando elevar o padrão de eficiência, eficácia e efetividade do serviço público, por meio de soluções integradas e otimizadas de gestão e de tecnologia da informação, contribuindo para a excelência na prestação de serviços à sociedade e para o alcance pleno das políticas públicas											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Servidor/empregado público capacitado	un	-	5.481,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Sistema de recursos humanos implantado	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0
Extremo Sul											
Evento de capacitação realizado	un	-	-	-	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	0,0
Itaparica											
Atividade desenvolvida	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Litoral Sul											
Servidor/empregado público capacitado	un	-	155,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Médio Rio de Contas											
Servidor/empregado público capacitado	un	-	39,0	-	-	-	-	-	-	-	-



Programa:		Modernização da Gestão Pública					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)					
							Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado	
							384.000.000,00		339.333.447,00		235.824.673,55	
Tipo:		Gestão de Políticas Públicas			Órgão(s) Participante(s):		CASA CIVIL; SDR; SDE; SEAP; SEDUR; SEPLAN; SEMA; SEINFRA; SESAB; SEC; SIHS; SAEB; PGE; GAB GOV					
Ementa:		Inovar a gestão pública, visando elevar o padrão de eficiência, eficácia e efetividade do serviço público, por meio de soluções integradas e otimizadas de gestão e de tecnologia da informação, contribuindo para a excelência na prestação de serviços à sociedade e para o alcance pleno das políticas públicas										
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015							
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados	
Médio Sudoeste da Bahia												
Servidor/empregado público capacitado	un	-	26,0	-	-	-	-	-	-	-	-	
Metropolitano de Salvador												
Atividade desenvolvida	un	-	-	5,0	-	-	-	-	-	-	-	
Evento de capacitação realizado	un	-	-	422,0	170,0	0,0	17,0	0,0	0,0	153,0	0,0	
Servidor/empregado público capacitado	un	-	559,0	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recôncavo												
Evento de capacitação realizado	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	
Velho Chico												
Evento de capacitação realizado	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	
Vitória da Conquista												
Servidor/empregado público capacitado	un	-	65,0	-	-	-	-	-	-	-	-	

## ANEXO AO PROGRAMA: Modernização da Gestão Pública



Programa: Modernização da Gestão Pública					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					384.000.000,00		339.333.447,00		235.824.673,55		
Tipo: Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s):		CASA CIVIL; SDR; SDE; SEAP; SEDUR; SEPLAN; SEMA; SEINFRA; SESAB; SEC; SIHS; SAEB; PGE; GAB GOV					
Ementa:		Inovar a gestão pública, visando elevar o padrão de eficiência, eficácia e efetividade do serviço público, por meio de soluções integradas e otimizadas de gestão e de tecnologia da informação, contribuindo para a excelência na prestação de serviços à sociedade e para o alcance pleno das políticas públicas									
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Compromisso:		Facilitar o acesso do cidadão aos serviços públicos, por meio da simplificação de processos e redução de burocracia, com um padrão de atendimento qualificado e impessoal									
Órgão Responsável:		SAEB		Órgão(s) Participante(s): SAEB							
Bacia do Jacuípe											
Ponto Cidadão em funcionamento	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Unidade de atendimento implantada	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Bacia do Rio Corrente											
Ponto Cidadão em funcionamento	un	-	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Ponto cidadão em funcionamento	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bacia do Rio Grande											
Ponto Cidadão em funcionamento	un	-	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Ponto cidadão em funcionamento	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ponto cidadão implantado	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Programa: Modernização da Gestão Pública					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					384.000.000,00		339.333.447,00		235.824.673,55		
Tipo: Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s):		CASA CIVIL; SDR; SDE; SEAP; SEDUR; SEPLAN; SEMA; SEINFRA; SESAB; SEC; SIHS; SAEB; PGE; GAB GOV					
Ementa:		Inovar a gestão pública, visando elevar o padrão de eficiência, eficácia e efetividade do serviço público, por meio de soluções integradas e otimizadas de gestão e de tecnologia da informação, contribuindo para a excelência na prestação de serviços à sociedade e para o alcance pleno das políticas públicas									
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Posto SAC em funcionamento	un	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Baixo Sul											
Ponto Cidadão em funcionamento	un	-	2,0	0,0	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	0,0
Ponto cidadão em funcionamento	un	2,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posto SAC em funcionamento	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Unidade de atendimento implantada	un	-	0,0	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Chapada Diamantina											
Ponto Cidadão em funcionamento	un	-	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Ponto cidadão em funcionamento	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Unidade de atendimento implantada	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0
Costa do Descobrimento											
Posto SAC em funcionamento	un	2,0	2,0	0,0	2,0	0,0	0,0	0,0	2,0	0,0	0,0

## ANEXO AO PROGRAMA: Modernização da Gestão Pública



Programa: Modernização da Gestão Pública					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					384.000.000,00		339.333.447,00		235.824.673,55		
Tipo: Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s):		CASA CIVIL; SDR; SDE; SEAP; SEDUR; SEPLAN; SEMA; SEINFRA; SESAB; SEC; SIHS; SAEB; PGE; GAB GOV					
Ementa: Inovar a gestão pública, visando elevar o padrão de eficiência, eficácia e efetividade do serviço público, por meio de soluções integradas e otimizadas de gestão e de tecnologia da informação, contribuindo para a excelência na prestação de serviços à sociedade e para o alcance pleno das políticas públicas											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Unidade de atendimento recuperada	un	-	0,0	2,0	-	-	-	-	-	-	-
Estado											
SAC móvel em funcionamento	un	2,0	2,0	0,0	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0	0,0
Extremo Sul											
Posto SAC em funcionamento	un	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Irecê											
Ponto Cidadão em funcionamento	un	-	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Ponto cidadão em funcionamento	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posto SAC em funcionamento	un	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Unidade de atendimento recuperada	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Itaparica											
Posto SAC em funcionamento	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0

Programa: Modernização da Gestão Pública					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					384.000.000,00		339.333.447,00		235.824.673,55		
Tipo: Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s):		CASA CIVIL; SDR; SDE; SEAP; SEDUR; SEPLAN; SEMA; SEINFRA; SESAB; SEC; SIHS; SAEB; PGE; GAB GOV					
Ementa:		Inovar a gestão pública, visando elevar o padrão de eficiência, eficácia e efetividade do serviço público, por meio de soluções integradas e otimizadas de gestão e de tecnologia da informação, contribuindo para a excelência na prestação de serviços à sociedade e para o alcance pleno das políticas públicas									
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Unidade de atendimento implantada	un	-	0,0	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Litoral Norte e Agreste Baiano											
Ponto Cidadão em funcionamento	un	-	2,0	0,0	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0	0,0
Ponto cidadão em funcionamento	un	2,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posto SAC em funcionamento	un	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Unidade de atendimento implantada	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Litoral Sul											
Ponto Cidadão em funcionamento	un	-	1,0	0,0	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	0,0
Ponto cidadão em funcionamento	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posto SAC em funcionamento	un	2,0	2,0	2,0	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	0,0
Unidade de atendimento implantada	un	-	0,0	1,0	-	-	-	-	-	-	-

## ANEXO AO PROGRAMA: Modernização da Gestão Pública



Programa: Modernização da Gestão Pública						Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)					
						Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado	
						384.000.000,00		339.333.447,00		235.824.673,55	
Tipo: Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s):		CASA CIVIL; SDR; SDE; SEAP; SEDUR; SEPLAN; SEMA; SEINFRA; SESAB; SEC; SIHS; SAEB; PGE; GAB GOV					
Ementa:		Inovar a gestão pública, visando elevar o padrão de eficiência, eficácia e efetividade do serviço público, por meio de soluções integradas e otimizadas de gestão e de tecnologia da informação, contribuindo para a excelência na prestação de serviços à sociedade e para o alcance pleno das políticas públicas									
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Médio Rio de Contas											
Posto SAC em funcionamento	un	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Unidade de atendimento implantada	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0
Metropolitano de Salvador											
Ponto Cidadão em funcionamento	un	-	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Posto SAC em funcionamento	un	14,0	15,0	0,0	16,0	0,0	1,0	0,0	0,0	15,0	0,0
Posto SAC implantado	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Unidade de atendimento implantada	un	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Unidade de atendimento recuperada	un	-	0,0	1,0	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Unidade SAC recuperada	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piemonte da Diamantina											
Posto SAC em funcionamento	un	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0



Programa: Modernização da Gestão Pública					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					384.000.000,00		339.333.447,00		235.824.673,55		
Tipo: Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s):		CASA CIVIL; SDR; SDE; SEAP; SEDUR; SEPLAN; SEMA; SEINFRA; SESAB; SEC; SIHS; SAEB; PGE; GAB GOV					
Ementa:		Inovar a gestão pública, visando elevar o padrão de eficiência, eficácia e efetividade do serviço público, por meio de soluções integradas e otimizadas de gestão e de tecnologia da informação, contribuindo para a excelência na prestação de serviços à sociedade e para o alcance pleno das políticas públicas									
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Piemonte do Paraguaçu											
Ponto Cidadão em funcionamento	un	-	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Ponto cidadão em funcionamento	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piemonte Norte do Itapicuru											
Posto SAC em funcionamento	un	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Portal do Sertão											
Posto SAC construído	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posto SAC em funcionamento	un	2,0	2,0	0,0	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	0,0
Posto SAC implantado	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Unidade de atendimento recuperada	un	-	-	-	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Recôncavo											
Ponto Cidadão em funcionamento	un	-	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0

## ANEXO AO PROGRAMA: Modernização da Gestão Pública



Programa: Modernização da Gestão Pública					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					384.000.000,00		339.333.447,00		235.824.673,55		
Tipo: Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s):		CASA CIVIL; SDR; SDE; SEAP; SEDUR; SEPLAN; SEMA; SEINFRA; SESAB; SEC; SIHS; SAEB; PGE; GAB GOV					
Ementa:		Inovar a gestão pública, visando elevar o padrão de eficiência, eficácia e efetividade do serviço público, por meio de soluções integradas e otimizadas de gestão e de tecnologia da informação, contribuindo para a excelência na prestação de serviços à sociedade e para o alcance pleno das políticas públicas									
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Ponto cidadão em funcionamento	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posto SAC em funcionamento	un	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Semiárido Nordeste II											
Ponto Cidadão em funcionamento	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Unidade de atendimento implantada	un	-	-	-	2,0	0,0	0,0	0,0	1,0	1,0	0,0
Sertão do São Francisco											
Ponto Cidadão em funcionamento	un	-	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Ponto cidadão em funcionamento	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posto SAC em funcionamento	un	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Sertão Produtivo											
Ponto Cidadão em funcionamento	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Posto SAC em funcionamento	un	1,0	1,0	0,0	2,0	0,0	1,0	0,0	0,0	1,0	0,0

Programa: Modernização da Gestão Pública						Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)					
						Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado	
						384.000.000,00		339.333.447,00		235.824.673,55	
Tipo: Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s):		CASA CIVIL; SDR; SDE; SEAP; SEDUR; SEPLAN; SEMA; SEINFRA; SESAB; SEC; SIHS; SAEB; PGE; GAB GOV					
Ementa: Inovar a gestão pública, visando elevar o padrão de eficiência, eficácia e efetividade do serviço público, por meio de soluções integradas e otimizadas de gestão e de tecnologia da informação, contribuindo para a excelência na prestação de serviços à sociedade e para o alcance pleno das políticas públicas											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Unidade de atendimento implantada	un	-	-	-	2,0	0,0	0,0	0,0	1,0	1,0	0,0
Sisal											
Ponto Cidadão em funcionamento	un	-	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Ponto cidadão em funcionamento	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Unidade de atendimento implantada	un	-	-	-	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Vale do Jiquiricá											
Ponto Cidadão em funcionamento	un	-	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Ponto cidadão em funcionamento	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Velho Chico											
Unidade de atendimento implantada	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0
Vitória da Conquista											
Posto SAC em funcionamento	un	1,0	1,0	0,0	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	0,0

## ANEXO AO PROGRAMA: Modernização da Gestão Pública



Programa: Modernização da Gestão Pública					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					384.000.000,00		339.333.447,00		235.824.673,55		
Tipo: Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s):		CASA CIVIL; SDR; SDE; SEAP; SEDUR; SEPLAN; SEMA; SEINFRA; SESAB; SEC; SIHS; SAEB; PGE; GAB GOV					
Ementa: Inovar a gestão pública, visando elevar o padrão de eficiência, eficácia e efetividade do serviço público, por meio de soluções integradas e otimizadas de gestão e de tecnologia da informação, contribuindo para a excelência na prestação de serviços à sociedade e para o alcance pleno das políticas públicas											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Unidade de atendimento implantada	un	-	0,0	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Compromisso: Aperfeiçoar a gestão dos processos de compras públicas, visando potencializar a ação do Estado por meio da economia gerada, tempestividade e qualidade dos serviços e produtos adquiridos, bem como otimizar o controle dos bens móveis e imóveis do patrimônio público											
Órgão Responsável: SAEB		Órgão(s) Participante(s): SAEB; SEAP; SESAB									
Bacia do Jacuípe											
Imóvel público segurado	un	-	-	16,0	16,0	0,0	0,0	0,0	0,0	16,0	0,0
Bacia do Paramirim											
Imóvel público segurado	un	-	-	16,0	16,0	0,0	0,0	0,0	0,0	16,0	0,0
Bacia do Rio Corrente											
Imóvel público segurado	un	-	-	14,0	14,0	0,0	0,0	0,0	0,0	14,0	0,0
Bacia do Rio Grande											
Imóvel público segurado	un	-	-	20,0	20,0	0,0	0,0	0,0	0,0	20,0	0,0

Programa: Modernização da Gestão Pública					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					384.000.000,00		339.333.447,00		235.824.673,55		
Tipo: Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s):		CASA CIVIL; SDR; SDE; SEAP; SEDUR; SEPLAN; SEMA; SEINFRA; SESAB; SEC; SIHS; SAEB; PGE; GAB GOV					
Ementa: Inovar a gestão pública, visando elevar o padrão de eficiência, eficácia e efetividade do serviço público, por meio de soluções integradas e otimizadas de gestão e de tecnologia da informação, contribuindo para a excelência na prestação de serviços à sociedade e para o alcance pleno das políticas públicas											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Baixo Sul											
Imóvel público segurado	un	-	-	42,0	42,0	0,0	0,0	0,0	0,0	42,0	0,0
Chapada Diamantina											
Imóvel público segurado	un	-	-	28,0	28,0	0,0	0,0	0,0	0,0	28,0	0,0
Costa do Descobrimento											
Imóvel público avaliado	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Imóvel público segurado	un	-	-	39,0	39,0	0,0	0,0	0,0	0,0	39,0	0,0
Estado											
Ação de assistência realizada	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Ação de gestão desenvolvida	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0
Ação de sustentabilidade desenvolvida	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0
Atividade de gestão desenvolvida	un	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-

## ANEXO AO PROGRAMA: Modernização da Gestão Pública



Programa: Modernização da Gestão Pública					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					384.000.000,00		339.333.447,00		235.824.673,55		
Tipo: Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s):		CASA CIVIL; SDR; SDE; SEAP; SEDUR; SEPLAN; SEMA; SEINFRA; SESAB; SEC; SIHS; SAEB; PGE; GAB GOV					
Ementa:		Inovar a gestão pública, visando elevar o padrão de eficiência, eficácia e efetividade do serviço público, por meio de soluções integradas e otimizadas de gestão e de tecnologia da informação, contribuindo para a excelência na prestação de serviços à sociedade e para o alcance pleno das políticas públicas									
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Atividade desenvolvida	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imóvel público avaliado	un	8,0	17,0	-	10,0	10,0	-	-	-	-	-
Imóvel público conservado	un	-	-	-	2,0	2,0	-	-	-	-	-
Imóvel público segurado	un	1.586,0	1.682,0	-	219,0	219,0	-	-	-	-	-
Imóvel regularizado	un	31,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa elaborada	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículo adquirido	un	-	41,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículo disponibilizado	un	-	-	-	51,0	51,0	-	-	-	-	-
Extremo Sul											
Imóvel público segurado	un	-	-	31,0	31,0	0,0	0,0	0,0	0,0	31,0	0,0
Irecê											
Imóvel público segurado	un	-	-	28,0	28,0	0,0	0,0	0,0	0,0	28,0	0,0



Programa: Modernização da Gestão Pública					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					384.000.000,00		339.333.447,00		235.824.673,55		
Tipo: Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s):		CASA CIVIL; SDR; SDE; SEAP; SEDUR; SEPLAN; SEMA; SEINFRA; SESAB; SEC; SIHS; SAEB; PGE; GAB GOV					
Ementa:		Inovar a gestão pública, visando elevar o padrão de eficiência, eficácia e efetividade do serviço público, por meio de soluções integradas e otimizadas de gestão e de tecnologia da informação, contribuindo para a excelência na prestação de serviços à sociedade e para o alcance pleno das políticas públicas									
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Itaparica											
Imóvel público segurado	un	-	-	16,0	16,0	0,0	0,0	0,0	0,0	16,0	0,0
Litoral Norte e Agreste Baiano											
Imóvel público avaliado	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Imóvel público segurado	un	-	-	51,0	51,0	0,0	0,0	0,0	0,0	51,0	0,0
Litoral Sul											
Imóvel público avaliado	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Imóvel público segurado	un	-	-	85,0	85,0	0,0	0,0	0,0	0,0	85,0	0,0
Médio Rio de Contas											
Imóvel público avaliado	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Imóvel público segurado	un	-	-	58,0	58,0	0,0	0,0	0,0	0,0	58,0	0,0

## ANEXO AO PROGRAMA: Modernização da Gestão Pública



Programa: Modernização da Gestão Pública						Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)					
						Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado	
						384.000.000,00		339.333.447,00		235.824.673,55	
Tipo: Gestão de Políticas Públicas					Órgão(s) Participante(s):		CASA CIVIL; SDR; SDE; SEAP; SEDUR; SEPLAN; SEMA; SEINFRA; SESAB; SEC; SIHS; SAEB; PGE; GAB GOV				
Ementa:		Inovar a gestão pública, visando elevar o padrão de eficiência, eficácia e efetividade do serviço público, por meio de soluções integradas e otimizadas de gestão e de tecnologia da informação, contribuindo para a excelência na prestação de serviços à sociedade e para o alcance pleno das políticas públicas									
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Médio Sudoeste da Bahia											
Imóvel público segurado	un	-	-	39,0	39,0	0,0	0,0	0,0	1,0	38,0	0,0
Metropolitano de Salvador											
Imóvel adquirido	un	-	-	-	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	0,0
Imóvel público avaliado	un	-	-	10,0	5,0	0,0	2,0	0,0	0,0	3,0	0,0
Imóvel público conservado	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Imóvel público segurado	un	-	-	506,0	506,0	0,0	0,0	0,0	0,0	506,0	0,0
Veículo adquirido	un	-	0,0	23,0	-	-	-	-	-	-	-
Veículo disponibilizado	un	-	-	-	3,0	0,0	2,0	1,0	0,0	0,0	0,0
Piemonte da Diamantina											
Imóvel público segurado	un	-	-	16,0	16,0	0,0	0,0	0,0	0,0	16,0	0,0

Programa: Modernização da Gestão Pública					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					384.000.000,00		339.333.447,00		235.824.673,55		
Tipo: Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s):		CASA CIVIL; SDR; SDE; SEAP; SEDUR; SEPLAN; SEMA; SEINFRA; SESAB; SEC; SIHS; SAEB; PGE; GAB GOV					
Ementa:		Inovar a gestão pública, visando elevar o padrão de eficiência, eficácia e efetividade do serviço público, por meio de soluções integradas e otimizadas de gestão e de tecnologia da informação, contribuindo para a excelência na prestação de serviços à sociedade e para o alcance pleno das políticas públicas									
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Piemonte do Paraguaçu											
Imóvel público segurado	un	-	-	23,0	23,0	0,0	0,0	0,0	0,0	23,0	0,0
Piemonte Norte do Itapicuru											
Imóvel público segurado	un	-	-	24,0	24,0	0,0	0,0	0,0	0,0	24,0	0,0
Portal do Sertão											
Imóvel público segurado	un	-	-	111,0	111,0	0,0	0,0	0,0	0,0	111,0	0,0
Recôncavo											
Imóvel público avaliado	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Imóvel público segurado	un	-	-	56,0	56,0	0,0	0,0	0,0	0,0	56,0	0,0
Semiárido Nordeste II											
Imóvel público segurado	un	-	-	20,0	20,0	0,0	0,0	0,0	0,0	20,0	0,0

## ANEXO AO PROGRAMA: Modernização da Gestão Pública



Programa: Modernização da Gestão Pública					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					384.000.000,00		339.333.447,00		235.824.673,55		
Tipo: Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s):		CASA CIVIL; SDR; SDE; SEAP; SEDUR; SEPLAN; SEMA; SEINFRA; SESAB; SEC; SIHS; SAEB; PGE; GAB GOV					
Ementa: Inovar a gestão pública, visando elevar o padrão de eficiência, eficácia e efetividade do serviço público, por meio de soluções integradas e otimizadas de gestão e de tecnologia da informação, contribuindo para a excelência na prestação de serviços à sociedade e para o alcance pleno das políticas públicas											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Sertão do São Francisco											
Imóvel público segurado	un	-	-	41,0	41,0	0,0	0,0	0,0	0,0	41,0	0,0
Sertão Produtivo											
Imóvel público segurado	un	-	-	42,0	42,0	0,0	0,0	0,0	0,0	42,0	0,0
Sisal											
Imóvel público segurado	un	-	-	37,0	37,0	0,0	0,0	0,0	0,0	37,0	0,0
Vale do Jiquiricá											
Imóvel público segurado	un	-	-	39,0	39,0	0,0	0,0	0,0	0,0	39,0	0,0
Velho Chico											
Imóvel público segurado	un	-	-	15,0	15,0	0,0	0,0	0,0	0,0	15,0	0,0
Vitória da Conquista											
Imóvel público segurado	un	-	-	58,0	58,0	0,0	0,0	0,0	0,0	58,0	0,0

Programa: Modernização da Gestão Pública					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					384.000.000,00		339.333.447,00		235.824.673,55		
Tipo: Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s):		CASA CIVIL; SDR; SDE; SEAP; SEDUR; SEPLAN; SEMA; SEINFRA; SESAB; SEC; SIHS; SAEB; PGE; GAB GOV					
Ementa:		Inovar a gestão pública, visando elevar o padrão de eficiência, eficácia e efetividade do serviço público, por meio de soluções integradas e otimizadas de gestão e de tecnologia da informação, contribuindo para a excelência na prestação de serviços à sociedade e para o alcance pleno das políticas públicas									
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados

**Compromisso:** Qualificar o atendimento previdenciário através da diversificação dos canais de comunicação com os beneficiários e demais usuários do Sistema de Previdência Estadual

**Órgão Responsável:** SAEB **Órgão(s) Participante(s):** SAEB

<b>Estado</b>											
Acervo documental preservado	un	-	2,0	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
<b>Metropolitano de Salvador</b>											
Acervo documental preservado	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0

**Compromisso:** Ampliar a assistência preventiva e terapêutica tornando efetiva a promoção da saúde dos beneficiários do Planserv, otimizando a relação custo x benefício, de modo a manter o nível de acesso e de qualidade para os usuários

**Órgão Responsável:** SAEB **Órgão(s) Participante(s):** SAEB

<b>Estado</b>											
Ação educativa realizada	un	-	-	-	11,0	11,0	-	-	-	-	-
Sistema de controle implantado	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-

Programa: Modernização da Gestão Pública					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					384.000.000,00		339.333.447,00		235.824.673,55		
Tipo: Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s):		CASA CIVIL; SDR; SDE; SEAP; SEDUR; SEPLAN; SEMA; SEINFRA; SESAB; SEC; SIHS; SAEB; PGE; GAB GOV					
Ementa:		Inovar a gestão pública, visando elevar o padrão de eficiência, eficácia e efetividade do serviço público, por meio de soluções integradas e otimizadas de gestão e de tecnologia da informação, contribuindo para a excelência na prestação de serviços à sociedade e para o alcance pleno das políticas públicas									
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Metropolitano de Salvador											
Acompanhamento de doente crônico realizado	un	-	-	-	3.500,0	3.500,0	-	-	-	-	-
Dispensação de medicamento por usuário realizada	un	-	-	-	300,0	300,0	-	-	-	-	-
Compromisso:		Modernizar a Procuradoria Geral do Estado, tornando-a eficiente, motivada e habilitada a assessorar a Administração Pública a atender as demandas da Sociedade, garantindo a lisura e eficiência na execução dos Programas Sociais do Estado									
Órgão Responsável:		PGE		Órgão(s) Participante(s): PGE							
Estado											
Procurador capacitado	un	90,0	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Projeto de modernização implementado	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviço de tecnologia modernizado	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0
Litoral Sul											
Imóvel adquirido	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-



Programa: Modernização da Gestão Pública					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					384.000.000,00		339.333.447,00		235.824.673,55		
Tipo: Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s):		CASA CIVIL; SDR; SDE; SEAP; SEDUR; SEPLAN; SEMA; SEINFRA; SESAB; SEC; SIHS; SAEB; PGE; GAB GOV					
Ementa:		Inovar a gestão pública, visando elevar o padrão de eficiência, eficácia e efetividade do serviço público, por meio de soluções integradas e otimizadas de gestão e de tecnologia da informação, contribuindo para a excelência na prestação de serviços à sociedade e para o alcance pleno das políticas públicas									
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Metropolitano de Salvador											
Edifício público reformado	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Evento de capacitação realizado	un	-	-	-	30,0	0,0	2,0	0,0	0,0	28,0	0,0
Órgão público aparelhado	un	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Órgão público modernizado	un	-	-	-	23,0	22,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0
Sede da PGE aparelhada	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sede da PGE reformada	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Unidade da procuradoria reformada	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0
Veículo adquirido	un	-	7,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Portal do Sertão											
Unidade da procuradoria construída	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0

## ANEXO AO PROGRAMA: Modernização da Gestão Pública



Programa: Modernização da Gestão Pública					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					384.000.000,00		339.333.447,00		235.824.673,55		
Tipo: Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s):		CASA CIVIL; SDR; SDE; SEAP; SEDUR; SEPLAN; SEMA; SEINFRA; SESAB; SEC; SIHS; SAEB; PGE; GAB GOV					
Ementa:				Inovar a gestão pública, visando elevar o padrão de eficiência, eficácia e efetividade do serviço público, por meio de soluções integradas e otimizadas de gestão e de tecnologia da informação, contribuindo para a excelência na prestação de serviços à sociedade e para o alcance pleno das políticas públicas							
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Sertão do São Francisco											
Unidade da procuradoria construída	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Vitória da Conquista											
Unidade da procuradoria construída	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Estado											
Atividade jurídica realizada	un	-	-	-	56.187,0	0,0	0,0	0,0	0,0	56.187,0	0,0
Processo judicial analisado	un	60.000,0	60.000,0	0,0	-	-	-	-	-	-	-
Metropolitano de Salvador											
Acervo documental da procuradoria preservado	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0
Compromisso: Ampliar e modernizar a Empresa Gráfica da Bahia, tornando seu processo produtivo mais eficiente e eficaz											
Órgão Responsável: CASA CIVIL				Órgão(s) Participante(s): CASA CIVIL							

Programa: Modernização da Gestão Pública					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					384.000.000,00		339.333.447,00		235.824.673,55		
Tipo: Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s):		CASA CIVIL; SDR; SDE; SEAP; SEDUR; SEPLAN; SEMA; SEINFRA; SESAB; SEC; SIHS; SAEB; PGE; GAB GOV					
Ementa:		Inovar a gestão pública, visando elevar o padrão de eficiência, eficácia e efetividade do serviço público, por meio de soluções integradas e otimizadas de gestão e de tecnologia da informação, contribuindo para a excelência na prestação de serviços à sociedade e para o alcance pleno das políticas públicas									
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Metropolitano de Salvador											
Espaço físico requalificado	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0
Parque industrial e tecnológico reequipado	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0
Compromisso:		Prover a infraestrutura física adequada para a prestação do serviço público, investindo na melhoria constante das edificações públicas									
Órgão Responsável:		SEDUR		Órgão(s) Participante(s): SAEB; SDR; SEMA; SESAB; SEAP; SDE; GAB GOV; SEPLAN; SIHS; SEDUR							
Bacia do Jacuípe											
Edifício público recuperado	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Bacia do Paramirim											
Edifício público recuperado	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Projeto de obra de edificação pública elaborado	un	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Bacia do Rio Corrente											
Edifício público recuperado	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-

## ANEXO AO PROGRAMA: Modernização da Gestão Pública



Programa: Modernização da Gestão Pública						Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)					
						Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado	
						384.000.000,00		339.333.447,00		235.824.673,55	
Tipo: Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s):		CASA CIVIL; SDR; SDE; SEAP; SEDUR; SEPLAN; SEMA; SEINFRA; SESAB; SEC; SIHS; SAEB; PGE; GAB GOV					
Ementa: Inovar a gestão pública, visando elevar o padrão de eficiência, eficácia e efetividade do serviço público, por meio de soluções integradas e otimizadas de gestão e de tecnologia da informação, contribuindo para a excelência na prestação de serviços à sociedade e para o alcance pleno das políticas públicas											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Bacia do Rio Grande											
Edifício público recuperado	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Baixo Sul											
Edifício público recuperado	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Chapada Diamantina											
Edifício público recuperado	un	-	-	-	2,0	2,0	-	-	-	-	-
Costa do Descobrimento											
Edifício público recuperado	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Estado											
Estudo e pesquisa em construção civil realizados	un	-	12,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Fiscalização de obra/serviço realizada	un	-	-	-	7,0	5,0	0,0	0,0	0,0	2,0	0,0
Obra de infraestrutura urbana fiscalizada	un	-	108,0	-	-	-	-	-	-	-	-

Programa: Modernização da Gestão Pública					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					384.000.000,00		339.333.447,00		235.824.673,55		
Tipo: Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s):		CASA CIVIL; SDR; SDE; SEAP; SEDUR; SEPLAN; SEMA; SEINFRA; SESAB; SEC; SIHS; SAEB; PGE; GAB GOV					
Ementa:		Inovar a gestão pública, visando elevar o padrão de eficiência, eficácia e efetividade do serviço público, por meio de soluções integradas e otimizadas de gestão e de tecnologia da informação, contribuindo para a excelência na prestação de serviços à sociedade e para o alcance pleno das políticas públicas									
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Obra fiscalizada	un	600,0	27,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de qualidade de obra desenvolvido	un	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Extremo Sul											
Edifício público recuperado	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Irecê											
Edifício público recuperado	un	-	-	-	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Itaparica											
Edifício público recuperado	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Litoral Norte e Agreste Baiano											
Edifício público recuperado	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0
Litoral Sul											
Edifício público recuperado	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-

## ANEXO AO PROGRAMA: Modernização da Gestão Pública



Programa: Modernização da Gestão Pública					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					384.000.000,00		339.333.447,00		235.824.673,55		
Tipo: Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s):		CASA CIVIL; SDR; SDE; SEAP; SEDUR; SEPLAN; SEMA; SEINFRA; SESAB; SEC; SIHS; SAEB; PGE; GAB GOV					
Ementa:		Inovar a gestão pública, visando elevar o padrão de eficiência, eficácia e efetividade do serviço público, por meio de soluções integradas e otimizadas de gestão e de tecnologia da informação, contribuindo para a excelência na prestação de serviços à sociedade e para o alcance pleno das políticas públicas									
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Médio Rio de Contas											
Edifício público recuperado	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Médio Sudoeste da Bahia											
Edifício público recuperado	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Metropolitano de Salvador											
Edifício público adequado	un	-	2,0	1,0	5,0	5,0	-	-	-	-	-
Edifício público ampliado	un	-	1,0	1,0	6,0	0,0	1,0	2,0	3,0	0,0	0,0
Edifício público conservado	un	76,0	80,0	34,0	24,0	24,0	-	-	-	-	-
Edifício público construído	un	-	1,0	-	2,0	2,0	-	-	-	-	-
Edifício público recuperado	un	1,0	7,0	2,0	10,0	3,0	0,0	1,0	3,0	3,0	0,0
Edifício público reformado	un	-	1,0	1,0	2,0	0,0	0,0	0,0	2,0	0,0	0,0
Obra e serviço realizado	un	6,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-



Programa: Modernização da Gestão Pública					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					384.000.000,00		339.333.447,00		235.824.673,55		
Tipo: Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s):		CASA CIVIL; SDR; SDE; SEAP; SEDUR; SEPLAN; SEMA; SEINFRA; SESAB; SEC; SIHS; SAEB; PGE; GAB GOV					
Ementa:		Inovar a gestão pública, visando elevar o padrão de eficiência, eficácia e efetividade do serviço público, por meio de soluções integradas e otimizadas de gestão e de tecnologia da informação, contribuindo para a excelência na prestação de serviços à sociedade e para o alcance pleno das políticas públicas									
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Projeto de edificação pública elaborado	un	-	-	-	10,0	10,0	-	-	-	-	-
Projeto de obra de edificação pública elaborado	un	-	0,0	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Projeto elaborado	un	9,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rede elétrica de edificação recuperada	un	-	2,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviço de urbanização executado	un	-	66,0	40,0	12,0	10,0	0,0	0,0	0,0	2,0	0,0
Serviço executado	un	243,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piemonte da Diamantina											
Edifício público recuperado	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Projeto de obra de edificação pública elaborado	un	-	1,0	0,0	-	-	-	-	-	-	-
Piemonte do Paraguaçu											
Edifício público recuperado	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-

\* Quantidade calculada pelo Fiplan; quando não há registro de informação.

## ANEXO AO PROGRAMA: Modernização da Gestão Pública



Programa: Modernização da Gestão Pública					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					384.000.000,00		339.333.447,00		235.824.673,55		
Tipo: Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s):		CASA CIVIL; SDR; SDE; SEAP; SEDUR; SEPLAN; SEMA; SEINFRA; SESAB; SEC; SIHS; SAEB; PGE; GAB GOV					
Ementa:		Inovar a gestão pública, visando elevar o padrão de eficiência, eficácia e efetividade do serviço público, por meio de soluções integradas e otimizadas de gestão e de tecnologia da informação, contribuindo para a excelência na prestação de serviços à sociedade e para o alcance pleno das políticas públicas									
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Piemonte Norte do Itapicuru											
Edifício público recuperado	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Portal do Sertão											
Edifício público conservado	un	-	1,0	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Edifício público construído	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0
Edifício público recuperado	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0
Projeto de obra de edificação pública elaborado	un	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Recôncavo											
Edifício público recuperado	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Sertão do São Francisco											
Edifício público recuperado	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-

Programa: Modernização da Gestão Pública					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					384.000.000,00		339.333.447,00		235.824.673,55		
Tipo: Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s):		CASA CIVIL; SDR; SDE; SEAP; SEDUR; SEPLAN; SEMA; SEINFRA; SESAB; SEC; SIHS; SAEB; PGE; GAB GOV					
Ementa:		Inovar a gestão pública, visando elevar o padrão de eficiência, eficácia e efetividade do serviço público, por meio de soluções integradas e otimizadas de gestão e de tecnologia da informação, contribuindo para a excelência na prestação de serviços à sociedade e para o alcance pleno das políticas públicas									
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Sisal											
Edifício público recuperado	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Velho Chico											
Edifício público recuperado	un	-	-	-	2,0	2,0	-	-	-	-	-
Vitória da Conquista											
Edifício público construído	m²	-	-	-	500,0	500,0	-	-	-	-	-
Edifício público recuperado	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Compromisso: Ampliar e modernizar o sistema de telefonia e internet nos órgãos do Estado, melhorando a qualidade dos serviços de comunicação no âmbito do CAB											
Órgão Responsável: SEINFRA		Órgão(s) Participante(s): SEINFRA									
Metropolitano de Salvador											
Sistema de telefonia em funcionamento	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0
Sistema de telefonia em operação	un	-	1,0	0,0	-	-	-	-	-	-	-

## ANEXO AO PROGRAMA: Modernização da Gestão Pública



Programa: Modernização da Gestão Pública					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					384.000.000,00		339.333.447,00		235.824.673,55		
Tipo: Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s):		CASA CIVIL; SDR; SDE; SEAP; SEDUR; SEPLAN; SEMA; SEINFRA; SESAB; SEC; SIHS; SAEB; PGE; GAB GOV					
Ementa:				Inovar a gestão pública, visando elevar o padrão de eficiência, eficácia e efetividade do serviço público, por meio de soluções integradas e otimizadas de gestão e de tecnologia da informação, contribuindo para a excelência na prestação de serviços à sociedade e para o alcance pleno das políticas públicas							
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Sistema em operação	un	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Compromisso: Ampliar a Certificação de Qualidade em Órgãos e Unidades da Administração Estadual, aplicando normas reconhecidas internacionalmente, com impactos positivos na Sociedade											
Órgão Responsável: SICM		Órgão(s) Participante(s):									
Metropolitano de Salvador											
Certificado de conformidade emitido	un	-	2,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Compromisso: Viabilizar a concessão de benefícios ao servidor público para aquisição da casa própria, visando a melhoria da sua qualidade de vida											
Órgão Responsável: SEDUR		Órgão(s) Participante(s): SEDUR									
Metropolitano de Salvador											
Unidade habitacional adquirida	un	-	-	-	1.600,0	0,0	0,0	0,0	1.600,0	0,0	0,0

Eixo Estruturante:		Gestão Democrática do Estado										
Area Temática:		Relação Governo-Sociedade										
Programa:		Relação Governo-Sociedade					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)					
							Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado	
							104.539.000,00		111.777.246,00		109.864.853,74	
Tipo:		Gestão de Políticas Públicas			Órgão(s) Participante(s):		SEPLAN; SERIN; SIHS; SESAB; SEC; SETUR; SDE; SECOM; SEINFRA					
Ementa:		Assegurar o acesso à informação, estimular a participação cidadã e o controle social da gestão do Estado										
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015							
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados	
Compromisso:		Planejar e coordenar a execução dos serviços de eventos institucionais, mercadológicos e de utilidade pública, buscando identificar o público alvo e a melhor maneira de atingi-los com maior eficiência										
Órgão Responsável:		SECOM			Órgão(s) Participante(s): SESAB; SECOM; SIHS							
Bacia do Jacuípe												
Evento de comunicação promovido	un	-	-	-	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	0,0	
Bacia do Paramirim												
Evento de comunicação promovido	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	
Bacia do Rio Corrente												
Evento de comunicação promovido	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	
Bacia do Rio Grande												
Evento de comunicação promovido	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	

## ANEXO AO PROGRAMA: Relação Governo-Sociedade



Programa: Relação Governo-Sociedade					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					104.539.000,00		111.777.246,00		109.864.853,74		
Tipo: Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s): SEPLAN; SERIN; SIHS; SESAB; SEC; SETUR; SDE; SECOM; SEINFRA							
Ementa: Assegurar o acesso à informação, estimular a participação cidadã e o controle social da gestão do Estado											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Baixo Sul											
Evento de comunicação promovido	un	-	-	-	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	0,0
Chapada Diamantina											
Evento de comunicação promovido	un	-	-	-	3,0	1,0	0,0	0,0	0,0	2,0	0,0
Costa do Descobrimento											
Evento de comunicação promovido	un	-	-	-	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0	0,0
Estado											
Evento de comunicação promovido	un	-	59,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Evento promovido	un	24,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Extremo Sul											
Evento de comunicação promovido	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Irecê											



Programa:		Relação Governo-Sociedade					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)					
							Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado	
							104.539.000,00		111.777.246,00		109.864.853,74	
Tipo:		Gestão de Políticas Públicas			Órgão(s) Participante(s):		SEPLAN; SERIN; SIHS; SESAB; SEC; SETUR; SDE; SECOM; SEINFRA					
Ementa:		Assegurar o acesso à informação, estimular a participação cidadã e o controle social da gestão do Estado										
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015							
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados	
Evento de comunicação promovido	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	
Itaparica												
Evento de comunicação promovido	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	
Litoral Norte e Agreste Baiano												
Evento de comunicação promovido	un	-	-	-	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	0,0	
Litoral Sul												
Evento de comunicação promovido	un	-	-	-	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	0,0	
Médio Rio de Contas												
Evento de comunicação promovido	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	
Médio Sudoeste da Bahia												
Evento de comunicação promovido	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	
Metropolitano de Salvador												

## ANEXO AO PROGRAMA: Relação Governo-Sociedade



Programa: Relação Governo-Sociedade					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					104.539.000,00		111.777.246,00		109.864.853,74		
Tipo: Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s): SEPLAN; SERIN; SIHS; SESAB; SEC; SETUR; SDE; SECOM; SEINFRA							
Ementa: Assegurar o acesso à informação, estimular a participação cidadã e o controle social da gestão do Estado											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Evento de comunicação promovido	un	-	-	-	61,0	-10,0	15,0	0,0	0,0	56,0	0,0
Piemonte da Diamantina											
Evento de comunicação promovido	un	-	-	-	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	0,0
Piemonte Norte do Itapicuru											
Evento de comunicação promovido	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Portal do Sertão											
Evento de comunicação promovido	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Recôncavo											
Evento de comunicação promovido	un	-	-	-	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0	0,0
Semiárido Nordeste II											
Evento de comunicação promovido	un	-	-	-	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	0,0
Sertão do São Francisco											

Programa: Relação Governo-Sociedade					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					104.539.000,00		111.777.246,00		109.864.853,74		
Tipo: Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s):		SEPLAN; SERIN; SIHS; SESAB; SEC; SETUR; SDE; SECOM; SEINFRA					
Ementa: Assegurar o acesso à informação, estimular a participação cidadã e o controle social da gestão do Estado											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Evento de comunicação promovido	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Sertão Produtivo											
Evento de comunicação promovido	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Sisal											
Evento de comunicação promovido	un	-	-	-	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	0,0
Vale do Jiquiricá											
Evento de comunicação promovido	un	-	-	-	2,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Velho Chico											
Evento de comunicação promovido	un	-	-	-	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	0,0
Vitória da Conquista											
Evento de comunicação promovido	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Compromisso: Promover a política de comunicação e informação, garantindo à sociedade pleno conhecimento e transparência das ações do Governo											
Órgão Responsável: SECOM		Órgão(s) Participante(s): SIHS; SEINFRA; SEC; SETUR; SESAB; SECOM; SDE									

## ANEXO AO PROGRAMA: Relação Governo-Sociedade



Programa: Relação Governo-Sociedade					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					104.539.000,00		111.777.246,00		109.864.853,74		
Tipo: Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s): SEPLAN; SERIN; SIHS; SESAB; SEC; SETUR; SDE; SECOM; SEINFRA							
Ementa: Assegurar o acesso à informação, estimular a participação cidadã e o controle social da gestão do Estado											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Estado											
Ação de utilidade pública divulgada	un	-	8,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Ação institucional divulgada	un	-	72,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Evento de publicidade de utilidade pública realizado	un	-	-	-	7,0	1,0	0,0	0,0	0,0	6,0	0,0
Evento de publicidade institucional realizado	un	-	-	-	101,0	15,0	1,0	0,0	1,0	84,0	0,0
Material informativo divulgado	un	25,0	261,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Ouvidoria em funcionamento	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
Publicidade de utilidade pública realizada	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Publicidade institucional realizada	un	-	-	315,0	-	-	-	-	-	-	-
Portal do Sertão											
Ação institucional divulgada	un	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Compromisso: Viabilizar o cumprimento institucional do Estado de levar informação das ações do Governo ao cidadão											
Órgão Responsável: SECOM		Órgão(s) Participante(s):									

Programa:		Relação Governo-Sociedade					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)					
							Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado	
							104.539.000,00		111.777.246,00		109.864.853,74	
Tipo:		Gestão de Políticas Públicas			Órgão(s) Participante(s):		SEPLAN; SERIN; SIHS; SESAB; SEC; SETUR; SDE; SECOM; SEINFRA					
Ementa:		Assegurar o acesso à informação, estimular a participação cidadã e o controle social da gestão do Estado										
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015							
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados	
Estado												
Acervo de áudio e vídeo digitalizado	un	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	
TV web implantada	un	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	
Compromisso:												
Coordenar a política de comunicação social, assegurando a sociedade o pleno conhecimento e transparência das informações												
Órgão Responsável:		SECOM			Órgão(s) Participante(s):							
Estado												
Conselho de comunicação em funcionamento	un	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	
Técnico capacitado	un	-	167,0	-	-	-	-	-	-	-	-	
Compromisso:												
Ordenar o acervo fotográfico do Governo, revitalizando suas imagens para disponibilização à sociedade												
Órgão Responsável:		SECOM			Órgão(s) Participante(s):							
Estado												
Acervo fotoaráfico digitalizado	un	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	

\* Quantidade calculada pelo Fiplan; quando não há registro de informação.

## ANEXO AO PROGRAMA: Relação Governo-Sociedade



Programa: Relação Governo-Sociedade					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					104.539.000,00		111.777.246,00		109.864.853,74		
Tipo: Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s): SEPLAN; SERIN; SIHS; SESAB; SEC; SETUR; SDE; SECOM; SEINFRA							
Ementa: Assegurar o acesso à informação, estimular a participação cidadã e o controle social da gestão do Estado											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Compromisso: Normatizar e coordenar a execução dos programas de internet, incluindo sites, campanhas publicitárias, mídias online e gerenciamento de redes sociais, criando uma presença digital para o Governo											
Órgão Responsável: SECOM		Órgão(s) Participante(s): SECOM									
Estado											
Acesso digital ampliado	un	-	-	-	5,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,0	0,0
Acesso digital promovido	un	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Compromisso: Articular e dialogar com a sociedade civil e a população jovem do Estado, promovendo o desenvolvimento econômico e social											
Órgão Responsável: SERIN		Órgão(s) Participante(s): SERIN									
Estado											
Criação de conselho/associação fomentada	un	-	-	-	3,0	3,0	-	-	-	-	-
Evento de articulação promovido	un	60,0	87,0	42,0	60,0	33,0	0,0	0,0	27,0	0,0	0,0
Política pública implementada	un	5,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Compromisso: Coletar, tratar e divulgar informações de natureza social, econômica, ambiental e estatística, visando subsidiar o planejamento governamental e a sociedade para definir políticas e programas de desenvolvimento econômico e social do Estado											
Órgão Responsável: SEPLAN		Órgão(s) Participante(s): SEPLAN									

\* Quantidade calculada pelo Fiplan; quando não há registro de informação.



Programa:		Relação Governo-Sociedade					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)					
							Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado	
							104.539.000,00		111.777.246,00		109.864.853,74	
Tipo:		Gestão de Políticas Públicas			Órgão(s) Participante(s):		SEPLAN; SERIN; SIHS; SESAB; SEC; SETUR; SDE; SECOM; SEINFRA					
Ementa:		Assegurar o acesso à informação, estimular a participação cidadã e o controle social da gestão do Estado										
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015							
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados	
Estado												
Estatística e indicador produzidos	un	27,0	27,0	-	-	-	-	-	-	-	-	
Estudo e projeto socioeconômico elaborado	un	-	27,0	-	-	-	-	-	-	-	-	
Estudo e projeto socioeconômico elaborados	un	27,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Estudo/projeto socioeconômico elaborado	un	-	-	-	13,0	0,0	0,0	0,0	13,0	0,0	0,0	
Informação geoambiental produzida	un	12,0	12,0	-	-	-	-	-	-	-	-	
Mapeamento sistemático elaborado	un	120,0	120,0	-	-	-	-	-	-	-	-	
Pesquisa socioeconômica e ambiental elaborada	un	24,0	24,0	-	12,0	4,0	0,0	1,6	1,6	3,3	1,5	
Metropolitano de Salvador												
Estatística e indicador produzidos	un	-	-	27,0	-	-	-	-	-	-	-	
Estudo e projeto socioeconômico elaborado	un	-	-	6,0	-	-	-	-	-	-	-	

## ANEXO AO PROGRAMA: Relação Governo-Sociedade



Programa: Relação Governo-Sociedade					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					104.539.000,00		111.777.246,00		109.864.853,74		
Tipo: Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s): SEPLAN; SERIN; SIHS; SESAB; SEC; SETUR; SDE; SECOM; SEINFRA							
Ementa: Assegurar o acesso à informação, estimular a participação cidadã e o controle social da gestão do Estado											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Informação geoambiental produzida	un	-	-	6,0	-	-	*	-	-	-	-
Mapeamento sistemático elaborado	un	-	-	120,0	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa socioeconômica e ambiental elaborada	un	-	-	9,0	-	-	-	-	-	-	-

\* Quantidade calculada pelo Fiplan; quando não há registro de informação.

Eixo Estruturante:		Gestão Democrática do Estado										
Area Temática:		Pacto Federativo										
Programa:		Pacto Federativo					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)					
							Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado	
							170.000,00		69.797,00		56.457,79	
Tipo:		Gestão de Políticas Públicas			Órgão(s) Participante(s):		SERIN					
Ementa:		Buscar soluções integradoras dentro do Pacto Federativo, visando à ampliação da efetividade na implementação de políticas públicas, pelo fortalecimento da cooperação federativa e qualificação da relação com parlamentares										
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015							
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados	
Compromisso:		Articular a política do Poder Executivo com os demais poderes e entes federativos, estabelecendo a sua coordenação e integração política										
Órgão Responsável:		SERIN			Órgão(s) Participante(s): SERIN							
Estado												
Articulação política coordenada	un	1.000,0	-	-	700,0	0,0	50,0	0,0	650,0	0,0	0,0	
Consórcio municipal apoiado	un	5,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Evento de articulação promovido	un	15,0	6,0	20,0	20,0	0,0	15,0	0,0	5,0	0,0	0,0	
Sistema de relacionamento institucional em operação	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	

Eixo Estruturante:	Ação Legislativa e Controle das Contas Públicas										
Area Temática:	Ação Legislativa										
Programa:	Fortalecimento da Ação Legislativa					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)					
						Orçado Inicial	Orçado Atual	Liquidado			
						236.670.000,00	273.110.000,00	268.899.351,39			
Tipo:	Finalístico				Órgão(s) Participante(s):		ALBA				
Ementa:	Apreciar proposições em geral, apurar fatos determinados, exercer a fiscalização e o controle externo dos órgãos e de seus representantes do Poder Público e desempenhar as demais prerrogativas constitucionais do Órgão e de seus membros										
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Compromisso:	Estabelecer novo padrão de relação entre Estado e sociedade, exercendo a fiscalização e o controle externo dos órgãos e representantes do Poder Público, com transparência e interatividade, enfatizando a normatização e o controle social										
Órgão Responsável:	ALBA			Órgão(s) Participante(s): ALBA							
Estado											
Ação legislativa em funcionamento	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Apoio assistencial a entidade realizado	un	-	-	-	6,0	6,0	-	-	-	-	-
Evento de capacitação realizado	un	-	-	-	50,0	50,0	-	-	-	-	-
Evento de publicidade institucional realizado	un	-	-	-	5,0	5,0	-	-	-	-	-
Serviço finalístico remunerado	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Sistema de informação desenvolvido	un	-	-	-	3,0	3,0	-	-	-	-	-
Sistema de TV/rádiodifusão em operação	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-

\* Quantidade calculada pelo Fiplan; quando não há registro de informação.

Programa: Fortalecimento da Ação Legislativa					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					236.670.000,00		273.110.000,00		268.899.351,39		
Tipo: Finalístico				Órgão(s) Participante(s): ALBA							
Ementa:		Apreciar proposições em geral, apurar fatos determinados, exercer a fiscalização e o controle externo dos órgãos e de seus representantes do Poder Público e desempenhar as demais prerrogativas constitucionais do Órgão e de seus membros									
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Sistema de TV/rádiodifusão implementado	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Metropolitano de Salvador											
Unidade legislativa reformada	un	-	-	-	3,0	3,0	-	-	-	-	-

Eixo Estruturante:	Ação Legislativa e Controle das Contas Públicas										
Area Temática:	Controle Externo Estadual										
Programa:	Aperfeiçoamento do Controle Externo Estadual						Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)				
							Orçado Inicial	Orçado Atual	Liquidado		
							157.730.000,00	160.734.000,00	157.785.508,24		
Tipo:	Finalístico				Órgão(s) Participante(s):		TCE				
Ementa:	Aperfeiçoar o exercício do controle externo, com ênfase na modernização da estrutura física e tecnológica e na capacitação de pessoas, visando zelar pela regular aplicação dos recursos públicos contribuindo para uma gestão orçamentária e financeira do Estado desenvolvida em concordância com as políticas governamentais, sob a ótica da transparência, economicidade, efetividade, legalidade e materialidade e baseada no diálogo para enfrentar possíveis impropriedades a partir de uma perspectiva construtiva										
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Compromisso:	Aprimorar as práticas auditoriais, assegurando o efetivo, regular e transparente exercício da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado										
Órgão Responsável:	TCE			Órgão(s) Participante(s): TCE							
Estado											
Conta pública estadual auditada	un	-	-	-	79,0	79,0	-	-	-	-	-
Serviço finalístico remunerado	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Compromisso:	Otimizar os processos, facilitando a atuação seletiva e tempestiva do controle externo, para o aumento da transparência quanto aos resultados do controle										
Órgão Responsável:	TCE			Órgão(s) Participante(s): TCE							
Estado											
Solução tecnológica desenvolvida	un	-	-	-	10,0	10,0	-	-	-	-	-
Compromisso:	Manter a disponibilidade e a qualidade dos serviços de Tecnologia da Informação - TI do Tribunal de Contas do Estado, otimizando a utilização de recursos com responsabilidade social e ambiental										
Órgão Responsável:	TCE			Órgão(s) Participante(s): TCE							

\* Quantidade calculada pelo Fiplan; quando não há registro de informação.



Programa: Aperfeiçoamento do Controle Externo Estadual					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					157.730.000,00		160.734.000,00		157.785.508,24		
Tipo: Finalístico				Órgão(s) Participante(s): TCE							
Ementa: Aperfeiçoar o exercício do controle externo, com ênfase na modernização da estrutura física e tecnológica e na capacitação de pessoas, visando zelar pela regular aplicação dos recursos públicos contribuindo para uma gestão orçamentária e financeira do Estado desenvolvida em concordância com as políticas governamentais, sob a ótica da transparência, economicidade, efetividade, legalidade e materialidade e baseada no diálogo para enfrentar possíveis impropriedades a partir de uma perspectiva construtiva											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Estado											
Parque computacional ampliado	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Sistema de informação em operação	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Compromisso: Modernizar a gestão do Tribunal de Contas do Estado, ampliando a infraestrutura física e otimizando a qualidade dos serviços prestados à sociedade											
Órgão Responsável: TCE		Órgão(s) Participante(s): TCE									
Estado											
Concurso público realizado	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Evento de capacitação realizado	un	-	-	-	20,0	20,0	-	-	-	-	-
Metropolitano de Salvador											
Anexo sede construído	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Prédio sede reformado	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0

Eixo Estruturante:	Ação Legislativa e Controle das Contas Públicas										
Area Temática:	Controle Externo dos Municípios										
Programa:	Aperfeiçoamento do Controle Externo dos Municípios					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)					
						Orçado Inicial	Orçado Atual	Liquidado			
						3.130.000,00	3.827.000,00	1.815.291,63			
Tipo:	Finalístico				Órgão(s) Participante(s):	TCM					
Ementa:	Aperfeiçoar o controle externo da administração pública municipal como instrumento de articulação social e de cidadania com eficiência, eficácia e efetividade das ações, assegurando uma gestão orçamentária e financeira em conformidade com as normas legais e em benefício do interesse comum, com a priorização, no âmbito interno, da intensificação das relações intergovernamentais e interinstitucionais, da modernização dos procedimentos e instrumentos de controle, da valorização e capacitação de pessoas e da requalificação da informação e do conhecimento										
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Compromisso:	Melhorar a eficácia do controle externo municipal, ampliando a transparência das ações e a capacidade de atendimento às demandas dos jurisdicionados, da sociedade e fortalecer a imagem institucional										
Órgão Responsável:	TCM				Órgão(s) Participante(s): TCM						
Estado											
Conta pública municipal auditada	un	-	-	-	834,0	834,0	-	-	-	-	-
Metropolitano de Salvador											
Anexo sede construído	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Unidade reformada	un	-	-	-	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0
Compromisso:	Aprimorar e ampliar a capacidade de gestão de pessoas, processos, informação, conhecimento e tecnologia, visando a eficiência, eficácia e efetividade no controle externo municipal, dentro da legalidade e responsabilidade fiscal										
Órgão Responsável:	TCM				Órgão(s) Participante(s): TCM						

Programa: Aperfeiçoamento do Controle Externo dos Municípios					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					3.130.000,00		3.827.000,00		1.815.291,63		
Tipo: Finalístico				Órgão(s) Participante(s): TCM							
Ementa: Aperfeiçoar o controle externo da administração pública municipal como instrumento de articulação social e de cidadania com eficiência, eficácia e efetividade das ações, assegurando uma gestão orçamentária e financeira em conformidade com as normas legais e em benefício do interesse comum, com a priorização, no âmbito interno, da intensificação das relações intergovernamentais e interinstitucionais, da modernização dos procedimentos e instrumentos de controle, da valorização e capacitação de pessoas e da requalificação da informação e do conhecimento											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Estado											
Evento de capacitação realizado	un	-	-	-	10,0	10,0	-	-	-	-	-
Sistema de controle externo modernizado	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-

Eixo Estruturante:	Efetividade no Poder Judiciário										
Area Temática:	Justiça										
Programa:	Justiça Presente					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)					
						Orçado Inicial	Orçado Atual	Liquidado			
						1.424.050.000,00	1.701.223.039,00	1.633.021.299,48			
Tipo:	Finalístico				Órgão(s) Participante(s):		TJ				
Ementa:	Oferecer condições ao Poder Judiciário para melhorar o desempenho da prestação de serviço jurisdicional no atendimento às demandas sociais										
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Compromisso:	Facilitar o acesso à justiça para atender os direitos do cidadão mediante o desenvolvimento de ações que propiciem a expansão e a celeridade dos serviços										
Órgão Responsável:	TJ	Órgão(s) Participante(s): TJ									
Estado											
Serviço de apoio à justiça ampliado	un	-	-	-	4,0	4,0	-	-	-	-	-
Compromisso:	Propiciar a transparência das ações do Poder Judiciário, favorecendo a credibilidade da instituição perante a sociedade										
Órgão Responsável:	TJ	Órgão(s) Participante(s): TJ									
Estado											
Evento de publicidade institucional realizado	un	-	-	-	2,0	2,0	-	-	-	-	-
Compromisso:	Buscar excelência na gestão e melhores condições de trabalho para garantir o bom desempenho das atividades judiciárias										
Órgão Responsável:	TJ	Órgão(s) Participante(s): TJ									

Programa: Justiça Presente					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					1.424.050.000,00		1.701.223.039,00		1.633.021.299,48		
Tipo: Finalístico				Órgão(s) Participante(s): TJ							
Ementa: Oferecer condições ao Poder Judiciário para melhorar o desempenho da prestação de serviço jurisdicional no atendimento às demandas sociais											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Bacia do Jacuípe											
Unidade judiciária reformada	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Bacia do Rio Grande											
Unidade judiciária construída	un	-	-	-	2,0	2,0	-	-	-	-	-
Unidade judiciária reformada	un	-	-	-	3,0	3,0	-	-	-	-	-
Baixo Sul											
Unidade judiciária construída	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Unidade judiciária reformada	un	-	-	-	2,0	2,0	-	-	-	-	-
Chapada Diamantina											
Unidade judiciária reformada	un	-	-	-	2,0	2,0	-	-	-	-	-
Costa do Descobrimento											
Unidade judiciária construída	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-

Programa: Justiça Presente						Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)					
						Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado	
						1.424.050.000,00		1.701.223.039,00		1.633.021.299,48	
Tipo: Finalístico				Órgão(s) Participante(s): TJ							
Ementa: Oferecer condições ao Poder Judiciário para melhorar o desempenho da prestação de serviço jurisdicional no atendimento às demandas sociais											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Unidade judiciária reformada	un	-	-	-	2,0	2,0	-	-	-	-	-
Estado											
Ação de inclusão social apoiada	un	-	-	-	2,0	2,0	-	-	-	-	-
Apoio a entidade social realizado	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Concurso público realizado	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Entidade social apoiada	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Equipamento adquirido	un	-	-	-	3.556,0	3.556,0	-	-	-	-	-
Evento de capacitação realizado	un	-	-	-	36,0	36,0	-	-	-	-	-
Parque computacional ampliado	un	-	-	-	3,0	3,0	-	-	-	-	-
Serviço finalístico remunerado	un	-	-	-	2,0	2,0	-	-	-	-	-
Serviço judiciário fiscalizado	un	-	-	-	310,0	310,0	-	-	-	-	-
Veículo disponibilizado	un	-	-	-	2,0	2,0	-	-	-	-	-



Programa: Justiça Presente						Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)					
						Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado	
						1.424.050.000,00		1.701.223.039,00		1.633.021.299,48	
Tipo: Finalístico				Órgão(s) Participante(s): TJ							
Ementa: Oferecer condições ao Poder Judiciário para melhorar o desempenho da prestação de serviço jurisdicional no atendimento às demandas sociais											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Extremo Sul											
Unidade judiciária reformada	un	-	-	-	2,0	2,0	-	-	-	-	-
Irecê											
Unidade judiciária construída	un	-	-	-	4,0	4,0	-	-	-	-	-
Unidade judiciária reformada	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Itaparica											
Unidade judiciária construída	un	-	-	-	2,0	2,0	-	-	-	-	-
Litoral Norte e Agreste Baiano											
Unidade judiciária construída	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Unidade judiciária reformada	un	-	-	-	2,0	2,0	-	-	-	-	-
Litoral Sul											
Unidade judiciária reformada	un	-	-	-	5,0	5,0	-	-	-	-	-

Programa: Justiça Presente						Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)					
						Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado	
						1.424.050.000,00		1.701.223.039,00		1.633.021.299,48	
Tipo: Finalístico				Órgão(s) Participante(s): TJ							
Ementa: Oferecer condições ao Poder Judiciário para melhorar o desempenho da prestação de serviço jurisdicional no atendimento às demandas sociais											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Médio Sudoeste da Bahia											
Unidade judiciária ampliada	un	-	-	-	2,0	2,0	*	-	-	-	-
Unidade judiciária reformada	un	-	-	-	3,0	3,0	-	-	-	-	-
Metropolitano de Salvador											
Unidade judiciária ampliada	un	-	-	-	3,0	3,0	-	-	-	-	-
Unidade judiciária construída	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Unidade judiciária reformada	un	-	-	-	8,0	8,0	-	-	-	-	-
Piemonte da Diamantina											
Unidade judiciária reformada	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Piemonte do Paraguaçu											
Unidade judiciária reformada	un	-	-	-	3,0	3,0	-	-	-	-	-
Piemonte Norte do Itapicuru											

\* Quantidade calculada pelo Fiplan; quando não há registro de informação.

Programa: Justiça Presente						Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)					
						Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado	
						1.424.050.000,00		1.701.223.039,00		1.633.021.299,48	
Tipo: Finalístico				Órgão(s) Participante(s): TJ							
Ementa: Oferecer condições ao Poder Judiciário para melhorar o desempenho da prestação de serviço jurisdicional no atendimento às demandas sociais											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Unidade judiciária reformada	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Portal do Sertão											
Unidade judiciária reformada	un	-	-	-	4,0	4,0	-	-	-	-	-
Recôncavo											
Unidade judiciária construída	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Unidade judiciária reformada	un	-	-	-	6,0	6,0	-	-	-	-	-
Semiárido Nordeste II											
Unidade judiciária reformada	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Sertão do São Francisco											
Unidade judiciária construída	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Unidade judiciária reformada	un	-	-	-	4,0	4,0	-	-	-	-	-
Sertão Produtivo											

Programa: Justiça Presente					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					1.424.050.000,00		1.701.223.039,00		1.633.021.299,48		
Tipo: Finalístico				Órgão(s) Participante(s): TJ							
Ementa: Oferecer condições ao Poder Judiciário para melhorar o desempenho da prestação de serviço jurisdicional no atendimento às demandas sociais											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Unidade judiciária reformada	un	-	-	-	3,0	3,0	-	-	-	-	-
Sisal											
Unidade judiciária construída	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Unidade judiciária reformada	un	-	-	-	2,0	2,0	-	-	-	-	-
Velho Chico											
Unidade judiciária reformada	un	-	-	-	2,0	2,0	-	-	-	-	-
Vitória da Conquista											
Unidade judiciária construída	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Unidade judiciária reformada	un	-	-	-	3,0	3,0	-	-	-	-	-

Eixo Estruturante:		Proteção da Sociedade e Fomento à Cidadania										
Area Temática:		Defesa da Sociedade										
Programa:		Defesa da Sociedade e Garantia da Cidadania Plena					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)					
							Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado	
							1.770.000,00		2.336.195,00		1.422.469,46	
Tipo:		Finalístico			Órgão(s) Participante(s):		MPE					
Ementa:		Cumprir as atribuições constitucionais, intervindo na vida social em defesa das garantias e dos direitos fundamentais explícitos e implícitos da sociedade, priorizando: o combate à criminalidade, a garantia da disponibilização de saúde e educação pública de qualidade, a fiscalização permanente da probidade na gestão pública, à proteção da criança e do adolescente, à proteção do meio ambiente e a defesa da cidadania e dos direitos humanos para transformação da realidade social, e da construção de uma sociedade mais justa, equitativa, inclusiva e solidária										
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015							
Localização / Descrição		Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Compromisso:		Contribuir para o aperfeiçoamento do Sistema de Defesa Social, visando à redução dos índices de criminalidade no Estado										
Órgão Responsável:		MPE			Órgão(s) Participante(s): MPE							
Estado												
Ação de defesa/proteção desenvolvida		un	-	-	-	14,0	14,0	-	-	-	-	-
Articulação realizada		un	-	-	9,0	-	-	-	-	-	-	-
Fiscalização realizada		un	-	-	3,0	-	-	-	-	-	-	-
Compromisso:		Contribuir para a promoção da Saúde Pública de qualidade, com ações e medidas voltadas para a melhoria e acesso universal e igualitário aos serviços de saúde no âmbito do Estado										
Órgão Responsável:		MPE			Órgão(s) Participante(s): MPE							
Estado												
Ação de defesa/proteção desenvolvida		un	-	-	-	6,0	6,0	-	-	-	-	-

\* Quantidade calculada pelo Fiplan; quando não há registro de informação.

## ANEXO AO PROGRAMA: Defesa da Sociedade e Garantia da Cidadania Plena



Programa:		Defesa da Sociedade e Garantia da Cidadania Plena					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)				
							Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado
							1.770.000,00		2.336.195,00		1.422.469,46
Tipo:		Finalístico			Órgão(s) Participante(s):		MPE				
Ementa:		Cumprir as atribuições constitucionais, intervindo na vida social em defesa das garantias e dos direitos fundamentais explícitos e implícitos da sociedade, priorizando: o combate à criminalidade, a garantia da disponibilização de saúde e educação pública de qualidade, a fiscalização permanente da probidade na gestão pública, à proteção da criança e do adolescente, à proteção do meio ambiente e a defesa da cidadania e dos direitos humanos para transformação da realidade social, e da construção de uma sociedade mais justa, equitativa, inclusiva e solidária									
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Fiscalização realizada		un	-	-	2,0	-	-	-	-	-	-
Compromisso:		Contribuir para a promoção da Educação Pública de qualidade, garantindo a sua oferta e acesso no Estado									
Órgão Responsável:		MPE			Órgão(s) Participante(s): MPE						
Estado											
Ação de defesa/proteção desenvolvida		un	-	-	-	21,0	21,0	-	-	-	-
Fiscalização realizada		un	-	-	8,0	-	-	-	-	-	-
Compromisso:		Contribuir para a promoção da Defesa da Cidadania, visando a garantia dos direitos humanos constitucionais no Estado									
Órgão Responsável:		MPE			Órgão(s) Participante(s): MPE						
Estado											
Ação de defesa/proteção desenvolvida		un	-	-	-	42,0	42,0	-	-	-	-
Fiscalização realizada		un	-	-	30,0	-	-	-	-	-	-



Programa: Defesa da Sociedade e Garantia da Cidadania Plena					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					1.770.000,00		2.336.195,00		1.422.469,46		
Tipo: Finalístico				Órgão(s) Participante(s): MPE							
Ementa: Cumprir as atribuições constitucionais, intervindo na vida social em defesa das garantias e dos direitos fundamentais explícitos e implícitos da sociedade, priorizando: o combate à criminalidade, a garantia da disponibilização de saúde e educação pública de qualidade, a fiscalização permanente da probidade na gestão pública, à proteção da criança e do adolescente, à proteção do meio ambiente e a defesa da cidadania e dos direitos humanos para transformação da realidade social, e da construção de uma sociedade mais justa, equitativa, inclusiva e solidária											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Compromisso: Contribuir para a promoção da Defesa dos Direitos do Consumidor, visando o cumprimento das normas de proteção e dos direitos constitucionais											
Órgão Responsável: MPE		Órgão(s) Participante(s): MPE									
Estado											
Ação de defesa/proteção desenvolvida	un	-	-	-	6,0	6,0	-	-	-	-	-
Fiscalização realizada	un	-	-	8,0	-	-	-	-	-	-	-
Compromisso: Assegurar e defender o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como bem de uso comum e essencial à qualidade de vida da população do Estado											
Órgão Responsável: MPE		Órgão(s) Participante(s): MPE									
Estado											
Ação de defesa/proteção desenvolvida	un	-	-	-	134,0	134,0	-	-	-	-	-
Fiscalização realizada	un	-	-	22,0	-	-	-	-	-	-	-
Compromisso: Contribuir para a proteção da criança e do adolescente, assegurando o cumprimento dos direitos infanto-juvenis previstos em Lei											
Órgão Responsável: MPE		Órgão(s) Participante(s): MPE									

## ANEXO AO PROGRAMA: Defesa da Sociedade e Garantia da Cidadania Plena



Programa: Defesa da Sociedade e Garantia da Cidadania Plena					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					1.770.000,00		2.336.195,00		1.422.469,46		
Tipo: Finalístico				Órgão(s) Participante(s): MPE							
Ementa:		Cumprir as atribuições constitucionais, intervindo na vida social em defesa das garantias e dos direitos fundamentais explícitos e implícitos da sociedade, priorizando: o combate à criminalidade, a garantia da disponibilização de saúde e educação pública de qualidade, a fiscalização permanente da probidade na gestão pública, à proteção da criança e do adolescente, à proteção do meio ambiente e a defesa da cidadania e dos direitos humanos para transformação da realidade social, e da construção de uma sociedade mais justa, equitativa, inclusiva e solidária									
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Estado											
Ação de defesa/proteção desenvolvida	un	-	-	-	7,0	7,0	-	-	-	-	-
Fiscalização realizada	un	-	-	11,0	-	-	-	-	-	-	-

Programa: Modernização do Ministério Público					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)							
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado			
					256.674.000,00		352.089.048,00		347.948.707,19			
Tipo: Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s): MPE								
Ementa: Promover a modernização das políticas organizacional e de gestão do Ministério Público do Estado da Bahia, visando aperfeiçoar cotidianamente sua atuação no cumprimento da missão institucional, em consonância com as atribuições constitucionais; ampliar os mecanismos de interação com a sociedade, a partir da incorporação de uma nova cultura e uma nova percepção das ações ministeriais, calcadas num modelo de gestão estratégica												
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015							
Localização / Descrição		Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Compromisso: Fortalecer institucional e administrativamente o Ministério Público, alinhados aos conceitos de eficiência, eficácia e efetividade, visando a melhoria e a qualidade da prestação jurisdicional à sociedade												
Órgão Responsável: MPE		Órgão(s) Participante(s): MPE										
Bacia do Rio Grande												
Sede de promotoria regional em funcionamento		un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Baixo Sul												
Edifício público reformado		un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Estado												
Concurso público realizado		un	-	-	16,0	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Correição/fiscalização realizada		un	-	-	-	280,0	280,0	-	-	-	-	-
Equipamento de informática adquirido		un	-	-	-	600,0	600,0	-	-	-	-	-
Evento de capacitação realizado		un	-	-	-	100,0	100,0	-	-	-	-	-

## ANEXO AO PROGRAMA: Modernização do Ministério Público



Programa: Modernização do Ministério Público					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					256.674.000,00		352.089.048,00		347.948.707,19		
Tipo: Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s): MPE							
Ementa: Promover a modernização das políticas organizacional e de gestão do Ministério Público do Estado da Bahia, visando aperfeiçoar cotidianamente sua atuação no cumprimento da missão institucional, em consonância com as atribuições constitucionais; ampliar os mecanismos de interação com a sociedade, a partir da incorporação de uma nova cultura e uma nova percepção das ações ministeriais, calcadas num modelo de gestão estratégica											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Evento de publicidade institucional realizado	un	-	-	-	5,0	5,0	-	-	-	-	-
Iniciativa de valorização de servidor promovida	un	-	-	-	3,0	3,0	-	-	-	-	-
Política de gestão desenvolvida	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Prática de gestão administrativa implementada	un	-	-	-	15,0	15,0	-	-	-	-	-
Prática de gestão estratégica implementada	un	-	-	-	9,0	9,0	-	-	-	-	-
Processo eletrônico judicial integrado	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Serviço finalístico remunerado	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Servidor capacitado	un	-	-	800,0	-	-	-	-	-	-	-
Sistema de informação desenvolvido	un	-	-	0,5	6,0	6,0	-	-	-	-	-
Unidade administrativa aparelhada	un	-	-	194,0	170,0	170,0	-	-	-	-	-
Unidade ministerial em funcionamento	un	-	-	-	238,0	238,0	-	-	-	-	-

\* Quantidade calculada pelo Fiplan; quando não há registro de informação.

Programa:		Modernização do Ministério Público					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)					
							Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado	
							256.674.000,00		352.089.048,00		347.948.707,19	
Tipo:		Gestão de Políticas Públicas			Órgão(s) Participante(s):		MPE					
Ementa:		Promover a modernização das políticas organizacional e de gestão do Ministério Público do Estado da Bahia, visando aperfeiçoar cotidianamente sua atuação no cumprimento da missão institucional, em consonância com as atribuições constitucionais; ampliar os mecanismos de interação com a sociedade, a partir da incorporação de uma nova cultura e uma nova percepção das ações ministeriais, calcadas num modelo de gestão estratégica										
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015							
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados	
Veículo disponibilizado	un	-	-	-	9,0	9,0	-	-	-	-	-	
Irecê												
Imóvel adquirido	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-	
Litoral Sul												
Sede de promotoria regional em funcionamento	un	-	-	-	2,0	2,0	-	-	-	-	-	
Unidade ministerial reformada	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-	
Médio Rio de Contas												
Unidade ministerial construída	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-	
Médio Sudoeste da Bahia												
Unidade ministerial construída	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-	
Metropolitano de Salvador												
Edifício público reformado	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-	

\* Quantidade calculada pelo Fiplan; quando não há registro de informação.

## ANEXO AO PROGRAMA: Modernização do Ministério Público



Programa: Modernização do Ministério Público					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					256.674.000,00		352.089.048,00		347.948.707,19		
Tipo: Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s): MPE							
Ementa: Promover a modernização das políticas organizacional e de gestão do Ministério Público do Estado da Bahia, visando aperfeiçoar cotidianamente sua atuação no cumprimento da missão institucional, em consonância com as atribuições constitucionais; ampliar os mecanismos de interação com a sociedade, a partir da incorporação de uma nova cultura e uma nova percepção das ações ministeriais, calcadas num modelo de gestão estratégica											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Unidade ministerial reformada	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Piemonte da Diamantina											
Unidade ministerial construída	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Portal do Sertão											
Sede de promotoria regional em funcionamento	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Unidade ministerial construída	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Sertão do São Francisco											
Sede de promotoria regional em funcionamento	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Vitória da Conquista											
Sede de promotoria regional em funcionamento	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-



Eixo Estruturante:		Justiça Integral e Gratuita e Garantia dos Direitos do Cidadão										
Area Temática:		Justiça Cidadã										
Programa:		Acesso à Justiça Integral e Gratuita					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)					
							Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado	
							500.000,00		388.759,00		334.663,40	
Tipo:		Finalístico			Órgão(s) Participante(s):		DPE					
Ementa:		Contribuir para a redução das desigualdades, conflitos sociais e de violação dos direitos das pessoas em situação de hipossuficiência ou vulnerabilidade, individual e coletiva, através da assistência extrajudicial e judicial, integral, gratuita e multidisciplinar, valorizando a dignidade humana e cidadã										
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015							
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados	
Compromisso:		Garantir a dignidade da pessoa humana e reduzir as desigualdades sociais prestando assistência jurídica integral e gratuita										
Órgão Responsável:		DPE			Órgão(s) Participante(s): DPE							
Estado												
Assistência jurídica prestada	un	-	-	-	600.000,0	600.000,0	-	-	-	-	-	
Metropolitano de Salvador												
Fiscalização de serviço público realizada	un	-	-	11,0	-	-	-	-	-	-	-	
Vitória da Conquista												
Fiscalização de serviço público realizada	un	-	-	6,0	-	-	-	-	-	-	-	

## ANEXO AO PROGRAMA: Modernização da Gestão da Defensoria Pública



Programa:		Modernização da Gestão da Defensoria Pública					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)				
							Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado
							4.295.000,00		3.792.143,00		3.330.956,89
Tipo:		Gestão de Políticas Públicas			Órgão(s) Participante(s):		DPE				
Ementa:		Desenvolver ações e projetos que ampliem as condições físicas e tecnológicas da Instituição, bem como fomentar ações de investimento na educação continuada de defensores públicos e servidores, através da Escola Superior da Defensoria Pública - Esdep, para humanizar, simplificar e agilizar o atendimento aos cidadãos que buscam os serviços prestados pela Defensoria Pública do Estado da Bahia, no intento de reduzir a demanda reprimida e as filas de espera, evoluindo para o alcance de padrões de qualidade e respeito ao princípio da dignidade humana, essenciais a efetividade de suas ações									
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Compromisso:		Modernizar a gestão da Defensoria Pública, ampliando a infraestrutura física, tecnológica e operacional essencial à qualidade da prestação dos serviços e incremento de resultados									
Órgão Responsável:		DPE			Órgão(s) Participante(s): DPE						
Costa do Descobrimento											
Unidade da defensoria reformada	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Estado											
Equipamento de informática adquirido	un	-	-	310,0	85,0	85,0	-	-	-	-	-
Evento de publicidade institucional realizado	un	-	-	-	7,0	7,0	-	-	-	-	-
Sistema de informação desenvolvido	un	-	-	2,0	-	-	-	-	-	-	-
Extremo Sul											
Imóvel adquirido	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Unidade da defensoria reformada	un	-	-	-	1.0	1.0	-	-	-	-	-

Programa:		Modernização da Gestão da Defensoria Pública					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)				
							Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado
							4.295.000,00		3.792.143,00		3.330.956,89
Tipo:		Gestão de Políticas Públicas			Órgão(s) Participante(s):		DPE				
Ementa:		Desenvolver ações e projetos que ampliem as condições físicas e tecnológicas da Instituição, bem como fomentar ações de investimento na educação continuada de defensores públicos e servidores, através da Escola Superior da Defensoria Pública - Esdep, para humanizar, simplificar e agilizar o atendimento aos cidadãos que buscam os serviços prestados pela Defensoria Pública do Estado da Bahia, no intento de reduzir a demanda reprimida e as filas de espera, evoluindo para o alcance de padrões de qualidade e respeito ao princípio da dignidade humana, essenciais a efetividade de suas ações									
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Litoral Norte e Agreste Baiano											
Unidade da defensoria reformada	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Médio Rio de Contas											
Unidade da defensoria reformada	un	-	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-
Metropolitano de Salvador											
Unidade da defensoria reformada	un	-	-	-	2,0	2,0	-	-	-	-	-
Unidade de defensoria regional e local reformada	un	-	-	1,0	-	-	-	-	-	-	-
Portal do Sertão											
Unidade de defensoria regional e local reformada	un	-	-	2,0	-	-	-	-	-	-	-
Compromisso:		Fortalecer a Escola Superior da Defensoria Pública - Esdep, expandindo a cultura do aprendizado permanente, favorecendo a conquista de idéias e soluções inovadoras na busca de autonomia e resultados sociais									
Órgão Responsável:		DPE			Órgão(s) Participante(s): DPE						

## ANEXO AO PROGRAMA: Modernização da Gestão da Defensoria Pública



Programa: Modernização da Gestão da Defensoria Pública					Recursos Orçamentários do Programa - 2015 (Em R\$1)						
					Orçado Inicial		Orçado Atual		Liquidado		
					4.295.000,00		3.792.143,00		3.330.956,89		
Tipo: Gestão de Políticas Públicas				Órgão(s) Participante(s): DPE							
Ementa: Desenvolver ações e projetos que ampliem as condições físicas e tecnológicas da Instituição, bem como fomentar ações de investimento na educação continuada de defensores públicos e servidores, através da Escola Superior da Defensoria Pública - Esdep, para humanizar, simplificar e agilizar o atendimento aos cidadãos que buscam os serviços prestados pela Defensoria Pública do Estado da Bahia, no intento de reduzir a demanda reprimida e as filas de espera, evoluindo para o alcance de padrões de qualidade e respeito ao princípio da dignidade humana, essenciais a efetividade de suas ações											
Produto (Bem ou Serviço):		Anos Anteriores			Execução 2015						
Localização / Descrição	Unidade de Medida	Finalizados 2012	Finalizados 2013	Finalizados 2014	Qtde Prevista	Não informado	Não Iniciados	Iniciados	Em Execução	Concluídos	Paralisados
Estado											
Concurso público realizado	un	-	-	2,0	3,0	3,0	-	-	-	-	-
Evento de capacitação realizado	un	-	-	-	30,0	30,0	-	-	-	-	-







CAPÍTULO

# 3

Desempenhos dos  
Programas: Fontes de  
Recursos  
**Ano 2015**





# Introdução

A distribuição das fontes de recursos pelos programas que integram o PPA-2012-2015, varia de recursos ordinários não vinculados do tesouro, à transferência da União, recursos arrecadados de entidades de administração indireta, fundos setoriais e operações de crédito externa e interna entre outras.

No que diz respeito às transferências da União o programa Mobilidade e Acessibilidade Urbana, prioridade estratégica na Agenda governamental, destaca-se com o maior aporte de recursos oriundos de transferências federais, seguido pelo programa Água para Todos, que no exercício de 2014 assumia o primeiro lugar no ranking do volume desses recursos.

Na carteira de financiamento interno a captação junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, à Caixa Econômica Federal – CEF e ao Banco do Brasil S.A – BB totalizou R\$1,4 bilhão. Nessa modalidade de captação, os programas Mobilidade e Acessibilidade Urbana, Logística Integrada de Transportes, Pacto pela Vida e Água para Todos registraram o maior volume de recursos oriundos dessas operações.

Já a Carteira de Operações de Crédito Externo contou com recursos da ordem de R\$ 423 milhões, destinados aos Programas Vida Melhor (31,88%), Logística Integrada de Transporte (22,17%), Gestão Fiscal (12,36%), Bahia Saudável (13,41%). A esses quatro programas foram destinados 79,81% dos recursos externos captados.

No que diz respeito a atuação do FUNCEP, em 2015, os programas, Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (131,3%), Pacto pela Vida (120,6%) e Promoção, Proteção, Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania (113,5%) ganharam destaque pelo grau de execução face ao orçamento inicial.

Já os programas Vida Melhor e Pacto pela Vida, absorveram 30% e 16,5% dos recursos do FUNCEP, respectivamente.

Infere-se que a utilização das fontes de financiamento orientou-se pelas prioridades estabelecidas pelo governo em seu primeiro exercício.

## Fontes de Recursos

O orçamento é um importante instrumento de planejamento para qualquer organização, seja no setor público como no privado, constituindo-se em mecanismo indispensável para orientar as tomadas de decisões e respectivos impactos na avaliação de metas e resultados. Um dos aspectos relevantes abordados no orçamento é a disponibilidade de fluxos financeiros (previsão de receita e despesa) para um determinado período de tempo (exercício financeiro), com o objetivo específico de se alcançar determinadas metas com a aplicação desses recursos.

Na perspectiva de atuação do Governo, o orçamento é também um relevante instrumento de implementação e condução das políticas econômica, fiscal e social, dentre outras.

A análise da execução orçamentária sob a ótica da classificação da receita é oportuna, tendo em vista a busca constante pela transparência e qualidade do gasto público, que começa, sem dúvida, por um bom e sólido sistema de classificação orçamentária, capaz de identificar adequadamente os recursos que financiam o orçamento público.

O Plano Plurianual – PPA 2012–2015, em sua última execução, apresentou um total de 90 fontes de financiamentos, 36 das quais provenientes de exercícios anteriores. Das 54 fontes do exercício financeiro de execução, 11 foram programadas, mas sem execução. Vale destacar que 14 fontes foram responsáveis por 96% da geração de recursos.

Assim, as 90 fontes disponíveis agrupam aquelas de exercícios anteriores, e 79 tiveram execução. Dentre as fontes provenientes de exercícios anteriores, merecem destaque a fonte 324 Operações de Crédito Externas em Moeda – BIRD – exercício anterior, com R\$ 544,3 milhões, e a 331 – Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais – Adm. Direta – exercício anterior, com um aporte de R\$ 417 milhões. Por último, ressalta-se que a fonte 121 – Operações de Crédito Internas em Moeda, no montante de R\$ 312 milhões, não estava programada inicialmente.

A Tabela 1 registra as principais fontes, com seus valores planejados e executados, além de dois indicadores importantes: a participação do valor executado em relação ao total de recursos, e o grau de execução (indicador calculado como o percentual do valor executado em relação ao valor planejado).

Examinando a execução dos programas por fontes de recursos, tem-se a seguinte participação: Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro (31,9%), Recursos do Fundeb (16,7%), Recursos Vinculados às Ações e Serviços Públicos de Saúde (14,7%), Recursos Vinculados à Educação (7,9%) e Operações de Crédito Externas em Moeda – Bird – proveniente de exercício anterior com uma participação de 3,4%.

Essas fontes principais, que ocuparam os maiores índices de execução, destinam-se ao financiamento das áreas de Educação, Saúde e Segurança Pública, nas quais o peso relativo da folha de pagamento e as transferências constitucionais são superiores ao apresentado pelos demais programas.

TABELA 1 - GRAU DE EXECUÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS - BAHIA 2015

Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	Nome da Fonte de Recurso	PLANEJADO	EXECUTADO	Part. % sobre Total Geral	Grau de execução
100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	5.257.388.797	5.164.742.947	31,9	98,2
107	Recursos Vinculados ao Fundo de Manut e Desenv da Educação Básica e de Valoriz dos Profissionais da Educação	2.761.906.286	2.706.183.384	16,7	98,0
130	Recursos Vinculados às Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.411.749.163	2.384.612.926	14,7	98,9
131	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta	1.687.734.206	223.985.527	1,4	13,3
121	Operações de Crédito Internas em Moeda	1.434.611.339	311.643.573	1,9	21,7
281	Recursos Vinculados Transferências SUS - BL Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	1.383.536.846	1.336.654.951	8,3	96,6
114	Recursos Vinculados à Educação	1.281.032.426	1.273.960.546	7,9	99,4
213	Recursos Diretamente Arrecadados por Entidades da Administração Indireta	1.068.033.892	273.930.488	1,7	25,6
331	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta - exerc ant	766.417.702	387.480.646	2,4	50,6
324	Operações de Crédito Externas em Moeda - BIRD - exerc ant	573.502.033	544.287.729	3,4	94,9
128	Recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	553.861.352	409.098.149	2,5	73,9
631	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Indireta - exerc ant	294.280.372	204.944.111	1,3	69,6
321	Operações de Crédito Internas em Moeda - exerc ant	226.778.933	223.094.768	1,4	98,4
108	Cota-Parte do Salário Educação	114.995.437	112.088.833	0,7	97,5
<b>14 PRINCIPAIS FONTES DE RECURSOS</b>		<b>19.815.828.784</b>	<b>15.556.708.577</b>	<b>96,1</b>	<b>78,5</b>
<b>DEMAIS 76 FONTES DE RECURSOS</b>		<b>1.941.844.817</b>	<b>632.847.130</b>	<b>3,9</b>	<b>32,6</b>
<b>Total Geral</b>		<b>21.757.673.601</b>	<b>16.189.555.707</b>	<b>100,0</b>	<b>74,4</b>

FONTE: FIPLAN em 11/01/2016

As fontes de financiamento podem ser demonstradas através de sua vinculação aos Programas do PPA 2012-2015. Nesse sentido, a Tabela 2 possibilita revelar os dados segundo este critério. Ela demonstra o orçamento global do Poder Executivo, e o valor total incorpora as ações de manutenção e o denominado Programa Operação Especial, entre outros.

TABELA 2 • PPA-2012-2015: EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS FONTES DE RECURSOS POR PROGRAMA • BAHIA: 2015

Nome do Programa	Código da Fonte e Recursos	Nome da Fonte de Recursos	Orçado Inicial	Orçado Atual	Liquidado
Água para Todos – PAT	100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	534.610,00	56.011.144,00	53.684.659,49
	109	Indenizações pela Extr de Óleo Bruto, Xisto Betuminoso e Gás, Utiliz de Rec Hídricos e Explor de Rec Minerais	15.313.000,00	14.262.000,00	6.020.748,51
	121	Operações de Crédito Internas em Moeda	207.165.000,00	212.064.102,00	7.420.337,85
	125	Operações de Crédito Externas em Moeda	24.772.000,00	24.800.000,00	2.406.691,11
	128	Recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	82.949.000,00	81.505.000,00	45.282.922,09
	131	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais – Adm. Direta	365.738.000,00	381.100.532,00	27.534.928,26
	213	Recursos Diretamente Arrecadados por Entidades da Administração Indireta	391.546.000,00	393.446.200,00	2.517.335,69
	231	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais – Adm. Indireta	138.360.000,00	145.500.099,00	39.940.637,39
	245	Recursos pelo Fornecimento de Água Bruta de Reservatórios	3.721.000,00	3.721.000,00	-
	300	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro – exerc ant	0,00	2.914.839,00	2.896.005,83
	309	Indenizações Extr de Óleo Bruto, Xisto Betuminoso e Gás, Utiliz de Rec Hídricos e Explor de Rec Minerais	0,00	19.586,00	19.585,13
	315	Rec do Prog de Consolid do Equilíbrio Fiscal para o Desenv do Estado da Bahia – exerc ant	0,00	355.775,00	-
	324	Operações de Crédito Externas em Moeda – BIRD – exerc ant	0,00	5.095.534,00	4.890.651,96
	325	Operações de Crédito Externas em Moeda – exerc ant	0,00	11.500.000,00	11.500.000,00
	328	Recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – exerc ant	0,00	2.289.630,00	1.425.206,58
	331	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais – Adm. Direta – exerc ant	0,00	217.458.437,21	173.731.293,22
	613	Recursos Diretamente Arrecadados por Entidades da Administração Indireta – exerc ant	0,00	3.336.703,00	1.148.317,70
	626	Recursos de Alienação de Bens – Adm. Indireta – exerc ant	0,00	160.000,00	-
	631	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais – Adm. Indireta – exerc ant	0,00	203.513.874,00	162.988.333,81
	645	Recursos pelo Fornecimento de Água Bruta dos Reservatórios – exerc ant	0,00	1.002.788,00	999.408,38
Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos	107	Recursos Vinculados ao Fundo de Manut e Desenv da Educação Básica e de Valoriz dos Profissionais da Educação	300.000,00	122.369,85	116.838,75
	108	Cota-Parte do Salário Educação	0,00	126.003,38	95.546,70
	114	Recursos Vinculados à Educação	23.290.000,00	1.187.417,28	1.148.019,12
	122	Contribuições do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	25.000.000,00	25.000.000,00	2.181.181,18
	128	Recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	18.400.000,00	9.000.000,00	6.543.542,38
	322	Contribuições do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – exerc ant	0,00	11.488.000,00	6.575.713,82
Autonomia das Mulheres	100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	456.000	1.309.306	469.717
	100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	400.000,00	504.758,00	478.816,81
	131	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais – Adm. Direta	0,00	510.600,00	759,00
	324	Operações de Crédito Externas em Moeda – BIRD – exerc ant	0,00	1.820.699,00	1.586.803,30
	331	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais – Adm. Direta – exerc ant	0,00	2.905.539,00	303.066,53
Bahia Esportiva	100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	131.880.000,00	130.891.433,00	129.271.350,02
	121	Operações de Crédito Internas em Moeda	0,00	2.300.000,00	2.206.592,88
	128	Recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	6.000.000,00	6.500.000,00	3.894.446,92
	131	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais – Adm. Direta	5.140.000,00	10.776.518,00	3.300.000,00
	231	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais – Adm. Indireta	3.822.000,00	4.656.000,00	753.698,77
	246	Recursos Vinculados ao Desenvolvimento do Desporto – Lei nº 9.615/98	4.500.000,00	6.982.776,00	6.646.549,90
	321	Operações de Crédito Internas em Moeda – exerc ant	0,00	785.000,00	784.999,45
	324	Operações de Crédito Externas em Moeda – BIRD – exerc ant	0,00	23.210.584,00	22.424.471,14
	331	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais – Adm. Direta – exerc ant	0,00	2.444.030,00	1.384.342,69
	631	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais – Adm. Indireta – exerc ant	0,00	609.142,00	84.918,42
	646	Recursos Vinculados ao Desenvolvimento do Desporto – Lei nº 9.615/98 – exerc ant	0,00	2.271.000,00	2.209.313,44



TABELA 2 • PPA-2012-2015: EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS FONTES DE RECURSOS POR PROGRAMA • BAHIA: 2015

Nome do Programa	Código da Fonte e Recursos	Nome da Fonte de Recursos	Orçado Inicial	Orçado Atual	Liquidado
Bahia Saudável	100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	19.540.000,00	153.535.643,00	123.010.488,25
	121	Operações de Crédito Internas em Moeda	59.000.000,00	76.557.811,00	16.226.874,05
	125	Operações de Crédito Externas em Moeda	64.684.000,00	56.723.466,00	467.414,59
	130	Recursos Vinculados às Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.905.468.973,00	2.408.651.138,57	2.381.578.362,16
	138	Taxas e Multas Vinculadas ao Fundo Estadual de Saúde	603.000,00	603.000,00	-
	213	Recursos Diretamente Arrecadados por Entidades da Administração Indireta	15.260.000,00	19.082.865,00	19.022.537,43
	231	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Indireta	167.000,00	1.374.900,00	174.000,00
	235	Transferências de Empresas Públicas da Bahia - Não Dependentes	0,00	637,00	-
	247	Fundo Nacional de Saúde - Convênio	14.528.000,00	14.628.000,00	36.005,78
	249	Transferências do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde	3.754.000,00	3.754.000,00	3.137.393,70
	280	Recursos Vinculados Transferências SUS - BL Atenção Básica	1.097.000,00	9.897.491,00	9.225.929,14
	281	Recursos Vinculados Transferências SUS - BL Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	1.273.423.000,00	1.383.316.845,50	1.336.487.875,57
	282	Recursos Vinculados Transferências SUS - BL Vigilância em Saúde	39.330.000,00	39.330.000,00	28.508.926,94
	283	Recursos Vinculados Transferências SUS - BL Assistência Farmacêutica	62.306.000,00	62.306.000,00	29.272.394,31
	284	Recursos Vinculados Transferências SUS - BL Gestão do SUS	14.982.000,00	14.982.000,00	2.680.693,47
	285	Recursos Vinculados Transferências SUS - BL Investimentos na Rede de Serviços SUS	26.238.000,00	26.238.000,00	48.423,62
	321	Operações de Crédito Internas em Moeda - exerc ant	0,00	21.784.204,00	21.375.845,59
	324	Operações de Crédito Externas em Moeda - BIRD - exerc ant	0,00	5.109.261,00	4.882.073,83
	325	Operações de Crédito Externas em Moeda - exerc ant	0,00	2.954.569,00	2.213.388,78
	330	Recursos Vinculados às Ações e Serviços Públicos de Saúde - exerc ant	0,00	1.130.133,00	339.411,55
	613	Recursos Diretamente Arrecadados por Entidades da Administração Indireta - exerc ant	0,00	12.073,00	-
	631	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Indireta - exerc ant	0,00	3.027.195,00	1.386.449,36
	635	Transferências de Empresas Públicas da Bahia - Não Dependentes - exerc ant	0,00	367.100,00	367.099,68
	647	Fundo Nacional de Saúde - Convênio - exerc ant	0,00	28.301.807,00	5.613.833,24
	680	Recursos Vinculados Transferências SUS - BL Atenção Básica - exerc ant	0,00	2.275.185,00	2.253.279,81
	681	Recursos Vinculados Transferências SUS - BL Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar - exerc ant	0,00	15.053.718,00	14.797.105,88
	682	Recursos Vinculados Transferências SUS - BL Vigilância em Saúde - exerc ant	0,00	16.190.638,00	13.794.459,90
	683	Recursos Vinculados Transferências SUS - BL Assistência Farmacêutica - exerc ant	0,00	7.161.855,00	5.574.563,14
	684	Recursos Vinculados Transferências SUS - BL Gestão do SUS - exerc ant	0,00	1.667.356,00	428.472,64
	685	Recursos Vinculados Transferências SUS - BL Investimentos na Rede de Serviços SUS - exerc ant	0,00	30.060.880,00	4.432.976,18
Bahia Segura: Da Produção ao Consumo	100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	600.000,00	713.803,00	649.810,42
	131	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta	0,00	854.677,00	534.104,87
	136	Recursos Vinculados ao Fundo de Defesa Sanitária Vegetal	1.400.000,00	1.400.000,00	733.911,03
	147	Taxas e Multas Vinculadas a Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia	2.430.000,00	2.430.000,00	1.706.700,47
	226	Recursos de Alienação de Bens - Adm. Indireta	0,00	56.000,00	-
	264	Transferências de Entidades Privadas Nacionais - Adm. Indireta	0,00	737.372,00	610.183,00
	300	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro - exerc ant	0,00	102.571,00	65.640,82
	324	Operações de Crédito Externas em Moeda - BIRD - exerc ant	0,00	3.848.686,00	3.090.968,73
	331	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta - exerc ant	0,00	200.105,00	199.700,15
	336	Recursos Vinculados ao Fundo de Defesa Sanitária Vegetal - exerc ant	0,00	1.500.000,00	48.117,80
	347	Taxas e Multas Vinculadas a Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia - exerc ant	0,00	3.300.000,00	209.359,20
	626	Recursos de Alienação de Bens - Adm. Indireta - exerc ant	0,00	408.872,00	-
	631	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Indireta - exerc ant	0,00	750.442,00	622.302,93
	664	Transferências de Entidades Privadas Nacionais - Adm. Indireta - exerc ant	0,00	120.516,00	120.516,00



TABELA 2 • PPA-2012-2015: EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS FONTES DE RECURSOS POR PROGRAMA • BAHIA: 2015

Nome do Programa	Código da Fonte e Recursos	Nome da Fonte de Recursos	Orçado Inicial	Orçado Atual	Liquidado
Bahia Solidária: Mais Trabalho e Mais Renda	100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	3.976.000,00	481.977,00	426.574,13
	113	Recursos Diretamente Arrecadados por Órgãos da Administração Direta	600.000,00	436.200,00	-
	128	Recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	1.300.000,00	1.010.000,00	830.000,00
	213	Recursos Diretamente Arrecadados por Entidades da Administração Indireta	8.500.000,00	23.500.000,00	18.201.502,31
	251	Operações de Crédito Internas em Moeda Ind	37.000.000,00	37.000.000,00	-
Bom Trabalho: Ampliando Oportunidades	100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	4.750.000,00	1.394.919,00	1.341.204,32
	128	Recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	14.000.000,00	13.209.000,00	6.626.732,00
	131	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta	9.567.000,00	13.999.440,00	4.806.796,49
	324	Operações de Crédito Externas em Moeda - BIRD - exerc ant	0,00	1.800.000,00	1.800.000,00
	331	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta - exerc ant	0,00	4.353.503,00	4.049.949,40
Ciência, Tecnologia e Inovação	100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	91.300.000,00	58.001.340,00	55.518.447,14
	113	Recursos Diretamente Arrecadados por Órgãos da Administração Direta	4.535.000,00	4.535.000,00	3.355.389,06
	114	Recursos Vinculados à Educação	3.096.000,00	2.643.380,00	2.593.162,22
	121	Operações de Crédito Internas em Moeda	1.360.000,00	2.860.000,00	143.578,73
	128	Recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	1.850.000,00	1.850.000,00	1.110.000,00
	213	Recursos Diretamente Arrecadados por Entidades da Administração Indireta	427.000,00	427.000,00	50.056,55
	231	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Indireta	5.317.000,00	8.607.040,00	3.533.554,69
	313	Recursos Diretamente Arrecadados por Órgãos da Administração Direta - exerc ant	0,00	895.527,00	889.133,62
	321	Operações de Crédito Internas em Moeda - exerc ant	0,00	1.211.152,00	1.209.188,25
	324	Operações de Crédito Externas em Moeda - BIRD - exerc ant	0,00	2.758.377,00	2.615.700,72
	331	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta - exerc ant	0,00	7.291.023,00	169.861,24
	631	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Indireta - exerc ant	0,00	9.936.070,00	6.351.655,99
Comércio e Serviços Estratégicos	100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	0,00	17.772,00	17.770,91
	213	Recursos Diretamente Arrecadados por Entidades da Administração Indireta	192.777.000,00	229.569.188,00	109.329.000,68
	231	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Indireta	5.119.000,00	5.319.000,00	1.894.813,01
	251	Operações de Crédito Internas em Moeda Ind	100.000.000,00	100.000.000,00	-
	631	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Indireta - exerc ant	0,00	70.000,00	68.095,50
Copa 2014	121	Operações de Crédito Internas em Moeda	21.000.000,00	32.801.391,02	23.963.720,52
	131	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta	0,00	3.868.788,00	-
	321	Operações de Crédito Internas em Moeda - exerc ant	0,00	18.339.032,00	18.339.031,26
	324	Operações de Crédito Externas em Moeda - BIRD - exerc ant	0,00	6.077.237,00	6.077.235,83
Criança e Adolescente	100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	0,00	15.000,00	-
	111	Contribuições do Fundo Nacional de Assistência Social	300.000,00	300.000,00	-
	128	Recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	19.268.000,00	12.035.040,00	9.020.793,14
	134	Outras Transferências - Adm. Direta	0,00	734.400,00	428.445,33
	334	Outras Transferências - Adm. Direta - exerc ant	0,00	187.120,00	89.903,00
Desenvolvimento Cultural	100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	11.000.000,00	12.182.217,38	12.064.079,66
	114	Recursos Vinculados à Educação	220.000,00	142.916,00	142.912,48
	128	Recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	8.967.000,00	8.390.000,00	7.481.122,58
	150	Recursos do Fundo de Cultura da Bahia - Estado	24.312.400,00	27.894.400,00	20.177.593,81
	213	Recursos Diretamente Arrecadados por Entidades da Administração Indireta	2.410.000,00	1.404.800,00	973.317,68
	231	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Indireta	0,00	100.000,00	66.540,00
	237	Transferências de Órgãos e Fundos Internacionais - Adm Indireta	0,00	9.452,00	8.280,00
	300	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro - exerc ant	0,00	284.742,00	-
	315	Rec do Prog de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado da Bahia - exerc ant	0,00	500.000,00	446.387,15

TABELA 2 • PPA-2012-2015: EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS FONTES DE RECURSOS POR PROGRAMA • BAHIA: 2015

Nome do Programa	Código da Fonte e Recursos	Nome da Fonte de Recursos	Orçado Inicial	Orçado Atual	Liquidado
Desenvolvimento Cultural	324	Operações de Crédito Externas em Moeda - BIRD - exerc ant	0,00	19.353.004,00	18.251.295,31
	331	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta - exerc ant	0,00	12.274.514,00	120.000,00
	350	Recursos do Fundo de Cultura da Bahia - Estado - exerc ant	0,00	2.568.800,00	2.505.804,14
	613	Recursos Diretamente Arrecadados por Entidades da Administração Indireta - exerc ant	0,00	2.042.824,00	1.400.776,76
	631	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Indireta - exerc ant	0,00	177.540,00	5.040,00
Desenvolvimento e Sustentabilidade da Agropecuária Empresarial	100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	5.300.000,00	6.198.207,00	4.940.340,20
	113	Recursos Diretamente Arrecadados por Órgãos da Administração Direta	1.000.000,00	1.000.000,00	-
	131	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta	605.000,00	605.000,00	-
	213	Recursos Diretamente Arrecadados por Entidades da Administração Indireta	44.000.000,00	34.000.000,00	14.222.541,01
	251	Operações de Crédito Internas em Moeda Ind	91.000.000,00	91.000.000,00	-
	315	Rec do Prog de Consolid do Equilíbrio Fiscal para o Desenv do Estado da Bahia - exerc ant	0,00	850.000,00	814.355,42
	324	Operações de Crédito Externas em Moeda - BIRD - exerc ant	0,00	1.200.000,00	1.130.133,04
	331	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta - exerc ant	0,00	22.679.812,00	438.476,22
	631	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Indireta - exerc ant	0,00	1.094.812,00	479.875,00
	100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	0,00	48.440,00	33.549,52
	128	Recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	2.500.000,00	6.320.000,00	3.283.704,15
Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais	324	Operações de Crédito Externas em Moeda - BIRD - exerc ant	0,00	300.500,00	292.166,34
	331	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta - exerc ant	0,00	1.052.847,00	21.851,12
	100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	2.420.000,00	1.794.682,00	1.537.528,10
Economia Criativa	113	Recursos Diretamente Arrecadados por Órgãos da Administração Direta	0,00	163.800,00	-
	114	Recursos Vinculados à Educação	560.000,00	1.099.952,00	1.099.858,22
	150	Recursos do Fundo de Cultura da Bahia - Estado	9.499.250,00	6.422.250,00	5.924.379,55
	213	Recursos Diretamente Arrecadados por Entidades da Administração Indireta	1.075.000,00	1.429.000,00	561.320,74
	324	Operações de Crédito Externas em Moeda - BIRD - exerc ant	0,00	3.852.512,00	3.814.015,08
	331	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta - exerc ant	0,00	767.028,00	644.014,80
	350	Recursos do Fundo de Cultura da Bahia - Estado - exerc ant	0,00	2.386.300,00	2.278.183,26
	631	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Indireta - exerc ant	0,00	450.000,00	309.000,00
	100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	0,00	238.821,00	199.580,78
Economia Verde	127	Recursos Vinculados ao Fundo do Meio Ambiente da Bahia	200.000,00	200.000,00	-
	213	Recursos Diretamente Arrecadados por Entidades da Administração Indireta	420.000,00	88.000,00	83.858,10
	331	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta - exerc ant	0,00	1.555.000,00	144.256,52
Educação Profissional	107	Recursos Vinculados ao Fundo de Manut e Desenv da Educação Básica e de Valoriz dos Profissionais da Educação	58.285.000,00	2.271.085,66	2.133.464,86
	114	Recursos Vinculados à Educação	14.780.000,00	15.720.387,26	14.655.365,14
	122	Contribuições do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	18.000.000,00	18.000.000,00	-
	128	Recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	1.800.000,00	1.800.000,00	623.690,41
	322	Contribuições do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - exerc ant	0,00	7.946.910,00	3.588.850,97
	324	Operações de Crédito Externas em Moeda - BIRD - exerc ant	0,00	2.783.777,00	1.320.511,16
	331	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta - exerc ant	0,00	2.042.145,00	1.004.397,25
Educação Superior no Século XXI	100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	100.000,00	34.233.776,00	33.101.204,46
	114	Recursos Vinculados à Educação	689.151.000,00	873.797.964,44	870.293.824,67
	128	Recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	16.000.000,00	14.690.000,00	12.645.650,27
	213	Recursos Diretamente Arrecadados por Entidades da Administração Indireta	54.147.000,00	54.108.350,00	17.428.961,35
	231	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Indireta	4.316.000,00	11.423.150,00	2.686.728,96
	233	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Municipais - Adm. Indireta	0,00	133.922,00	129.510,87
	237	Transferências de Órgãos e Fundos Internacionais - Adm Indireta	19.000,00	19.000,00	-
	300	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro - exerc ant	0,00	147.422,00	7.817,44

TABELA 2 • PPA-2012-2015: EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS FONTES DE RECURSOS POR PROGRAMA • BAHIA: 2015

Nome do Programa	Código da Fonte e Recursos	Nome da Fonte de Recursos	Orçado Inicial	Orçado Atual	Liquidado
Educação Superior no Século XXI	613	Recursos Diretamente Arrecadados por Entidades da Administração Indireta - exerc ant	0,00	12.086.047,00	8.751.588,06
	631	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Indireta - exerc ant	0,00	41.770.075,72	17.661.040,99
	633	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Municipais - Adm. Indireta - exerc ant	0,00	135.575,00	127.731,26
	637	Transferências de Órgãos e Fundos Internacionais - Adm Indireta - exerc ant	0,00	105.211,00	31.209,70
Energia para o Desenvolvimento	100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	100.000,00	100.000,00	-
	109	Indenizações pela Extr de Óleo Bruto, Xisto Betuminoso e Gás, Utiliz de Rec Hídricos e Explor de Rec Minerais	13.612.000,00	13.612.000,00	9.013.359,00
	213	Recursos Diretamente Arrecadados por Entidades da Administração Indireta	75.707.000,00	75.707.000,00	-
	324	Operações de Crédito Externas em Moeda - BIRD - exerc ant	0,00	10.100.000,00	10.047.783,69
Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres	100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	0,00	169.326,00	79.636,95
	111	Contribuições do Fundo Nacional de Assistência Social	130.000,00	130.000,00	6.846,20
	128	Recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	350.000,00	130.400,00	37.976,20
	131	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta	269.000,00	451.362,00	5.643,82
	311	Contribuições do Fundo Nacional de Assistência Social - exerc ant	0,00	500.000,00	112.440,78
	324	Operações de Crédito Externas em Moeda - BIRD - exerc ant	0,00	565.000,00	500.000,00
	331	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta - exerc ant	0,00	3.412.564,00	302.653,93
Envelhecimento Ativo	100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	400.000,00	1.093,00	1.092,50
	114	Recursos Vinculados à Educação	120.000,00	122.390,00	118.267,04
	128	Recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	6.490.000,00	7.448.960,00	6.124.727,44
	130	Recursos Vinculados às Ações e Serviços Públicos de Saúde	190.000,00	54.007,43	54.006,00
	213	Recursos Diretamente Arrecadados por Entidades da Administração Indireta	400.000,00	144.853,00	-
	281	Recursos Vinculados Transferências SUS - BL Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	170.000,00	220.000,00	167.074,99
	647	Fundo Nacional de Saúde - Convênio - exerc ant	0,00	157.739,00	160,08
Fortalecimento da Educação Básica	100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	27.990.000,00	275.362.694,18	259.467.189,19
	107	Recursos Vinculados ao Fundo de Manut e Desenv da Educação Básica e de Valoriz dos Profissionais da Educação	2.609.537.000,00	2.759.393.667,77	2.703.824.682,25
	108	Cota-Parte do Salário Educação	114.900.000,00	114.869.434,02	111.993.286,36
	113	Recursos Diretamente Arrecadados por Órgãos da Administração Direta	0,00	1.793.965,00	1.792.668,00
	114	Recursos Vinculados à Educação	199.459.469,00	384.949.590,63	382.584.086,66
	121	Operações de Crédito Internas em Moeda	3.140.000,00	2.640.000,00	-
	122	Contribuições do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	90.005.000,00	90.005.000,00	49.431.249,28
	128	Recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	6.600.000,00	6.710.000,00	3.538.843,90
	131	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta	28.090.000,00	28.786.494,00	569.091,05
	300	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro - exerc ant	0,00	25.000.000,00	25.000.000,00
	307	Rec Vinc ao Fundo de Manut e Desenv da Educação Básica e de Valoriz dos Profissionais da Educação - exerc ant	0,00	322.204,00	316.480,41
	321	Operações de Crédito Internas em Moeda - exerc ant	0,00	1.898.493,00	1.898.493,00
	324	Operações de Crédito Externas em Moeda - BIRD - exerc ant	0,00	14.266.223,00	8.247.956,53
	331	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta - exerc ant	0,00	67.508.389,00	21.452.156,10
Gestão Fiscal	100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	1.000.000,00	1.322.810,00	1.277.216,63
	125	Operações de Crédito Externas em Moeda	52.277.000,00	52.277.000,00	7.296.815,69
	315	Rec do Prog de Consolid do Equilíbrio Fiscal para o Desenv do Estado da Bahia - exerc ant	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
	324	Operações de Crédito Externas em Moeda - BIRD - exerc ant	0,00	15.400.000,00	13.516.679,01
	325	Operações de Crédito Externas em Moeda - exerc ant	0,00	3.295.150,00	3.238.022,48
Indústria e Mineração	100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	0,00	159.279,00	159.278,21
	109	Indenizações pela Extr de Óleo Bruto, Xisto Betuminoso e Gás, Utiliz de Rec Hídricos e Explor de Rec Minerais	7.616.000,00	6.174.285,00	2.073.980,42
	121	Operações de Crédito Internas em Moeda	0,00	24.574.116,00	10.099.510,43
	213	Recursos Diretamente Arrecadados por Entidades da Administração Indireta	35.619.000,00	49.919.000,00	29.555.789,52
	226	Recursos de Alienação de Bens - Adm. Indireta	7.800.000,00	7.800.000,00	-

TABELA 2 • PPA-2012-2015: EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS FONTES DE RECURSOS POR PROGRAMA • BAHIA: 2015

Nome do Programa	Código da Fonte e Recursos	Nome da Fonte de Recursos	Orçado Inicial	Orçado Atual	Liquidado
Indústria e Mineração	251	Operações de Crédito Internas em Moeda Ind	92.500.000,00	92.500.000,00	-
	321	Operações de Crédito Internas em Moeda - exerc ant	0,00	1.988.687,00	1.988.686,46
	324	Operações de Crédito Externas em Moeda - BIRD - exerc ant	0,00	12.507.464,00	12.415.209,65
	613	Recursos Diretamente Arrecadados por Entidades da Administração Indireta - exerc ant	0,00	3.800.000,00	3.267.971,90
	626	Recursos de Alienação de Bens - Adm. Indireta - exerc ant	0,00	787.166,00	786.948,48
Infraestrutura de Telecomunicações	100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	80.000,00	493.006,00	306.433,57
	121	Operações de Crédito Internas em Moeda	19.000.000,00	18.000.000,00	-
	213	Recursos Diretamente Arrecadados por Entidades da Administração Indireta	110.000,00	60.000,00	10.196,96
	321	Operações de Crédito Internas em Moeda - exerc ant	0,00	306.747,00	306.747,00
	324	Operações de Crédito Externas em Moeda - BIRD - exerc ant	0,00	1.756.028,00	1.560.732,57
Juventude	100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	80.000,00	41.464,00	37.649,08
	128	Recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	7.467.000,00	5.117.000,00	2.467.260,96
	137	Transferências de Órgãos e Fundos Internacionais - Adm. Direta	350.000,00	350.000,00	260.919,23
	328	Recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza - exerc ant	0,00	109.645,00	109.644,45
	100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	60.000,00	8.660.000,00	8.553.567,09
Logística Integrada de Transporte	110	Taxas e Multas Vinc à Agência Estadual de Regul de Serv Públicos de Energia, Transporte e Comunicação da Bahia	4.477.000,00	3.773.805,00	2.402.299,13
	113	Recursos Diretamente Arrecadados por Órgãos da Administração Direta	17.860.000,00	17.860.000,00	7.663.353,46
	117	Contribuições de Intervenção do Domínio Econômico - Estado	0,00	22.997.703,00	22.997.284,51
	121	Operações de Crédito Internas em Moeda	84.128.000,00	109.236.259,00	44.344.026,98
	125	Operações de Crédito Externas em Moeda	93.770.000,00	93.770.000,00	-
	131	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta	1.723.000,00	41.146.590,00	36.998.353,47
	213	Recursos Diretamente Arrecadados por Entidades da Administração Indireta	8.364.000,00	9.444.504,00	8.414.254,66
	313	Recursos Diretamente Arrecadados por Órgãos da Administração Direta - exerc ant	0,00	844.618,00	844.617,48
	315	Rec do Prog de Consolid do Equilíbrio Fiscal para o Desenv do Estado da Bahia - exerc ant	0,00	4.500.000,00	4.500.000,00
	317	Contribuições de Intervenção do Domínio Econômico - Estado - exerc ant	0,00	408.870,00	384.638,09
	321	Operações de Crédito Internas em Moeda - exerc ant	0,00	105.503.996,00	105.503.984,56
	324	Operações de Crédito Externas em Moeda - BIRD - exerc ant	0,00	127.619.774,00	126.263.371,28
	326	Recursos de Alienação de Bens - Adm. Direta - exerc ant	0,00	858.500,00	858.498,21
	331	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta - exerc ant	0,00	15.072.514,00	3.869.347,98
	613	Recursos Diretamente Arrecadados por Entidades da Administração Indireta - exerc ant	0,00	14.678.000,00	14.677.640,00
	100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	480.000,00	504.269,00	491.932,97
	213	Recursos Diretamente Arrecadados por Entidades da Administração Indireta	46.000.000,00	16.000.000,00	9.407.957,48
Microempresa e Empresas de Pequeno Porte	100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	44.587.200,00	23.656.412,00	17.696.687,72
	105	Taxas Vinculadas ao Departamento Estadual de Trânsito	38.646.000,00	38.646.000,00	38.561.904,52
	113	Recursos Diretamente Arrecadados por Órgãos da Administração Direta	3.281.000,00	3.281.000,00	-
	121	Operações de Crédito Internas em Moeda	496.200.000,00	622.800.639,00	152.221.704,41
	131	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta	864.865.000,00	895.056.209,00	120.427.771,40
	213	Recursos Diretamente Arrecadados por Entidades da Administração Indireta	91.928.000,00	99.410.542,00	20.905.738,27
	231	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Indireta	0,00	5.931.200,00	-
	264	Transferências de Entidades Privadas Nacionais - Adm. Indireta	7.747.000,00	7.747.000,00	4.996.384,69
	305	Taxas Vinculadas ao Departamento Estadual de Trânsito - exerc ant	0,00	9.164.670,00	6.756.528,98
	315	Rec do Prog de Consolid do Equilíbrio Fiscal para o Desenv do Estado da Bahia - exerc ant	0,00	6.898.796,00	6.167.590,83
	321	Operações de Crédito Internas em Moeda - exerc ant	0,00	19.862.522,00	16.667.759,69
	324	Operações de Crédito Externas em Moeda - BIRD - exerc ant	0,00	103.893.669,00	98.316.675,71
	331	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta - exerc ant	0,00	286.275.924,00	139.179.946,77
	613	Recursos Diretamente Arrecadados por Entidades da Administração Indireta - exerc ant	0,00	18.614.000,00	15.989.926,37



TABELA 2 - PPA-2012-2015: EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS FONTES DE RECURSOS POR PROGRAMA - BAHIA: 2015

Nome do Programa	Código da Fonte e Recursos	Nome da Fonte de Recursos	Orçado Inicial	Orçado Atual	Liquidado
Mobilidade e Acessibilidade Urbana	626	Recursos de Alienação de Bens - Adm. Indireta - exerc ant	0,00	25.600,00	-
	631	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Indireta - exerc ant	0,00	69.259,00	69.257,87
	664	Transferências de Entidades Privadas Nacionais - Adm. Indireta - exerc ant	0,00	7.075.000,00	6.338.347,40
Modernização da Gestão Pública	100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	190.825.000,00	185.271.761,00	180.971.955,29
	109	Indenizações pela Extr de Óleo Bruto, Xisto Betuminoso e Gás, Utiliz de Rec Hídricos e Explor de Rec Minerais	350.000,00	709.326,00	243.233,03
	113	Recursos Diretamente Arrecadados por Órgãos da Administração Direta	16.156.000,00	18.019.256,00	2.690.043,65
	114	Recursos Vinculados à Educação	2.320.000,00	857.842,00	814.464,74
	121	Operações de Crédito Internas em Moeda	9.200.000,00	1.305.940,00	678.063,42
	125	Operações de Crédito Externas em Moeda	15.875.000,00	26.444.483,00	467.763,38
	126	Recursos de Alienação de Bens - Adm. Direta	3.411.000,00	2.911.000,00	-
	130	Recursos Vinculados às Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.970.000,00	2.523.678,00	2.460.221,07
	140	Recursos Diretamente Arrecadados - Prohabit	7.620.000,00	6.520.000,00	-
	144	Transferências de Empresas Públicas da Bahia-Não Dependentes	0,00	761.825,00	451.385,66
	213	Recursos Diretamente Arrecadados por Entidades da Administração Indireta	28.731.000,00	28.891.952,00	1.521.868,98
	231	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Indireta	6.440.000,00	5.232.500,00	960.535,17
	242	Contribuições para o Plano de Saúde do Servidor	101.102.000,00	0,00	-
	313	Recursos Diretamente Arrecadados por Órgãos da Administração Direta - exerc ant	0,00	14.207.632,00	6.393.346,54
	315	Rec do Prog de Consolid do Equilíbrio Fiscal para o Desenv do Estado da Bahia - exerc ant	0,00	6.104.000,00	5.654.595,22
	321	Operações de Crédito Internas em Moeda - exerc ant	0,00	439.177,00	439.176,43
	324	Operações de Crédito Externas em Moeda - BIRD - exerc ant	0,00	33.791.726,00	31.242.791,57
	325	Operações de Crédito Externas em Moeda - exerc ant	0,00	1.195.410,00	74.944,40
	613	Recursos Diretamente Arrecadados por Entidades da Administração Indireta - exerc ant	0,00	1.970.797,00	10.285,00
	626	Recursos de Alienação de Bens - Adm. Indireta - exerc ant	0,00	815.098,00	-
	631	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Indireta - exerc ant	0,00	750.000,00	750.000,00
	645	Recursos pelo Fornecimento de Água Bruta dos Reservatórios - exerc ant	0,00	3.171,00	-
	685	Recursos Vinculados Transferências SUS - BL Investimentos na Rede de Serviços SUS - exerc ant	0,00	619.000,00	-
Moradia Digna	100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	3.100.000,00	1.779.794,00	1.630.954,81
	121	Operações de Crédito Internas em Moeda	8.220.000,00	41.559.472,00	16.430.160,94
	128	Recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	40.865.000,00	32.565.000,00	19.982.097,45
	131	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta	230.653.000,00	232.855.846,00	10.627.033,04
	315	Rec do Prog de Consolid do Equilíbrio Fiscal para o Desenv do Estado da Bahia - exerc ant	0,00	6.922.989,00	5.703.741,15
	321	Operações de Crédito Internas em Moeda - exerc ant	0,00	3.171.563,00	3.092.530,39
	324	Operações de Crédito Externas em Moeda - BIRD - exerc ant	0,00	59.978.098,00	57.791.338,78
	328	Recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza - exerc ant	0,00	53.780,00	53.779,33
	331	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta - exerc ant	0,00	40.014.406,02	19.918.648,30
	100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	2.461.759.764,00	2.361.985.858,00	2.259.067.029,34
Operação Especial	102	Cota-Parte do ICMS Devida aos Municípios	4.409.218.866,00	4.540.218.866,00	4.059.405.660,86
	103	Cota-Parte do IPVA Devida aos Municípios	514.432.500,00	533.432.500,00	503.795.709,08
	106	Cota-Parte do Imposto sobre Exportação de Produtos Industrializados Devida aos Municípios	65.172.193,00	67.172.193,00	65.957.333,83
	107	Recursos Vinculados ao Fundo de Manut e Desenv da Educação Básica e de Valoriz dos Profissionais da Educação	0,00	12.980,00	-
	109	Indenizações pela Extr de Óleo Bruto, Xisto Betuminoso e Gás, Utiliz de Rec Hídricos e Explor de Rec Minerais	4.053.000,00	4.053.000,00	2.427.888,90
	113	Recursos Diretamente Arrecadados por Órgãos da Administração Direta	0,00	530.542,00	-
	114	Recursos Vinculados à Educação	321.000,00	500.920,00	475.496,81
	117	Contribuições de Intervenção do Domínio Econômico - Estado	0,00	233.110,00	233.109,81
	118	Contribuições de Intervenção do Domínio Econômico - Município	0,00	7.770.329,00	7.770.327,45
	128	Recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	0,00	5.058.000,00	3.762.840,39

TABELA 2 • PPA-2012-2015: EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS FONTES DE RECURSOS POR PROGRAMA • BAHIA: 2015

Nome do Programa	Código da Fonte e Recursos	Nome da Fonte de Recursos	Orçado Inicial	Orçado Atual	Liquidado
Operação Especial	130	Recursos Vinculados às Ações e Serviços Públicos de Saúde	180.000,00	233.114,00	213.366,09
	151	Cota-Parte do Fundo de Cultura da Bahia Devida aos Municípios	11.863.750,00	16.591.750,00	14.184.000,00
	213	Recursos Diretamente Arrecadados por Entidades da Administração Indireta	44.837.000,00	46.196.513,00	35.588.876,90
	231	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Indireta	288.000,00	288.000,00	178.437,02
	245	Recursos pelo Fornecimento de Água Bruta de Reservatórios	59.000,00	59.000,00	-
	300	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro - exerc ant	0,00	2.523.359,00	2.421.059,69
	309	Indenizações Extr de Óleo Bruto, Xisto Betuminoso e Gás, Utiliz de Rec Hídricos e Explor de Rec Minerais	0,00	2.376,00	-
	315	Rec do Prog de Consolid do Equilíbrio Fiscal para o Desenv do Estado da Bahia - exerc ant	0,00	400.000,00	393.569,20
	321	Operações de Crédito Internas em Moeda - exerc ant	0,00	1,00	-
	324	Operações de Crédito Externas em Moeda - BIRD - exerc ant	0,00	294.278.311,00	294.069.928,16
	330	Recursos Vinculados às Ações e Serviços Públicos de Saúde - exerc ant	0,00	3.266,00	-
	331	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta - exerc ant	0,00	55.511.602,77	29.362.838,06
	613	Recursos Diretamente Arrecadados por Entidades da Administração Indireta - exerc ant	0,00	200.182.737,00	23.770.126,61
	631	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Indireta - exerc ant	0,00	15.113.850,28	13.340.504,36
	633	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Municipais - Adm. Indireta - exerc ant	0,00	7.553,00	7.551,87
	637	Transferências de Órgãos e Fundos Internacionais - Adm Indireta - exerc ant	0,00	42.821,00	-
	647	Fundo Nacional de Saúde - Convênio - exerc ant	0,00	477.406,00	224.184,07
	680	Recursos Vinculados Transferências SUS - BL Atenção Básica - exerc ant	0,00	16.905,00	16.904,72
	683	Recursos Vinculados Transferências SUS - BL Assistência Farmacêutica - exerc ant	0,00	55.440,00	55.440,00
	685	Recursos Vinculados Transferências SUS - BL Investimentos na Rede de Serviços SUS - exerc ant	0,00	292.433,00	292.432,18
Pacto Federativo	169	Recursos Vinculados LC Federal nº 151/2015 - AD	0,00	130.563.851,00	130.563.850,21
	100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	170.000,00	69.797,00	56.457,79
Pacto pela Vida	100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	3.592.785.000,00	3.894.203.437,00	3.883.164.184,07
	114	Recursos Vinculados à Educação	520.000,00	488.284,00	488.284,00
	116	Taxas Vinculadas ao Fundo Especial de Aperfeiçoamento dos Serviços Policiais	35.056.000,00	35.056.000,00	27.011.764,43
	121	Operações de Crédito Internas em Moeda	250.500.000,00	247.698.608,98	22.177.948,77
	128	Recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	63.221.000,00	79.198.000,00	76.252.836,39
	131	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta	0,00	4.569.373,00	2.975.259,02
	315	Rec do Prog de Consolid do Equilíbrio Fiscal para o Desenv do Estado da Bahia - exerc ant	0,00	22.000.000,00	21.800.501,35
	321	Operações de Crédito Internas em Moeda - exerc ant	0,00	29.683.795,00	29.683.768,74
	324	Operações de Crédito Externas em Moeda - BIRD - exerc ant	0,00	40.202.573,00	39.293.265,94
	331	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta - exerc ant	0,00	11.791.312,00	7.941.115,36
Planejamento e Gestão Estratégica	631	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Indireta - exerc ant	0,00	1.621.337,00	-
	100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	4.834.000,00	1.893.125,00	1.637.329,87
	125	Operações de Crédito Externas em Moeda	10.430.000,00	10.430.000,00	40.380,10
	128	Recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	9.326.352,00	70.352,00	27.322,30
	213	Recursos Diretamente Arrecadados por Entidades da Administração Indireta	9.410.000,00	5.910.000,00	4.640.713,71
	315	Rec do Prog de Consolid do Equilíbrio Fiscal para o Desenv do Estado da Bahia - exerc ant	0,00	420.824,00	420.661,11
	324	Operações de Crédito Externas em Moeda - BIRD - exerc ant	0,00	10.930.912,00	10.123.925,47
	325	Operações de Crédito Externas em Moeda - exerc ant	0,00	694.208,00	161.649,42
	331	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta - exerc ant	0,00	1.625.573,00	352.902,80
	613	Recursos Diretamente Arrecadados por Entidades da Administração Indireta - exerc ant	0,00	26.893.000,00	7.106.461,06
Promoção da Igualdade Racial e Garantia de Direitos	100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	739.000,00	337.341,00	327.076,74
	107	Recursos Vinculados ao Fundo de Manut e Desenv da Educação Básica e de Valoriz dos Profissionais da Educação	350.000,00	119.163,00	108.397,65
	108	Cota-Parte do Salário Educação	100.000,00	0,00	-
	114	Recursos Vinculados à Educação	250.000,00	3.670,83	3.670,83



TABELA 2 • PPA-2012-2015: EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS FONTES DE RECURSOS POR PROGRAMA • BAHIA: 2015

Nome do Programa	Código da Fonte e Recursos	Nome da Fonte de Recursos	Orçado Inicial	Orçado Atual	Liquidado
Promoção da Igualdade Racial e Garantia de Direitos	128	Recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	150.000,00	0,00	-
	131	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta	0,00	519.336,00	-
	324	Operações de Crédito Externas em Moeda - BIRD - exerc ant	0,00	1.231.210,00	1.205.741,21
	331	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta - exerc ant	0,00	1.710.596,00	150.845,15
Promoção, Proteção, Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania	100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	1.855.000	2.121.135	1.541.679
	104	Multas Vinculadas ao Fundo Estadual de Proteção ao Consumidor	2.726.000	2.726.000	623.405
	124	Operações de Crédito Externas em Moeda - BIRD	0	2.000.000	0
	128	Recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	8.165.000	8.465.000	5.402.025
	131	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Administração Direta	0	25.000	24.877
Proteção Social	100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	6.106.800,00	1.584.831,00	551.834,95
	111	Contribuições do Fundo Nacional de Assistência Social	5.620.000,00	5.620.000,00	477.527,21
	128	Recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	42.420.000,00	45.314.611,00	34.573.972,83
	131	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta	0,00	7.105.264,00	-
	311	Contribuições do Fundo Nacional de Assistência Social - exerc ant	0,00	4.000.000,00	2.499.458,54
	331	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta - exerc ant	0,00	3.485.668,00	1.837.394,07
Reabilitação do Centro Antigo de Salvador	100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	50.000,00	0,00	-
	121	Operações de Crédito Internas em Moeda	75.000.000,00	7.000.000,00	1.620.025,65
	321	Operações de Crédito Internas em Moeda - exerc ant	0,00	2.481.668,00	2.481.667,56
	324	Operações de Crédito Externas em Moeda - BIRD - exerc ant	0,00	12.474.322,00	12.410.687,41
Regularização Fundiária e Reforma Agrária	100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	0,00	116.284,00	22.208,61
	113	Recursos Diretamente Arrecadados por Órgãos da Administração Direta	0,00	230.000,00	130.000,00
	128	Recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	4.790.000,00	8.420.000,00	5.064.343,80
	133	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Municipais - Adm. Direta	0,00	39.256,00	-
	324	Operações de Crédito Externas em Moeda - BIRD - exerc ant	0,00	216.260,00	155.418,20
	331	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta - exerc ant	0,00	3.670.000,00	356.898,13
	333	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Municipais - Adm. Direta - exerc ant	0,00	68.104,00	12.957,20
	100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	97.850.000,00	103.025.238,00	102.154.808,19
Relação Governo-Sociedade	109	Indenizações pela Extr. de Óleo Bruto, Xisto Betuminoso e Gás, Utiliz. de Rec. Hídricos e Explor. de Rec. Minerais	0,00	400.000,00	-
	114	Recursos Vinculados à Educação	850.000,00	18.632,00	18.631,04
	130	Recursos Vinculados às Ações e Serviços Públicos de Saúde	5.624.000,00	520.339,00	520.337,09
	213	Recursos Diretamente Arrecadados por Entidades da Administração Indireta	215.000,00	715.732,00	515.652,86
	324	Operações de Crédito Externas em Moeda - BIRD - exerc ant	0,00	4.553.315,00	4.317.894,69
	613	Recursos Diretamente Arrecadados por Entidades da Administração Indireta - exerc ant	0,00	337.407,00	125.946,87
	682	Recursos Vinculados Transferências SUS - BL Vigilância em Saúde - exerc ant	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
	684	Recursos Vinculados Transferências SUS - BL Gestão do SUS - exerc ant	0,00	1.211.583,00	1.211.583,00
	100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	347.898.000,00	250.245.466,00	248.376.256,83
	121	Operações de Crédito Internas em Moeda	17.102.000,00	17.102.000,00	7.325.030,01
Ressocialização: Direito do Interno e do Cumpridor de Penas e Medidas Alternativas	128	Recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	180.000,00	180.000,00	-
	131	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta	0,00	1.740.000,00	-
	321	Operações de Crédito Internas em Moeda - exerc ant	0,00	16.083.372,00	16.083.364,88
	331	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta - exerc ant	0,00	41.129.149,00	91.783,00
	100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	0,00	46.715,00	40.321,10
Segurança Alimentar e Nutricional	128	Recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	19.419.000,00	18.584.000,00	14.701.331,57
	131	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta	32.335.000,00	32.344.374,00	13.260.442,30
	328	Recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza - exerc ant	0,00	67.883,00	34.353,60
	331	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta - exerc ant	0,00	818.331,00	659.129,15

TABELA 2 • PPA-2012-2015: EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS FONTES DE RECURSOS POR PROGRAMA • BAHIA: 2015

Nome do Programa	Código da Fonte e Recursos	Nome da Fonte de Recursos	Orçado Inicial	Orçado Atual	Liquidado
Sustentabilidade Ambiental	100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	7.731.000,00	24.039.049,00	21.574.991,49
	109	Indenizações pela Extr de Óleo Bruto, Xisto Betuminoso e Gás, Utiliz de Rec Hídricos e Explor de Rec Minerais	0,00	538.610,00	68.070,74
	125	Operações de Crédito Externas em Moeda	12.362.000,00	9.725.051,00	3.147.744,96
	127	Recursos Vinculados ao Fundo do Meio Ambiente da Bahia	3.474.000,00	3.474.000,00	2.999.141,52
	131	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta	300.000,00	300.000,00	-
	213	Recursos Diretamente Arrecadados por Entidades da Administração Indireta	8.589.000,00	6.429.000,00	3.425.511,81
	231	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Indireta	0,00	5.854.800,00	-
	245	Recursos pelo Fornecimento de Água Bruta de Reservatórios	881.000,00	881.000,00	-
	324	Operações de Crédito Externas em Moeda - BIRD - exerc ant	0,00	23.643.469,00	22.752.038,97
	325	Operações de Crédito Externas em Moeda - exerc ant	0,00	1.829.478,00	1.827.208,14
	327	Recursos Vinculados ao Fundo do Meio Ambiente da Bahia - exerc ant	0,00	554.869,00	554.868,07
	331	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta - exerc ant	0,00	295.000,00	54.659,55
	631	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Indireta - exerc ant	0,00	1.023.000,00	921.200,00
	100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	0,00	376.794,00	372.705,91
	109	Indenizações pela Extr de Óleo Bruto, Xisto Betuminoso e Gás, Utiliz de Rec Hídricos e Explor de Rec Minerais	0,00	227.000,00	226.334,96
Trabalho Decente	119	Recursos Vinculados ao Fundo de Promoção do Trabalho Decente	80.000,00	80.000,00	-
	131	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta	1.000.000,00	1.000.000,00	500.000,00
	213	Recursos Diretamente Arrecadados por Entidades da Administração Indireta	882.000,00	184.000,00	150.540,93
	319	Recursos Vinc ao Fundo de Promoção do Trabalho Decente - exerc ant	0,00	247.742,00	236.000,00
	324	Operações de Crédito Externas em Moeda - BIRD - exerc ant	0,00	548.000,00	252.576,20
	331	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta - exerc ant	0,00	337.000,00	336.451,45
	331	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta - exerc ant	0,00	337.000,00	336.451,45
Turismo Sustentável	100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	9.950.000,00	8.767.386,00	7.785.074,97
	113	Recursos Diretamente Arrecadados por Órgãos da Administração Direta	4.243.000,00	3.712.458,00	-
	121	Operações de Crédito Internas em Moeda	16.111.000,00	16.111.000,00	6.785.998,06
	125	Operações de Crédito Externas em Moeda	14.000.000,00	14.000.000,00	-
	131	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta	18.097.000,00	18.553.843,00	76.050,00
	213	Recursos Diretamente Arrecadados por Entidades da Administração Indireta	33.000.000,00	0,00	-
	300	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro - exerc ant	0,00	888.000,00	791.652,74
	315	Rec do Prog de Consolid do Equilíbrio Fiscal para o Desenv do Estado da Bahia - exerc ant	0,00	1.422.845,00	1.357.698,87
	321	Operações de Crédito Internas em Moeda - exerc ant	0,00	3.239.525,00	3.239.525,00
	324	Operações de Crédito Externas em Moeda - BIRD - exerc ant	0,00	16.032.775,00	15.652.925,92
	331	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta - exerc ant	0,00	1.882.836,00	1.410.628,55
	331	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta - exerc ant	0,00	1.882.836,00	1.410.628,55
Vida Melhor – Oportunidade para Quem Mais Precisa	100	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro	10.175.390,00	17.871.586,00	10.761.056,46
	113	Recursos Diretamente Arrecadados por Órgãos da Administração Direta	800.000,00	800.000,00	-
	125	Operações de Crédito Externas em Moeda	134.862.000,00	134.862.000,00	13.194.547,05
	128	Recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	170.972.000,00	176.816.300,00	138.727.727,23
	131	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta	10.090.000,00	11.589.960,00	2.369.293,91
	135	Restituição de Recursos Oriundos de Operação de Crédito	0,00	5.777.784,00	5.585.750,77
	213	Recursos Diretamente Arrecadados por Entidades da Administração Indireta	9.275.000,00	18.161.906,00	12.991.831,72
	231	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Indireta	10.000,00	39.100.461,00	7.905.953,70
	251	Operações de Crédito Internas em Moeda Ind	4.500.000,00	4.500.000,00	-
	324	Operações de Crédito Externas em Moeda - BIRD - exerc ant	0,00	6.581.044,00	6.044.689,87
	325	Operações de Crédito Externas em Moeda - exerc ant	0,00	2.404.000,00	2.344.908,84
	328	Recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza - exerc ant	0,00	1.528.844,00	128.000,00
	331	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Direta - exerc ant	0,00	12.264.457,00	7.354.876,10
	631	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Indireta - exerc ant	0,00	29.417.625,00	13.246.940,79
	631	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Indireta - exerc ant	0,00	29.417.625,00	13.246.940,79
	631	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Indireta - exerc ant	0,00	29.417.625,00	13.246.940,79
	631	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Indireta - exerc ant	0,00	29.417.625,00	13.246.940,79
	631	Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais - Adm. Indireta - exerc ant	0,00	29.417.625,00	13.246.940,79
<b>Total Geral</b>			<b>25.044.203.517,00</b>	<b>30.041.482.188,18</b>	<b>23.637.134.172,77</b>

Fonte: FIPLAN em 11/01/2016

## Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – Funcep

 Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – Funcep, cuja finalidade legal é viabilizar o acesso da população pobre do estado a níveis dignos de vida, aplicou no atual exercício R\$ 462,4 milhões.

Os recursos são aplicados de forma transversal e intersetorial, em ações finalísticas suplementares de nutrição, habitação, educação, reforço de renda familiar e outros programas de natureza estruturante, em quatro dimensões de intervenção:

Dimensão I: Compensatória Inclusiva, subdividida em ações de segurança alimentar e de assistência social, que priorizam a parcela da população em situação de grande vulnerabilidade e demanda por maior assistência, sendo exemplo a garantia de alimentação adequada;

Dimensão II: Formativa, engloba ações voltadas à alfabetização, capacitação e inserção de jovens no mercado de trabalho, tem por foco o aumento da escolaridade e do capital social, priorizando os jovens por meio da expansão do conhecimento e da capacitação profissional, viabilizando condições sustentáveis de superação da pobreza;

Dimensão III: Geração de Renda, apoia ações da agricultura familiar, pesca artesanal e economia solidária, que visam fortalecer tais segmentos por meio de assistência técnica e extensão rural e urbana, bem assim do acesso a equipamentos e instrumentos de beneficiamento da produção, garantindo vias institucionais e não institucionais de comercialização da produção;

Dimensão IV: Infraestrutura Social, abrange habitação de interesse social e o programa Água Para Todos, e volta-se para a melhoria na qualidade de vida através da ampliação da oferta de habitação digna, o que inclui o acesso a água.

Cabe salientar que, na proposição das ações de combate à pobreza, procura-se seguir os princípios da convergência e complementaridade exigidos entre as políticas públicas. Portanto, as ações desenvolvidas por meio das diversas estruturas do Governo da Bahia e as executadas pelos três níveis de governo, com a participação dos recursos do Estado, buscam a conformidade com os conceitos de intersetorialidade e transversalidade, necessários ao processo de superação da pobreza.

A Tabela 3 apresenta os quantitativos, em percentual, dos programas compreendidos pelas quatro dimensões de intervenção, no início do exercício de 2015, e o efetivamente realizado do ponto de vista do valor liquidado em 2015.

Depreende-se desta tabela que, dos 27 programas apoiados pelo Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza – Funcep, quatro deles absorveram cerca de 64% dos recursos: Vida Melhor – Oportunidade para Quem Mais Precisa (30%), Pacto pela Vida (16,5%), Água para Todos – PAT (9,8%) e Proteção Social (7,5%).

No atual exercício, destacaram-se pelo grau de execução frente ao orçamento inicial os programas Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (131,3%), Pacto pela Vida (120,6%) e Promoção, Proteção, Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania (113,5%).

**TABELA 3•EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - FINANCEIRA DO FUNDO ESTADUAL DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA – FUNCEP • BAHIA: 2015**

Programa		Executado	Participação %	Grau de Execução %
502	Ações de Apoio Administrativo do Poder Executivo	49.533.028,26	10,7	86,5
113	Água para Todos - PAT	45.282.922,09	9,8	54,6
102	Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos	6.543.542,38	1,4	35,6
124	Bahia Esportiva	3.894.446,92	0,8	64,9
123	Bahia Solidária: Mais Trabalho e Mais Renda	830.000,00	0,2	63,8
122	Bom Trabalho: Ampliando Oportunidades	6.626.732,00	1,4	47,3
128	Ciência, Tecnologia e Inovação	1.110.000,00	0,2	60,0
109	Criança e Adolescente	9.020.793,14	2,0	46,8
139	Desenvolvimento Cultural	7.481.122,58	1,6	83,4
118	Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais	3.283.704,15	0,7	131,3
103	Educação Profissional	623.690,41	0,1	34,6
104	Educação Superior no Século XXI	12.645.650,27	2,7	79,0
119	Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres	37.976,20	0,0	10,9
110	Envelhecimento Ativo	6.124.727,44	1,3	94,4
101	Fortalecimento da Educação Básica	3.538.843,90	0,8	53,6
108	Juventude	2.467.260,96	0,5	33,0
132	Moradia Digna	19.982.097,45	4,3	48,9
900	Operação Especial	3.762.840,39	0,8	-
105	Pacto pela Vida	76.252.836,39	16,5	120,6
150	Planejamento e Gestão Estratégica	27.322,30	0,0	0,3
117	Promoção da Igualdade Racial e Garantia de Direitos	-	-	-
106	Promoção, Proteção, Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania	10.257.104,51	2,2	113,5
111	Proteção Social	34.573.972,83	7,5	81,5
115	Regularização Fundiária e Reforma Agrária	5.064.343,80	1,1	105,7
107	Ressocialização: Direito do Interno e do Cumpridor de Penas e Medidas Alternativas	-	-	-
112	Segurança Alimentar e Nutricional	14.701.331,57	3,2	75,7
116	Vida Melhor - Oportunidade para Quem Mais Precisa	138.727.727,23	30,0	81,1
<b>Total Geral</b>		<b>462.394.017,17</b>	<b>100,0</b>	<b>75,6</b>

FONTE: FIPLAN em 11/01/2016







## CAPÍTULO

# 4

Indicadores do PPA  
2012 – 2015  
**Ano 2015**





# Introdução

O registro e publicação da evolução de indicadores dos programas governamentais iniciou-se, no Estado da Bahia, com o PPA 2012-2015, refletindo o empenho da Administração Estadual no sentido da institucionalização de um processo contínuo de monitoramento e avaliação das políticas públicas.

A SEPLAN desenvolveu ações orientadas para a disseminação de práticas de acompanhamento, monitoramento e avaliação na Administração Estadual, com destaque para a avaliação inicial e monitoramento dos 20 programas que, juntos, absorveram mais de 80% dos recursos orçamentários no quadriênio 2012-2015. Em paralelo, procedeu-se à avaliação dos indicadores dos programas <sup>1</sup>, tal como publicados no Plano Plurianual.

A avaliação revelou uma grande fragilidade dos indicadores, tanto no que diz respeito aos seus elementos descritivos – nome, unidade de medida e fórmula de cálculo – e meios de verificação, quanto em relação à aderência aos objetivos e à abrangência dos programas que deveriam representar, o que inviabilizou a aferição dos resultados por meio desse recurso metodológico.

Nesta terceira e última edição do Relatório de Avaliação do PPA 2012-2015, buscou-se minimizar dois problemas decorrentes da deficiência constatada nos indicadores:

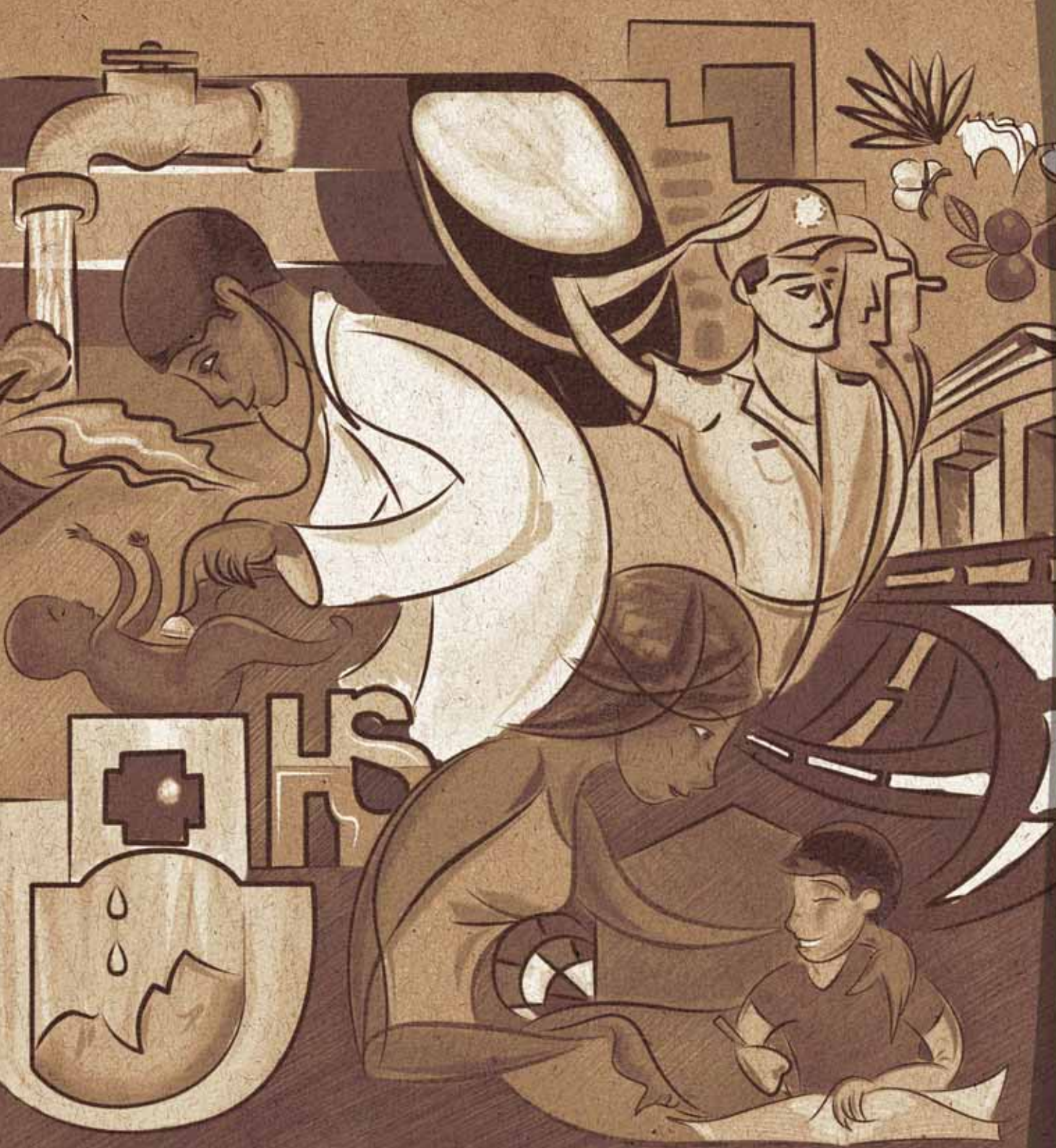
- o primeiro deles, relacionado à baixa aderência dos indicadores aos componentes dos programas, foi contornado comparando-se a evolução dos indicadores baianos com a evolução dos mesmos indicadores nos âmbitos regional (Nordeste) e nacional, quando há dados de fontes secundárias disponíveis. Assim foi possível fornecer um panorama geral da posição da Bahia no que diz respeito aos aspectos sociais e econômicos da realidade que é o pano de fundo em que as ações governamentais foram implementadas;
- o segundo, representado pela fragilidade dos registros administrativos dos indicadores mais diretamente vinculados aos componentes dos programas, gerou dados diferentes a cada edição do Relatório de Avaliação do PPA 2012-2015, problema que não mais pode ser solucionado, apenas justificado. Os dados agora publicados são os dados consolidados. As justificativas dadas pelos diversos órgãos e entidades para as divergências verificadas serão publicadas na internet, no sítio da SEPLAN.

---

<sup>1</sup> – BAHIA. Avaliação de Indicadores do PPA 2012-2015. Relatório Final. SEPLAN/SGA, julho de 2014.

De todo modo, a experiência de elaboração e gestão do PPA 2012-2015 gerou um aprendizado na Administração Estadual que certamente possibilitará superar a maioria das dificuldades já no PPA 2016-2019, aprofundando a integração das diversas fases do ciclo de planejamento – programação, execução, monitoramento, avaliação, revisão – e a transparência da ação governamental.





## Indicadores dos Eixos Estruturantes





PROGRAMA:		100 – BAHIA SAUDÁVEL							
Ementa: Construir uma sociedade saudável, ampliando o conceito de saúde de modo que contemple outros aspectos além da prevenção, assistência e recuperação de enfermos.									
Órgão Responsável: SESAB									
Resultados no Período 2012/2015									
Indicador			Linha de Base		Índice Esperado no PPA	Valores Apurados			
Código	Descrição	Unid.	Ano	Valor		2012	2013	2014	2015
IP1	Percentual de Atendimento pela Rede Hemoba da Demanda de Hemocomponentes da Rede SUS no Estado da Bahia	%	2010	80,00	100,00	67,10	62,80	61,30	61,90
IP2	Número de Conselhos Municipais de Saúde Qualificados	Nº	2010	86	417	82	31	22	417
IP3	Cobertura da Vacina Tetravalente em Menores de Dois Anos <sup>(1)</sup>	%	2010	86,60	95,00	94,18	84,17	91,51	88,3 <sup>(2)</sup>
IP3 <sup>(3)</sup>	Percentual de Municípios com Cobertura Adequada (95%) para Vacina Tetravalente em Menores de 01 Ano <sup>(**)(1)</sup>	%	2011	62,59	80,00	50,36	35,97	45,80	39,56 <sup>(2)</sup>
IP4	Proporção de Casos de Doenças de Notificação Compulsória (DNC) Encerrados Oportunamente <sup>(*)</sup>	%	2010	62,90	80,00	68,02	70,40	67	76,8 <sup>(4)</sup>
IP5	Proporção da Cobertura Populacional Estimada pela Estratégia da Saúde da Família <sup>(*)</sup>	%	2010	58,60	68,00	62,84	65,72	70,89	71,28
IP6	Cobertura de Saúde Prisional nas Unidades Prisionais do Estado <sup>(*)</sup>	%	2010	98,30	100,00	50,00	71,00	78,00	64,80
IP7	Taxa de Mortalidade Infantil <sup>(*)</sup>	Por mil	2009	18,60	15,15	17,0	17,1	17,1	16,4
IP7 <sup>(3)</sup>	Redução da Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) no Estado <sup>(**)</sup>	%	2011	...	...	0,59	0,59	0,00	-4,09
IP8	Percentual da População Coberta pelo Samu 192 <sup>(**)</sup>	%	2011	77,00	100,00	70,56	78,5	83,47	84,59
IP9 <sup>(3)</sup>	Percentual de Ampliação da Disponibilidade de Centros de Atenção Psicossocial <sup>(**)</sup>	Nº índice	2011	100,00	110,00	106,59	112,09	118,68	124,18
IP10 <sup>(3)</sup>	Percentual de Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família Acompanhadas pela Atenção Básica <sup>(**)</sup>	%	2011	73,00	75,00	74,83	74,71	78,68	71,43
IP11 <sup>(3)</sup>	Redução da Taxa de Mortalidade Materna (TMM) no Estado <sup>(**)(5)</sup>	Por mil	2011	70,10	63,00	70,6	71,4	79,6	69,6
IP12 <sup>(3)</sup>	Percentual de Municípios Atendidos Trimestral com o Componente Básico da Assistência Farmacêutica <sup>(**)</sup>	%	2011	99,80	100,00	99,8	99,8	99,8	91,8

Fontes: <sup>(\*)</sup>SEI; <sup>(\*\*)</sup>SESAB. IP1 – Hemoprod, DATASUS; IP3; IP5, IP7 e IP7\* – Sesab/Suvisa/DIS – SIM.

**Notas:**

<sup>(1)</sup>De acordo com a SESAB, duas considerações importantes devem ser feitas em relação aos IP3 e IP3\*: (i) o imunológico tetravalente sofreu uma alteração no ano de 2013, incorporando a Hepatite B na sua composição e passando a se chamar pentavalente; e (ii) o indicador que a Diretoria de Vigilância Epidemiológica (DIVEP) acompanha é Cobertura da Vacina Pentavalente em menores de um ano, como as demais vacinas do calendário básico (exceto a tríplice viral que se faz com 1 ano de idade), e não em menores de dois anos, como expresso no IP3.

<sup>(2)</sup>Dados parciais, até 30/10/2015. Os municípios tem possibilidade de digitação das doses aplicadas no sistema de informação SI-PNI até março de 2016.

<sup>(3)</sup>Indicadores acrescentados pela SESAB, não constantes originalmente do PPA 2012-2015, utilizados pela Secretaria para o acompanhamento do Programa 100, cf. Ofício GASEC nº 901/2012.

<sup>(4)</sup>Dado preliminar, em 29/12/2015. Os municípios tem até 60 dias para encerrar as notificações no Sistema Nacional de Notificações (SINAN), o que acarreta alterações nos valores, dependendo da data da coleta.

<sup>(5)</sup>Os valores fornecidos pela Secretaria correspondem às Taxas de Mortalidade Materna por mil nascidos vivos e não à redução da TMM.

Convenções:  
Traço - dado inexistente.  
Três pontos - dado desconhecido.

O Programa Bahia Saudável teve uma participação de cerca de 22,25% do total de recursos do PPA 2012-2015. Integrado por 13 compromissos, dois deles absorveram mais de 89,44% dos recursos do Programa: o Compromisso 6, consistente em “*ampliar o acesso da população às ações e serviços de média e alta complexidade do Sistema Único de Saúde - SUS, com qualidade e resolutividade*”, com a participação de 61,31% e o Compromisso 12, “*consolidar a política de gestão do trabalho e da educação na saúde, com vistas à qualificação e humanização das práticas de gestão e do cuidado, em atendimento aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde - SUS*”, com a participação de 28,13%.



### IP1 - Percentual de Atendimento pela Rede Hemoba da Demanda de Hemocomponentes da Rede SUS no Estado da Bahia

O indicador IP1 vincula-se ao Compromisso 9, *“consolidar a rede de hematologia e homoterapia do Estado da Bahia para atender a demanda do Sistema Único de Saúde – SUS”*, que teve a participação de menos de 0,67% dos recursos do Programa e apresentou execução financeira média de cerca de 83,23% no quadrênio do PPA. A primeira meta do Compromisso traduz o IP1 da seguinte forma: *“atender 100% da rede SUS na sua demanda por hemocomponentes por meio da Fundação Hemoba”*.

É possível que o índice esperado ao final do PPA tenha sido superestimado, isto porque o valor de 80% considerado como base para a estimativa refere-se ao ano de 2010; entretanto, em 2011, ano padrão de referência do PPA 2012-2015, o valor apurado foi de 59,85%, conforme pode ser verificado nas bases de dados oficiais (Hemoprod, DATASUS). Assim, apesar da queda do valor apurado a partir de 2013, houve um aumento quando considerado o ano de 2011.

### IP2 - Número de Conselhos Municipais de Saúde Qualificados

O IP2 tem vinculação direta com o Compromisso 10, consistente em *“fortalecer o controle social em saúde, com gestão democrática e participativa e ampliação dos canais de diálogo com a sociedade, para a consolidação do Sistema Único de Saúde - SUS-Bahia”*. A participação do Compromisso 10 nos recursos do Programa foi de 0,03% no quadriênio, com execução financeira média de 28,10%.

O indicador é traduzido na meta que estabelece o seguinte: *“qualificar 50% dos Conselhos Municipais de Saúde”*. Observa-se que o valor de alcance corresponde ao número de, no máximo, 209 municípios, o que difere do número de 417 municípios fixado como meta 2015 para o IP2, sugerindo ter havido equívoco neste último. Assim considerado, já em 2014 a meta do PPA foi superada.

### IP3 - Cobertura da Vacina Tetravalente em Menores de Dois Anos e IP3' - Percentual de Municípios com Cobertura Adequada (95%) para Vacina Tetravalente em Menores de 01 Ano

Os indicadores vinculam-se ao Compromisso 2, qual seja, *“ampliar as ações de promoção e proteção da saúde e de prevenção de doenças e agravos no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS”*, cuja participação nos recursos do Programa foi de 1,74%, com execução financeira média de cerca de 80,62% no quadrênio do PPA. O IP3' corresponde à primeira meta do Compromisso, *“obter 80% de municípios com cobertura adequada (95%) para vacina tetravalente em menores de 01 ano de idade”*.

### IP4 - Proporção de Casos de Doenças de Notificação Compulsória (DNC) Encerrados Oportunamente

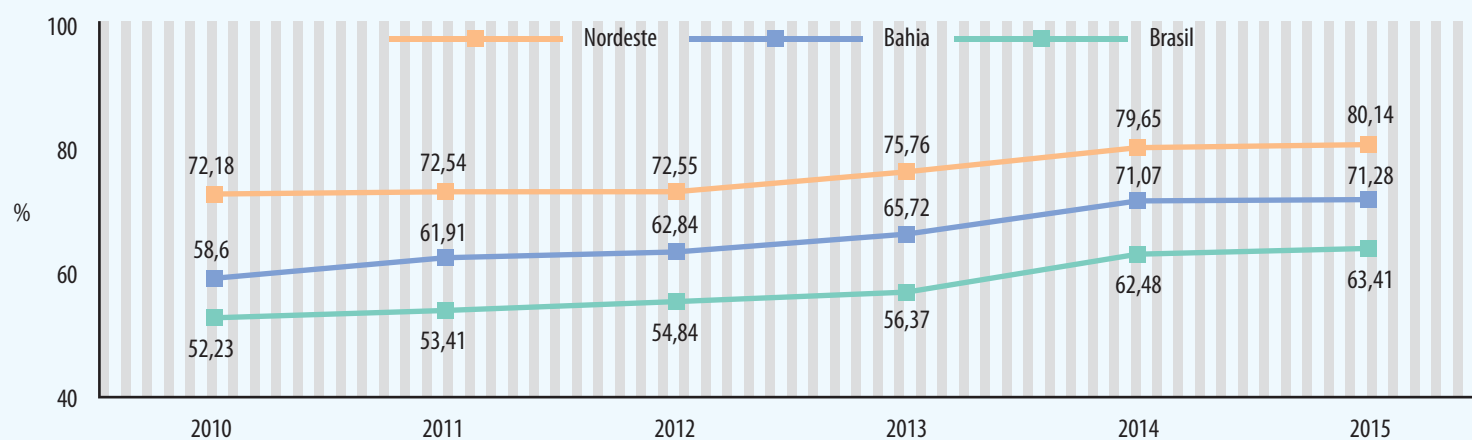
O indicador IP4 também está vinculado ao Compromisso 2, *“ampliar as ações de promoção e proteção da saúde e de prevenção de doenças e agravos no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS”*, já comentado acima, e guarda correspondência com a meta consistente em *“obter 80% dos casos das doenças de notificação compulsória encerrados oportunamente após investigação”*.

### IP5 - Proporção da Cobertura Populacional Estimada pela Estratégia da Saúde da Família

O IP5 possui vinculação com o Compromisso 1, consistente em “fortalecer a Atenção Básica efetivando a mudança do Modelo de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS”, cuja participação nos recursos do Programa foi de 1,59% com execução financeira média de cerca de 93,74% no quadrênio do PPA. O indicador corresponde à meta de “ampliar em 10% a cobertura de saúde da família”.

O valor apurado do indicador para 2014, de 70,89%, já ultrapassou a meta estabelecida para o final de 2015, de 68,00%. O gráfico abaixo mostra que o percentual da população baiana com cobertura da Estratégia da Saúde da Família - ESF tem crescido continuamente a partir de 2010.

**GRÁFICO 1** Proporção da cobertura populacional estimada pela Estratégia da Saúde da Família na Bahia, Nordeste e Brasil de 2010-2015



Fonte: MS/SAS/DAB e IBGE.

Nota: Os valores de 2015 são referentes a outubro. Dados extraídos dia 14/12/15.

### IP6 - Cobertura de Saúde Prisional nas Unidades Prisionais do Estado

O indicador está vinculado ao Compromisso 5, cujo objetivo reside em “promover a equidade e a humanização no cuidado à saúde no Sistema Único de Saúde - SUS das populações historicamente excluídas, discriminadas e/ou estigmatizadas”. A participação do Compromisso 5 nos recursos do Programa foi de 0,14% no quadriênio, com execução financeira média de 64,00%.

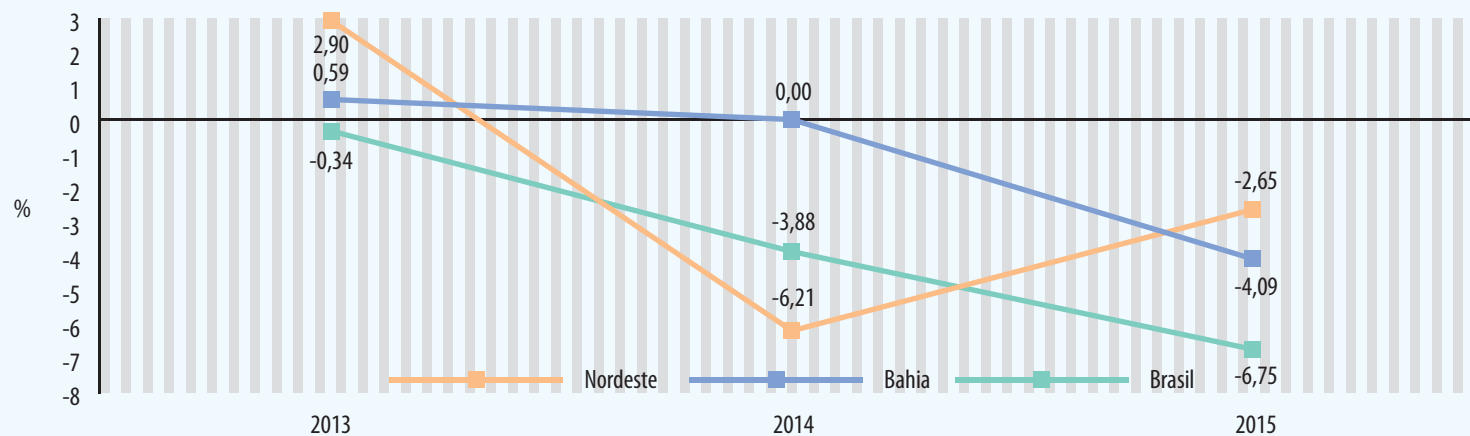
O indicador relaciona-se à meta de “ampliar a cobertura do Programa Nacional de Saúde Prisional - PNSP para 80% das unidades prisionais do Estado”, mas estabelece o valor de alcance de 100%, o que configura inconsistência sugestiva de ter havido algum equívoco. Note-se que o valor de 80% da meta está, inclusive, abaixo do valor da linha de base, de 98,30%.

De acordo com a SEAP, das 24 unidades prisionais existentes no Estado (10 na capital e 14 no interior), 18 delas possuem serviços de saúde em funcionamento (10 na capital e 8 no interior), o que corresponde a um percentual de 75%, mais condizente com a meta de alcançar 80% de cobertura em 2015.

### IP7 - Taxa de Mortalidade Infantil e IP7' - Redução da Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) no Estado

Os dois indicadores estão vinculados ao Compromisso 7, consistente em “implantar a rede de serviços para o cuidado materno-infantil no Sistema Único de Saúde - SUS-Bahia, contribuindo efetivamente para a melhoria das condições de vida e a redução da morbimortalidade”. A participação do Compromisso 7 nos recursos do Programa foi de 0,30% no quadriênio, com execução financeira média de 11,82%.

**GRÁFICO 2** Redução da Taxa de Mortalidade Infantil na Bahia, Nordeste e Brasil, 2013-2015

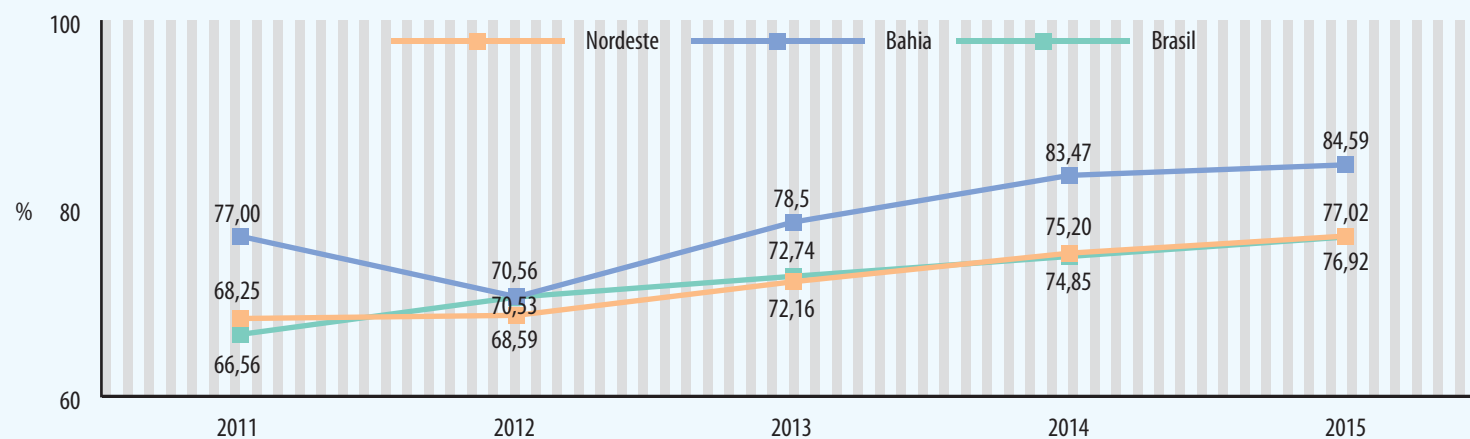


Fonte: SESAB e Portal da Saúde SUS.

### IP8 - Percentual da População Coberta pelo Samu 192

O indicador está vinculado ao Compromisso 08, consistente em “expandir, qualificar e humanizar a rede de urgência e emergência no Sistema Único de Saúde - SUS-Bahia”, com participação de 0,89% dos recursos do Programa e execução financeira média de 95,10% no quadriênio. O indicador relaciona-se à meta de “ampliar a cobertura do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência SAMU 192 para 100% dos territórios de identidade”.

**GRÁFICO 3** Percentual da População Coberta pelo Samu 192 na Bahia, Nordeste e Brasil, 2011-2015



Fonte: SESAB e Sala de Apoio à Gestão Estratégica - SAGE.

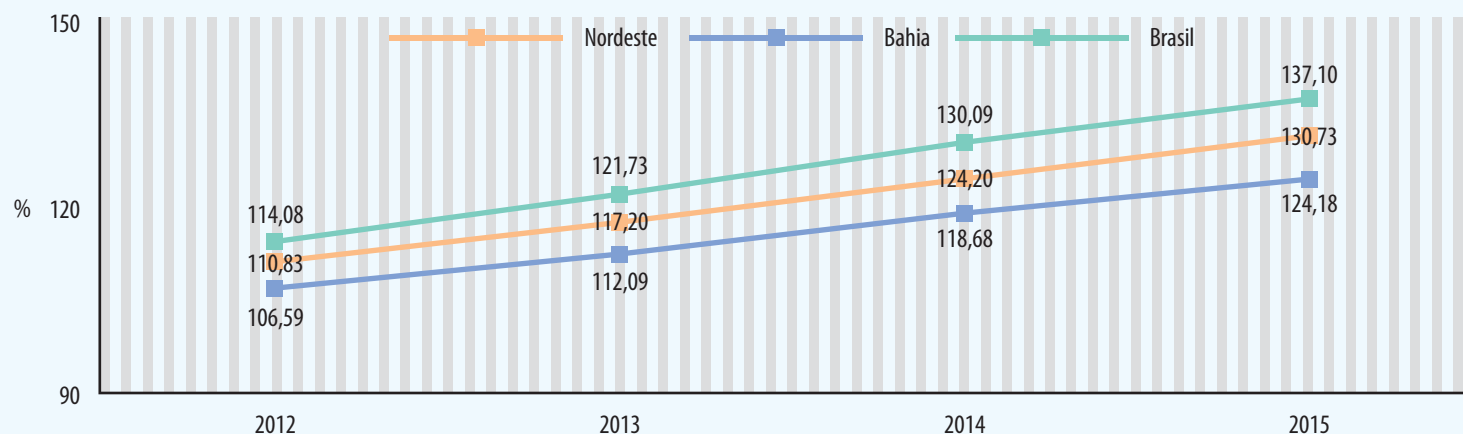
### IP9 - Percentual de Ampliação da Disponibilidade de Centros de Atenção Psicossocial

O IP9 possui aderência com o Compromisso 13, a saber “promover a atenção integral às pessoas com transtorno mental e/ou usuários de crack, álcool e de outras drogas no âmbito do SUS-Bahia”. A participação do Compromisso nos recursos do Programa foi abaixo de 0,01% no quadriênio, com execução financeira média de 49,65%.

Acrescentado como indicador do Programa, pela Sesab, após a publicação do PPA 2012-2015, corresponde à meta, ali expressa, de “ampliar em 10% a disponibilidade de Centros de Atenção Psicossocial - CAPS, com prioridade para os CAPS AD (álcool e outras drogas) e CAPS III”.

Considerando-se a série histórica, o Estado vem registrando aumentos no número de CAPS nos últimos anos, conforme mostrado no gráfico abaixo. De fato, mantendo a mesma tendência, já em 2013 o valor de alcance previsto para 2015 foi superado.

**GRÁFICO 4** Percentual de Ampliação da Disponibilidade de Centros de atenção Psicossocial na Bahia, Nordeste e Brasil, 2012-2015



Fonte: SESAB e Sala de Apoio à Gestão Estratégica - SAGE.

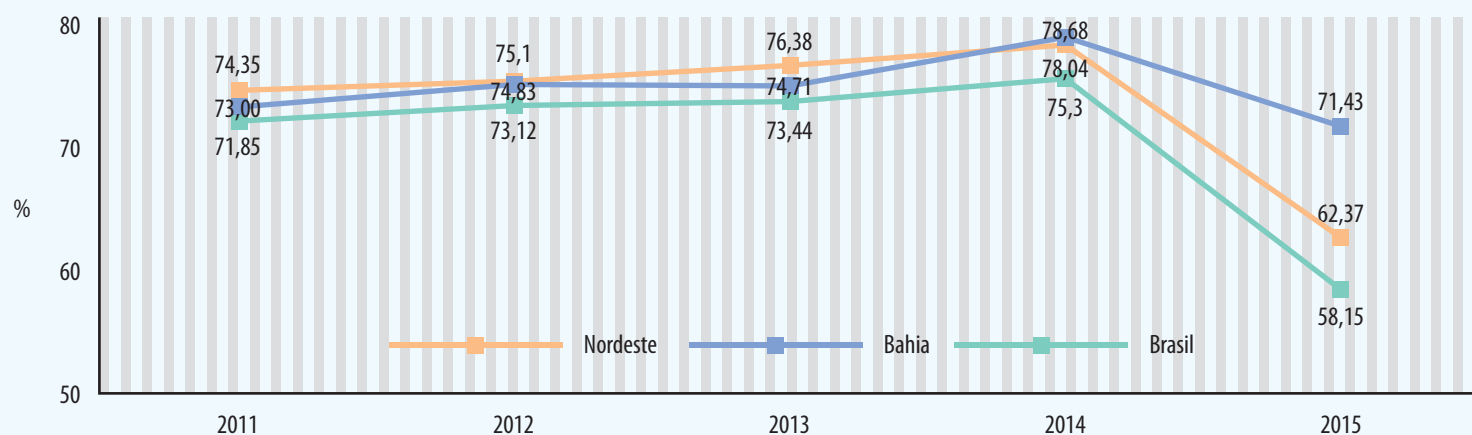


### IP10 - Percentual de Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família Acompanhadas pela Atenção Básica

O indicador está vinculado ao Compromisso 4, que consiste em “promover o cuidado integral ao ser humano no curso da vida, considerando a implantação de serviços que atendam às necessidades das políticas geracionais em saúde no âmbito do SUS-BA”. Esse Compromisso teve uma participação de 0,90% dos recursos do Programa, no quadriênio, apresentando uma execução financeira média de 93,08%.

O IP10 corresponde a uma das duas metas estabelecidas no âmbito do Compromisso 4, a saber, “acompanhar pela Atenção Básica 75% das famílias beneficiárias do programa Bolsa Família”.

**GRÁFICO 5** Percentual de Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família Acompanhadas pela Atenção Básica na Bahia, Nordeste e Brasil, 2011-2015

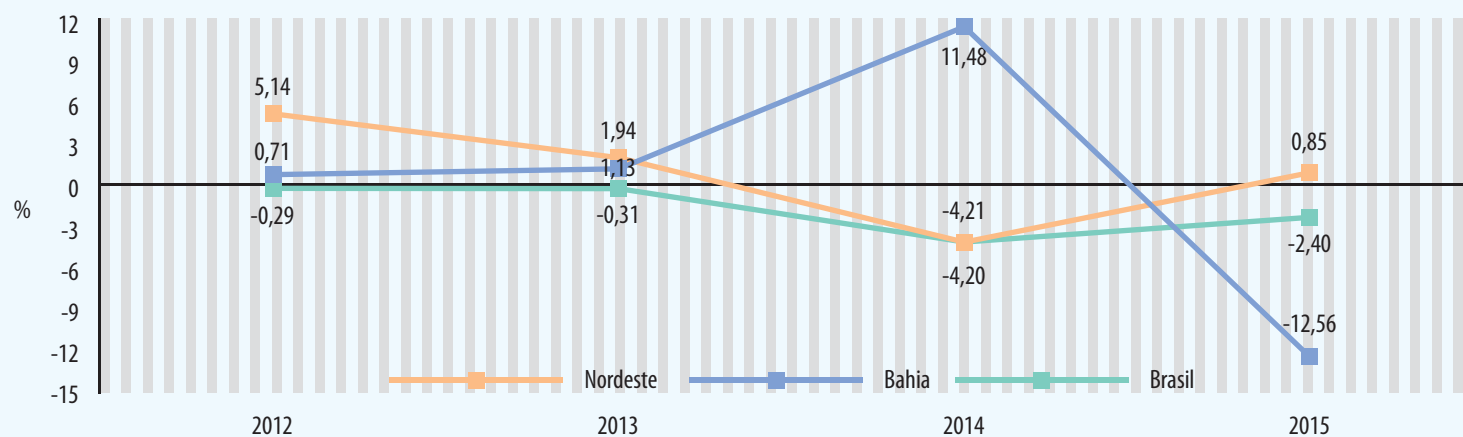


Fonte: SESAB e MS / SE / DATASUS

### IP11 - Redução da Taxa de Mortalidade Materna (TMM) no Estado

O IP11 está vinculado ao Compromisso 7, já comentado acima, em relação aos indicadores IP7 e IP7', referentes à mortalidade infantil. O indicador corresponde a uma das três metas estabelecidas no âmbito do Compromisso 7, “reduzir anualmente, em 5%, a razão da mortalidade materna em todo o Estado”.

**GRÁFICO 6** Redução da Taxa de Mortalidade Materna (TMM) na Bahia, Nordeste e Brasil de 2012-2015



Fonte: SESAB e Portal da Saúde SUS.

### IP12 - Percentual de Municípios Atendidos Trimestral com o Componente Básico da Assistência Farmacêutica

O indicador é representativo do Compromisso 3, consistente em “avançar na Política de Assistência Farmacêutica do Sistema Único de Saúde - SUS, assegurando e qualificando o acesso aos medicamentos”. Esse Compromisso teve uma participação de 3,73% no total de recursos do Programa, apresentando uma execução financeira média de 94,21% no período de 2012 a 2015. O IP12 corresponde à meta de “obter 100% dos municípios atendidos trimestralmente com o componente básico de Assistência Farmacêutica”.

PROGRAMA:		101 – FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA							
Ementa: Fortalecer a educação básica, garantindo o acesso, a permanência e a aprendizagem do estudante, combatendo a reprovação, o abandono e a evasão escolar.									
Órgão Responsável: SEC									
Resultados no Período 2012/2015									
Indicador			Linha de Base		Índice Esperado no PPA	Valores Apurados			
Código	Descrição	Unid.	Ano	Valor		2012	2013	2014	2015
IP1	Ideb – Anos Iniciais do Ensino Fundamental <sup>(*)</sup> (1)	Nº	2011	3,80	4,10	-	4,00	-	...
IP2	Ideb – Anos Finais do Ensino Fundamental <sup>(*)</sup> (1)	Nº	2011	2,90	4,00	-	3,10	-	...
IP3	Ideb – Ensino Médio <sup>(*)</sup> (1)	Nº	2011	3,00	3,80	-	2,80	-	-
IP4 <sup>(2)</sup>	Taxa de aprovação dos estudantes do 2º Ano/1ª Série do Ensino Fundamental <sup>(*)</sup>	%	2011	86,9	....	89,80	93,40	94,3	...
	Taxa de aprovação dos estudantes de 2º ano/1ª Série do Ensino Fundamental – Rede Estadual	%	2011	93,80	98,00	91,60	94,30	93,9	...
	Taxa de aprovação dos estudantes do 2º ano/1ª Série do Ensino Fundamental – Rede Municipal	%	2011	85,50	96,30	88,5	92,60	93,6	...
IP5 <sup>(2)</sup>	Taxa de abandono escolar dos estudante do 2º Ano/1ª Série do Ensino Fundamental <sup>(*)</sup>	%	2011	3,30	2,00	2,90	2,20	1,9	...
	Taxa de abandono escolar dos estudantes de 2º ano/1ª Série do Ensino Fundamental – Rede Estadual	%	2011	4,30	2,00	3,60	2,20	2,1	...
	Taxa de abandono escolar dos estudantes do 2º ano/1ª Série do Ensino Fundamental – Rede Municipal	%	2011	3,70	3,70	3,40	2,60	2,1	...
IP6 <sup>(2)</sup>	Taxa de cobertura do público alvo dos estudantes do 2º Ano/1ª Série do Ensino Fundamental com 7 anos de idade	%	...	...	...	-	-	-	...
	Taxa de cobertura do público alvo dos estudantes do 2º Ano/1ª Série do Ensino Fundamental com 7 anos de idade que aderiram ao Pacto.	%	2011	27,28	...	27,28	...	-	...
	Taxa de cobertura do público alvo dos estudantes do 2º Ano/1ª Série do Ensino Fundamental com 7 anos de idade que não aderiram ao Pacto.	%	2011	28,16	...	28,16	...	-	...
IP7 <sup>(2)</sup>	Número de professores Formadores Municipais e Professores Alfabetizadores da Rede Estadual para os três primeiros anos do ensino fundamental capacitados pelo Programa	Unid	2011	466	1.077	-	-	-	1.122
	Número de Professores da Rede Estadual do 1º ano do ensino fundamental capacitados pelo programa <sup>(3)</sup>	Unid	2011	51	300	106	108	122	...
	Número de Professores da Rede Municipal do 1º anos do ensino fundamental capacitados pelo programa <sup>(3)</sup>	Unid	2011	480	777	601	555	546	...
IP8 <sup>(2)(5)</sup>	Quantidade dos alunos avaliados no 2º ano/1ª Série de escolarização da Rede Estadual e Municipal que respondem aos instrumenos avaliativos, ao final do ano letivo – Avalie Alfa <sup>(**)</sup> (4)	...	2011	120.064	277.297	120.484	123.719	-	-
	Proficiência média em Leitura para os alunos de 2º ano/1ª Série de escolarização da Rede Estadual que respondem aos instrumentos avaliativos, ao final do ano letivo	...	2011	475,24 Básico	...	459,9 Básico	489,2 Básico	-	-
	Proficiência média em Leitura para os alunos de 2º ano/1ª Série de escolarização da Rede Municipal que respondem aos instrumentos avaliativos, ao final do ano letivo	...	2011	445,4 Básico	...	452,7 Básico	454,1 Básico	-	-
	Proficiência média em Escrita para os alunos de 2º ano/1ª Série de escolarização da Rede Estadual que respondem aos instrumentos avaliativos, ao final do ano letivo	...	2011	466,2 Intermediário	...	476,3 Intermediário	475,4 Intermediário	-	-
	Proficiência média em Escrita para os alunos de 2º ano/1ª Série de escolarização da Rede Municipal que respondem aos instrumentos avaliativos, ao final do ano letivo	...	2011	445,71 Intermediário	...	463,6 Intermediário	459,7 Intermediário	-	-
	Proficiência média em Matemática para os alunos de 2º ano/1ª Série de escolarização das Rede Estadual que respondem aos instrumentos avaliativos, ao final do ano letivo <sup>(6)</sup>	...	2011	757,54 Nível IV	...	752,9 Nível IV	...	-	-
	Proficiência média em Matemática para os alunos de 2º ano/1ª Série de escolarização da Rede Municipal que respondem aos instrumentos avaliativos, ao final do ano letivo <sup>(6)</sup>	...	2011	742,61 Nível III	...	743,9 Nível III	...	-	-
IP9 <sup>(2)</sup>	Taxa de aprovação do ensino fundamental séries finais – Rede Estadual <sup>(*)</sup>	%	2011	67,00	70,00	70,30	72,20	67,40	...

Código	Indicador Descrição	Unid.	Linha de Base		Índice Esperado no PPA	Valores Apurados			
			Ano	Valor		2012	2013	2014	2015
IP10 <sup>(2)</sup>	Taxa de aprovação do ensino médio – Rede Estadual <sup>(*)</sup>	%	2011	71,00	73,00	72,10	75,70	72,00	...
IP11 <sup>(2)</sup>	Taxa de reprovação do ensino fundamental séries finais – Rede Estadual <sup>(*)</sup>	%	2011	25,90	23,40	20,70	22,30	25,60	...
IP12 <sup>(2)</sup>	Taxa de reprovação do ensino médio – Rede Estadual <sup>(*)</sup>	%	2011	15,70	24,40	12,40	15,00	16,90	...
IP13 <sup>(2)</sup>	Taxa de abandono do ensino fundamental séries finais – Rede Estadual <sup>(*)</sup>	%	2011	7,10	0,00	9,00	5,50	7,00	...
IP14 <sup>(2)</sup>	Taxa de abandono do ensino médio – Rede Estadual <sup>(*)</sup>	%	2011	13,30	0,00	15,50	9,30	11,10	...
IP15 <sup>(2)</sup>	Número de professores da rede estadual atendidos em cursos de formação acima de 80 horas	Unid	2011	3.979	4.172	-	30.586	27.511	29.902
IP16 <sup>(2)</sup>	Unidades escolares integradas ao projeto de monitoramento, acompanhamento e intervenção pedagógica na rede pública estadual (PAIP)	Unid	2011	0	1.411	1.283	1.481	1.453	1.305
IP17 <sup>(2)</sup>	Unidades escolares que ofertam educação integral em jornada ampliada	Unid	2011	533	1.000	740	800	900	1.002
IP18 <sup>(2)</sup>	Número de alunos de 1º e 2º ano que recebem material didático do Programa por município	nº	2011	130.416	669.011	290.315	146.994	157.000	-

Fontes: <sup>(\*)</sup>Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas - INEP; <sup>(\*\*)</sup>Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação.

#### Notas:

<sup>(1)</sup>Periodicidade dos dados bianual.

<sup>(2)</sup>Indicadores acrescentados pela SEC, não constantes originalmente do PPA 2012 – 2015.

<sup>(3)</sup>Não foi possível obter o número exato porque, para 2015, houve treinamento dos professores de 1º, 2º e 3º ano juntos.

<sup>(4)</sup>De acordo com SEC, as informações do indicador IP8 referem-se ao quantitativo de estudantes previstos para realizar a avaliação e não ao nível de rendimento escolar. Os valores apresentados para este indicador não poderiam corresponder ao rendimento, porque a escala de proficiência do Avalie Alfa (que descreve o rendimento dos alunos) vai de 0 a 1.000.

<sup>(5)</sup>Para os anos de 2014 e 2015 não houve aplicação do Avalie Alfa.

<sup>(6)</sup>Para o ano 2013 não houve aplicação da avaliação de Matemática.

#### Convenções:

Traço - dado inexistente.

Três pontos - dado desconhecido.

O **Programa Fortalecimento da Educação Básica**, voltado às ações de educação básica pública (que é de responsabilidade compartilhada das secretarias estadual e municipais de educação, em observância à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB), teve uma participação de 22,51% dos recursos do PPA 2012-2015. Dentre os seus 12 compromissos, aquele que detem o maior percentual dos recursos é o Compromisso 9, consistente em “assegurar as condições objetivas para oferta de ensino pela rede pública estadual”, com 90,57% dos recursos do Programa, e execução financeira média de 94,02% no quadrênio do PPA.

#### IP1 - Ideb - Anos Iniciais do Ensino Fundamental, IP2 - Ideb - Anos Finais do Ensino Fundamental e IP3 - Ideb - Ensino Médio

O Ideb é um indicador que reúne dois conceitos que avaliam a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. É calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep), o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), para os estados, e a Prova Brasil, para os municípios.

Os três indicadores guardam relação com o Compromisso 4, “reduzir a repetência e o abandono escolar, auxiliando o acesso e a permanência dos alunos pertencentes a rede estadual de ensino”, que teve a participação de 5,78% dos recursos do Programa e execução financeira em torno de 67,99%, no quadriênio do PPA. A primeira meta do compromisso traduz o IP1 da seguinte forma: “elevar os índices de aprovação para no mínimo 90% nas séries iniciais, 85% nas séries finais do ensino fundamental e 80% no ensino médio”.

O IP1 e o IP2 tratam do ensino fundamental (até o 5º ano, e do 6º ao 9º ano, respectivamente), que é oferecido prioritariamente pelas redes municipais. O IP3, obtido pelas notas do Saeb e pela taxa média de aprovação, trata do ensino médio, que tem o Estado como responsável por 97% das matrículas da rede pública.

#### **IP4 - Taxa de aprovação dos estudantes do 2º Ano / 1ª Série do Ensino Fundamental**

O indicador consolida as taxas de aprovação das redes estadual e municipais e possui vinculação com o Compromisso 1, que objetiva “alfabetizar todas as crianças de até 8 anos de idade e extinguir o analfabetismo escolar”, que absorveu recursos da ordem de 1,01% do Programa e execução financeira em torno de 26,76%, no quadriênio do PPA.

A meta vinculada ao compromisso traduz o IP4 da seguinte forma: “alfabetizar todas as crianças até 8 anos de idade [atualmente até 7 anos de idade], nos municípios que aderirem ao pacto Todos pela Escola e nas escolas estaduais que ainda ofertem os três primeiros anos do ensino fundamental”.

#### **IP5 - Taxa de abandono escolar dos estudantes do 2º Ano / 1ª Série do Ensino Fundamental**

O indicador consolida as taxas de abandono escolar nas redes estadual e municipais e está relacionado ao Compromisso 4, “reduzir a repetência e o abandono escolar, auxiliando o acesso e a permanência dos alunos pertencentes à rede estadual de ensino”, já referido acima. A segunda meta do Compromisso traduz o IP5 da seguinte forma, no que diz respeito à rede estadual: “garantir acesso e permanência de 1.092.202 alunos da rede estadual de ensino”.

#### **IP6 - Taxa de cobertura do público alvo dos estudantes do 2º Ano / 1ª Série do Ensino Fundamental com 7 anos de idade**

O IP6 consolida a cobertura do público alvo dos estudantes do 2º Ano / 1ª Série do Ensino Fundamental com 7 anos de idade, cujos municípios tenham ou não aderidos ao Pacto Todos pela Escola. O Pacto é uma iniciativa que busca fortalecer uma rede de formação e apoio aos professores e estudantes, disseminando conhecimentos e práticas de alfabetização e letramento.

O indicador está vinculado ao Compromisso 1, já referido acima, e à meta que prevê alfabetizar todas as crianças até 7 anos de idade, nos municípios que aderirem ao Pacto Todos pela Escola e nas escolas estaduais que ainda ofertem os três primeiros anos do ensino fundamental.

#### **IP7 - Número de professores Formadores Municipais e Professores Alfabetizadores da Rede Estadual para os três primeiros anos do ensino fundamental capacitados pelo Programa**

O IP7 consolida o número de professores das redes estadual e municipais capacitados, mediante cooperação entre o Governo do Estado da Bahia e respectivos municípios, para o desempenho das atividades que buscam assegurar, dentre outras, a alfabetização de todos os estudantes até 8 anos de idade, com pleno domínio da leitura, escrita e cálculo. Relaciona-se ao Compromisso 5, “valorizar os profissionais da educação e promover sua formação nas diversas áreas do conhecimento”, que contou com 0,27% dos recursos do Programa e registrou uma execução financeira de 79,96% no quadriênio do PPA. A meta vinculada traduz o IP7 da seguinte forma, no que diz respeito à rede estadual: “efetivar a formação inicial e continuada a todos os profissionais da rede pública estadual de educação”.



**IP8 - Quantidade dos alunos avaliados no 2º ano / 1ª Série de escolarização da Rede Estadual e Municipal que respondem aos instrumentos avaliativos, ao final do ano letivo - Avalie Alfa**

O indicador indica o número de alunos, das redes estadual e municipais, que foram avaliados pelo Avalie Alfa - Avaliação Externa da Alfabetização, instrumento criado para pesquisar o nível de aprendizado dos estudantes da rede estadual e de escolas municipais de educação fundamental, conveniadas com o Governo do Estado por meio do Pacto Todos pela Escola.

O IP8 e os indicadores que reúnem os graus de proficiência média - em leitura, escrita e matemática - dos estudantes do 2º ano de escolarização do ensino fundamental avaliados, vinculam-se ao Compromisso 4, qual seja, “reduzir a repetência e o abandono escolar, auxiliando o acesso e a permanência dos alunos pertencentes à rede estadual de ensino”, já referido acima, guardando relação com a meta que prevê “elevar os índices de aprovação para no mínimo 90% nas séries iniciais, 85% nas séries finais do ensino fundamental e 80% no ensino médio”.

**IP9 - Taxa de aprovação do ensino fundamental séries finais - Rede Estadual e IP10 - Taxa de aprovação do ensino médio - Rede Estadual**

O IP9 mostra o percentual de alunos que frequentaram as séries finais (6º ao 9º ano) do ensino fundamental e progrediram para a série seguinte ao final do ano letivo, ou seja, o aluno que frequentou essas séries do ensino fundamental em unidade escolar da rede estadual, durante o andamento do ano letivo, e foi aprovado ao final desse mesmo ano. De forma análoga, o IP10 indica o percentual de alunos que frequentaram séries do ensino médio e progrediram para a série seguinte no final do ano letivo, ou seja, o aluno que frequentou o ensino médio em unidade escolar da rede estadual, durante o andamento do ano letivo, e foi aprovado ao final desse mesmo ano.

Os dois indicadores estão vinculados ao Compromisso 4, já referido, e à meta consistente em “elevar os índices de aprovação para no mínimo 90% nas séries iniciais, 85% nas séries finais do ensino fundamental e 80% no ensino médio”.

**IP11 - Taxa de reprovação do ensino fundamental séries finais - Rede Estadual e IP12 - Taxa de reprovação do ensino médio - Rede Estadual**

O IP11 indica o percentual de alunos que frequentaram as séries finais (6º ao 9º ano) do ensino fundamental e foram retidos na mesma série, ao final do ano letivo, ou seja, o aluno que frequentou essas séries do ensino fundamental em unidade escolar da rede estadual, durante o andamento do ano letivo, e foi reprovado ao final desse mesmo ano. Do mesmo modo, o IP12 mostra o percentual de alunos que frequentaram séries do ensino médio e foram retidos na mesma série, ao final do ano letivo, ou seja, o aluno que frequentou o ensino médio em unidade escolar da rede estadual, durante o andamento do ano letivo, e foi reprovado ao final desse mesmo ano.

Assim como o IP9 e o IP10, esses indicadores estão vinculados ao Compromisso 4, “reduzir a repetência e o abandono escolar, auxiliando o acesso e a permanência dos alunos pertencentes à rede estadual de ensino”, e à meta consistente em “elevar os índices de aprovação para no mínimo 90% nas séries iniciais, 85% nas séries finais do ensino fundamental e 80% no ensino médio”.

**IP13 - Taxa de abandono do ensino fundamental séries finais - Rede Estadual e IP14 - Taxa de abandono do ensino médio - Rede Estadual**

O IP13 e o IP14 mostram o percentual de alunos matriculados nas séries finais (6º ao 9º ano) do ensino fundamental, ou do ensino médio, que deixam

de frequentar a escola durante o período letivo, ou seja, o aluno que deixou de frequentar a escola no curso do ano letivo. Difere da evasão escolar, já que neste último caso o aluno não retorna no período letivo subsequente. São indicadores também relacionados ao Compromisso 4 do Programa, traduzindo-se, igualmente, na meta consistente em “elevar os índices de aprovação para no mínimo 90% nas séries iniciais, 85% nas séries finais do ensino fundamental e 80% no ensino médio”.

#### **IP15 - Número de professores da rede estadual atendidos em cursos de formação acima de 80 horas**

O indicador, que demonstra o somatório de professores integrantes da carreira do magistério estadual que realizaram cursos de formação com carga horária superior a 80 horas, vincula-se ao Compromisso 5, já referido, e à meta que objetiva “efetivar a formação inicial e continuada a todos os profissionais da rede pública estadual de educação”.

#### **IP16 - Unidades escolares integradas ao projeto de monitoramento, acompanhamento e intervenção pedagógica na rede pública estadual (PAIP)**

O IP16 demonstra o número de unidades escolares da rede pública estadual que foram integradas ao PAIP, projeto de gestão pedagógica que tem o objetivo de atingir a qualidade do ensino e da aprendizagem em todos os níveis e modalidades, de forma colaborativa, com todos os envolvidos com a educação pública do estado. Possui vinculação com o Compromisso 8, “estimular as inovações e o uso das tecnologias como instrumentos pedagógicos e de gestão escolar”, que teve a participação de 0,32% dos recursos do Programa e registrou execução financeira de 69,17%, no quadriênio do PPA. A meta relacionada consiste em “desenvolver e prover acesso à mídia e a tecnologias educacionais com suporte ao uso pedagógico administrativo para todas as unidades escolares da rede estadual de ensino”.

#### **IP17 - Unidades escolares que ofertam educação integral em jornada ampliada**

O indicador tem vinculação com o Compromisso 3, “ampliar o acesso à educação integral, elevando os tempos e espaços educativos e garantindo a permanência dos estudantes na escola”, que teve a participação de 0,07% dos recursos do Programa e execução financeira média de 16,50% no quadriênio do PPA. A meta correspondente prevê “ampliar a oferta da educação integral para atendimento de 1 mil escolas da rede estadual de ensino”.

#### **IP18 - Número de alunos de 1º e 2º ano que recebem material didático do Programa por município**

O indicador tem vinculação com o Compromisso 4, “reduzir a repetência e o abandono escolar, auxiliando o acesso e a permanência dos alunos pertencentes à rede estadual de ensino”, que participou com 5,78% dos recursos do Programa no quadriênio do PPA, e execução financeira em torno de 67,99%.

A meta 2 do compromisso traduz o IP18 da seguinte forma: garantir acesso e permanência de 1.092.202 alunos da rede estadual de ensino.

**PROGRAMA:** 102 – ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

**Ementa:** Reduzir o índice de analfabetismo e assegurar a oferta de escolarização de jovens, adultos e idosos, criando as condições objetivas para inclusão social, política, econômica e cultural.

**Órgão Responsável:** SEC

**Resultados no Período 2012/2015**

Código	Indicador Descrição	Unid.	Linha de Base <sup>(1)</sup>		Índice Esperado no PPA	Valores Apurados			
			Ano	Valor		2012	2013	2014	2015 <sup>(2)</sup>
IP1	Percentual de jovens de 16 a 29 anos com ensino fundamental incompleto	%	2009	34,10	30,69	28,64	28,85	16,83	-
IP2	Percentual de jovens de 16 a 29 anos com ensino fundamental completo	%	2009	8,90	9,79	10,26	10,08	11,20	-
IP3	Percentual de jovens de 16 a 29 anos com ensino médio completo	%	2009	28,60	31,69	31,49	31,56	34,12	-
IP4	Taxa de Analfabetismo na faixa etária de 15 anos e mais	%	2009	16,70	14,50	15,89	14,91	9,60	-

Fontes: IBGE/PNAD.

**Notas:**
<sup>(1)</sup>Valores em 2011, ano padrão da linha de base do PPA 2012-2015: IP1 - 26,50; IP2 - 11,4; IP3 - 30,4; IP4 - 14,4.

<sup>(2)</sup>Dados de 2015 tem divulgação prevista para novembro de 2016.

**Convenções:**

Traço - dado inexistente.

Três pontos - dado desconhecido.

O Programa Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos teve uma participação nos recursos orçamentários do PPA 2012-2015 de cerca de 0,73%. Integrado por dois compromissos, o Compromisso 1, “ampliar as ações de alfabetização de jovens, adultos e idosos, enquanto direito que não prescreve com a idade” representou mais de 98,78% dos recursos do Programa no quadriênio.

A evolução dos indicadores reflete ações das três esferas de governo, o que impossibilita aferir a variação devida às ações do Programa.

**IP1 - Percentual de jovens de 16 a 29 anos com ensino fundamental incompleto, IP2 - Percentual de jovens de 16 a 29 anos com ensino fundamental completo e IP3 - Percentual de jovens de 16 a 29 anos com ensino médio completo**

O IP1, o IP2 e o IP3 possuem vinculação com o Compromisso 4, consistente em “assegurar a escolaridade aos que não puderam efetuar os estudos na idade regular”, com participação nos recursos do Programa de cerca 1,22% e execução financeira média de 56,07% no quadriênio do PPA. Os três indicadores estão relacionados à meta de “ampliar em 70% a oferta e permanência de Educação de Jovens e Adultos - EJA com qualidade”.

**IP4 - Taxa de Analfabetismo na faixa etária de 15 anos e mais**

O IP4 possui vinculação com o Compromisso 1, cujo objetivo é “ampliar as ações de alfabetização de jovens, adultos e idosos, enquanto direito que não prescreve com a idade”, que contou com cerca de 98,78% dos recursos do Programa e apresentou execução financeira média de 40,82% no quadriênio do PPA. O indicador é traduzido na meta consistente em “alfabetizar 1 milhão de pessoas jovens, adultas e idosas”.

PROGRAMA:		103 – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL							
Ementa: Consolidar e ampliar a oferta de educação profissional em consonância com o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos territórios baianos, promovendo a inserção cidadã na vida social e no mundo do trabalho.									
Órgão Responsável: SEC									
Resultados no Período 2012/2015									
Indicador			Linha de Base		Índice Esperado no PPA	Valores Apurados			
Código	Descrição	Unid.	Ano	Valor		2012	2013	2014	2015
IP1	Matrículas de Estudantes na Educação Profissional Integrada	Nº	2011	28.753	31.628	32.669	35.869	39.422	41.157
IP1'	Número de matrículas de Educação Profissional - Cursos Técnicos de Nível Médio Integrados ao Ensino Médio (EPI) <sup>(1) (2)</sup>								
IP2	Matrículas de Estudantes na Educação Profissional Subsequente	Nº	2011	12.870	14.157	14.375	16.489	15.562	20.595
IP2'	Número de matrículas de Educação Profissional - Cursos Técnicos de Nível Médio Subsequentes ao Ensino Médio (PROSUB) <sup>(1)(3)</sup>								
IP3	Matrículas de Estudantes na Educação Profissional Concomitante	Nº	2011	154	169	7.624	13.600	11.354	5.119
IP3'	Número de estudantes de ensino médio e de EJA (ensino médio) com acesso à Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Técnico Concomitante) <sup>(1)(4)</sup>								
IP4	Matrículas de Estudantes na Educação Profissional Projeja Fundamental	Nº	2011	8.821	9.703	11.314	1.835	737	2.309
IP4'	Número de matrículas em Educação Profissional - Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) Integrada à Educação de Jovens e Adultos Ensino Fundamental (Projeja Fundamental) <sup>(1)(5)</sup>								
IP5	Matrículas de Estudantes na Educação Profissional Projeja Medio	Nº	2011	7.044	7.748	13.824	15.930	15.033	19.610
IP5'	Número de matrículas de Educação Profissional - Cursos Técnicos de Nível Médio Integrados à Educação de Jovens e Adultos Ensino Médio (Projeja Médio) <sup>(1)(6)</sup>								

Fontes: SEC

**Notas:**

<sup>(1)</sup> De acordo com a SEC a inclusão de uma segunda nomenclatura dos indicadores aconteceu pois os termos constantes do PPA 2012-2015 eram vagos e imprecisos, podendo ser aplicados a diferentes níveis (fundamental, médio, superior) e modalidades de ensino (EPI, PROEJA Médio e PROEJA Fundamental), ou, no caso do "PROEJA" para explicitar o significado da sigla.

<sup>(2)</sup> O valor final esperado é 50.000, e não 31.628, como publicado no PPA 2012-2015.

<sup>(3)</sup> O valor esperado ao final de 2015 é 20.000, e não 14.157, registrado no PPA 2012-2015 por equívoco.

<sup>(4)</sup> O valor final esperado é 10.000, e não 154, como publicado no PPA 2012-2015. De forma equivocada foram registradas apenas as ofertas de cursos concomitantes não vinculados ao Pronatec.

<sup>(5)</sup> O índice esperado do PPA é 32.000, e não 9.703, registrado equivocadamente. Em relação ao Projeja Fundamental, houve uma grande frustração de oferta, na medida em que o Programa Estadual Trilha e os Programas Federais Projovem Urbano e Projovem Campo – Saberes da Terra tiveram suas ofertas adiadas.

<sup>(6)</sup> O índice esperado é 20.000, e não 7.748, como registrado equivocadamente no PPA 2012-2015.

Convenções:  
 Traço - dado inexistente.  
 Três pontos - dado desconhecido.

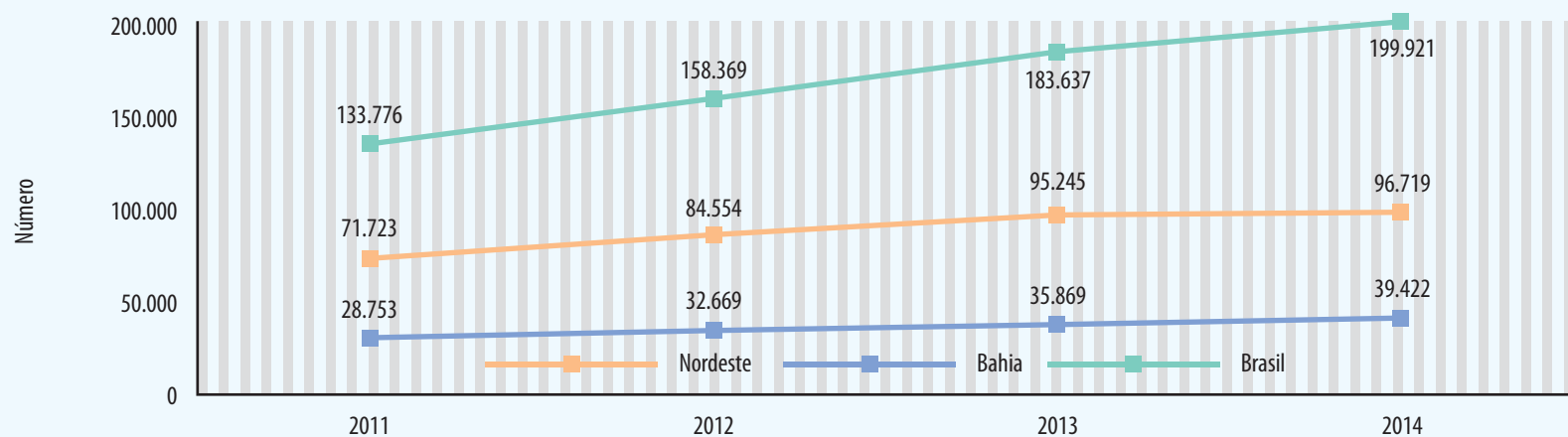
O **Programa Educação Profissional**, que teve uma participação de 0,93% nos recursos orçamentários do PPA 2012-2015, é integrado por quatro compromissos. Dentre esses, o Compromisso 4, consistente em "garantir o desenvolvimento dos jovens para uma inserção cidadã na vida social e no mundo do trabalho, por meio da educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio subsequentes" absorveu aproximadamente 61,75% do total de recursos e apresentou execução financeira média de 52,08% no quadriênio do PPA.

# IP1 - Matrículas de Estudantes na Educação Profissional Integrada / IP1' - Número de Matrículas de Educação Profissional - Cursos Técnicos de Nível Médio Integrados ao Ensino Médio (EPI)

O indicador está vinculado ao Compromisso 4, já referido acima, e guarda relação com a meta de “ofertar 50.000 matrículas em cursos técnicos de nível médio integrada ao nível médio”.

O IP1 agrega todas as modalidades com currículo integrado (EPI, PROEJA Médio e PROEJA Fundamental), não refletindo os vários aspectos da Educação Profissional, voltada a oferta de matrículas em cursos técnicos de nível médio integradas ao ensino médio, que tem a participação de 22,00% dos recursos do Programa. Por esse motivo foi incluída a nomenclatura apropriada, na forma do IP1'.

**GRÁFICO 1** Número de matrículas de Educação Profissional - Cursos Técnicos de Nível Médio Integrados ao Ensino Médio (EPI), Bahia, Nordeste e Brasil de 2011-2014



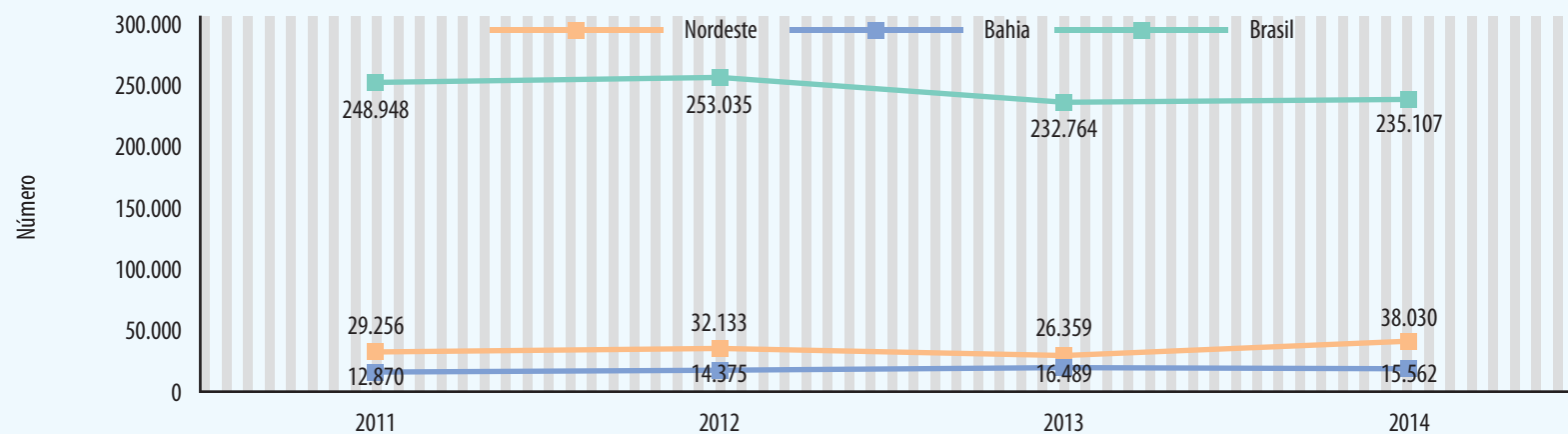
Fonte: Sec/BA e INEP.



IP2 - Matrículas de Estudantes na Educação Profissional Subsequente / IP2' - Número de matrículas de Educação Profissional - Cursos Técnicos de Nível Médio Subsequentes ao Ensino Médio (PROSUB)

Também vinculado ao Compromisso 4, o indicador está traduzido na meta consistente em “ofertar 20 mil matrículas em cursos técnicos de nível médio subsequentes”. Assim como o IP1, incluiu-se uma nomenclatura mais adequada, uma vez que a formulação inicial é imprecisa, já que abrange tanto o nível fundamental, quanto o médio e o superior, o que não reflete determinado aspecto da Educação Profissional (o PROSUB).

**GRÁFICO 2** Número de matrículas de Educação Profissional - Cursos Técnicos de Nível Médio Subsequentes ao Ensino Médio (PROSUB), na Bahia, Nordeste e Brasil de 2011-2014



Fonte: Sec/BA e INEP.

**IP3 - Matrículas de Estudantes na Educação Profissional Concomitante / IP3' - Número de estudantes de ensino médio e de EJA (ensino médio) com acesso à Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Técnico Concomitante)**

O indicador tem vinculação com o Compromisso 6, consistente em “ampliar o acesso à educação integral por meio da educação profissional”, que absorveu 22,00% dos recursos do Programa e registrou execução financeira média de 12,80%. Corresponde à meta de “atender a 10.000 estudantes com curso técnico de nível médio concomitante”.

A formulação original do IP3 também é imprecisa, já que abrange tanto os níveis fundamental, médio e superior, sem refletir as especificidades da Educação Profissional.

**IP4 - Matrículas de Estudantes na Educação Profissional Proeja Fundamental / IP4' - Número de matrículas em Educação Profissional - Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) Integrada à Educação de Jovens e Adultos Ensino Fundamental (Proeja Fundamental)**

O indicador possui vinculação com o Compromisso 5, consistente em “assegurar a escolaridade aos que não puderam efetuar os estudos na idade regular, por meio de cursos de educação profissional integrados à elevação da escolaridade nos níveis fundamental e médio, em articulação com ações federais e estaduais voltadas à promoção de trabalho, emprego e renda”, que teve uma participação de 2,50% nos recursos do Programa e registrou execução financeira média de 11,26% no quadriênio do PPA.

Relaciona-se à meta de “ofertar 32.000 matrículas do Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica - Proeja Fundamental”, prejudicada em razão do adiamento das ofertas do Programa Estadual Trilha e dos Programas Federais Projovem Urbano e Projovem Campo - Saberes da Terra.

O IP4' inclui a nomenclatura adequada, buscando dar mais transparência, já que a formulação original não explicita o significado pretendido.

**IP5 - Matrículas de Estudantes na Educação Profissional Proeja Médio / IP5' - Número de matrículas de Educação Profissional - Cursos Técnicos de Nível Médio Integrados à Educação de Jovens e Adultos Ensino Médio (Proeja Médio)**

O indicador está relacionado ao Compromisso 5, já referido, vinculando-se à meta consistente em “ofertar 20 mil matrículas do Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica - Proeja Médio”. Assim como no caso do IP4, a nomenclatura foi reformulada buscando dar mais transparência, já que a formulação original não explicita o significado pretendido.

**PROGRAMA:** 104 – EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SÉCULO XXI**Ementa:** Consolidar o Sistema Educacional de Educação Superior por meio da implementação de políticas públicas visando o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural e a inserção nos territórios de identidade.**Órgão Responsável:** SEC**Resultados no Período 2012/2015**

Código	Indicador		Linha de Base		Índice Esperado no PPA	Resultados			
	Descrição	Unid.	Ano	Valor		2012	2013	2014	2015
IP1	Taxa de Escolarização Bruta do Ensino Superior <sup>(*)</sup> (1)	%	2009	16,90	18,80	21,77	22,90	24,20	-
IP2	Taxa de Escolarização Líquida do Ensino Superior <sup>(*)</sup> (2)	%	2010	7,60	8,40	7,19	7,00	10,99	-
IP3	Produção Acadêmico-científica nas Universidades Estaduais da Bahia <sup>(**)</sup>	Nº	2010	1.539	1.693	1.100	1.870	2.200	1.503
IP4	Número de Matrículas de Estudantes na Educação Superior <sup>(***)(3)</sup>	Nº	2010	60.218	70.000	57.541	52.891	42.499	39.565
IP5	Número de Cursos de Pós-graduação Strictu Sensu nas Universidades Estaduais <sup>(****)</sup>	Nº	2010	48	63	69	72	75	88

**Fontes:** <sup>(\*)</sup>PNAD/IBGE. Dados analisados pela Codes/SEC e SEI; <sup>(\*\*)</sup>Base de dados da IEES; <sup>(\*\*\*)</sup>MEC/ Inep/ Deep; <sup>(\*\*\*\*)</sup>MEC/Capes**Notas:**<sup>(1)</sup> Forma de cálculo constante do PPA 2012-2015 - Número de alunos matriculados no Ensino Superior / População do Estado de 18 a 24 anos\*100.<sup>(2)</sup> Forma de cálculo constante do PPA 2012-2015 - Número de alunos matriculados no Ensino Superior na idade correspondente / População do Estado de 18 a 24 anos\*100.<sup>(3)</sup> De acordo a SEC, os valores da linha de base e do índice esperado foram superdimensionados.Convenções:  
Traço - dado inexistente.  
Três pontos - dado desconhecido.

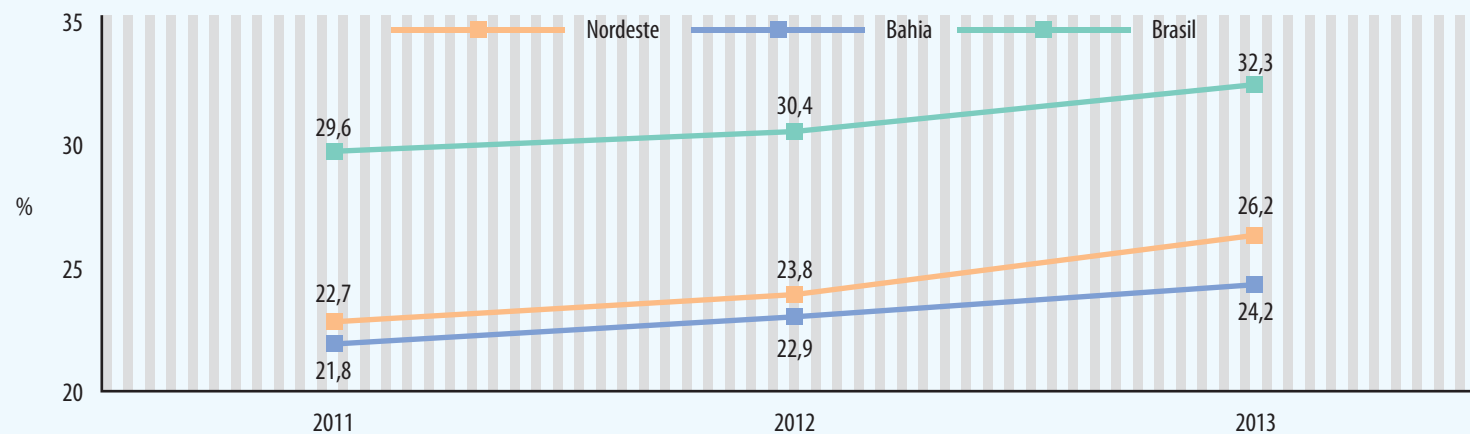
O Programa Educação Superior no Século XXI teve uma participação de 5,06% no total de recursos orçamentários do PPA 2012-2015. Integrado por sete compromissos, o Compromisso 7, consistente em “garantir a efetividade das atividades finalísticas das universidades estaduais, por meio de uma gestão qualificada, assegurando os padrões de excelência científica e acadêmica das instituições” absorveu 86,06% dos recursos do Programa alocados no quadriênio.

### IP1 - Taxa de Escolarização Bruta do Ensino Superior

O IP1 está relacionado ao Compromisso 4, que consiste em “garantir o acesso da população baiana à educação superior de qualidade, por meio da ampliação da oferta de vagas em graduação e pós-graduação”, com participação de 0,57% os recursos do Programa e execução financeira média de 59,72% no quadriênio. Trata-se de um indicador que objetiva quantificar a capacidade potencial de atendimento do sistema educacional, mostrando se a oferta de vagas no ensino superior contempla a população que se encontra na faixa etária recomendada para cursar esse nível de ensino, ou seja, o percentual comparativo da população de alunos, de qualquer idade, matriculados no Ensino Superior, com o universo da população do Estado entre 18 e 24 anos.

O indicador tem vinculação com a meta de “criar 21.460 novas vagas na graduação”.

**GRÁFICO 1** Taxa de Escolarização Bruta do Ensino Superior na Bahia, Nordeste e Brasil de 2011-2013

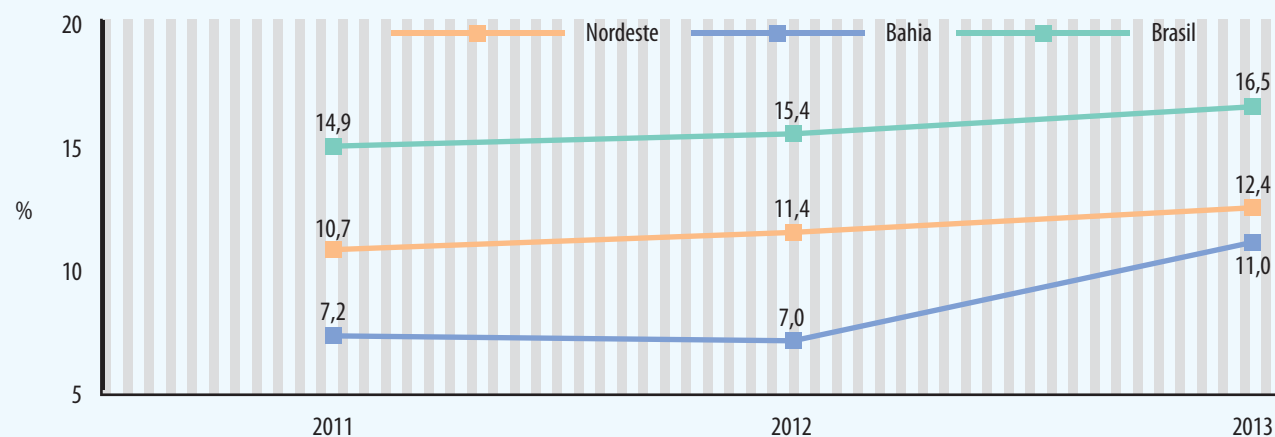


Fonte: PNAD/IBGE e Observatório do PNE.

## IP2 - Taxa de Escolarização Líquida do Ensino Superior

O indicador possui vinculação também com o Compromisso 4, já referido acima, e com a meta consistente em “criar 21.460 novas vagas na graduação”. Tem por objetivo aferir o acesso da população que se encontra na faixa etária recomendada ao sistema educacional do nível de Ensino Superior, ou seja, ao nível adequado à sua faixa etária. Indica o percentual comparativo de alunos entre 18 e 24 anos, matriculados na Educação Superior, com o universo da população entre 18 e 24 anos.

**GRÁFICO 2** Taxa de Escolarização Líquida do Ensino Superior na Bahia, Nordeste e Brasil de 2011-2013



Fonte: PNAD/IBGE e Observatório do PNE.



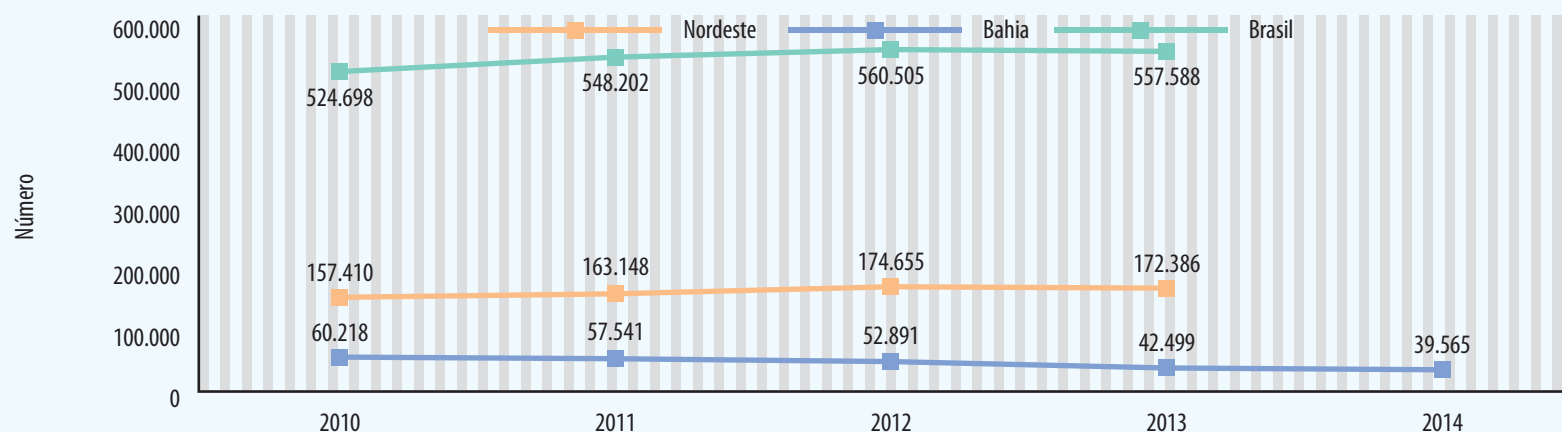
### IP3 - Produção Acadêmico-Científica nas Universidades Estaduais da Bahia

O IP3 apresenta alguma vinculação com o Compromisso 1, consistente em “fomentar o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural”, que participou em 0,05% dos recursos do Programa e registrou execução financeira média de 82,83%. Não se reflete, contudo, em qualquer meta específica. Considera que a produção acadêmica e científica insere-se no conjunto das atividades universitárias, a partir do conhecimento produzido no interior da própria Universidade por professores, estudantes e técnicos universitários, seja por meio de recursos próprios ou de financiamentos externos.

### IP4 - Número de Matrículas de Estudantes na Educação Superior

Assim como o IP2 e o IP3, o IP4 possui vinculação com o Compromisso 4 e, neste, com a meta que objetiva “criar 21.460 novas vagas na graduação”

**GRÁFICO 3** Número de Matrículas de Estudantes na Educação Superior na Bahia, Nordeste e Brasil de 2010/2014



Fonte: MEC/Inep/Deep e Anuário Estatístico da Educação Bahia.

### IP5 - Número de Cursos de Pós-graduação Strictu Sensu nas Universidades Estaduais

Também relacionado ao Compromisso 4, o IP5 vincula-se às metas de “implantar 09 novos cursos de mestrado” e de “implantar 06 novos cursos de doutorado”.

PROGRAMA:		105 – PACTO PELA VIDA							
Ementa: Implementar uma política de segurança pública transversal e integrada, que proteja a cidadania e garanta os direitos humanos, reduza os índices de criminalidade, violência e vulnerabilidade das comunidades, com base em ações construídas de forma pactuada junto à sociedade.									
Órgãos Responsáveis: (SEDES + SJCDH) atual SJDHDS - SSP									
Resultados no Período 2012/2015									
Indicador			Linha de Base		Índice Esperado no PPA	Valores Apurados			
Código	Descrição	Unid.	Ano	Valor		2012	2013	2014	2015
IP1	Crimes Violentos Letais e Intencionais – CVLI <sup>(*)</sup> (1)(2)	Por 100 mil	2010	34,74	24,70	43,7	38,0	39,6	38,3
IP2	Número de Adolescentes em Conflito com a Lei <sup>(**)</sup> (1)(2)	Pessoa	2010 2011	1.501 3.935	1.350	5.178	4.875	5.001	4.746
IP3	Percentual de Reinserção Familiar e ou Comunitária de Usuários Atendidos na Rede de Acolhimento <sup>(3)</sup>	%	2011	15,00	30,00	-	-	-	-

Fontes: <sup>(\*)</sup>SSP; <sup>(\*\*)</sup>FUNDAC

**Notas:**

<sup>(1)</sup> Valores em 2011, ano padrão da linha de base do PPA 2012-2015: IP1 - 34,90; IP2 - 3.953.

<sup>(2)</sup> Dados referentes a 2015 correspondem aos valores de novembro/2015.

<sup>(3)</sup> De acordo com a SJDHDS, não há dados do indicador pelos seguintes motivos: (i) só em 2011 foi criada a Superintendência de Políticas sobre Drogas e Acolhimento a Grupos Vulneráveis (SUPRAD), portanto não havia projetos conveniados até sua criação, o que impossibilitou a geração de informações para o indicador; (ii) apenas no monitoramento realizado junto aos projetos conveniados a partir de 2012 se iniciou o processo de apoio técnico e financeiro às Comunidades Terapêuticas (CT). Desta forma, só há informação do total de beneficiários dos Projetos.

Convenções:  
Traço - dado inexistente.  
Três pontos - dado desconhecido.

O Programa Pacto Pela Vida teve uma participação de 20,64% do total de recursos orçamentários do PPA 2012-2015. Integrado por 11 compromissos, apenas um deles, o Compromisso 9, consistente em “promover a formação, capacitação e valorização do profissional de segurança pública, com foco no policial cidadão, para melhoria da qualidade dos serviços prestados” absorveu 81,63% dos recursos alocados no Programa para o quadriênio.

### IP1 - Crimes Violentos Letais e Intencionais - CVLI

O IP1 está relacionado com o Compromisso 6, “aprimorar a prevenção e repressão da violência, com ações de polícia comunitária focadas em áreas prioritárias”. Com a segunda maior dotação orçamentária do Programa, 11,82%, registrou execução financeira de 53,78% no quadriênio. O indicador coincide com a meta que prevê “diminuir a taxa de Crime Violento Letal Intencional - CVLI para 24,7 por 100 mil habitantes até 2015”.

### IP2 - Número de Adolescentes em Conflito com a Lei

São considerados adolescentes em conflito com a lei pessoas na faixa etária de 12 a 17 anos que cometem atos infracionais – de pequenos furtos a delitos graves, como homicídios. O indicador possui aderência com o Compromisso 1, consistente em “promover a reinserção na sociedade dos adolescentes em conflito com a lei, com a ampliação e qualificação do atendimento socioeducativo nos municípios prioritários das Áreas Integradas de Segurança Pública”, que teve participação de 2,42% dos recursos do Programa, e execução financeira média de 94,12% no quadriênio do PPA. O IP1 está vinculado à meta de “atender 19.060 adolescentes em conflito com a lei no Estado”.

### IP3 – Percentual de Reinserção Familiar e ou Comunitária de Usuários Atendidos na Rede de Acolhimento

O IP3 está vinculado ao Compromisso 2, “atender e acompanhar pessoas usuárias de substâncias psicoativas e suas famílias”, cuja participação nos recursos do Programa foi de 0,03%, com grau de execução financeira de 99,98%. O indicador está relacionado à meta consistente em “promover o acolhimento de 2,4 mil usuários de substâncias psicoativas e/ou famílias referenciados aos Centros de Referência Especializado de Assistência Social - Creas nos serviços socioassistenciais disponíveis na rede do Sistema Único de Assistência Social - Suas”.

Não houve a produção desse indicador ao longo do quadriênio, no âmbito do Administração Pública do Estado.

<b>PROGRAMA:</b>		<b>106 – PROMOÇÃO, PROTEÇÃO, DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA</b>							
<b>Ementa:</b>		Garantir o efetivo respeito aos direitos humanos e à cidadania, através de ações que visam sua promoção, proteção e defesa.							
<b>Órgão responsável:</b>		SJCDH (atual SJDHDS)							
<b>Resultados no Período 2012/2015</b>									
Código	Indicador		Linha de Base		Índice Esperado no PPA	Valores Apurados			
	Descrição	Unid.	Ano	Valor		2012	2013	2014	2015
IP1	Número de Denúncias de Violação dos Direitos Humanos <sup>(*)</sup>	Nº	2011	900	1.386	1.465	4.439	...	227
IP2	Índice de Resolutividade do Procon <sup>(**)</sup>	%	2010	88,00	75,00	90,00	94,00	92,17	92,00
IP3	Índice de Sub-registro Civil na Bahia <sup>(1)</sup>	%	2007	24,50	5,50	14,19	14,83	...	11,90

Fontes: <sup>(\*)</sup>SJCDH <sup>(\*\*)</sup>SJCDH/PROCON

**Notas:**

<sup>(1)</sup> Valores de 2014 não foram informados pela Secretaria

Convenções:  
Traço - dado inexistente.  
Três pontos - dado desconhecido.

O Programa Promoção, Proteção, Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, teve participação de 0,06% do total de recursos orçamentários do PPA 2012-2015. Integrado por cinco compromissos, os de número 2 e 3, respectivamente, “garantir o respeito à diversidade e aos direitos humanos, prioritariamente das pessoas com deficiência, com danos de substâncias psicoativas, indígenas e lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais - LGBT” e “fortalecer o gozo dos direitos do consumidor no Estado, educando o cidadão e ampliando a forma e a abrangência territorial de atendimento”, absorveram cerca de 77,7% dos recursos do Programa.

#### IP1 - Número de Denúncias de Violação dos Direitos Humanos

Representativo do efeito de um complexo conjunto de fatores, o indicador possui vinculação particularmente com o Compromisso 1, “facilitar o acesso à justiça e a direitos para a população socialmente vulnerável”, que teve uma participação de 9,59% nos recursos do Programa e apresentou execução financeira de 64,02% no quadriênio. Relaciona-se à meta consistente em “atender 65 mil pessoas nos Núcleos de Direitos Humanos - NUDH e nos NUDH-POP dos postos do programa Justiça Comunitária”.

Metas e iniciativas integrantes dos compromissos 2, “garantir o respeito à diversidade e aos direitos humanos, prioritariamente das pessoas com deficiência, com danos de substâncias psicoativas, indígenas e lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais - LGBT” e 5, “prevenir e enfrentar o tráfico de pessoas no Estado, preservando a dignidade do cidadão e o direito à vida e liberdade” também podem contribuir para a evolução do indicador.

#### IP2 - Índice de Resolutividade do Procon

O IP2 tem vínculo direto com o Compromisso 3, consistente em “fortalecer o gozo dos direitos do consumidor no Estado, educando o cidadão e ampliando a forma e a abrangência territorial de atendimento”, que absorveu cerca de 37,4 % do total dos recursos do Programa -e apresentou execução financeira de 18,2%. O indicador está relacionado à meta de “beneficiar 300 mil cidadãos com ações de atendimento e orientação ao consumidor”

### IP3 – Índice de Sub-registro Civil na Bahia

Possui aderência com o Compromisso 4, consistente em “garantir à população baiana o direito à documentação civil básica”, que teve a participação de 11,50% nos recursos do Programa e execução financeira de 3,74% no quadriênio. O IP3 está traduzido na meta que tem por objetivo “reduzir para 8,5% o índice de sub-registro civil na Bahia”, ressaltando-se, contudo, a divergência entre os valores projetados para o ano final do PPA.

PROGRAMA:		107 – RESSOCIALIZAÇÃO - DIREITO DO INTERNO E DO CUMPRIDOR DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS							
Ementa: Humanizar o sistema penitenciário com ações que possibilitem a reintegração da pessoa privada de liberdade na sociedade e que evitem o ingresso de pessoas que cometeram delito de baixo potencial ofensivo.									
Órgãos responsáveis: SEAP - SETRE									
Resultados no Período 2012/2015									
Indicador			Linha de Base		Índice Esperado no PPA	Valores Apurados			
Código	Descrição	Unid.	Ano	Valor		2012	2013	2014	2015
IP1	Número de Presos por Vaga no Sistema Penitenciário	Preso por vaga	2011	1,94 <sup>(1)</sup>	1,20	2,10	1,85	1,82	1,52
IP2	Percentual de Apenados que Exercem Atividades Laborais Remuneradas e Não Remuneradas <sup>(2)</sup>	%	2011	19,40 <sup>(1)</sup>	38,00	20,4	19,80	19,59	20,46

**Fontes:** InfoPen Estatística e Sinal. Dados analisados pela SEAP.

**Notas:**

<sup>(1)</sup> De acordo com a SEAP, na linha de base (2011) o valor do IP1 foi de 2,10 presos/vaga e do IP2 de 20,30%, e não de 1,94 presos/vaga e 19,40%, respectivamente, como expresso no PPA 2012-2015. Houve equívoco formal, durante análise estatística.

<sup>(2)</sup> Considera-se o maior número de presos num dado mês do ano exercendo trabalho remunerado e não remunerado, conforme registro de cada unidade prisional (critério maior valor).

Convenções:  
Traço - dado inexistente.  
Três pontos - dado desconhecido.

O Programa Ressocialização - Direito do Interno e do Cumpridor de Penas e Medidas Alternativas teve uma participação de cerca de 1,19% nos recursos do PPA 2012-2015 destinados ao Poder Executivo e apresentou uma execução financeira de aproximadamente 57%.

Integrado por cinco compromissos, apenas o Compromisso 2, consistente em “promover a melhoria contínua do sistema prisional, com ênfase na racionalização da gestão das práticas operacionais, e no aprimoramento das condições de segurança”, abarcou 65,41% dos recursos do Programa, com grau de execução financeira de 84,65%.

A gestão do sistema penitenciário é de responsabilidade do governo estadual, motivo pelo qual os indicadores são mais sensíveis às ações do Programa.

#### IP1 - Número de Presos por Vaga no Sistema Penitenciário

Indicador com vinculação ao Compromisso 3, consistente em “dotar o sistema penitenciário de infraestrutura capaz de atender às necessidades das pessoas privadas de liberdade, promovendo a humanização do sistema prisional”, cuja participação nos recursos do Programa foi de 34,02% no quadriênio, com execução financeira média de 31,91%. O IP1 está relacionado à meta que prevê “implantar 4 mil novas vagas em unidades prisionais”.

De acordo com a Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (SEAP), considera-se para o indicador as vagas ativas, disponibilizadas para os presos. Assim, além das 8.574 vagas ativas, existem, em dezembro de 2015, 3.241 vagas construídas, prontas para uso, que não puderam ser inauguradas devido a atrasos nos trâmites licitatórios ligados ao funcionamento das unidades prisionais, e 555 vagas que se encontram interditadas, a serem reformadas.

#### IP2 - Percentual de Apenados que Exercem Atividades Laborais Remuneradas e Não Remunerada

Indicador vinculado ao Compromisso 1, “fortalecer a ressocialização e integração social dos internos e egressos do sistema penitenciário, através de ações de educação, saúde, assistência social, profissionalização e trabalho produtivo”, que contou com 65,41% dos recursos do Programa e apresentou execução financeira média de 90,97%. O IP2 está relacionado à meta que prevê “oferecer a 4 mil internos acesso efetivo às atividades produtivas laborais remuneradas e não remuneradas e ações de educação formal, profissional e cultural”.



**PROGRAMA:** 108 – RESSOCIALIZAÇÃO - JUVENTUDE

**Ementa:** Desenvolver políticas, projetos e ações que contemplem os aspectos humanos, sociais, culturais, educacionais e econômicos, com o objetivo de integrar os jovens ao desenvolvimento da Bahia, compreendendo-os não somente enquanto beneficiários, mas também como sujeitos ativos na elaboração da política estadual de juventude.

**Órgãos responsáveis:** SEDES (atual SJDHDS) - SERIN

**Resultados no Período 2012/2015**

Código	Indicador Descrição	Unid.	Linha de Base		Índice Esperado no PPA	Valores Apurados			
			Ano	Valor		2012	2013	2014	2015
IP1	Evolução da Renda Média Mensal dos Jovens de 18 a 29 Anos <sup>(*)</sup> (1) (2)	R\$	2009	452,30	588,00	736,59	789,41	1.149,70	-
IP2	Número de Jovens Atendidos no CadÚnico <sup>(**)</sup> (3)	Pessoa	2011	0	60.000	...	...	1.272.553	-

**Fontes:** <sup>(\*)</sup>SEI; <sup>(\*\*)</sup>Ministério do Desenvolvimento Social - MDS.

**Notas:**

<sup>(1)</sup> Dados da PNAD 2015 serão divulgados em novembro de 2015.

<sup>(2)</sup> Valor em 2011, ano padrão da linha de base do PPA 2012-2015: IP1 - 691,00

<sup>(3)</sup> De acordo com a SEI, devido às limitações na extração de informações sobre o número de jovens do CadÚnico, só foi possível captar o número de jovens cadastrados referente ao acumulado de outubro de 2014, de 18 a 24 anos. A categoria posterior é referente à jovens de 25 a 37 anos.

Convenções:  
Traço - dado inexistente.  
Três pontos - dado desconhecido.

O **Programa Juventude** representa 0,08% do total de recursos do PPA 2012-2015 e é integrado por três compromissos, com destaque para o Compromisso 1, “promover o desenvolvimento socioeconômico dos jovens de 18 a 29 anos em situação de vulnerabilidade ou risco social, contribuindo para a sua inserção no mundo do trabalho e o exercício da cidadania”, que participou com 89,99% no total de recursos do Programa e registrou execução financeira média de 75,20%.

**IP1 - Evolução da Renda Média Mensal dos Jovens de 18 a 29 Anos e IP2 - Número de Jovens Atendidos no CadÚnico**

Os dois indicadores estão relacionados ao Compromisso 1, já referido. A meta vinculada traduz o IP1 da seguinte forma: “atender 60 mil jovens através de bolsa-auxílio e de cursos de capacitação profissionalizante”.

PROGRAMA:		109 – CRIANÇA E ADOLESCENTE							
Ementa: Assegurar oportunidades que proporcionem o desenvolvimento físico, psíquico, social e cultural, em condições de liberdade e de dignidade, a todas as crianças e adolescentes.									
Órgão responsável: (SEDES) atual SJDHDS									
Resultados no Período 2012/2015									
Código	Indicador	Unid.	Linha de Base		Índice Esperado no PPA	Valores Apurados			
	Descrição		Ano	Valor		2012	2013	2014	2015
IP1	Número de Adolescentes em Conflito com a Lei <sup>(*)</sup> (1)	Pessoa	2011	1.501	1.350	5.178	4.993	5.001	4.746
IP2	Percentual de Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho Infantil <sup>(**)</sup> (2)	%	2011	13,53	10,29	...	...	...	8,35
IP3	Percentual de Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade e Risco Social <sup>(***)</sup>	%	2011	61,54	42,30	73,81	75,19	75,85	37,31 <sup>(3)</sup>
IP4	Percentual de Crianças e Adolescentes em Situação de Violação de Direitos <sup>(**)</sup> (4)	%	2011	3,02	1,51	...	...	...	...
IP5	Percentual de Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto <sup>(*)</sup> (5)	%	2011	5,18	7,00	...	...	...	17,27

Fontes: (\*)Fundac; (\*\*)SAS; (\*\*\*)MDS/RMA CRAS; MDS/CensoSUAS

**Notas:**

(1) Valor do IP1 em 2011, ano padrão da linha de base do PPA 2012-2015 - 3.935. Houve equívoco no registro do PPA, uma vez que o valor de 1.501 se refere ao ano de 2010.

(2) Valores dos anos de 2012 a 2014 não foram informados pela Secretaria.

(3) Dado de 2015 é referente ao mês de agosto.

(4) Valores não foram informados pela Secretaria.

(5) Indicador não acompanhado pela Secretaria. Segundo a SJDHDS, há somente acompanhamento de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) para os anos de 2012 a 2014.

Convenções:  
Traço - dado inexistente.  
Três pontos - dado desconhecido.

O Programa Criança e Adolescente participou com cerca de 0,21% do total dos recursos do PPA 2012-2015 e é integrado por três compromissos, dentre os quais o Compromisso 3, consistente “ampliar e articular a rede de serviços voltados a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco referenciados aos Centros de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS e Centros de Referência de Assistência Social - CRAS para contribuir com o cumprimento das legislações específicas a este segmento”, absorveu cerca de 86,79% dos recursos e apresentou execução financeira média de 88,99% no quadriênio.

**IP1 - Número de Adolescentes em Conflito com a Lei e IP5 - Percentual de Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto**  
São considerados adolescentes em conflito com a lei pessoas na faixa etária de 12 a 17 anos que cometem atos infracionais – de pequenos furtos a delitos graves, como homicídios. O adolescente que pratica ato infracional não recebe sanção penal, e sim medida socioeducativa, nos termos do artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente. A Lei Federal nº 12.594/2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução dessas medidas socioeducativas. Coordenado pela União e integrado pelos sistemas estadual e municipais, o Sinase estabelece as competências de cada ente na execução dessas medidas socioeducativas. Ao Estado, cabe criar, desenvolver e manter programas para a execução das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação, além de colaborar e prestar apoio e assessoramento técnico aos municípios, no atendimento socioeducativo em meio aberto.

O IP1 coincide com o indicador IP2 do Programa 105 – Pacto Pela Vida. Quanto ao IP2, a Administração Estadual tem acompanhado apenas as medidas relativas a Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), motivo pelo qual os resultados do IP2 não foram registrados.

Os três compromissos do Programa são voltados ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, relacionando-se, portanto, não propriamente aos indicadores, mas à superação da situação que descrevem. O Compromisso 2, em particular, visa “promover a reinserção na sociedade dos adolescentes em conflito com a lei, com a ampliação e qualificação do atendimento socioeducativo”, com a meta de “atender a 180 adolescentes em conflito com a lei em municípios que não compõem as Áreas Integradas de Segurança Pública - AISP”. Esse Compromisso participou com 3,91% dos recursos do Programa e registrou execução financeira de 80,46%.

#### **IP2 - Percentual de Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho Infantil e IP4 - Percentual de Crianças e Adolescentes em Situação de Violação de Direitos**

Os dois indicadores estão relacionados ao Compromisso 1, consistente em “fortalecer o Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente para consolidar a Política Estadual de Defesa e Garantia de Direitos, focada na devida implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente”, que teve participação de 9,30% nos recursos do Programa e execução financeira média de 56,57%. O atendimento às crianças e adolescentes que se encontram nas situações descritas está traduzido na meta de “proteger e defender direitos de 25.800 crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social”.

#### **IP3 - Percentual de Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade e Risco Social**

O indicador IP3 vincula-se ao Compromisso 3, já referido acima. A meta vinculada consiste em “promover 1,5 milhão de atendimentos/ano a crianças e adolescentes na rede de serviços de proteção social”.

PROGRAMA:		110 – ENVELHECIMENTO ATIVO							
Ementa: Assegurar melhor qualidade de vida no processo de envelhecimento das pessoas, garantindo o acesso à educação, trabalho, segurança, seguridade e participação social.									
Órgãos responsáveis: SEC - SEDES (atual SJDHDS) - SESAB - SJCDH (atual SJDHDS)									
Resultados no Período 2012/2015									
Indicador			Linha de Base		Índice Esperado no PPA	Valores Apurados			
Código	Descrição	Unid.	Ano	Valor		2012	2013	2014	2015
IP1	Taxa de internação por Diabetes Mellitus (DM) e suas complicações na população de 30 a 59 anos <sup>(*)</sup>	Por 10 mil	2010	7,80	7,00	9,2	8,2	8,4	7,6
IP2	Taxa de internações por Acidente Vascular Cerebral - AVC <sup>(*)</sup>	Por 10 mil	2010	6,10	5,50	5,5	4,7	4,6	6,3
IP3	Percentual de idosos em situação de violação de direitos <sup>(**)(2)</sup>	%	2010	26,93	5,38	...	...	...	1,12
IP4	Percentual de idosos nos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos <sup>(**)(2)</sup>	%	2010	63,00	100,00	...	...	...	5,67

Fontes: <sup>(1)</sup>SESAB/Suvisa/DIS - SIHSUS e <sup>(\*\*)</sup>SJDHDS

**Notas:**

<sup>(1)</sup> Valores em 2011, ano padrão da linha de base do PPA 2016-2019: IP1 - 9,90; IP2 - 7,90.

<sup>(2)</sup> O indicador não pode ser medido para os anos de 2012 a 2014, já que não há dados disponíveis, em razão de divergências quanto à faixa etária atribuída a idosos no CadÚnico e à faixa etária atribuída ao idoso atendido no SCFV. Ademais não há possibilidade de desagregar o quantitativo de idosos atendidos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), ano a ano.

Convenções:  
Traço - dado inexistente.  
Três pontos - dado desconhecido.

O **Programa Envelhecimento Ativo** contou com 0,05% dos recursos destinados ao PPA 2012-2015. É integrado por quatro compromissos, com destaque para o Compromisso 1, “contribuir para a autonomia, o desenvolvimento de sociabilidades, a proteção e a prevenção de situações de risco social e violação de direitos dos idosos”, que absorveu 88,24% do total dos recursos do Programa e registrou execução financeira média de 84,24% no quadriênio.

**IP1 -Taxa de internação por Diabetes Mellitus (DM) e suas complicações na população de 30 a 59 anos e IP2 -Taxa de internações por Acidente Vascular Cerebral - AVC**

Os dois indicadores estão relacionados ao Compromisso 2, consistente em “ampliar as ações de cuidado integral ao ser humano no Sistema Único de Saúde - SUS, promovendo o envelhecimento ativo e saudável”, que contou com a participação em 4,94% dos recursos do Programa e apresentou execução financeira média de 69,35%.

O IP1 permite avaliar o impacto das ações de saúde relacionadas ao diabetes mellitus, especialmente no que se refere ao diagnóstico, promoção do autocuidado e tratamento adequado de casos, e está vinculado à meta de “reduzir para 7 por 10 mil/ano, a taxa de internação por Diabetes Mellitus - DM e suas complicações, na população de 30 a 59 anos”.

O IP2 mede a ocorrência de internações hospitalares por acidente vascular cerebral - AVC na população de 30 a 59 anos, permitindo avaliar o impacto das ações de saúde relacionadas às doenças cardiovasculares, especialmente no que se refere ao diagnóstico, promoção do auto-cuidado e tratamento adequado de casos, vinculando-se à meta de “reduzir para 5,5 por 10 mil/ano, a taxa de internações por Acidente Vascular Cerebral - AVC”.

### **IP3 - Percentual de idosos em situação de violação de direitos**

O IP3 tem maior vinculação com o Compromisso 4, “fortalecer o sistema de garantias de direitos e proteção ao idoso para consolidar a política estadual de defesa e garantia de seus direitos”, com 3,93% de participação nos recursos do Programa e execução financeira média de 35,88%. O atendimento dos idosos expostos à situação expressa no indicador está traduzido nas metas consistentes em “implantar e desenvolver o Centro Estadual do Idoso” e “implantar e desenvolver o Serviço de Abrigamento”.

### **IP4 - Percentual de idosos nos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos**

Vinculado ao Compromisso 1, já referido acima, o indicador IP4 tem relação direta com a meta de “promover o atendimento a 155 mil idosos em serviços de convivência para os idosos nos Centros de Referência de Assistência Social - Cras”.

PROGRAMA:		111 – PROTEÇÃO SOCIAL							
Ementa: Combater a pobreza, com ações de assistência social e transferência direta de renda, tendo prioritariamente a família como unidade de atendimento e como público alvo as famílias baianas inscritas no Cadastro Único do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e no Cadastro do Sistema Único de Assistência Social – CadSuas.									
Órgão responsável: SEDES (atual SJDHDS)									
Resultados no Período 2012/2015									
Indicador			Linha de Base		Índice Esperado no PPA	Valores Apurados			
Código	Descrição	Unid.	Ano	Valor		2012	2013	2014	2015
IP1	Percentual de Cobertura de Famílias Protegidas Socialmente <sup>(1)</sup>	%	2011	76,00	100,00	...	...	...	...
Fontes: SEDES (atual SJDHDS)									

Fontes: SEDES (atual SJDHDS)

**Notas:**<sup>(1)</sup> Segundo a SJDHDS, não há disponibilidade de dados desagregados por ano para acompanhar o indicador. As informações disponíveis são incompatíveis para se obter o indicador.

Convenções:  
 Traço - dado inexistente.  
 Três pontos - dado desconhecido.

O **Programa Proteção Social** teve uma participação de 0,22% nos recursos do PPA 2012-2015. É integrado por cinco compromissos, dentre os quais o Compromisso 4, “ampliar a proteção integral a famílias e indivíduos com vínculos fragilizados ou rompidos” absorveu o maior volume de recursos, cerca de 36,89%, e apresentou execução financeira média de 85,97%.

**IP1 - Percentual de Cobertura de Famílias Protegidas Socialmente**

O indicador tem vinculação com o Compromisso 3, “fortalecer o convívio familiar, comunitário e social para contribuir com a garantia de direitos das famílias em situação de risco e vulnerabilidade social”, que dispôs de 22,17% dos recursos do Programa e apresentou execução financeira média de 85,50%, e com o Compromisso 4, já referido acima.

Relaciona-se à meta do Compromisso 3 consistente em “promover o atendimento a 600 mil famílias do Cadastro Único - CadÚnico e beneficiárias do programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada - BPC atendidas em serviços socioassistenciais”, e à meta do Compromisso 4 que prevê “promover o atendimento a 15 mil pessoas com direitos violados na Rede de Serviços de Proteção Especial”.



**PROGRAMA:** 112 – SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

**Ementa:** Promover a segurança alimentar e nutricional na perspectiva de garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável, por meio da integração de ações intersetoriais que ampliem a disponibilidade e as condições de acesso a alimentos saudáveis, em quantidade e regularidade suficientes para todos, a partir de processos sustentáveis de produção que promovam trabalho, gerem renda e respeitem a diversidade social, ambiental e cultural.

**Órgão responsável:** SEDES (atual SJDHDS)

**Resultados no Período 2012/2015**

Código	Indicador Descrição	Unid.	Linha de Base		Índice Esperado no PPA	Valores Apurados			
			Ano	Valor		2012	2013	2014	2015
IP1	Domicílios com Prevalência de Insegurança Alimentar Grave <sup>(1)</sup>	%	2009	8,90	5,80	-	6,60	-	-
IP2	Domicílios com Prevalência de Insegurança Alimentar Moderada <sup>(1)</sup>	%	2009	10,80	6,20	-	9,40	-	-
IP3	Insegurança Alimentar e Nutricional (Insan) Moderada ou Grave entre a População Negra e Pardos <sup>(1)</sup>	%	2009	24,50	13,90	-	6,90	-	-
IP4	Insegurança Alimentar e Nutricional (Insan) Moderada ou Grave entre Mulheres <sup>(1)</sup>	%	2009	22,30	6,40	-	18,90	-	-
IP5	Insegurança Alimentar e Nutricional (Insan) Grave entre Pessoas com Idade Inferior a 18 Anos <sup>(1)</sup>	%	2009	9,70	14,50	-	17,00	-	-

Fontes: PNAD/IBGE.

**Notas:**

<sup>(1)</sup>Dados de pesquisas suplementares da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)/IBGE, não disponíveis para os anos 2011, 2012, 2014 e 2015. A pesquisa PNAD/IBGE sobre Segurança Alimentar e Nutricional é realizada com periodicidade de 4 anos.

**Convenções:**

Traço - dado inexistente.

Três pontos - dado desconhecido.

O **Programa Segurança Alimentar** participa com 0,27% dos recursos do PPA 2012-2015 no quadriênio. Integrado por quatro compromissos, o Compromisso 1, “garantir o direito humano à alimentação adequada para salvaguardar as condições mínimas de sobrevivência e a Segurança Alimentar e Nutricional - SAN” absorveu 86,94% do total dos recursos do Programa e apresentou execução financeira média de 94,83%. Os cinco indicadores estão relacionados a esse Compromisso 1 e à meta consistente em “alcançar 827.600 beneficiários com programas de aquisição e distribuição de alimentos”.

**IP1 - Domicílios com Prevalência de Insegurança Alimentar Grave**

A Insegurança Alimentar Grave (IA grave) caracteriza situações de redução quantitativa de alimentos; ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre adultos, crianças ou ambos; privação de alimentos; fome (quando alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro para comprar alimentos). O IP1 vincula-se ao Compromisso 1 referido acima. O IP1 mensura a percepção das famílias em relação ao acesso aos alimentos, segundo classificação da EBIA - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar.

**IP2 - Domicílios com Prevalência de Insegurança Alimentar Moderada**

A Insegurança Alimentar Moderada (IA moderada) caracteriza situações de redução quantitativa de alimentos e ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos. O indicador IP2 mensura a percepção das famílias em relação ao acesso aos alimentos, segundo classificação da EBIA - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar.

**IP3 - Insegurança Alimentar e Nutricional (Insan) Moderada ou Grave entre a População Negra e Pardos**

A Insegurança Alimentar e Nutricional Moderada ou Grave caracteriza situações de redução quantitativa de alimentos; ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre adultos, crianças ou ambos; privação de alimentos; fome (quando alguém fica o dia inteiro sem comer

por falta de dinheiro para comprar alimentos). O IP3 mensura a percepção da população, segundo cor ou raça, em relação ao acesso aos alimentos, segundo classificação da EBIA - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar.

#### **IP4 - Insegurança Alimentar e Nutricional (Insan) Moderada ou Grave entre Mulheres**

A Insegurança Alimentar e Nutricional Moderada ou Grave define situações de redução quantitativa de alimentos; ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre adultos, crianças ou ambos; privação de alimentos; fome (quando alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro para comprar alimentos). O IP4 mensura a percepção da população feminina (mulheres) em relação ao acesso aos alimentos, segundo a classificação da EBIA - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar.

#### **IP5 - Insegurança Alimentar e Nutricional (Insan) Grave entre Pessoas com Idade Inferior a 18 Anos**

A Insegurança Alimentar e Nutricional Grave define situações de redução quantitativa de alimentos; ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre adultos, crianças ou ambos; privação de alimentos; fome (quando alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro para comprar alimentos). O IP5 mensura a percepção da população com idade inferior a 18 anos em relação ao acesso aos alimentos, segundo a a classificação da EBIA - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar.

**PROGRAMA: 113 – PROGRAMA ÁGUA PARA TODOS (PAT)**

**Ementa:** Proporcionar o acesso aos serviços de saneamento básico com a oferta de água em quantidade e qualidade, prioritariamente para consumo humano, a coleta e o tratamento do esgoto e dos resíduos sólidos, bem como o manejo de águas pluviais.

**Órgãos responsáveis:** SEDES (atual SJDHDS) - SEDIR - SEDUR - SEMA

**Resultados no Período 2012/2015**

Código	Indicador Descrição	Unid.	Linha de Base <sup>(*)</sup>		Índice Esperado no PPA	Valores Apurados			
			Ano	Valor		2012	2013	2014	2015
IP1	Percentual da população rural atendida com abastecimento de água <sup>(**)(1)(2)</sup>	%	2010	38,90	57,00	65,3	68,7	75,1	-
IP1'(3)	Percentual da população rural atendida por abastecimento de água com investimento do Governo do Estado <sup>(**)(4)</sup>	%	...	...	...	46,44	52,44	57,04	...
IP2	Percentual da população rural atendida com esgotamento sanitário <sup>(**)(2)(5)</sup>	%	2010	10,00	11,40	4,8	3,1	5,9	-
IP2'(3)	Percentual da população rural atendida por esgotamento sanitário com investimento do Governo do Estado <sup>(**)(4)</sup>	%	...	...	...	10,33	10,70	10,81	...
IP3	Percentual da população urbana atendida com abastecimento de água <sup>(**)(1)(2)</sup>	%	2010	85,70	90,00	97,8	97,1	98,40	-
IP3'(3)	Percentual da população urbana atendida por abastecimento de água com investimento do Governo do Estado <sup>(**)(4)</sup>	%	...	...	...	90,15	93,59	95,74	...
IP4	Percentual da população urbana atendida com esgotamento sanitário <sup>(**)(2)(5)</sup>	%	2010	27,70	33,00	64,6	64,7	65,2	-
IP4'(3)	Percentual da população urbana atendida por esgotamento sanitário com investimento do Governo do Estado <sup>(**)(4)</sup>	%	...	...	...	30,76	33,01	34,39	...
IP5	Total de municípios atendidos com disposição adequada de resíduos sólidos <sup>(****)(4)(6)</sup>	%	2010	10,00	18,00	17,70	17,70	17,70	...

**Fontes:** <sup>(\*)</sup>Censo Demográfico 2010 / IBGE; <sup>(\*\*)</sup>PNAD / IBGE, dados analisados pela SEI. <sup>(\*\*\*)</sup>SEMA; <sup>(\*\*\*\*)</sup>SEDUR.

**Notas:**

<sup>(1)</sup> Foram consideradas com acesso a abastecimento de água as pessoas residentes em domicílios com água encanada em ao menos um cômodo.

<sup>(2)</sup> Valores da PNAD para 2015 só serão divulgados em novembro de 2016.

<sup>(3)</sup> Foram acrescentados os indicadores IP1' a IP4' pelos seguintes motivos: (a) o índice de referência utilizado no PPA tem como fonte os dados do Censo Demográfico, de periodicidade inadequada para acompanhamento dos quatro anos de implementação do Programa; (b) os dados publicados no RAPPA 2013 para 2011 e 2012, extraídos da PNAD, não são comparáveis com os dados de referência do PPA; (c) o Estado não opera sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em todos os municípios, isto é, em alguns municípios estes sistemas são operados diretamente pelo município ou através de concessão.

<sup>(4)</sup> Valores do IP1', IP2', IP3', IP4' e IP5 para o ano de 2015 não foram informados.

<sup>(5)</sup> Foram consideradas com acesso a esgotamento sanitário as pessoas residentes em domicílios cuja forma de escoamento do banheiro ou sanitário era através de rede coletora de esgoto ou pluvial.

<sup>(6)</sup> Não foram implantados aterros sanitários com recursos do Estado a partir de 2012, segundo informações da SEDUR.

**Convenções:**

Traço - dado inexistente.

Três pontos - dado desconhecido.

O Programa Água para Todos teve uma participação orçamentária no PPA 2012-2015 de, aproximadamente, 5,37%. É estruturado em 14 compromissos, com destaque para o Compromisso 10, “reduzir a proliferação de doenças e o nível de poluição provocada pelos efluentes lançados no meio ambiente, por meio da ampliação da cobertura de esgotamento sanitário”, com uma participação de 24,26% nos recursos do Programa.

### IP1 - Percentual da população rural atendida com abastecimento de água e IP1' - Percentual da população rural atendida por abastecimento de água com investimento do Governo do Estado

Os indicadores estão vinculados à maioria dos compromissos do Programa (excetuando-se aqueles que tem por objetivo o abastecimento de água em áreas urbanas, a cargo da EMBASA). As metas relacionadas consistem em “construção de 200 mil cisternas, sendo 160.000 de consumo e quarenta mil de produção” (Compromisso 1); “implantar 260 projetos de infraestrutura hídrica e de saneamento básico em áreas rurais” (Compromisso 2); “implantar 3 mil soluções hídricas emergenciais em 160 municípios para beneficiar 10.000 famílias” (Compromisso 3); “ampliar a oferta de água beneficiando 1,3 milhões de habitantes” (Compromisso 4), dentre outras.

**IP2 - Percentual da população rural atendida com esgotamento sanitário e IP2' - Percentual da população rural atendida por esgotamento sanitário com investimento do Governo do Estado** Trata-se de indicador reformulado, visando torná-lo totalmente dependente da ação do Estado. Os indicadores estão vinculados ao Compromisso 7, “garantir o acesso à água em qualidade e quantidade e o esgotamento sanitário com destinação adequada de dejetos sanitários residenciais em meio rural e em comunidades quilombolas”, que absorveu 0,08.% dos recursos do Programa e registrou execução financeira média de 54,81.%. Relacionam-se às metas de “atender no meio rural e comunidade quilombolas 700 famílias com Módulos Sanitários Domiciliares” e “atender no meio rural 50 localidades com sistemas de esgotamento sanitário”.

**IP3 - Percentual da população urbana atendida com abastecimento de água IP3' - Percentual da população urbana atendida por abastecimento de água com investimento do Governo do Estado**

Os indicadores estão particularmente relacionados ao Compromisso 6, “melhorar a qualidade de vida da população pela ampliação do acesso aos serviços de abastecimento de água”, que absorveu 20,33 % dos recursos do Programa. As metas diretamente relacionadas consistem em “executar 23.104 ligações domiciliares de água” e “implantação e ampliação de 10 sistemas de abastecimento de água”.

**IP4 - Percentual da população urbana atendida com esgotamento sanitário - IP4' - Percentual da população urbana atendida por esgotamento sanitário com investimento do Governo do Estado**

Os indicadores estão vinculados ao Compromisso 10, já referido. Relacionam-se particularmente às metas consistentes em “executar 323.200 ligações de esgotamento sanitário” e “implantação de 10 sistemas de esgotamento sanitário”.

**IP5 - Total de municípios atendidos com disposição adequada de resíduos sólidos**

O indicador IP5 está vinculado ao Compromisso 13, “minimizar os impactos sociais e ambientais negativos ocasionados pela disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos”, particularmente à meta consistente em “implantar sistemas de resíduos sólidos em 10 municípios” . O Compromisso contou com uma dotação orçamentária inicial de cerca de 0,62% dos recursos do Programa, e teve execução financeira 37,74%.

**PROGRAMA:** 115 – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E REFORMA**Ementa:** Promover a regularização fundiária por meio da legalização da posse de imóveis e do apoio à reforma agrária, auxiliando o Governo Federal no processo de democratização do acesso à terra.**Órgão responsável:** SEAGRI**Resultados no Período 2012/2015**

Código	Indicador Descrição	Unid.	Linha de Base		Índice Esperado no PPA	Valores Apurados			
			Ano	Valor		2012	2013	2014 <sup>(1)</sup>	2015 <sup>(2)</sup>
IP1	Percentual de Imóveis a serem Regularizados para Fins de Reforma Agrária	%	2010	31,00	48,00	3,16	1,06	0,87	...
IP1'	Percentual de Imóveis a serem Regularizados	%	2011	0,02 <sup>(3)</sup>	48,00	3,34	1,26	0,49	...

**Fontes:** Coordenação de Desenvolvimento Agrário - CDA/SEAGRI**Notas:**<sup>(1)</sup> Até julho de 2014.<sup>(2)</sup> Dados não fornecidos pela SEAGRI.<sup>(3)</sup> De acordo com a SEAGRI, o valor 0,02% deveu-se ao baixo número de entregas de títulos de terra em 2011, quando apenas 83 títulos foram entregues, de um total de cerca de 400.000 imóveis a serem regularizados.

Convenções:  
 Traço - dado inexistente.  
 Três pontos - dado desconhecido.

O Programa Regularização Fundiária e Reforma Agrária teve participação de 0,03% nos recursos do PPA 2012-2015. É integrado por dois compromissos, com destaque para o Compromisso 1, “ampliar e intensificar a regularização de terras por meio de ações discriminatórias administrativas rurais e urbanas, especialmente nas áreas de comunidades tradicionais e dos pequenos agricultores”, que absorveu 94,53% dos recursos do Programa e registrou execução financeira média de 32,81% no quadriênio.

**IP1 – Percentual de Imóveis a serem Regularizados para Fins de Reforma Agrária e IP1' – Percentual de Imóveis a serem Regularizados**

Os indicadores vinculam-se ao Compromisso 1, já referido acima. O IP1' foi acrescentado para evidenciar a situação problema em 2011, ano padrão da linha de base do PPA 2012-2015, quando apenas 83 títulos foram entregues, de um total de cerca de 400.000 imóveis a serem regularizados. O indicador reflete as ações conjuntas do Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, do Governo Federal, visando à realização de vistoria de imóveis rurais passíveis de desapropriação por interesse social, o apoio a projetos de reforma agrária estaduais para reconhecimento, pelo INCRA, como projeto de Reforma Agrária, além de ações que contribuam com o processo de inserção social das famílias de trabalhadores rurais acampadas e beneficiárias do programa.



PROGRAMA:		116 – VIDA MELHOR - OPORTUNIDADE PARA QUEM MAIS PRECISA							
Ementa: Incluir produtivamente, de forma sustentável e digna, o maior número de pessoas em situação de pobreza e com potencial de trabalho na Bahia.									
Órgãos responsáveis: SEAGRI - SEDES (atual SJDHDS) - SEDIR (atual SDR) - SEDUR - SEFAZ - SETRE - SICM (atual SDE)									
Resultados no Período 2012/2015									
Indicador			Linha de Base		Índice Esperado no PPA	Valores Apurados			
Código	Descrição	Unid.	Ano	Valor		2012	2013	2014	2015
IP1	Incremento ao PIB do agronegócio do Estado da Bahia <sup>(1)(2)</sup>	R\$ 1 milhão	2009	24,10	26,50	-	-	-	-
IP2	Agricultores assegurados no Programa Garantia Safra <sup>(**)(3)</sup>	Nº	2011	114.000	135.000	149.698	204.285	284.966	...
IP3	Número de projetos produtivos implantados para atender jovens, mulheres e quilombolas <sup>(3)(4)</sup>	Nº	2010	33	85	0	16	16	...
IP4	Número de famílias de agricultores familiares com apoio de fomento à produção <sup>(**)(3)(5)</sup>	Nº	2010	8.238	11.200	472.505	515.551	160.637	...
IP5	Número de eventos com foco na comercialização apoiados <sup>(**)(3)</sup>	Nº	2010	23	200	31	18	16	...
IP6	Número de bases de serviços apoiadas por Território de Identidade <sup>(**)(3)(6)</sup>	Nº	2010	11	20	13	12	13	...
IP7	Número de produtos da agricultura familiar com selo de origem <sup>(3)</sup>	Nº	2010	131	500	350	300	600	...
IP8	Número de agroindústrias e unidades de processamento apoiadas <sup>(**)(3)</sup>	Nº	2010	133	148	84	9	60	...
IP9	Número de grupos produtivos com atividades não agrícolas apoiados <sup>(3)</sup>	Nº	2010	0	10	60	0	168	...
IP10	Índice de expansão da produção de pescado <sup>(***)</sup> (3)	t	2009 2011	119.601,70 105.005,00	159.545,00	106.829,00	103.915,00	117.723,00	123.408,00

Fontes: <sup>(\*)</sup>SEI; <sup>(\*\*)</sup>SEAGRI; <sup>(\*\*\*)</sup>BAHIA/PESCA.

**Notas:**

<sup>(1)</sup> Embora a unidade de medida esteja expressa em R\$ 1 milhão, pela fórmula de cálculo os valores devem corresponder ao percentual da participação do PIB do agronegócio no PIB estadual.

<sup>(2)</sup> Por restrições orçamentárias, a SEAGRI não contratou o Estudo do PIB do Agronegócio. A Fundação Instituto de Pesquisa Econômica - FIPE é a única instituição do país que detém a metodologia para o cálculo do PIB do agronegócio.

<sup>(3)</sup> Dados para 2015 não foram informados pela SEAGRI.

<sup>(4)</sup> Referem-se aos convênios firmados decorrentes do Edital 01/2012 da SEAGRI/SPM e SETRE que foram efetivados no ano de 2013 e permaneceram em execução no ano de 2014. A SEAGRI ressalta que esta quantidade não é cumulativa.

<sup>(5)</sup> O valor corresponde ao somatório do número de famílias beneficiadas com sementes, mudas, apicultura e "kits" produtivos, caprinos e ovinos. O total de agricultores inclui os beneficiários dos editais 2012/2013, em parceria com a CAR, MI, CODEVASE. Em 2014 somente foram considerados o número de famílias de agricultores que foram atendidos com a distribuição de sementes e mudas.

<sup>(6)</sup> A efetividade dos resultados da tecnologia social de bases de serviço de comercialização – BSC ainda é incipiente, demandando o estímulo dos governos federal e estadual.

Convenções:  
Traço - dado inexistente.  
Três pontos - dado desconhecido.

O Programa Vida Melhor - Oportunidade Para Quem Mais Precisa teve participação em 1,77% dos recursos do PPA 2012-2015. É integrado por 24 compromissos, com destaque para o Compromisso 19, "incluir produtivamente populações pobres do Estado, com investimentos na infraestrutura social e produtiva e fomento a empreendimentos populares" que absorveu 54,94% dos recursos do Programa e registrou execução financeira média de 55,71% no quadriênio.

#### IP1 - Incremento ao PIB do agronegócio do Estado da Bahia

O PIB do agronegócio corresponde ao valor total da produção das atividades da agricultura e pecuária, ou seja, distribuição de suprimentos, armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agropecuários e itens produzidos a partir deles. O IP1 está relacionado ao conjunto dos compromissos do Programa, mas depende de muitas variáveis econômicas não controladas nesse âmbito.



**IP2 - Agricultores assegurados no Programa Garantia Safra**

O IP2 está vinculado ao Compromisso 6, consistente em “assegurar agricultores no Programa Garantia Safra para garantir indenizações em caso de perda da lavoura”, que tem a participação de 5,11% nos recursos do Programa Vida Melhor e grau de execução financeira média de 81,90%. Corresponde à meta de “assegurar a inclusão de 135 mil agricultores no programa Garantia Safra”.

**IP3 - Número de projetos produtivos implantados para atender jovens, mulheres e quilombolas**

O indicador tem vinculação com o Compromisso 7, “fomentar a implantação de projetos produtivos para inserção de jovens do campo, de 16 a 29 anos, povos tradicionais e mulheres, visando a geração de renda”, que participa com 0,06% nos recursos do Programa e apresentou execução financeira média de 79,05%. Corresponde à meta consistente em “apoiar a implantação de 85 projetos produtivos”. Em 2014 e 2015 não foram destinados quaisquer recursos ao Compromisso.

O 32 projetos produtivos implantados no quadriênio foram decorrentes de um Edital firmado, em 2012, entre a Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI, a Secretaria de Políticas para Mulheres – SPM e a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE, cujo objeto é o apoio financeiro a Projetos Produtivos de Mulheres Rurais, visando promover atividades produtivas geradoras ou fomentadoras de emprego e renda, como forma de tornar sustentáveis as atividades rurais (agrícolas e não agrícolas) e os empreendimentos conduzidos por mulheres.

**IP4 - Número de famílias de agricultores familiares com apoio de fomento à produção**

O indicador IP4 tem vinculação com o Compromisso 8, consistente em “aumentar a produção e a produtividade da agricultura familiar, com investimento nas principais cadeias produtivas”, com participação de 3,93% nos recursos do Programa e execução financeira média de 32,84%. Corresponde à meta de “atender 11,2 mil agricultores familiares nas diversas cadeias produtivas”.

**IP5 - Número de eventos com foco na comercialização apoiados, IP6 - Número de bases de serviços apoiadas por Território de Identidade e IP7 - Número de produtos da agricultura familiar com selo de origem**

Os indicadores estão vinculados ao Compromisso 9, consistente em “fomentar a comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar em todos os territórios da Bahia”, com participação de 0,48% nos recursos do Programa e grau de execução financeira de 18,20%.

O IP1 corresponde à meta de “apoiar 200 eventos da agricultura familiar” e o IP2 à meta de “apoiar a implantação de 20 Bases de Serviços para a Comercialização - BSC de produtos da agricultura familiar”. O IP3, por fim, corresponde à meta de “conceder 500 selos a produtos da agricultura familiar”.

**IP8 - Número de agroindústrias e unidades de processamento apoiadas**

O indicador IP8 tem vinculação ao Compromisso 10, consistente em “fomentar a verticalização da produção com vistas a agregar valor ao produto final de empreendimentos da agricultura familiar”, com participação de 0,54% nos recursos do Programa e execução financeira média de 23,73%.

A verticalização da produção no Programa Vida Melhor visa apoiar a comercialização dos artigos dos empreendimentos populares e solidários no setor rural, por meio da construção ou adequação de agroindústrias. O IP8 guarda relação com as metas consistentes em “implantar 64 unidade de beneficiamento de produtos da agricultura familiar”; “implantar 42 agroindústrias da agricultura familiar”; e “adequar 42 agroindústrias da agricultura familiar”.

#### **IP9 - Número de grupos produtivos com atividades não agrícolas apoiados**

O indicador IP9 tem vinculação ao Compromisso 11, consistente em “fomentar o desenvolvimento de atividades não agrícolas no meio rural com a inclusão de grupos produtivos, de base comunitária, visando a ampliação de renda para as famílias rurais”, com participação de 0,02% nos recursos do Programa e sem execução financeira. Corresponde à meta de “fomentar atividades rurais não agrícolas geradoras de renda para 10 grupos produtivos”.

#### **IP10 - Índice de expansão da produção de pescado**

O P10 possui vinculação com dois compromissos do Programa: o Compromisso 2, consistente em “apoiar o desenvolvimento sustentável da aquicultura no Estado com aproveitamento do potencial hídrico existente, promovendo o incremento da produção de pescados e a geração de emprego e renda para as comunidades ribeirinhas”, e o Compromisso 3, consistente em “promover o desenvolvimento sustentável da pesca no Estado, com o incremento da produção de pescados e garantindo renda e emprego às comunidades pesqueiras com qualidade e segurança”, que tiveram participação em 2,36% dos recursos do Programa e registraram execução financeira média de 57,50% e 47,74%, respectivamente, no quadriênio.

O indicador está relacionado às metas de “produzir 112 mil toneladas de pescado”, do Compromisso 2, e “produzir 360 mil toneladas de pescado”, do Compromisso 3. Os dados estatísticos do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA demonstraram uma tendência de queda anual na produção de pescado, decorrente das dificuldades de recuperação dos ecossistemas aquáticos. Paalelamente, as ações de fomento à produção de pescado, por meio da aquicultura, sofreram com o longo período de cinco anos consecutivos de estiagem, ocasionando a diminuição dos níveis dos reservatórios.

PROGRAMA:		117 – PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E GARANTIA DE DIREITOS							
Ementa: Promover a redução das desigualdades raciais e a melhoria das condições de vida, mediante a ampliação e implementação de políticas voltadas para a inclusão e a igualdade de oportunidades da população negra									
Órgãos responsáveis: SEC – SEPROMI									
Resultados no Período 2012/2015									
Indicador			Linha de Base		Índice Esperado no PPA	Valores Apurados			
Código	Descrição	Unid.	Ano	Valor		2012	2013	2014	2015
IP1	Média de anos de estudo das populações negra e indígena com 25 anos ou mais <sup>(*)</sup> (1)	%	2009 2011	5,70	8,10	5,90	6,31	6,97	-
IP2	Número de municípios com acesso à rede de combate ao racismo e à intolerância religiosa <sup>(**)</sup>	Unid.	2011	33	417	63	82	94	101
IP3	Número de escolas públicas estaduais com conteúdo e práticas antirracistas inseridos no currículo <sup>(***)</sup>	Unid.	2011	0	1.280	205	547	410	1.026

Fontes: <sup>(1)</sup>IBGE / PNAD. Dados analisados pela SEI; <sup>(\*\*)</sup>SEPROMI e <sup>(\*\*\*)</sup>SEC.

**Notas:**

<sup>(1)</sup> Valor do IP1 em 2011, ano padrão da linha de base do PPA 2012-2015: 5,59. Valor do IP1 em 2015: dados da PNAD 2015 só serão divulgados em novembro de 2016.

Convenções:  
Traço - dado inexistente.  
Três pontos - dado desconhecido.

O Programa Promoção da Igualdade Racial e Garantia de Direitos teve participação de 0,04% nos recursos orçamentários do PPA 2012-2015. É integrado por seis compromissos, com destaque para o Compromisso 1, “gerir as políticas de promoção da igualdade racial no âmbito estadual”, que absorveu 38,05% dos recursos do Programa e registrou execução financeira média de 79,43% no quadriênio.

#### IP1 - Média de anos de estudo das populações negra e indígena com 25 anos ou mais

Vários fatores concorrem para universalização da educação, com equidade e sem distinção, demonstrada pelo intento de afirmar e garantir às populações negra e indígena o direito à educação, a partir da equiparação com a escolaridade média da população não negra e não indígena. Assim, só é possível relacionar IP1 ao Compromisso 3, consistente em “combater o racismo e a intolerância religiosa, articulando, intersetorialmente, os órgãos públicos e entidades da sociedade civil”, que participou com 29,50% nos recursos do Programa e apresentou execução financeira média de 16,41%.

#### IP2 - Número de municípios com acesso à rede de combate ao racismo e à intolerância religiosa

Também vinculado ao Compromisso 3, já referido, o IP2 guarda relação com a meta consistente em “divulgar a Rede de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa, através de campanhas, nos 417 municípios baianos”, que traduz a pretensão de que a totalidade dos municípios baianos tenham acesso à rede de combate ao racismo e à intolerância religiosa.

#### IP3 - Número de escolas públicas estaduais com conteúdo e práticas antirracistas inseridos no currículo

O indicador está vinculado ao Compromisso 8, “promover a educação antirracista nas escolas públicas”, cuja participação nos recursos do Programa é de 11,16%, com registro de execução financeira média de 61,69%. O IP1 está traduzido na meta de “estruturar 80% das escolas públicas com ações curriculares educativas culturais voltadas ao desenvolvimento de conteúdo e práticas escolares antirracistas”.

PROGRAMA:		118 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS							
Ementa: Promover a redução das desigualdades raciais e a melhoria das condições de vida, mediante a ampliação e implementação de políticas voltadas para a inclusão, a sustentabilidade e a igualdade de oportunidades de povos e comunidades tradicionais									
Órgãos responsáveis: SEDES (atual SJDHDS) - SEDIR - SEDUR - SEPROMI									
Resultados no Período 2012/2015									
Indicador			Linha de Base		Índice Esperado no PPA	Valores Apurados			
Código	Descrição	Unid.	Ano	Valor		2012	2013	2014	2015
IP1	Nº de municípios com desenvolvimento socioeconômico e cultural dos Povos e Comunidades Tradicionais - PCT <sup>(1)</sup>	Unid.	2011	0	99	-	-	-	-
IP1'	Nº de municípios com planos de desenvolvimento socioeconômico e cultural dos Povos e Comunidades Tradicionais - PCT <sup>(*)</sup> (1)	Unid.	2011	0	50	7	27	110	-
IP2	Nº de organizações da sociedade civil capacitadas <sup>(2)</sup>	Unid.	2011	0	500	0	0	...	...
IP3	Nº de organizações de Povos e Comunidades Tradicionais - PCT capacitadas em gestão de projetos públicos <sup>(**)</sup> (2)	Unid.	2011	31	150	41	9	...	...

Fontes: <sup>(\*)</sup>SEPROMI; <sup>(\*\*)</sup>CAR/SEDIR

Notas:

<sup>(1)</sup> De acordo com a SEPROMI, houve equívoco na descrição do indicador publicada originalmente no PPA 2012-2015, motivo pelo qual foi acrescentado o IP1'.

<sup>(2)</sup> Valores de 2014 e 2015 não foram informados pela Secretaria.

Convenções:  
Traço - dado inexistente.  
Três pontos - dado desconhecido.

O Programa Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais participou com 0,02% nos recursos do PPA 2012-2015. É integrado por sete compromissos, com destaque para o Compromisso 3, “promover a melhoria das condições de habitabilidade de populações tradicionais respeitando suas características étnicas e diversidades culturais”, que teve a maior participação dos recursos do Programa, 40,31%, e registrou execução financeira média de 36,47% no quadriênio.

Povos e Comunidades Tradicionais são aqueles que ocupam ou reivindicam seus Territórios Tradicionais, referenciados na ancestralidade e no auto-reconhecimento, a partir da identidade étnica, das próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, das línguas específicas, da relação coletiva com o meio ambiente e da preservação e manutenção de seu patrimônio material e imaterial, utilizando práticas, inovações e conhecimentos gerados e transmitidos pela tradição.

**IP1 - Nº de municípios com desenvolvimento socioeconômico e cultural dos Povos e Comunidades Tradicionais - PCT e IP1' - Nº de municípios com planos de desenvolvimento socioeconômico e cultural dos Povos e Comunidades Tradicionais - PCT**

Os indicadores estão vinculados aos Compromissos 1 e 4, consistentes, respectivamente, em “promover o desenvolvimento socioeconômico e cultural dos Povos e Comunidades Tradicionais - PCT, mediante a ampliação e implementação de políticas voltadas para a sua inclusão, sustentabilidade e igualdade, salvaguardando e ampliando os benefícios da biodiversidade, com ênfase na produção dos conhecimentos científicos e valorização dos saberes tradicionais”, e “promover a sustentabilidade e a melhoria da qualidade de vida dos povos e comunidades tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos, culturais e religiosos”.

No Compromisso 1, que participou com 2,41% dos recursos do Programa e registrou execução financeira média de 99,90%, os indicadores guardam relação com a meta de “promover o desenvolvimento socioeconômico e cultural dos Povos e Comunidades Tradicionais - PCT em 99 municípios”. Já

no Compromisso 4, que absorveu 22,53% dos recursos do Programa e teve execução financeira média de 18,52%, estão traduzidos na meta consistente em “elaborar, desenvolver e articular a execução de 50 Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais”.

**IP2 - Nº de organizações da sociedade civil capacitadas e IP3 - Nº de organizações de Povos e Comunidades Tradicionais - PCT capacitadas em gestão de projetos públicos**

Os dois indicadores estão vinculados ao Compromisso 1, já referido. O IP2 e o IP3 coincidem, respectivamente, com as metas de “capacitar 500 organizações da sociedade civil” e de “capacitar 150 organizações de Povos e Comunidades Tradicionais - PCT em gestão de projetos públicos”.

PROGRAMA:		119 – ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES							
Ementa: Combater todas as formas de violência e o tráfico de mulheres e garantir o atendimento integral às mulheres vítimas de violência.									
Órgãos responsáveis: SEDES (atual SJDHDS) - SPM									
Resultados no Período 2012/2015									
Indicador			Linha de Base		Índice Esperado no PPA	Valores Apurados			
Código	Descrição	Unid.	Ano	Valor		2012	2013	2014	2015
IP1	Percentual de ocorrências registradas nas instituições integradas à rede de enfrentamento à violência contra a mulher <sup>(1)</sup>	%	2010	6,45	50,00	...	...	...	...
Fontes: SEDES									

Fontes: SEDES

**Notas:**<sup>(1)</sup> Segundo a SJDHDS, só há registro na Secretaria referente ao CREAS.

Convenções:  
 Traço - dado inexistente.  
 Três pontos - dado desconhecido.

O Programa Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres teve participação de 0,01% nos recursos do PPA 2012-2015. É integrado por cinco compromissos, com destaque para o Compromisso 1, “promover o pleno atendimento às mulheres em situação de violência”, que absorveu 75,05% dos recursos do Programa e apresentou execução financeira média de 25,90% no quadriênio.

#### IP1 - Percentual de ocorrências registradas nas instituições integradas à rede de enfrentamento à violência contra a mulher

O IP1 vincula-se ao Compromisso 1, referido acima, e está relacionado à meta consistente em “criar e implementar o Sistema Estadual de Informações sobre Violência”. O indicador é frágil nas condições atuais, pois não há registro de informações das outras instituições como DEAM, CRAM e Vara Especializada, que atendem a esse público e não estão vinculadas à SJDHDS. Nem toda mulher vítima de violência é atendida pela Casa Abrigo (apenas os casos de risco de morte).



**PROGRAMA: 120 – AUTONOMIA DAS MULHERES**

**Ementa:** Promover a autonomia econômica e financeira das mulheres urbanas e rurais por meio da inclusão produtiva e social, de forma a ampliar a cidadania pelo acesso a direitos e a bens e serviços.

**Órgãos responsáveis:** SPM - SEDES (atual SJDHDS)

**Resultados no Período 2012/2015**

Código	Indicador Descrição	Unid.	Linha de Base		Índice Esperado no PPA	Valores Apurados			
			Ano	Valor		2012	2013	2014	2015 <sup>(1)</sup>
IP1	Taxa de ocupação das mulheres urbanas <sup>(2)</sup>	%	2009	84,50	87,60	86,20	87,3	90,5	-
IP2	Taxa de ocupação das mulheres rurais <sup>(2)</sup>	%	2009	94,4	95,50	95,00	93,5	95,7	-
IP3	Rendimento médio das mulheres urbanas <sup>(2)(3)</sup>	Reais	2009	666,00	818,70	939,31	1.054,41	1.422,71	-
IP4	Rendimento médio das mulheres rurais <sup>(2)(3)</sup>	Reais	2011	307,00	460,70	386,86	476,62	399,88	-
IP5	Média de anos de estudo das mulheres urbanas com 15 anos ou mais <sup>(2)</sup>	Nº	2009	7,60	9,00	7,85	8,06	8,63	-
IP6	Média de anos de estudo das mulheres rurais com 15 anos ou mais <sup>(2)</sup>	Nº	2011	4,30	5,00	4,87	4,88	5,74	-

Fontes: PNAD/IBGE. Dados analisados pela SEI.

Notas:

<sup>(1)</sup> Dados da PNAD 2015 serão divulgados em novembro de 2016.

<sup>(2)</sup> Valores para 2011, ano padrão da linha de base do PPA 2012-2015: IP1 - 85,20; IP2 - 96,00; IP3 - 840,00; IP4 - 303,00; IP5 - 7,70; IP6 - 4,40.

<sup>(3)</sup> Os valores do rendimento mensal no trabalho principal estão expressos em valores correntes de cada ano.

Convenções:

Traço - dado inexistente.

Três pontos - dado desconhecido.

O Programa Autonomia das Mulheres tem a participação de 0,02% no total de recursos do PPA 2012-2015. É Integrado por oito compromissos, com destaque para o Compromisso 6, que absorveu 67,51% dos recursos do Programa e registrou 9,02% de execução financeira média no quadriênio.

**IP1 - Taxa de ocupação das mulheres urbanas e IP2 - Taxa de ocupação das mulheres rurais**

Os dois indicadores estão relacionados ao Compromisso 8, “promover a inclusão socioprodutiva de mulheres das áreas rurais, urbanas e periurbanas, que se encontram em situação de pobreza”, que não teve recursos orçamentários aportados no quadriênio; e ao Compromisso 1, “promover a autonomia das mulheres, considerando as desigualdades de gênero, classe e raça, desenvolvendo ações que contribuam para a modificação da atual divisão sexual no trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza”, cujo nível de participação nos recursos do Programa foi 13,60% e grau de execução financeira de 66,56%.

No caso do Compromisso 8, estão relacionados à meta consistente em “atuar em 120 municípios com maior percentual de mulheres chefes de famílias e em situação de extrema pobreza, atendendo a 1.200 grupos, associações ou cooperativas de mulheres das áreas urbanas, periurbanas e rurais”; no Compromisso 1, à meta de “promover 08 cursos de capacitação para a inclusão produtiva da mulher”.

**IP3 - Rendimento médio das mulheres urbanas e IP4 - Rendimento médio das mulheres rurais**

O IP3 e o IP4 estão vinculados ao Compromisso 3, “promover a erradicação da feminilização da extrema pobreza na Bahia, por meio da busca ativa de famílias chefiadas por mulheres, ainda excluídas, para viabilizar seu acesso ao Cadastro Único do programa Bolsa Família e aos equipamentos de promoção da segurança alimentar e nutricional e proteção social”, com participação de 0,48% nos recursos e execução financeira média de 59,44%; e ao Compromisso 8, já referido acima.

O Compromisso 3 aporta as seguintes metas para atingir o seu objetivo: “promover a busca ativa de 300 mil mulheres em situação de extrema pobreza” e “realizar 08 campanhas de mobilizaçãode mulheres para inserção no Cadastro Único - CadÚnico”.

**IP5 - Média de anos de estudo das mulheres urbanas com 15 anos ou mais e IP6 -Média de anos de estudo das mulheres rurais com 15 anos ou mais**

Os indicadores guardam alguma relação com o Compromisso 4, que consiste em “fortalecer uma cultura social não sexista, não racista, não lesbofóbica e homofóbica, pela promoção de políticas públicas de educação de qualidade, culturais, de esporte e lazer, com garantia de tratamento igualitário entre mulheres e homens”, muito embora um grande número de fatores alheios ao Programa concorram para universalização da educação. Com participação de 2,17% nos recursos do Programa, não teve aporte de quaisquer recursos em 2014 e 2015.

PROGRAMA:

121 – TRABALHO DECENTE

Ementa: Promover o trabalho decente garantindo condições de liberdade, equidade, saúde, segurança, dignidade humana e proteção social, de acordo com as diretrizes da Agenda Bahia do Trabalho Decente.

Órgãos responsáveis: SETRE - SEMA - SJCDH (atual SJDHDS)

Resultados no Período 2012/2015

Indicador			Linha de Base		Índice Esperado no PPA	Valores Apurados			
Código	Descrição	Unid.	Ano	Valor		2012	2013	2014	2015
IP1	Documentos Cíveis e Trabalhistas Emitidos	Unid	2010	305.000	1.650.000	336.079	366.021	343.851	333.119
IP2	Trabalhador Orientado	Pessoa	2010	23.565	80.080	21.588	13.000	11.149	11.657

Fontes: SETRE. Dados analisados pela SEL.

Fontes: SETRE. Dados analisados pela SEI.

Convenções:  
Traço - dado inexistente.  
Três pontos - dado desconhecido.

O **Programa Trabalho Decente** está assentado na construção de uma Agenda Global de Trabalho Decente, lançada pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, que visa o estabelecimento de um compromisso coletivo para a promoção da centralidade do trabalho e a sua valorização em nossa sociedade. O Governo do Estado da Bahia, por meio desse Programa, vem aderir à convocatória pelo trabalho decente e construir uma nova trajetória de desenvolvimento com inclusão social.

Integrado por três compromissos, o Programa contou com a participação de 0,05% do total de recursos orçamentários do PPA 2012-2015. Dentre os indicadores relacionados no quadro acima, é de responsabilidade preponderante do Estado da Bahia apenas o indicador IP2 - Trabalhador orientado.

#### IP1 - Documentos Cíveis e Trabalhistas Emitidos

O Governo Estadual atua em parceria com o Poder Judiciário e o Governo Federal no enfrentamento dos problemas relacionados com o sub-registro (de nascimento e de documentações cíveis e trabalhistas), que são motivados pela dispersão de órgãos emissores e carência de meios e recursos da população, além de desinformação sobre como obter os documentos.

Possui vinculação com o Compromisso 3, “assistir ao trabalhador, contribuindo para a valorização do trabalho como via de superação da pobreza” que representa 60,52% dos recursos do Programa.

A meta 2 do Compromisso traduz o IP1 da seguinte forma: “emitir 1,65 milhão de documentos cíveis e trabalhistas” – repetindo o próprio indicador.

#### IP2 - Trabalhador Orientado

Trata-se de indicador preponderantemente de responsabilidade do Governo do Estado e vinculado ao Compromisso 3, “assistir ao trabalhador, contribuindo para a valorização do trabalho como via de superação da pobreza”. Este compromisso representa 60,52% dos recursos do Programa.

A primeira meta do compromisso traduz o IP2 da seguinte forma: atender 80.080 trabalhadores orientando-os sobre direitos trabalhistas e previdenciários, saúde e segurança do trabalho - repetindo o próprio indicador.

PROGRAMA:		122 – BOM TRABALHO - AMPLIANDO OPORTUNIDADES							
Ementa: Ampliar as oportunidades ocupacionais para trabalhadores, geradas pelo novo ciclo de desenvolvimento social, econômico e ambiental no Estado.									
Órgãos responsáveis: SETRE - SECOM - SECTI - SEPLAN									
Resultados no Período 2012/2015									
Indicador			Linha de Base		Índice Esperado no PPA	Valores apurados			
Código	Descrição	Unid.	Ano	Valor		2012	2013	2014	2015
IP1	Número de Trabalhadores Colocados pelo Serviço de Intermediação de Mão de Obra <sup>(1)</sup>	Pessoa	2010	60.285	280.000	50.000	70.500	57.634	47.688
IP2	Número de Trabalhadores Qualificados <sup>(2)</sup>	Pessoa	2010	11.000	161.500	-	-	-	-
IP2'	Número de Trabalhadores Certificados	Pessoa	2010	11.000	161.500	11.047	9.617	9.269	3.956
IP3	Participação no Caged (Inclusão) <sup>(1)(3)</sup>	%	2010	8,00	10,00	6,0 5,9	8,0 8,2	6,9	7,5
IP4	Unidade de Atendimento ao Trabalhador Implantada <sup>(1)</sup>	Unid	2010	7	29	7	9	7	3
IP5	Serviços Autônomos Intermediados <sup>(1)</sup>	Unid	2010	99.458	650.000	105.930	128.000	135.172	128.742

Fontes: SETRE.

**Notas:**<sup>(1)</sup> Valores para 2011, ano padrão da linha de base do PPA 2012-2015: IP1 - 48.365; IP3 - 6,1; IP4 - 6; IP5 - 98.719.<sup>(2)</sup> De acordo com a SETRE, os dados utilizados referem-se ao "Número de trabalhadores Qualificados" e não ao "Número de trabalhadores Certificados", dado que só estará disponível ao término de cada programa, devido à diferença de periodicidade entre os programas estaduais e federais.<sup>(3)</sup> Dados disponíveis até novembro/2015 no site do M.T.P.S.Convenções:  
Traço - dado inexistente.  
Três pontos - dado desconhecido.

O Programa Bom Trabalho: Ampliando Oportunidades, contou com 0,43% dos recursos destinados ao PPA 2012-2015. É integrado por quatro compromissos, com destaque para o Compromisso 4, “ampliar a capacidade de atendimento do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda”, que absorveu 60,50% dos recursos do Programa e registrou execução financeira média de 50,79% no quadriênio.

#### IP1 - Número de Trabalhadores Colocados pelo Serviço de Intermediação de Mão de Obra e IP5 - Serviços Autônomos Intermediados

Os dois indicadores estão vinculados ao Compromisso 4, já referido acima. O IP1 corresponde à meta consistente em “inserir e/ou reinserir no mercado de trabalho 280 mil trabalhadores”. No quadriênio 2012-2015 foram colocados pelo Serviço de Intermediação para o Trabalho (SineBahia) o total de 225.822 trabalhadores. A meta prevista não foi atingida em razão da redução significativa do número de trabalhadores colocados pelo serviço entre 2010 e 2011, a partir da implantação do portal Mais Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego.

O IP2 se refere aos profissionais autônomos que se credenciam no Programa de Apoio ao Trabalhador (Patra) do SineBahia, destinado à intermediação de profissionais que prestam serviços, por meio de diárias, a pessoas físicas e jurídicas. Os trabalhadores autônomos são avaliados e treinados gratuitamente. Foram intermediados pelo SineBahia o total de 497.844 profissionais autônomos, no quadriênio 2012-2015.

#### IP2 - Número de Trabalhadores Qualificados e IP2' - Número de Trabalhadores Certificados

O indicador IP2' também tem vinculação com o Compromisso 4 e com a meta de “inserir e/ou reinserir no mercado de trabalho 280 mil trabalhadores”, mediante programas e projetos de formação e certificação profissional promovidos pela SETRE, diretamente ou por meio de parcerias.

### **IP3 - Participação no Caged (Inclusão)**

Relacionado ao desempenho da economia, o indicador permite acompanhar a evolução do emprego formal, por meio do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), criado para registrar as admissões e dispensas de empregados, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Reflete o conjunto de esforços no campo da geração de emprego, mantendo, portanto, baixa vinculação com as ações do Programa.

### **IP4 - Unidade de Atendimento ao Trabalhador Implantada**

Relacionado ao Compromisso 4, já referido, vincula-se à iniciativa de “ampliação de Pontos de Atendimento ao Trabalhador”.

PROGRAMA:		123 – BAHIA SOLIDÁRIA - MAIS TRABALHO E MAIS RENDA							
Ementa: Estimular o desenvolvimento socioeconômico de empreendimentos solidários e populares.									
Órgãos responsáveis: SETRE - SECTI									
Resultados no Período 2012/2015									
Indicador			Linha de Base		Índice Esperado no PPA	Valores Apurados			
Código	Descrição	Unid.	Ano	Valor		2012	2013	2014	2015
IP1	Evolução do Número de Empreendimentos de Economia Solidária	%	2010	77,70	85,40	...	...	...	...
IP1'	Evolução do Número de Empreendimentos de Economia Solidária <sup>(1)(2)(3)(4)(5)</sup>	Unid	...	...	...	2.638	1.964	1.203	6.769
IP2	Número de Contratos Liberados para Empreendedores de Micro e Pequenos Negócios da Economia Popular e Solidária	Unid	2010	16.000	105.000	14.194	16.367	20.568	23.371
IP3	Volume de Recursos Liberados para Empreendedores de Micro e Pequenos Negócios da Economia Popular e Solidária <sup>(6)</sup>	Reais	2010 2011	26.500.000,00 32.230.297,44	136.500.000,00	32.088.327,00	44.362.254,68	56.975.767,00	69.294.018,40
IP4	Número de Contratos Liberados para Empreendimentos de Economia Popular e Solidária	Unid	2011	65	81	65	127	79	96 <sup>(7)</sup>
IP5	Número de Empreendimentos de Economia Popular e Solidária Recicladores <sup>(8)</sup>	Unid	2011	6	97	4	17	8	6
IP6	Número de Projetos Beneficiados com Apoio Direto <sup>(9)</sup>	Unid	2010	20	180	10	17	29	44
IP7	Número de Empreendimentos de Economia Popular e Solidária Recicladores Beneficiados com Processo Formativo <sup>(10)</sup>	Unid	2010	8	20	7	11	28	...
IP8	Empreendimentos de Economia Solidária Beneficiados com Processo Formativos <sup>(11)</sup>	Unid	2010	150	600	97	197	393	...

Fontes: SETRE.

## Notas:

<sup>(1)</sup> Os dados referem-se ao número absoluto de atendimentos a empreendimentos de economia solidária pelos Centros Públicos de Economia Solidária (Cesols).<sup>(2)</sup> Economia Solidária - "conjunto de iniciativas que visa a organizar a produção de bens e de serviços, o acesso e a construção do conhecimento, a distribuição, o consumo e o crédito, em consonância com os princípios e práticas que lhe são característicos" (Lei Estadual nº 12.368/2011, art.2º, inciso I).<sup>(3)</sup> Número de atendimentos Cesols Estadual (Salvador), Feira de Santana e Vitória da Conquista.- Referente ao ano 2012.<sup>(4)</sup> Número de atendimentos Cesol Estadual (até março) e Cesols geridos por Organizações Sociais.- Referente ao ano 2013.<sup>(5)</sup> Segundo a SETRE, em 2014 a metodologia de aferição foi modificada devido à nova formação dos Cesols, que passaram a ser geridos por Organizações Sociais (O.S.). Os anteriores tiveram suas atividades encerradas desde 2013. - Referente ao ano 2014.<sup>(6)</sup> Número referente à recursos liberados pela Desenharia, através de cooperação técnica entre a SETRE/Desenharia.- Referente ao ano 2014.<sup>(7)</sup> Número de Contratos do Programa Credisol<sup>(8)</sup> Número de cooperativas atendidas pela ação do Carnaval.<sup>(9)</sup> Número de projetos referentes aos editais 01/2012 - Mulheres rurais e 01/2014 - Apoio a empreendimentos econômicos solidários e a redes de economia solidária no âmbito dos espaços socioculturais de matriz africana e Redes II - Edital 10/2012 (ambos em execução). - Referente ao ano 2014 e 2015.<sup>(10)</sup> Número de empreendimentos atendidos através dos projetos do edital 08/2012 - Apoio a projetos na área de reciclagem e aos convênios com as prefeituras de Luis Eduardo Magalhães e Jacobina (ambos em execução). - Referente ao ano 2014.<sup>(11)</sup> Número de empreendimentos atendidos através dos projetos do edital 01/2013 - Apoio a redes de economia solidária e de comércio justo e solidário. - Referente ao ano 2014.Convenções:  
Traço - dado inexistente.  
Três pontos - dado desconhecido.

O Programa Bahia Solidária - Mais Trabalho e Mais Renda absorveu 0,12% dos recursos do PPA 2012-2015. É integrado por cinco compromissos, com destaque para o Compromisso 2, "fortalecer o microcrédito, o crédito solidário e as finanças solidárias para ampliar a geração de renda e auto emprego da população baiana", com participação de 78,49% nos recursos do Programa e execução financeira média de 26,19% no quadriênio

IP1 / IP1' - Evolução do Número de Empreendimentos de Economia Solidária, IP2 - Número de Contratos Liberados para Empreendedores de Micro e Pequenos Negócios da Economia Popular e Solidária, IP3 - Volume de Recursos Liberados para Empreendedores de Micro e Pequenos Negócios da Economia Popular e Solidária e IP4 - Número de Contratos Liberados para Empreendimentos de Economia Popular e Solidária

Os quatro indicadores estão vinculados ao Compromisso 2, já referido acima. Relacionam-se às metas consistentes em "incorporar 105 mil contratos



do programa de Microcrédito do Estado da Bahia - Credibahia”, “beneficiar 97 Empreendimentos de Economia Solidária - EES através de Fundos Rotativos” e “acompanhar e monitorar 81 empreendimentos associativos solidários beneficiários do Crédito Solidário - Credisol”.

IP5 - Número de Empreendimentos de Economia Popular e Solidária Recicladores, IP6 - Número de Projetos Beneficiados com Apoio Direto, IP7 - Número de Empreendimentos de Economia Popular e Solidária Recicladores Beneficiados com Processo Formativo e IP8 - Empreendimentos de Economia Solidária Beneficiados com Processo Formativos

Os quatro indicadores estão vinculados ao Compromisso 1, “desenvolver tecnologias sociais e ambientais para empreendimentos solidários”, que teve participação de 8,62% nos recursos do Programa e registrou execução financeira média de 59,72%, guardando relação com a meta consistente em “apoiar o desenvolvimento de 50 projetos com tecnologias sociais e ambiental”.

PROGRAMA:		124 – BAHIA ESPORTIVA							
Ementa: Fortalecer a estrutura do desporto, paradesporto e lazer e fomentar sua prática através de ações com enfoque nos aspectos de saúde, sociais, educativos, econômicos, ambientais, científicos, tecnológicos e inovadores com vistas a contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população.									
Órgãos responsáveis: SETRE - SEDUR									
Resultados no Período 2012/2015									
Indicador			Linha de Base		Índice Esperado no PPA	Valores Apurados			
Código	Descrição	Unid.	Ano	Valor		2012	2013	2014	2015
I1P	Índice de Desempenho do Esporte Amador e de Alto Rendimento - Idear <sup>(1)</sup>	Unid	2011	0	120	...	...	...	...
I2P	Número de Equipamentos Construídos	Unid	2011	0	96	45	37	13	10
I3P	Número de Equipamentos Recuperados	Unid	2011	0	8	4	14	4	2
I4P	Número de Eventos Realizados	Unid	2011	0	28	42	158	207	65
I5P	Número de Bolsas Concedidas	Unid	2011	0	520	199	123	213	170
I6P	Número de Atendimento de Pessoas no Esporte Educacional	Unid	2011	0	15.000	15.756	27.024	5.820	6.023
I7P	Número de Agentes Esportivos Qualificados	Unid	2011	0	2.000	800	1.345	1.246	1.524
I8P	Número de Eventos para o Esporte de Alto Rendimento	Unid	2011	0	157	81	79	90	101
I9P	Número de Pessoas Atendidas no Esporte de Participação (comunitário)	Unid	2011	0	173.000	39.840	96.852	123.973	74.147
I10P	Número de Técnicos e Gestores Qualificados para Atuarem na Área de Esporte e Lazer <sup>(2)</sup>	Unid	2011	0	4	990	0	0	0

**Fontes:** Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia (SUDESB)/SETRE.

**Notas:**

<sup>(1)</sup> Dados não registrados pela SETRE/SUDESB.

<sup>(2)</sup> Projeto em formação e sem execução física e orçamentária a partir de 2013.

Convenções:  
Traço - dado inexistente.  
Três pontos - dado desconhecido.

O **Programa Bahia Esportiva**, com uma participação de 0,27% do total de recursos alocados no PPA 2012-2015, busca, por meio de iniciativas voltadas ao desporto, paradesporto e lazer, o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania. Integrado por oito compromissos, 81,64% dos recursos do Programa foram destinados ao Compromisso 7, “garantir a infraestrutura esportiva necessária ao desenvolvimento do desporto, paradesporto e lazer, dentro dos princípios de acessibilidade, sustentabilidade e controle social”, que teve execução financeira média de 74,59% no quadriênio.

**IP1 - Índice de Desempenho do Esporte Amador de Alto Rendimento - Idear, IP5 - Número de Bolsas Concedidas e IP8 - Número de Eventos para o Esporte de Alto Rendimento**

Esporte de Alto Rendimento (EAR) é a prática desportiva de resultado, aferida segundo padrões internacionais, e cuja figura central, o atleta, inclusive em formação, tem seu desempenho orientado segundo os paradigmas desportivos internacionais.

Os três indicadores estão vinculados ao Compromisso 6, consistente em “fomentar o esporte de alto rendimento”, com participação de 2,16% nos recursos do Programa e grau de execução financeira média de 97,57%. O IP1 depende de múltiplos fatores e não teve a evolução acompanhada pela SETRE. O IP5 e o IP8 correspondem, respectivamente, às metas de “promover a realização de 157 eventos esportivos” e “conceder 520 bolsas esporte para atletas de alto rendimento”.

#### IP2 - Número de Equipamentos Construídos e IP3 - Número de Equipamentos Recuperados

Os indicadores estão relacionados a dois compromissos: o Compromisso 1, que consiste em “criar espaços de convivência para a prática de esporte e lazer, propiciando a promoção da saúde física e mental” que teve participação de 11,67% nos recursos do Programa e grau de execução financeira média de 64,19%, e o Compromisso 7, já referido acima.

No âmbito desse último, que absorveu a maior parcela dos recursos do Programa, o IP2 guarda relação com as metas de “construir o Centro de Treinamento de Esporte de Alto Rendimento” e “construir 106 equipamentos desportivos e de lazer”. O IP3 corresponde à meta de “requalificar 08 equipamentos esportivos da Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia - Sudesb”.

#### IP4 - Número de Eventos Realizados e IP6 - Número de Atendimentos de Pessoas no Esporte Educacional

Os indicadores são vinculados ao Compromisso 4, consistente em “promover o esporte educacional, com vistas a garantir o direito à prática esportiva, o desenvolvimento integral do aluno e a formação da cidadania”, que teve participação de 0,94% nos recursos do Programa e execução financeira média de 64,42%. O IP4 corresponde à meta de “promover 28 eventos esportivos educacionais”.

#### IP7 - Número de Agentes Esportivos Qualificados e IP10 - Número de Técnicos e Gestores Qualificados para Atuarem na Área de Esporte e Lazer

Os indicadores estão vinculados ao Compromisso 5, consistente em “qualificar os profissionais que atuam no esporte e lazer”, que teve participação inferior a 0,01% dos recursos do Programa e grau de execução financeira média de 85,14%. Guardam relação com a meta de “qualificar 6 mil pessoas dentre gestores, dirigentes, técnicos e árbitros esportivos”.

#### IP9 - Número de Pessoas Atendidas no Esporte de Participação (comunitário)

O IP9 está relacionado ao Compromisso 3, “promover a inclusão social por meio do esporte de participação”, que teve participação de 2,75% nos recursos do Programa e registrou execução financeira média de 84,44%. Corresponde à meta de “atender 173 mil pessoas por meio do esporte de participação”.

PROGRAMA:		125 – LOGÍSTICA INTEGRADA DE TRANSPORTE							
Ementa: Ampliar e modernizar a infraestrutura multimodal baiana.									
Órgãos responsáveis: SEINFRA - SICM (atual SDE)									
Resultados no Período 2012/2015									
Indicador			Linha de Base		Índice Esperado no PPA	Valores Apurados			
Código	Descrição	Unid.	Ano	Valor		2012	2013	2014	2015
IP1	Índice de Expansão da Malha Rodoviária	Número-índice	2011	100,00	106,00	100,35	100,50	100,68	100,68
IP2	Percentual de Rodovias em Boas Condições de Trafegabilidade(1)	%	2011	56,60	68,38	63,69	65,11	69,94	70,30
IP3	Percentual de Terminais Hidroviários em Boas Condições de Operação(2)	%	2011	33,89	100,00	16,94	16,94	16,94	16,94
IP4	Percentual de Terminais Aeroviários em Boas Condições de Operação(3)	%	2011	74,35	90,24	67,08	74,68	74,68	75,31

Fontes: DERBA/SEINFRA..

**Notas:**

(1) Boas Condições de Trafegabilidade – condições que apresentam os trechos rodoviários ou estradas revestidos com pavimento asfáltico nas condições “boa” e “regular” e que vêm recebendo manutenção rotineira e preventiva, com certa periodicidade, e cujo pavimento se enquadra em uma das seguintes categorias: CBUQ – Concreto Betuminoso Usinado a Quente; AAUQ – Areia Asfalto Usinado a Quente; TSD – Tratamento Superficial Duplo; TSS – Tratamento Superficial Simples; TCP – Tratamento Contra Pó; e LA – Lama Asfáltica. Tendo a rodovia sido beneficiada com reparos no seu revestimento utilizando-se um dos citados procedimentos e não apresentando irregularidades no pavimento, a rodovia é considerada “em boas condições de trafegabilidade” (conceito utilizado pelo Derba/SEINFRA).

(2) Boas Condições de Operação – condições que têm os terminais hidroviários que não apresentam riscos à navegação, que possibilitam a atracação de embarcações com segurança e que oferecem aos passageiros acessibilidade com segurança (conceito utilizado pelo Derba/SEINFRA).

(3) Boas Condições de Operação – condições que têm os terminais aeroviários homologados e não interditados pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC (conceito utilizado pelo Derba/SEINFRA).

Convenções:  
Traço - dado inexistente.  
Três pontos - dado desconhecido.

O Programa Logística Integrada de Transporte, com uma participação de 2,3% do total de recursos do PPA, é integrado por oito compromissos e o que absorveu 78,01% dos recursos do Programa foi o Compromisso 1, consistente em “expandir, recuperar e manter a malha rodoviária estadual, promovendo uma maior integração das rodovias e produzindo caminhos mais racionais e eficientes” que apresentou grau de execução financeira média de 63,25%.

**IP1 - Índice de Expansão da Malha Rodoviária**

O indicador IP1 possui vinculação com o Compromisso 1, “expandir, recuperar e manter a malha rodoviária estadual, promovendo uma maior integração das rodovias e produzindo caminhos mais racionais e eficientes”, que teve a participação de 78,01% dos recursos do Programa e execução financeira média de cerca de 63,25%, no quadrênio do PPA.

O indicador corresponde às metas 1, “Implantar 271,9 km de acessos viários a sedes municipais”, e 4, “Implantar e pavimentar 967,32 km de rodovias” do compromisso, embora com valores de alcance não coincidentes (o indicador representa 1.141,66 km (considerando o total da malha rodoviária estadual de 19.027,7 km em 2011) e as metas totalizam 1.239,22 km).

**IP2 - Percentual de Rodovias em Boas Condições de Trafegabilidade+A8:J38**

O indicador IP2 também possui vinculação com o Compromisso 1, correspondendo à Meta 2, “Manter 8.740 km de rodovias em condições de trafegabilidade”, embora não permita apurar a coincidência dos valores de alcance.

### **IP3 - Percentual de Terminais Hidroviários em Boas Condições de Operação**

O indicador possui vinculação com o Compromisso 2, “expandir e recuperar os terminais hidroviários, rodoviários e aeroviário, aumentando a competitividade da produção baiana e melhorando a mobilidade de pessoas”, cuja participação nos recursos do Programa foi de 12,36% e execução financeira média de 44,20%.

O IP3 corresponde às metas 3 e 4, respectivamente, “Construir 12 terminais hidroviários” e “Recuperar 14 terminais hidroviários”, com valores de alcance não coincidentes, já que o indicador projeta um índice esperado de 100% dos terminais hidroviários com boas condições de operação, diferentemente das metas.

### **IP4 - Percentual de Terminais Aeroviários em Boas Condições de Operação**

O indicador também possui vinculação com o Compromisso 2, correspondendo às metas 1, “construir 04 terminais aeroviários”, 7, “recuperar 08 terminais aeroportuários”, 3, “construir 12 terminais hidroviários” e 4, “recuperar 14 terminais hidroviários”, embora os valores de alcance não sejam coincidentes.

<b>PROGRAMA:</b>		<b>126 – INFRAESTRUTURA DE TELECOMUNICAÇÕES</b>							
<b>Ementa:</b>		Disponibilizar o acesso aos serviços de telecomunicações.							
<b>Órgãos responsáveis:</b>		SECOM - SECTI - SEINFRA							
<b>Resultados no Período 2012/2015</b>									
Código	Indicador	Unid.	Linha de Base		Índice Esperado no PPA	Valores Apurados			
	Descrição		Ano	Valor		2012	2013	2014	2015
IP1	Proporção de municípios atendidos com sinal de banda larga(1)	Número-índice	2011	100,00	150,00	-	-	-	-
IP1'	Proporção de municípios com serviços públicos de telecomunicações(2)					100,00	100,00	100,00	100,00

Fontes: SEINFRA.

Convenções:  
 Traço - dado inexistente.  
 Três pontos - dado desconhecido.

O **Programa Infraestrutura de Telecomunicações** teve participação de apenas 0,1% do total de recursos do PPA 2012-2015. Integrado por quatro compromissos, observa-se que o Compromisso 3 apesar de ter menor participação nos recursos do Programa, em torno de 1,52%, teve o maior grau de execução, de 99,94%, e o Compromisso 2 com maior participação no Programa 53,33% teve um grau de execução menor, em torno de 8,99%.

#### IP1 - Proporção de municípios atendidos com sinal de banda larga e IP1' - Proporção de municípios com serviços públicos de telecomunicações

O indicador originalmente publicado no PPA refere-se ao Projeto Banda Larga da Bahia, que trata da implantação do Backbone Ótico Estadual, ou seja, da infraestrutura básica para atender à entrega do sinal de banda larga aos usuários - ainda não efetivado. As ações de banda larga foram realizadas no município de Salvador, em parceria com a SECTI/SEINFRA/PRODEB, por meio do projeto Infovia Digital.

Ao longo do quadriênio, a SEINFRA manifestou não reconhecer o indicador como adequado para o Programa, o que motivou sua reformulação. O indicador reformulado possui vinculação, em maior ou menor grau, com todos os compromissos do Programa, o Compromisso 1, consistente em “melhorar a qualidade dos serviços de transmissão oferecidos à população, ampliando e modernizando o sistema de radiodifusão pública” que teve participação de 62,00% dos recursos do Programa e grau de execução financeira média de 40,35%, o Compromisso 2, qual seja, “possibilitar aos municípios baianos o acesso aos meios de informação e comunicação, de forma a gerar oportunidades de desenvolvimento econômico, social e científico” com participação de 53,33% e grau de execução financeira média de 8,99%, o Compromisso 3, consistente em “promover a expansão da oferta de Internet Banda Larga à população baiana com uma melhor qualidade de acesso, facilitando a inclusão digital” que teve participação de 1,52% e grau de execução financeira média de 99,94% e o Compromisso 4, qual seja, “disponibilizar o acesso aos serviços de telecomunicações às comunidades não enquadrados nos requisitos da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel” com participação de 3,15% e grau de execução financeira média de 63,97%.

As metas 3 do Compromisso 1, 1 do Compromisso 2, 1 do Compromisso 3 e 1 do Compromisso 4 traduzem o IP1', respectivamente, das seguintes formas: “Modernizar 320 estações de retransmissão”, “Implantar 19 unidades de telefones públicos”, “Implantar projetos de infraestrutura de conectividade em 18 municípios” e “Implantar o acesso à internet banda larga em 39 sedes municipais baianas”.



PROGRAMA:		127 – ENERGIA PARA O DESENVOLVIMENTO							
Ementa: Elevar a produção de energia, diversificar a matriz energética estadual com ampliação de fontes renováveis, estimular a eficiência energética e aumentar as malhas de transporte de energia									
Órgão responsável: SEINFRA									
Resultados no Período 2012/2014									
Indicador			Linha de Base		Índice Esperado no PPA	Valores Apurados			
Código	Descrição	Unid.	Ano	Valor		2012	2013	2014	2015 <sup>(1)</sup>
IP1	Percentual de Participação das fontes renováveis na geração de energia do Estado	%	2009 2011	36,60 32,90	38,00	33,50	29,9	30,0	-

Fontes: SEINFRA.

**Notas:**

<sup>(1)</sup> Os dados básicos de energia pertinentes ao ano de 2015 estarão sendo disponibilizados pelas fontes de informação, com o grau de consistência e detalhamento exigidos, no decorrer do primeiro semestre de 2016 (entre os meses de abril e maio), quando então se inicia o trabalho de análise, sistematização e consolidação dos mesmos para o estabelecimento dos indicadores de desempenho do setor energético estadual, por ocasião da elaboração do Balanço Energético da Bahia 2016 (Ano Base 2015).

**Convenções:**

Traço - dado inexistente.  
Três pontos - dado desconhecido.

O Programa Energia para o Desenvolvimento teve participação de 1,1% do total de recursos do PPA 2012-2015. Integrado por cinco compromissos, sendo que o Compromisso 5, “aumentar a oferta de energia e diversificar a Matriz Energética utilizando fontes renováveis e apoiando agentes públicos e privados”, ao qual se vincula ao indicador do Programa, teve a participação de 4,08% dos seus recursos do Programa e grau de execução financeira média de 44,22%.

#### IP1 - Percentual de Participação das Fontes Renováveis na Geração de Energia do Estado

A meta do Compromisso 5, ao qual se vincula o indicador IP1, traduz seu índice esperado, na medida em que estima “Adicionar 4.002 MW de potência instalada a partir de fontes renováveis”.

PROGRAMA:		128 – CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO							
Ementa: Definir e implementar a política estadual para Ciência, Tecnologia e Inovação – CT&I, priorizando estratégias para o fortalecimento, articulação e descentralização territorial do Sistema de CT&I, o estímulo a inovações para a competitividade sustentável do setor produtivo e a aplicação dos instrumentos de promoção da inovação tecnológica para o desenvolvimento.									
Órgãos responsáveis: SEAGRI - SEC - SECTI - SEMA - SICM (atual SDE)									
Resultados no Período 2012/2015									
Indicador			Linha de Base		Índice Esperado no PPA	Valores Apurados			
Código	Descrição	Unid.	Ano	Valor		2012	2013	2014	2015
I1P	Número de doutores <sup>(*)</sup> (1)	Unid	2009	1.818	2.000	453	461	86	1.503
I2P	Número de bolsas de estudo concedidas para pesquisas <sup>(**)</sup> (1)(3)	Unid	2010	2.196	2.515	2.558	2.828	3.557	1.641
I3P	Patentes depositadas <sup>(*)</sup>	Unid	2007	99	160	...	...	...	...
I4P	Investimentos em Ciência e Tecnologia <sup>(***)</sup> (4)	R\$ 1 milhão	2010	427,00	684,00	488,40	87,70	170,40	77,54

Fontes: (\*)SEC/Codes e universidades estaduais; (\*\*)SECTI/FAPEB; (\*\*\*)SECTI.

**Notas:**

(1) Valores em 2011, ano padrão da linha de base do PPA 2012-2015: IP1 - 401; IP2 - 2.415.

(2) Os dados dizem respeito apenas ao número de doutores nas Universidades do Estado da Bahia.

(3) Dado de 2015 é parcial e obtido até a data de 22/12/2015.

(4) De acordo com a SECTI, o valor correto na linha de base é 487,20.

Convenções:  
Traço - dado inexistente.  
Três pontos - dado desconhecido.

O **Programa Ciência, Tecnologia e Inovação** teve uma participação de cerca de 0,8% do total de recursos do PPA 2012-2015. Integrado por 12 compromissos, dois deles absorveram mais de 69,35% dos recursos do Programa: o Compromisso 5, “ampliar e fortalecer a base científica, tecnológica e de inovação do Estado, apoiando os recursos humanos, a pesquisa e a infraestrutura para a área de Ciência, Tecnologia e Inovação - CT&I”, com a participação de cerca de 44,33% nos recursos do Programa e grau de execução financeira média de 80,60%; e o Compromisso 8, “criar um ambiente de inovação no Estado com a geração, atração e fixação de novos empreendimentos de base tecnológica para consolidação do Parque Tecnológico da Bahia”, com a participação de 25,02% e grau de execução financeira média de 21,58%.

#### IP1 - Número de doutores e IP2 - Número de bolsas de estudo concedidas para pesquisas

Os indicadores estão vinculados ao Compromisso 5, já referido acima. Guarda relação com as metas consistentes em “conceder 8.000 bolsas” e “fomentar 400 projetos de infraestrutura de pesquisa”. Uma das suas iniciativas diz respeito ao “incentivo à fixação de doutores no Estado”.

#### IP3 - Patentes depositadas

O IP3 está vinculado ao Compromisso 4, “desenvolver e fortalecer a base científica, tecnológica e de inovação no âmbito das instituições do ensino superior”, que teve participação de 6,96% dos recursos do Programa e grau de execução financeira média de 68,88%. Guarda relação com a meta consistente em “depositar, no Instituto Nacional de Propriedade Industrial, 14 pedidos de patentes, registros de softwares e/ou cultivares referentes as inovações científicas e tecnológicas”.

#### IP4 - Investimentos em Ciência e Tecnologia

O IP4 tem vinculação com o Compromisso 7, “fortalecer o Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação com uma política pública alinhada com os requerimentos de inovações tecnológicas para a competitividade sustentável do Estado”, com participação nos recursos do Programa de 2,55% e grau de execução financeira média de 72,95%. O indicador relaciona-se à meta de “ampliar em 60% os investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação”.

**PROGRAMA:** 129 – ECONOMIA VERDE

**Ementa:** Elaborar e apoiar o desenvolvimento de políticas capazes de promover o surgimento de uma nova economia baiana, estruturada nos três pilares do desenvolvimento sustentável e da economia verde: crescimento econômico, equidade social e equilíbrio ecológico; assim como promover a construção de um sistema estadual de inovação favorável ao desenvolvimento de tecnologias que minimizem os riscos ambientais, como de baixo carbono, e de sistemas de indicadores ambientais e de gestão

**Órgãos responsáveis:** SEAGRI, SECTI, SEPLAN, SEMA, SDE (antiga SICM)

**Resultados no Período 2012/2015**

Indicador			Linha de Base		Índice Esperado no PPA	Valores Apurados			
Código	Descrição	Unid.	Ano	Valor		2012	2013	2014	2015 <sup>(1)</sup>
IP1	Percentual de Participação das fontes renováveis na geração de energia do Estado	%	2009 2011	36,60 32,90	38,00	33,50	29,9	30,0	-

Fontes: SEINFRA.

**Notas:**

<sup>(1)</sup> O dado para ano de 2015 estará disponível no primeiro semestre de 2016 (entre os meses de abril e maio), quando então se inicia o trabalho de análise, sistematização e consolidação dos dados para o estabelecimento dos indicadores de desempenho do setor energético estadual, por ocasião da elaboração do Balanço Energético da Bahia 2016 (Ano Base 2015).

Convenções:  
Traço - dado inexistente.  
Três pontos - dado desconhecido.

O **Programa Economia Verde** teve participação inferior a 0,1% do total de recursos do PPA 2012-2015. É integrado por seis compromissos, com destaque para o Compromisso 7, “contribuir para a produção de energias renováveis por meio do desenvolvimento de tecnologias e modelos de negócios inovadores”, absorveu 41,37% dos recursos do Programa e registrou grau de execução média de 70,71% no quadriênio.

**IP1 - Percentual de Participação das Fontes Renováveis na Geração de Energia do Estado**

Com um enfoque estratégico de promover uma diversificação da matriz energética do Estado, a partir do uso predominante de energia renovável, o indicador relaciona-se à meta 1 do Compromisso 7, qual seja, “Realizar 01 estudo do potencial de produção de energia por território de identidade”.

**PROGRAMA: 130 – SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL****Ementa:** Promover o desenvolvimento sustentável considerando a biodiversidade e os recursos hídricos e florestais como ativos ambientais.**Órgãos responsáveis:** SEMA - SEDES (atual SJDHDS) - SEDIR (atual SDR) - SEDUR - SICM (atual SDE)**Resultados no Período 2012/2015**

Código	Indicador Descrição	Unid.	Linha de Base <sup>(1)</sup>		Índice Esperado no PPA	Valores Apurados			
			Ano	Valor		2012	2013	2014	2015
I1P	Áreas sob proteção ambiental <sup>(*)</sup>	%	2011	10,00	14,00	10,81	10,82	10,82	10,82
I2P	Áreas sob manejo sustentável <sup>(*)</sup>	%	2011	11,00	50,00	12,48	12,47	12,51	12,51
I3P	Gestão de recursos hídricos <sup>(**)</sup>	Unid.	2010	0,00	32,00	16	20	20	20
I4P	Controle social meio ambiente <sup>(***)</sup>	Unid.	2010	35,00	81,00	162	173	157	158
I5P	Regulação ambiental	%	2010	55,00	100,00	-	-	-	-
I5P'	Regulação ambiental <sup>(***)</sup>	%	2010	2.564,29	...	254,58	169,94	555,36	211
I6P	Fiscalização e monitoramento do meio ambiente <sup>(***)</sup>	Unid.	2010	2.338,00	3.934,00	2.396	2.405	3.089	2.919

**Fontes:** (\*) SEMA/INEMA (Resoluções CEPRAM), (\*\*) SEMA/INEMA (Decretos Estaduais), (\*\*\*) SEMA/INEMA.**Notas:**

(1) Houve equívoco em três dos valores da linha de base publicados no PPA 2012-2015, reproduzidos no quadro acima. Os valores corretos são os seguintes, de acordo com a SEMA: IP1 - 10,80; IP2 - 12,48; IP3 - 5; IP4 - 5; IP5 - 2.564,29.

Convenções:  
 Traço - dado inexistente.  
 Três pontos - dado desconhecido.

O **Programa Sustentabilidade Ambiental**, com uma participação de 0,5% do total de recursos orçamentários do PPA 2012-2015, é integrado por 12 compromissos. Dois desses absorveram 56,66%% dos recursos do Programa: o Compromisso 2, “garantir a qualidade ambiental por meio do desenvolvimento e aprimoramento dos instrumentos de regulação, fiscalização e monitoramento” e o Compromisso 5, “promover o uso sustentável dos recursos hídricos para o desenvolvimento social e econômico do Estado”, com participações de 32,75% e 23,91% nos recursos e execução financeira média de 81,39% e 22,86%, respectivamente.

**IP1 - Áreas sob Proteção Ambiental**

Dois compromissos incorporam iniciativas no sentido da ampliação da superfície territorial sob proteção ambiental: o Compromisso 1, “promover o uso sustentável dos recursos florestais, maior controle sobre a exploração desses recursos, proteção de áreas de relevante interesse para a conservação e recuperação de áreas degradadas”, que teve participação de 9,62% nos recursos do Programa e registrou execução financeira média de 81,96%, e o Compromisso 6, “contribuir para a preservação e conservação, uso e gestão sustentável da biodiversidade do Bioma Caatinga, utilizando práticas integradas de gestão do ecossistema e a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes”, que teve uma participação de 3,85% dos recursos do Programa e grau de execução financeira média de 93,92%.

A meta vinculada ao Compromisso 1 prevê “garantir reserva legal em 1 milhão de hectares no Estado”, e, dentre as diversas iniciativas, a “criação de unidades de conservação de proteção integral”. No caso do Compromisso 6, o IP1 está relacionado à meta consistente em “apoiar a criação e consolidação de 04 unidades de conservação em áreas priorizadas pelo Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica”.

**IP2 - Áreas sob Manejo Sustentável**

O IP2 se refere ao percentual de áreas de Unidades de Conservação, sob responsabilidade do Estado, com plano de manejo em execução, nas suas várias categorias (Área de Proteção Ambiental - APA, Parque Estadual, Monumento Natural, Estação Ecológica, Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN e Área de Relevante Interesse Ecológico - ARIE). Plano de manejo é um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas para o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à sua gestão.

O indicador está relacionado ao Compromisso 1, “promover o uso sustentável dos recursos florestais, maior controle sobre a exploração desses recursos, proteção de áreas de relevante interesse para a conservação e recuperação de áreas degradadas”, que teve participação de 9,62% nos recursos do Programa e registrou execução financeira média de 81,69%. A meta vinculada prevê “garantir reserva legal em 1 milhão de hectares no Estado”, agregando iniciativas de “regularização ambiental de propriedades rurais”, “elaboração e revisão de planos de manejo de unidades de conservação” e “implantação de corredores de biodiversidade”, dentre outras.

Assim como o IP1, o IP2 também está relacionado ao Compromisso 6, particularmente às metas consistentes em “apoiar a criação e consolidação de 04 unidades de conservação em áreas priorizadas pelo Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica” e “reabilitar 20% da cobertura vegetal de terras degradadas na área do Projeto Mata Branca”.

### **IP3 - Gestão de Recursos Hídricos**

O indicador considera o somatório dos instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH), previstos na Lei nº 11.612/2009, que foram implementados ou utilizados. São eles: o Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH, os Planos de Bacias Hidrográficas, Planos e Enquadramentos de Corpos D’água em classes, segundo seus usos preponderantes (ainda em fase de elaboração), a Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos, a Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos, o Sistema Estadual de Informações Ambientais e de Recursos Hídricos – SEIA, a Qualidade e o Monitoramento dos Recursos Hídricos, a Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos e o Fundo Estadual de Recursos Hídricos da Bahia – FERHBA. Possui vinculação com o Compromisso 5, já referido, cuja meta traduz o IP3 da seguinte forma: “implementar todos os instrumentos da política de recursos hídricos em 08 Regiões de Planejamento de Gestão de Águas”.

### **IP4 - Controle Social Meio Ambiente**

O IP4 retrata as atividades relacionadas ao controle social, isto é, à regularização e funcionamento dos Órgão Colegiados estaduais (CEPRAM, CONERH, CIEA, FBMC), dos Conselhos Gestores de Unidades de Conservação e dos Comitês de Bacia, dentre outros determinados em Lei, que representam a participação social na gestão, proteção e controle dos recursos ambientais.

Está vinculado, de forma mais efetiva, com o Compromisso 11, “promover a articulação interinstitucional e a participação social para a discussão e formulação de políticas públicas para o meio ambiente”, com participação 1,37% nos recursos do Programa e grau de execução financeira média de 72,14%. Relaciona-se à meta consistente em “atingir 100% das Unidades de Conservação com conselhos implementados”.

### **IP5’ - Regulação Ambiental e IP6 - Fiscalização e Monitoramento do Meio Ambiente**

Os dois indicadores estão vinculados ao Compromisso 2, já referido, e à meta consistente em “redesenhar e implementar processo de regulação, fiscalização e monitoramento”.



O IP5 afere o percentual de procedimentos de regulação ambiental a cargo do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA que foram concluídos. Procedimentos de regulação ambiental são atos administrativos onde são definidas as condições, restrições e medidas de controle a serem observadas para a localização, instalação e operacionalização de empreendimentos em geral, tais como licenças ambientais e atos autorizativos de meio ambiente e de recursos hídricos.

O IP6 representa o somatório de pontos de coleta de dados ambientais das Redes de Monitoramento Hidrológico, Climatológico e de Qualidade Ambiental (praias, rios, barragens e ar) e o número de processos de fiscalizações realizados.

PROGRAMA:		132 – MORADIA DIGNA							
Ementa: Ampliar a construção de habitações populares, legalizar terrenos e habitações de populações de baixa renda e urbanizar comunidades em área de risco e assentamentos precários considerando os planos diretores dos municípios com o objetivo de assegurar o padrão de sustentabilidade nas cidades.									
Órgão responsável: SEDUR									
Resultados no Período 2012/2015									
Indicador			Linha de Base		Índice Esperado no PPA	Valores Apurados			
Código	Descrição	Unid.	Ano	Valor		2012	2013	2014	2015
IP1	Déficit Habitacional Relativo do Estado	%	2009	13,00	9,00	12,44	12,37	11,59	...
IP1'	Déficit Habitacional Total Relativo do Estado <sup>(*)</sup> (1)		2011	13,02					
IP2	Déficit Habitacional Rural do Estado	%	2009	12,90	9,00	16,85	16,72	16,62	...
IP2'	Déficit Habitacional Rural Relativo do Estado <sup>(*)</sup> (1)		2011	17,00					
IP3	Percentual de Domicílios Urbanos Adequados <sup>(**)</sup> (2)(3)	%	2009	67,1	74,38	64,11	65,62	57,83	-
			2011	62,5					
IP4	Percentual de Domicílios Rurais Adequados <sup>(**)</sup> (2)(3)	%	2009	67,1	74,38	5,11	4,82	3,83	-
			2011	3,98					
IP5(4)	Déficit Habitacional Urbano Relativo do Estado <sup>(*)</sup>	%	2011	11,64	-	10,90	9,88	9,04	...

Fontes: <sup>(1)</sup>GTA (PLANEHAB - 2013) / IBGE-2010 e SEDUR/SH-2013; <sup>(2)</sup>IBGE / PNAD. Dados analisados pela SEI.

**Notas:**

<sup>(1)</sup> Valores de 2015 não fornecido pela Secretaria.

<sup>(2)</sup> Segundo a Sedur para adequação/ inadequação de domicílios a projeção é mais difícil porque não se dispõe de dados levantados, sistematicamente, para alimentar o indicador.

<sup>(3)</sup> Dados da PNAD 2015 serão divulgados em novembro de 2016

<sup>(4)</sup> Indicador não constante do PPA 2012-2015, incluído pela SEDUR/SH.

Convenções:  
Traço - dado inexistente.  
Três pontos - dado desconhecido.

O **Programa Moradia Digna**, que reúne as ações voltadas para habitação de interesse social, a partir de recursos captados pelos Governos Federal e Estadual, conta com 2,0% do total dos recursos destinados ao PPA 2012-2015.

Com três compromissos sob a responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR, o Compromisso 3, “Contribuir para a redução da pobreza urbana com a construção de habitações populares, urbanização de favelas e assentamentos precários, requalificação de moradias e desenvolvimento de ações sociais” absorveu 99,21% dos recursos do Programa e teve grau de execução de 31,77%.

#### IP1 - Déficit Habitacional Relativo do Estado e IP1' - Déficit Habitacional Total Relativo do Estado

O indicador IP1' está vinculado ao Compromisso 3. Ressalte-se que o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social e Regularização Fundiária (PLANEHAB) é um instrumento de planejamento do Governo Estadual que busca traçar um diagnóstico da situação habitacional do Estado e apresentar essas necessidades nos aspectos quantitativo (déficit) e qualitativo (inadequação das moradias existentes), visando sua implementação, de forma participativa entre os municípios.

#### IP2 - Déficit Habitacional Rural do Estado e IP2' - Déficit Habitacional Rural Relativo do Estado

O indicador IP2' está vinculado ao Compromisso 3. Ressalte-se que o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social e Regularização Fundiária (PLANEHAB) é um instrumento de planejamento do Governo Estadual que busca traçar um diagnóstico da situação habitacional do Estado e apresentar essas necessidades nos aspectos quantitativo (déficit) e qualitativo (inadequação das moradias existentes), visando sua implementação, de forma participativa entre os municípios.

### **IP3 - Percentual de Domicílios Urbanos Adequados**

O indicador IP3 está vinculado ao Compromisso 3, e cuja meta 6 traduz o IP3 da seguinte forma: Executar 378 melhorias habitacionais em área urbana. São considerados como Domicílios Adequados aqueles que atendem simultaneamente os critérios de densidade de até 2 moradores por dormitório; coleta de lixo realizada, direta ou indiretamente, por serviço de limpeza; abastecimento de água, por rede geral e esgotamento sanitário, por rede coletora ou fossa séptica.

### **IP4 - Percentual de Domicílios Rurais Adequados**

O indicador IP4 está vinculado ao Compromisso 3, e cuja meta 4 traduz o IP4 da seguinte forma: Urbanizar 15 assentamentos precários. São considerados Domicílios Adequados aqueles que atendem simultaneamente os critérios de densidade de até 2 moradores por dormitório; coleta de lixo realizada, direta ou indiretamente, por serviço de limpeza; abastecimento de água, por rede geral; e esgotamento sanitário, por rede coletora ou fossa séptica.

### **IP5' - Déficit Habitacional Urbano Relativo do Estado**

O indicador IP5 está vinculado ao Compromisso 3, e cuja meta 3 traduz o IP1 da seguinte forma: produzir 868 unidades habitacionais. Ressalte-se que o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social e Regularização Fundiária (PLANEHAB) é um instrumento de planejamento do Governo Estadual que busca traçar um diagnóstico da situação habitacional do Estado e apresentar essas necessidades nos aspectos quantitativo (déficit) e qualitativo (inadequação das moradias existentes), visando sua implementação, de forma participativa entre os municípios.

PROGRAMA:		133 — MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE URBANA							
Ementa: Proporcionar a infraestrutura necessária para assegurar a mobilidade e a acessibilidade nos principais centros urbanos baianos.									
Órgãos responsáveis: SAEB - SEDUR - SICM (atual SDE)									
Resultados no Período 2012/2015									
Indicador			Linha de Base		Índice Esperado no PPA	Valores Apurados			
Código	Descrição	Unid.	Ano	Valor		2012	2013	2014	2015 <sup>(1)</sup>
IP1	Tempo Médio de Deslocamento nas Vias	Minuto	2009	35	25	-	-	-	...
IP1'	Duração Média das Viagens <sup>(2)</sup>	Minuto	2009	35	25	-	42	-	...

**Fontes:** Pesquisa Origem /Destino da RMS 2012/2013 - SEINFRA. Dados coletados pela SEDUR.

**Notas:**

<sup>(1)</sup> Valores não fornecidos pela Secretaria.

<sup>(2)</sup> Dados referentes à última pesquisa Origem/Destino de 2012/2013. Viagens por modo coletivo - 61 min.; por modo individual - 40 min.; a pé - 18 minutos.

Convenções:  
Traço - dado inexistente.  
Três pontos - dado desconhecido.

O Programa Mobilidade e Acessibilidade Urbana representa cerca de 1,6% do total dos recursos destinados ao PPA 2012-2015. É integrado por seis compromissos, com destaque para o Compromisso 4, “promover a mobilidade e acessibilidade através da implantação de obras de infraestrutura viária em centros urbanos, valorizando o meio de transporte coletivo, o não motorizado e o modal ciclovitário”, que teve participação de 93,34% nos recursos do Programa e registrou execução financeira média de 31,05 % no quadriênio

#### IP1 - Tempo Médio de Deslocamento nas Vias e IP1' - Duração Média das Viagens

Os indicadores, que se equivalem, tem maior aderência com o Compromisso 4, já referido acima. As metas relacionadas consistem em “implantar 1.270 km de ciclovias”; “pavimentar 130.628 m<sup>2</sup> de vias urbanas”; “construir 02 passarelas”; “implantar 03 corredores estruturantes de alta capacidade Salvador/ Lauro de Freitas”; e “implantar 11 corredores alimentadores transversais”.

A pesquisa origem/destino que produziu o dado relativo a 2013 abrangeu apenas a Região Metropolitana de Salvador e, portanto, não capta variações no tempo de deslocamento em municípios que não a integram e nos quais foram efetuadas intervenções.

PROGRAMA:		134 – REABILITAÇÃO DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR							
Ementa: Reabilitar o Centro Antigo de Salvador contemplando sua sustentabilidade cultural, econômica, social, urbanística e ambiental.									
Órgãos responsáveis: GAB GOV - SEC - SECULT - SEDES (atual SJDHDS) - SEDUR - SETUR - SICM (atual SDE)									
Resultados no Período 2012/2015									
Indicador			Linha de Base		Índice Esperado no PPA	Valores Apurados			
Código	Descrição	Unid.	Ano	Valor		2012	2013	2014	2015 <sup>(1)</sup>
IP1	Índice de Requalificação Urbana do Centro Antigo de Salvador - CAS <sup>(2)</sup>	% Número-índice	2011	0,00 100,00	100,00 200,00	3,59 36,67	11,11 113,33	12,42 126,67	...
IP2	Percentual de Área do Frontispício de Salvador e seu Entorno Revitalizadas <sup>(3)</sup>	% Número-índice	2011	0,00 100,00	100,00 200,00	0,79	2,54 2,64	4,76 7,91	...
IP3	Percentual de Equipamentos Infraestruturais Implantados <sup>(4)</sup>	Número-índice	2011	100,00	200,00	-	-	-	...
IP4 <sup>(5)</sup>	Percentual de Área do Frontispício do Centro Histórico de Salvador (CHS)	% Número-índice	2011	0,00 100,00	100,00 200,00	2,00	6,40 6,65	12,00 19,93	...

Fontes: DIRCAS / CONDER / SEDUR.

**Notas:**

<sup>(1)</sup> Valores não informados pela Secretaria.

<sup>(2)</sup> Considera o número de ruas contempladas nas ações de requalificação de vias (total de vias do CAS = 306). Não inclui obras de recuperação de casarões ou a execução de novas unidades habitacionais.

<sup>(3)</sup> Considera a área visível, a partir da Baía de Todos os Santos, correspondente às intervenções executadas, em relação à área total do frontispício de Salvador, de 63 ha.

<sup>(4)</sup> De acordo com a CONDER, as obras dos equipamentos infraestruturais, à exceção da Passarela Via Histórica, foram executadas pela Prefeitura Municipal de Salvador e serão contempladas no PAC CIDADES HISTÓRICAS.

<sup>(5)</sup> Indicador não constante do PPA 2012-2013, incluído pela DIRCAS / CONDER / SEDUR. Considera a área visível, a partir da Baía de Todos os Santos, correspondente às intervenções executadas, em relação à área total do frontispício do Centro Histórico de Salvador, de 25 ha.

Convenções:  
Traço - dado inexistente.  
Três pontos - dado desconhecido.

O Programa Reabilitação do Centro Antigo de Salvador tem por objetivo reabilitar a área delimitada pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município do Salvador (PDDU) / 2004, que compreende onze bairros: Centro, Barris, Centro Histórico, Tororó, Nazaré, Saúde, Barbalho, Macaúbas, parte do espigão da Liberdade, Comércio e Santo Antônio Além do Carmo.

O Programa, que participa com 0,6% do total de recursos do PPA 2012-2015, é integrado por nove compromissos, com destaque para o Compromisso 2, “recuperar a paisagem urbana da encosta do frontispício de Salvador e, concomitantemente revitalizar o bairro do Comércio e sua orla com o objetivo de dinamizar a área através da valorização do seu patrimônio material e simbólico, da promoção de serviços de qualidade para a população e do fomento a novos usos”, que absorveu 54,94% dos recursos e registrou execução financeira média de 7,68% no quadriênio.

#### IP1 - Índice de Requalificação Urbana do Centro Antigo de Salvador - CAS e IP3 - Percentual de Equipamentos Infraestruturais Implantados

Os indicadores estão vinculados ao Compromisso 4, consistente em “requalificar a infraestrutura do Centro Antigo de Salvador, melhorando as condições de mobilidade urbana, a circulação de veículos motorizados e não-motorizados, bem como promover a sustentabilidade ambiental, possibilitando a adequação do espaço urbano e proporcionando conforto ambiental”, com participação de 38,57% nos recursos do Programa e grau de execução média de 17,12%. Relacionam-se à meta de “recuperar 14 áreas urbanas no Centro Antigo de Salvador”.

O IP1 considera apenas as ações de requalificação de vias executadas pelo Governo do Estado, não incluindo obras de recuperação de casarões ou de execução de novas unidades habitacionais, nem obras de requalificação de vias executadas pelo Município de Salvador. O IP2 refere-se à iniciativa consistente na “implantação da Passarela Via Histórica, conectando a Avenida Joana Angélica ao Pelourinho”

IP2 - Percentual de Área do Frontispício de Salvador e seu Entorno Revitalizadas e IP4' - Percentual de Área do Frontispício do Centro Histórico de Salvador (CHS)

Os indicadores estão vinculados ao Compromisso 2, já referido acima. Os dois representam a área visível, a partir da Baía de Todos os Santos ou da Cidade Baixa, das intervenções executadas pelo Governo do Estado, em relação à área do frontispício de Salvador. O IP2 corresponde à meta de “recuperar 633 mil m<sup>2</sup> de área da paisagem da encosta do frontispício (Gamboa à Calçada)”, ou seja, a área total do frontispício. O IP4 considera apenas a área de frontispício restrita ao Centro Histórico de Salvador, de 250.000 mil m<sup>2</sup>.



PROGRAMA:		135 – TURISMO SUSTENTÁVEL							
Ementa: Diversificar os destinos e os produtos turísticos baianos e fomentar a qualificação e capacitação de pessoas promovendo a Bahia no mercado nacional e internacional.									
Órgãos responsáveis: SEDUR - SEFAZ - SETUR									
Resultados no Período 2012/2015									
Indicador			Linha de Base (*)		Índice Esperado no PPA	Valores Apurados (**)			
Código	Descrição	Unid.	Ano	Valor		2012	2013	2014	2015
I1P	Fluxo de turistas visitando a Bahia <sup>(1)(2)(3)</sup>	Pessoa	2008 2011	9.052.000 11.015.000	11.343,816	13.220,126	13.308,637	14.508,659	14.656,167
I2P	Receita gerada pelo fluxo turístico <sup>(1)(3)</sup>	R\$ milhões	2008 2011	5.069,12 7.000,00	9.704,57	7.182,44	7.828,45	-	-

Fontes: <sup>(\*)</sup> FIPE; <sup>(\*\*)</sup> PETROCCHI CONSULTORIA. Dados coletados pela SETUR

**Notas:**

<sup>(1)</sup> Dados publicados no RAPPa 2014 foram projetados pela Consultoria Barcelona Media baseado na Pesquisa FIPE 2011 números revisados em 2013 após Pesquisa Nacional do Ministério do Turismo.

<sup>(2)</sup> Dados estimados para os anos de 2014 e 2015 pela SUINVEST/SETUR.

<sup>(3)</sup> Dados para 2013 revisados pela Consultoria Barcelona, após Pesquisa Nacional do Ministério do Turismo.

Convenções:  
Traço - dado inexistente.  
Três pontos - dado desconhecido.

Voltado para diversificar os destinos e os produtos turísticos da Bahia, o **Programa Turismo Sustentável**, com a participação de 0,7% no total de recursos orçamentários do PPA 2012-2015, é integrado por cinco compromissos, com destaque para o Compromisso 6, consistente em “diversificar e qualificar os destinos turísticos visando aumentar a competitividade do Estado, garantindo a prática de um modelo de desenvolvimento sustentável”, com participação de 42,52% dos recursos do Programa.

Os dois indicadores estão relacionados ao conjunto dos compromissos do Programa. Cabe destacar particularmente, entretanto, o Compromisso 4, consistente em “ampliar o fluxo turístico, promovendo e divulgando o Destino Bahia, desenvolvendo novos produtos, segmentos e serviços turísticos”, que absorveu 35,23% dos recursos do Programa e registrou execução financeira média de 73,05% no quadriênio. Vinculam-se à meta de “atrair cerca de 2,4 milhões de novos turistas para a Bahia”.

PROGRAMA:		137 – COPA 2014							
Ementa: Maximizar as oportunidades derivadas da realização de grandes eventos desportivos mundiais no Brasil, quais sejam: Copa das Confederações 2013, Copa do Mundo 2014, Copa América 2015 e Jogos Olímpicos 2016, como indutores da construção de legados para um Estado economicamente forte, socialmente justo e sustentável.									
Órgãos responsáveis: SECOPA - SECULT - SEDUR - SEFAZ - SEINFRA - SETUR - SICM (atual SDE) - SJCDH ( )atual SJDHDS)									
Resultados no Período 2012/2015									
Indicador do Programa			Linha de Base		Índice Esperado no PPA	Valores Apurados			
Código	Descrição	Unid.	Ano	Valor		2012	2013	2014	2015
I1P	Incremento do número de turistas visitando a Bahia em função da COPA 2014	Turista	2011	0	719.629	-	-	317.007	-
Fontes: FIPE, 2014. Dados coletados pela SETUR									

Fontes: FIPE, 2014. Dados coletados pela SETUR

Convenções:  
 Traço - dado inexistente.  
 Três pontos - dado desconhecido.

O **Programa Copa 2014** foi concebido, como consta na sua ementa, visando “maximizar as oportunidades derivadas da realização de grandes eventos desportivos mundiais no Brasil, quais sejam: Copa das Confederações 2013, Copa do Mundo 2014, Copa América 2015 e Jogos Olímpicos 2016, como indutores da construção de legados para um Estado economicamente forte, socialmente justo e sustentável”. Absorveu 1,2% dos recursos do PPA 2012-2015 e é integrado por dez compromissos, com destaque para o Compromisso 12, consistente em “Promover a gestão integrada das ações de identificação e tratamento de riscos e situações emergenciais, considerando ocorrências de origem diversas, em especial eventos climáticos extremos, promovendo o atendimento tempestivo e efetivo à população, nas áreas de segurança, saúde, assistência social, bombeiros, defesa civil, dentre outras”, com participação de 35,04% nos recursos do Programa e execução financeira média de 41,63% no quadriênio.

#### IP1 - Incremento do Número de Turistas Visitando a Bahia em função da COPA 2014

O indicador está relacionado à maioria dos compromissos, mas, particularmente, ao Compromisso 8, “investir em infraestrutura turística e melhoria da qualidade na prestação de serviços, de forma a fortalecer a Bahia como pólo de atração turística” que teve participação de 2,81% nos recursos do Programa, porém, não houve execução. Uma das suas metas traduz, na verdade, um indicador adicional e complementar ao IP1, a saber, “melhorar em 50% grau de satisfação do turista na sua estada”.

PROGRAMA:		138 – ECONOMIA CRIATIVA							
Ementa: Desenvolver ações de fomento e promoção à economia criativa, contemplando a diversidade de áreas e manifestações da cultura.									
Órgão responsável: SECULT									
Resultados no Período 2012/2015									
Indicadores do Programa			Linha de Base		Índice Esperado no PPA	Valores Apurados			
Código	Descrição	Unid.	Ano	Valor		2012	2013	2014	2015
I1P	Número de Ocupações Criadas na Economia Criativa <sup>(1)(2)(3)</sup>	Unid	2008	157.331	258.144	86.953	92.919	...	-
I2P	Índice de Expansão na Aplicação de Recursos para o Fomento das Atividades Culturais	R\$ 1 milhão	2010	21,50	40,00	14,21	26,33	12,68	...

Fontes: IBGE/PNAD, SECULT.

**Notas:**

<sup>(1)</sup> Dados de 2014 não foram informados pela Secretaria.

<sup>(2)</sup> O cálculo do indicador foi feito com base na classificação de atividades econômicas do IBGE. SEI e SECULT relacionaram conjuntamente os códigos CNAE (Classificação Nacional da Atividade Econômica) e CBO (Classificação Brasileira de Ocupação) da economia criativa.

<sup>(3)</sup> Dados da PNAD 2015 serão divulgados em novembro de 2016.

Convenções:  
Traço - dado inexistente.  
Três pontos - dado desconhecido.

O **Programa Economia Criativa** tem por finalidade desenvolver ações de fomento e promoção à economia criativa, contemplando a diversidade de áreas e manifestações da cultura. O conceito de economia criativa engloba a criação, produção e distribuição de produtos e serviços que usam o conhecimento, a criatividade e o ativo intelectual como principais recursos produtivos.

O Programa é integrado dez compromissos, com destaque para o Compromissos 3, “fomentar os segmentos culturais na Bahia, por meio de um sistema de financiamento diversificado, que contemple a pluralidade da cultura e estimule o desenvolvimento sustentável das atividades culturais”, e o Compromisso 5, “promover a interatividade do telespectador da TV Educadora - TVE e ouvinte da Rádio Educadora - RE, aumentando a participação da produção local na grade das emissoras, ampliando e fidelizando a audiência e diversificando a programação dos meios de comunicação do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia - Irdeb”, que absorveram, respectivamente 69,80% e 20,71% dos recursos alocados no quadriênio.

### IP1 - Número de Ocupações Criadas na Economia Criativa

O indicador IP1 está relacionado ao conjunto de compromissos do Programa. Ressalte-se, entretanto, o Compromisso 2, consistente em “estimular e fortalecer o segmento cultural criativo baiano como vetor de desenvolvimento, ampliando a sua capacidade de geração de renda e ocupação”, que não apresentou execução físico-financeiro. As suas metas preveem “estimular 02 empreendimentos por meio de incubadoras criativas” e “atrair dois empreendimentos criativos que dinamizem o segmento”.

A metodologia de cálculo do indicador sofreu modificações considerando, a partir de 2014, somente funções criativas. Foram excluídos ocupações não criativas de setores criativos e incluídas funções criativas de setores não criativos. Assim, por exemplo, um designer na indústria foi contado, agora, como emprego criativo; já o vigilante do teatro, considerado na antiga metodologia, não mais é incluído no cômputo.

## IP2 - Índice de Expansão na Aplicação de Recursos para o Fomento das Atividades Culturais

Vinculado ao Compromisso 3, já referido, que absorveu o maior volume de recursos do Programa (69,80%) e apresentou execução financeira média de 76,32%, o IP2 está relacionado particularmente à meta consistente em “apoiar 600 projetos artístico-culturais”.

**PROGRAMA:** 139 – DESENVOLVIMENTO CULTURAL**Ementa:** Promover a diversidade cultural da Bahia por meio do fortalecimento das identidades; do diálogo intercultural; do incentivo à criação, divulgação, crítica, preservação e fruição cultural.**Órgãos responsáveis:** SEC - SECULT - SETRE**Resultados no Período 2012/2015**

Indicador do Programa			Linha de Base		Índice Esperado no PPA	Valores Apurados			
Código	Descrição	Unid.	Ano	Valor		2012	2013	2014	2015
I1P	Índice de expansão na aplicação de recursos pela Secult para a preservação e revitalização do patrimônio cultural	Número-índice	2010	100,00	110,00	...	...	...	...
I1P'	Recursos aplicados pela Secult para a preservação e revitalização do patrimônio cultural <sup>(1)</sup>	R\$ 1,00	-	-	-	6.386.117,00	16.830.754,77	7.824.149,22	...
I2P	Índice de expansão da frequência de público em espaços culturais sob a responsabilidade do Estado	Número-índice	2010	100,00	110,00	79,38	86,34	75,46	97,66
I2P'	Número de público frequentador dos espaços culturais sob a responsabilidade do Estado <sup>(2)</sup>	Nº	2011	377.391	...	299.563	325.823	284.781	368.555

Fontes: SECULT.

**Notas:**<sup>(1)</sup> Dados para 2015 não foram fornecidos pela Secretaria.<sup>(2)</sup> Os dados se referem ao número absoluto do público frequentador dos Espaços Culturais geridos pela SECULT/Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura/Diretoria de Espaços Culturais. Em todo o 2º semestre de 2012, o Centro de Cultural Amélio Amorim (Feira de Santana), de maior público, esteve fechado para reforma e em 2014, quatro centros estavam em reforma.Convenções:  
Traço - dado inexistente.  
Três pontos - dado desconhecido.

O **Programa Desenvolvimento Cultural** tem por objetivo promover a diversidade cultural por meio do fortalecimento das identidades, do diálogo intercultural e do incentivo à criação, divulgação, crítica, preservação e fruição cultural. Absorveu cerca de 0,4% dos recursos orçamentários do PPA, sendo integrado por nove compromissos, com destaque para o Compromisso 2, que teve uma participação de 38,59% nos recursos destinados ao Programa.

**IP1 - Índice de expansão na aplicação de recursos pela Secult para a preservação e revitalização do patrimônio cultural e IP1' - Recursos aplicados pela Secult para a preservação e revitalização do patrimônio cultural**

O indicador está relacionado ao Compromisso 3, a saber, “preservar a memória e o patrimônio cultural baiano, propiciando o acesso ao conhecimento da história e incentivando o turismo no Estado”, com a participação de 12,97% nos recursos do Programa e execução financeira média de 86,24% no quadriênio do PPA. Os valores do indicador traduzem os recursos aplicados para a consecução das três metas do Compromisso: (i) “conservar e/ou restaurar 300 bens móveis ou integrados, incluindo peças de acervos, coleções e documentos”; (ii) “realizar 400 ações de salvaguarda de bens móveis, integrados e imóveis”; e (iii) “digitalizar 8 milhões de documentos”.

**IP2 - Índice de expansão da frequência de público em espaços culturais sob a responsabilidade do Estado e IP2' - Número de público frequentador dos espaços culturais sob a responsabilidade do Estado**

O indicador vincula-se ao Compromisso 6, “Ampliar o acesso à cultura e ao entretenimento da população baiana por meio de equipamentos culturais modernizados e requalificados, inclusive com ampliação de novos espaços”, que teve a participação de 14,95% dos recursos do Programa e execução financeira média de 50,64%. Está relacionado às duas metas do Compromisso, consistentes em (i) “requalificar 49 espaços culturais” e “implantar 21 novos espaços culturais”, respectivamente.

PROGRAMA:		140 – DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE DA AGROPECUÁRIA EMPRESARIAL							
Ementa: Desenvolver e modernizar a agropecuária baiana com o uso de práticas sustentáveis e novas tecnologias, bem como promover seus produtos nos mercados nacionais e internacionais.									
Órgãos responsáveis: SEAGRI - SEFAZ									
Resultados no Período 2012/2015									
Código	Indicador	Unid.	Linha de Base		Índice Esperado no PPA	Valores Apurados			
	Descrição		Ano	Valor		2012	2013	2014	2015
IP1	Área irrigada no Estado (*)	ha	2006	352.000,00	387.200,00	...	...	...	...
IP2	Incremento ao PIB do Agronegócio no PIB Estadual (**) (1)	R\$1milhão	2009 2011	30.880,00	38.290,00	11.184,98 10.661,09	11.035,73	-	-
IP3	Expansão da Produção da Aquicultura nas Áreas Marinhas (***)	t	2009	6.023,10	12.046,00	7.050	7.500	8.080	8.283

Fontes: (\*) SEAGRI; (\*\*) Dados coletados pela SEI; (\*\*\*) SEAGRI/Bahia Pesca.

**Notas:**

(1) Valor em 2011, ano padrão da linha de base do PPA 2012-2015: IP2 - 10.398,64.

Convenções:  
Traço - dado inexistente.  
Três pontos - dado desconhecido.

O **Programa Desenvolvimento e Sustentabilidade da Agropecuária Empresarial**, voltado para o desenvolvimento e modernização da agropecuária baiana, absorveu 0,5% dos recursos orçamentários do PPA 2012-2015. Integrado por cinco compromissos, o maior volume de recursos, cerca de 61,1%, foi aportado ao Compromisso 3, “disponibilizar linhas de financiamento de crédito produtivo destinadas a apoiar a modernização da agricultura e a ampliação de empreendimentos agropecuários”.

#### IP1 - Área irrigada no Estado

O indicador IP1 é vinculado ao Compromisso 1, consistente em “ampliar a área irrigada do Estado, objetivando o aumento da produtividade por meio da otimização do uso do solo e da água” que teve participação de 14,24% nos recursos do Programa e execução financeira média de 22,65%, no quadriênio. Corresponde, em parte, à meta de “ampliar em 564 ha a área pública irrigada do Estado”. Segundo a SEAGRI, não há como promover, de forma confiável, o registro desse indicador, considerando a não apuração da área irrigada pela iniciativa privada, no Estado.

#### IP2 - Incremento ao PIB do Agronegócio no PIB Estadual

O indicador IP2 está vinculado ao Compromisso 2, “promover o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis na agropecuária, a expansão das novas fronteiras e a inserção dos produtos agropecuários baianos nos mercados nacional e internacional” com participação de 28,69% nos recursos do Programa e execução financeira média de 29,82%. O controle do indicador é feito pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica - FIPE, a única instituição que detém a metodologia para cálculo do PIB do agronegócio.

#### IP3 - Expansão da Produção da Aquicultura nas Áreas Marinhas

O indicador IP3 é vinculado ao Compromisso 5 “promover o desenvolvimento empresarial dos produtos de aquicultura e pesca” com participação de 3,92% nos recursos do Programa e execução financeira média de 52,44% no quadriênio do PPA. Está relacionado à meta consistente em “produzir 60 mil t de pescado”.



**PROGRAMA:** 141 – BAHIA SEGURA - DA PRODUÇÃO AO CONSUMO

**Ementa:** Consolidar o Sistema Estadual de Defesa Agropecuária e o Sistema de Vigilância Sanitária com o intuito promover a maior competitividade dos produtos de origem animal e vegetal nos mercados nacional e internacional, bem como assegurar a saúde do consumidor.

**Órgãos responsáveis:** SEAGRI - SEDUR - SICM (atual SDE)

**Resultados no Período 2012/2015**

Código	Indicador Descrição	Unid.	Linha de Base		Índice Esperado no PPA	Valores Apurados			
			Ano	Valor		2012	2013	2014	2015
IP1	Percentual de Propriedades Cadastradas com Atividade Agrícola com Cobertura de Vigilância Sanitária	%	2011	60,00	100,00	42,2	42,7	-	-
IP2	Percentual de Propriedades Cadastradas com Atividades Agrícolas <sup>(1)</sup>	Número-índice	2011	100,00	150,00	321.408	325.176	-	326.758
IP3	Percentual de Propriedades Cadastradas com Atividade Pecuária com Cobertura de Vigilância Sanitária	%	2011	50,00	90,00	-	-	-	-
IP4	Percentual de Propriedades Cadastradas com Atividades Pecuárias	Número-índice	2011	100,00	110,00	-	-	-	-
IP1'	Quantidade de propriedades com atividades agropecuárias (agrícola e/ou pecuária) cadastradas na Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Estado da Bahia (ADAB)	Nº	2011	259.444	285.388	263.000	325.176	308.799	326.758
IP5	Percentual de Estabelecimentos Registrados no Serviço de Inspeção Estadual <sup>(2)</sup>	Número-índice	2011	100,00	120,00	105,3	19,60	-	...
IP5'	Quantidade em toneladas de produtos de origem animal (POA) fiscalizados pelo Sistema de Inspeção Estadual (SIE)	t	2011	116.430	128.073	239.112	286.152	623.442	566.576

Fontes: Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB)/SEAGRI.

**Notas:**

<sup>(1)</sup> Quantidade de propriedades com atividades agropecuárias (agrícolas e/ou pecuárias) cadastradas na ADAB.

<sup>(2)</sup> De acordo com ADAB, a discrepância no valor do ano de 2012 se deve a uma alteração na coleta de dados. No período de 2009 a 2011, consideravam apenas os produtos industrializados. A partir de 2012, o cálculo passou a considerar todos os produtos de origem animal incluindo as carcaças de animais de açougue e aves, convertidas em peso, tornando esse número mais representativo da ação.

Convenções:  
Traço - dado inexistente.  
Três pontos - dado desconhecido.

O Programa Bahia Segura – Da Produção ao Consumo tem como finalidade assegurar a saúde do consumidor e promover a maior competitividade dos produtos de origem animal e vegetal, nos mercados nacional e internacional, por meio da consolidação dos Sistemas Estaduais de Defesa Agropecuária e de Vigilância Sanitária.

Com participação de 0,1% do total de recursos orçamentários do PPA 2012-2015, o Programa é integrado por 3 compromissos.

Considerando a proposta de substituição dos indicadores apresentada, os resultados relacionados no quadro acima dependem exclusivamente da ação do Estado da Bahia.

#### IP1' - Quantidade de propriedades com atividades agropecuárias (agrícola e/ou pecuária) cadastradas na Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Estado da Bahia (ADAB)

O indicador está vinculado ao Compromisso 1, “garantir a segurança sanitária necessária para o desenvolvimento sustentável da produção e comercialização da agropecuária baiana”, com 58,49% de participação dos recursos do Programa e execução média de 52,42%.

A utilização desse indicador em substituição aos IP1, IP2, IP3 E IP4 originais justifica-se pelo fato de melhor demonstrar os resultados das atividades da ADAB, já que as propriedades por ela cadastradas possuem 100% de cobertura de vigilância sanitária.

Corresponde às metas 2 e 5 do compromisso, respectivamente, “ampliar em 50% o cadastro das propriedades com atividades agrícolas” e “ampliar em 10% o cadastro das propriedades com atividades pecuárias”, entretanto sem a devida convergência entre os valores de alcance.

**IP5’ - Quantidade em toneladas de produtos de origem animal (POA) fiscalizados pelo Sistema de Inspeção Estadual (SIE)**

Possui vinculação direta com o Compromisso 1, “garantir a segurança sanitária necessária para o desenvolvimento sustentável da produção e comercialização da agropecuária baiana”, com 58,49% de participação dos recursos destinados ao Programa no quadriênio e grau de execução média de 52,42%.

A substituição do indicador original IP5 pelo IP5’ é justificada pelo fato de serem inspecionados pelo Sistema de Inspeção Estadual (SIE) os produtos de origem animal (em toneladas) e não os estabelecimentos. Além disso, todos os estabelecimentos registrados ou cadastrados são, automaticamente, fiscalizados. Aqueles não registrados são desconhecidos e, portanto, clandestinos.

O indicador possui certa correspondência com a primeira meta do compromisso, “atingir o controle de 100% dos produtos elaborados em estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Estadual”, embora não disponha de elementos que permitam avaliar a coincidência entre os valores de alcance

**PROGRAMA: 142 – INDÚSTRIA E MINERAÇÃO****Ementa:** Desenvolver ações para atração de novos investimentos e para o fortalecimento dos setores semiestruturados e estruturados da indústria e mineração baianos**Órgãos responsáveis:** SICM(atual SDE) - SEFAZ**Resultados no Período 2012/2015**

Código	Indicador Descrição	Unid.	Linha de Base		Índice Esperado no PPA	Valores Apurados			
			Ano	Valor		2012	2013	2014 <sup>(1)</sup>	2015
IP1	Varição anual do estoque de empregos formais na indústria de Transformação <sup>(*)</sup>	%	2011	8,00	36,00	-1,71	-0,17	0,21	-2,15
IP2	Varição anual do estoque de empregos formais na indústria extrativa mineral <sup>(*)</sup>	%	2011	7,00	30,00	17,30	-3,43	1,01	-0,66
IP3	Evolução do Valor Adicionado da indústria extrativa mineral <sup>(*)</sup>	Número- índice	2008	100,00	266,00	93,65	94,64	95,96	-
IP3 <sup>(2)</sup>	Varição anual da produção mineral baiana comercializada <sup>(**)</sup>	%	2008	100,00	266,00	132,99	147,72	...	140,03
IP4	Participação da produção industrial do interior no PIB industrial baiano <sup>(*) (1)</sup>	%	2008	56,80	70,00	77,82	77,67	...	-
IP5	Participação da produção industrial no PIB baiano <sup>(*) (1)</sup>	%	2008	24,30	27,00	22,06	20,53	20,71	-
IP6 <sup>(2)</sup>	Empreendimentos minerais regulamentados <sup>(**)</sup>	...	...	...	...	32	6	3	6
IP7 <sup>(2)</sup>	Empreendimentos de metalurgia implantados <sup>(**)</sup>	...	...	...	...	0	0	0	...
IP8 <sup>(2)</sup>	Empreendimentos de mineração implantados <sup>(**)</sup>	...	...	...	...	2	6	3	1
IP9 <sup>(2)</sup>	Empreendimentos industriais implantados <sup>(**)</sup>	Unid	2011	...	300	75	104	129	...
IP10 <sup>(2)</sup>	Implantação de infraestrutura em Distritos industriais <sup>(**)</sup>	km	2011	26,14	39,64	2,1	6,5	1	...
IP11 <sup>(2)</sup>	Projetos de pesquisa e avaliação mineral realizados <sup>(**)</sup>	...	...	...	42	12	10	10	10
IP12 <sup>(2)</sup>	Conservação de infraestrutura nos distritos industriais realizada <sup>(**)</sup>	km	2011	165,6	165,6	70,09	2	2,25	0

Fontes: SEI e SICM

**Notas:**<sup>(1)</sup> Valores em 2011, ano padrão da linha de base do PPA 2012-2015: IP4 - 78,41; IP5 - 23,76.<sup>(2)</sup> Indicadores acrescentados pela SICM, não constantes originalmente do PPA 2012-2015. Valores com frequência de apuração semestral.**Convenções:**

Traço - dado inexistente.

Três pontos - dado desconhecido.

O **Programa Indústria e Mineração** é voltado ao desenvolvimento de ações para atração de novos investimentos e para o fortalecimento dos setores semiestruturados da indústria e mineração baianos. O Programa é integrado por três compromissos, com destaque para o Compromisso 3, “disponibilizar linhas de financiamento destinadas a apoiar empresas industriais, contribuindo para o fortalecimento das atividades do setor industrial”, com participação de 41,45% nos recursos orçamentários do Programa, seguido pelo Compromisso 2, “desenvolver ações para atração de novos investimentos para o Estado”, com participação de 39,95%.

**IP1 - Variação anual do estoque de empregos formais na indústria de Transformação**

O IP1 está relacionado ao Compromisso 3, já referido, que registrou execução financeira média de 30,13% no quadriênio do PPA. A meta vinculada prevê “ampliar em 100% a oferta de crédito para o setor industrial”.

De acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), a indústria de transformação compreende as atividades que envolvem transformação física, química e biológica de materiais, substâncias e componentes para obter produtos novos. Ou seja, insumos produzidos nas atividades agrícolas, florestais, de mineração, pesca, ou produtos de outras atividades industriais, a exemplo de indústrias de produtos alimentícios, be-

bidas, cigarro, roupas, papel, combustível, eletrônicos, carros, móveis, etc. Consideram-se, também, como indústrias de transformação, as produções manuais e artesanais, além de empresas que renovam ou reconstituem produtos, como as de recauchutagem de pneus.

**IP2 - Variação anual do estoque de empregos formais na indústria extrativa mineral, IP3 - Evolução do Valor Adicionado da indústria extrativa mineral e IP3' - Variação anual da produção mineral baiana comercializada**

Os três indicadores estão vinculados ao Compromisso 1, “desenvolver o setor mineral com a identificação de novas reservas e atração de empreendimentos na área de mineração e metalurgia, potencializando o desenvolvimento social e econômico do Estado”, que participou com 18,60% dos recursos do Programa e apresentou grau de execução financeira média de 66,31% no quadriênio. A meta mais diretamente relacionada consiste em “aumentar a produção mineral baiana comercializada em 20% ao ano”.

A indústria extrativa trata da retirada da matéria-prima diretamente da natureza, ou seja, da coleta ou extração de recursos naturais do meio ambiente. Dentre os dois tipos de extrativismo existentes (vegetal e mineral), a indústria extrativa mineral, no Brasil, tem como principais representantes o minério de ferro, petróleo, ouro e bauxita.

**IP4 - Participação da produção industrial do interior no PIB industrial e IP5 - Participação da produção industrial no PIB baiano**

Ambos são indicadores vinculados ao Compromisso 3, já referido, e à meta consistente em “ampliar em 100% a oferta de crédito para o setor industrial”.

**IP6 - Empreendimentos minerais regulamentados, IP7 - Empreendimentos de metalurgia implantados, IP8 - Empreendimentos de mineração implantados e IP11 - Projetos de pesquisa e avaliação mineral realizados**

Todos esses indicadores estão relacionados ao Compromisso 1, já referido acima. O IP6 é vinculado à iniciativa de “regularização das atividades / empreendimentos minerais no Estado”; o IP7 e o IP8, à “atração de novos empreendimentos de mineração e metalurgia”; o IP11 à “elaboração de projetos de prospecção mineral”.

**IP9 - Empreendimentos industriais implantados, IP10 - Implantação de infraestrutura em Distritos industriais e IP12 - Conservação de infraestrutura nos distritos industriais realizada**

Indicadores relacionados ao Compromisso 2, “desenvolver ações para atração de novos investimentos para o Estado”, vinculam-se, respectivamente, o IP9 à meta de “atrair 300 empreendimentos industriais”; o IP10, à iniciativa de “implantação de infraestrutura nos distritos industriais”; e o IP12, à iniciativa de “conservação de infraestrutura nos distritos industriais”

PROGRAMA:		143 – COMÉRCIO E SERVIÇOS ESTRATÉGICOS							
Ementa: Desenvolver ações para atração de novos investimentos para o Estado e para o fortalecimento dos setores semiestruturados do comércio e de serviços estratégicos.									
Órgãos responsáveis: SICM (atual SDE) - SEFAZ									
Resultados no Período 2012/2015									
Indicador			Linha de Base <sup>(1)</sup>		Índice Esperado no PPA	Valores Apurados			
Código	Descrição	Unid.	Ano	Valor		2012	2013	2014	2015
I1P	Índice de expansão de postos de trabalho do setor de comércio	%	2010	8,69	9,00	10,20	14,80	9,25	7,29
I2P	Índice de expansão de postos de trabalho do setor de serviços	%	2010	8,86	9,00	14,90	17,40	12,91	10,74

Fontes: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) - Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Dados coletados pela SEL.

**Notas:**

<sup>(1)</sup> Valores em 2011, ano padrão da linha de base do PPA 2012-2015: IP1 - 9,1; IP2 - 8,7.

Convenções:  
Traço - dado inexistente.  
Três pontos - dado desconhecido.

O Programa Comércio e Serviços Estratégicos visa desenvolver ações para atração de novos investimentos para o Estado e para o fortalecimento dos setores semiestruturados do comércio e de serviços estratégicos. Integrado por oito Compromissos, absorveu 0,1% dos recursos orçamentários do PPA-2012-2015.

#### IP1 - Índice de expansão de postos de trabalho do setor de comércio

O indicador IP1 tem aderência mais efetiva com o Compromisso 9, consistente em “disponibilizar linhas de financiamento destinadas a apoiar empresas comerciais e de serviços, contribuindo para o fortalecimento das atividades do setor comercial e de serviços”, com participação de 77,26% nos recursos do Programa e grau de execução média de 46,09%. A meta vinculada prevê “ampliar em 100% a oferta de crédito para o setor comercial e de serviços”.

#### IP2 - Índice de expansão de postos de trabalho do setor de serviços

O IP2 está vinculado ao Compromisso 3, “estimular e apoiar o desenvolvimento do setor de serviços, objetivando sua estruturação e consequente ampliação da capacidade de geração de riqueza”, com participação de 0,30% dos recursos do Programa e grau de execução média de 51,85%. A meta mais diretamente relacionada consiste em “apoiar a criação de 04 programas de capacitação para o setor de serviços”.

PROGRAMA:		144 – MICROEMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE								
Ementa: Desenvolver ações de fomento às microempresas e empresas de pequeno porte em setores semiestruturados ou estruturados da indústria, comércio, serviço e mineração do Estado.										
Órgãos responsáveis: SAEB - SEC - SEFAZ - SETRE - SICM (atual SDE)										
Resultados no Período 2012/2015										
Indicador				Linha de Base		Índice Esperado no PPA	Valores Apurados			
Código	Descrição		Unid.	Ano	Valor		2012	2013	2014	2015
I1P	Saldo de Empregos Formais nas Micros e Pequenas Empresas <sup>(1)(2)(3)</sup>		Unid	2011	0,00	160.814,00	61.413	72.677	52.155	8.990
Fontes: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Dados analisados pela SEI.										

**Fontes:** Ministério do Trabalho e Empreg (MTE) - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Dados analisados pela SEI.

**Notas:**

<sup>(1)</sup> A definição utilizada de micro e pequenas empresas foi a do IBGE para os setores do comércio e serviços (0 a 49 empregados).

<sup>(2)</sup> Dados até novembro de 2015, com o ajuste das declarações realizadas fora do prazo até o mês de outubro.

<sup>(3)</sup> O valor da linha de base em 2011 é 84.692, conforme as bases de dados oficiais (CAGED).

Convenções:  
Traço - dado inexistente.  
Três pontos - dado desconhecido.

O **Programa Microempresa e Empresas de Pequeno Porte** busca desenvolver ações que contribuam para a geração de empregos e riquezas, assim como para a descentralização do desenvolvimento, por meio do fomento às micro e pequenas empresas que se constituem numa relevante fonte de renda. A criação de um ambiente favorável aos pequenos negócios, estimulando a competitividade, a redução da informalidade e o incentivo à inovação tecnológica é um dos focos da Administração Estadual.

O Programa é integrado por seis compromissos e participa com menos de 0,1% dos recursos do PPA 2012-2015. Destaca-se o Compromisso 5, consistente em “disponibilizar linhas de financiamento destinadas a apoiar microempresas e empresas de pequeno porte do Estado, contribuindo para o fortalecimento deste segmento”, responsável por 76,96% dos recursos do Programa e grau de execução média de 87,94%.

#### IP1 - Saldo de Empregos Formais nas Micros e Pequenas Empresas

O indicador IP1 possui vínculo com o Compromisso 4, consistente em “fortalecer o segmento das microempresas e empresas de pequeno porte para aumentar a competitividade, reduzir a informalidade, gerar novos empregos e facilitar o acesso ao crédito e a novos mercados”, que participa com 4,04% dos recursos do Programa e teve execução média de 58,44%.

O cálculo do saldo acumulado anual de empregos formais gerados pelas micro e pequenas empresas é obtido pela diferença entre o número de admitidos e desligados em cada ano.







ANEXO

1

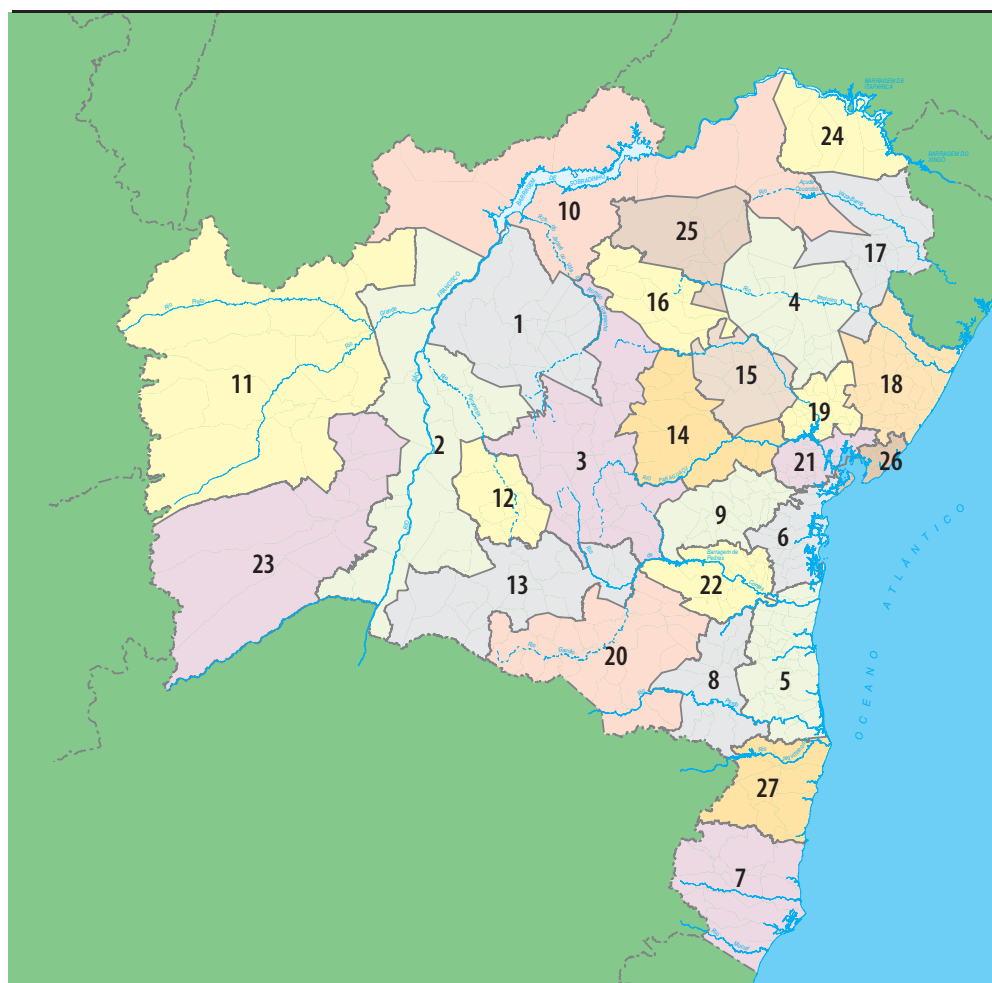
Execução Financeira  
por Território de  
Identidade  
**Ano 2015**





# MUNICÍPIOS POR TERRITÓRIO DE IDENTIDADE

Bahia, 2015



01 • Irecê	15 • Bacia do Jacuípe
02 • Velho Chico	16 • Piemonte da Diamantina
03 • Chapada Diamantina	17 • Semi-Árido Nordeste II
04 • Sisal	18 • Litoral Norte e Agreste Baiano
05 • Litoral Sul	19 • Portal do Sertão
06 • Baixo Sul	20 • Vitória da Conquista
07 • Extremo Sul	21 • Recôncavo
08 • Médio Sudoeste da Bahia	22 • Médio Rio de Contas
09 • Vale do Jiquiriçá	23 • Bacia do Rio Corrente
10 • Sertão do São Francisco	24 • Itaparica
11 • Bacia do Rio Grande	25 • Piemonte Norte do Itapicuru
12 • Bacia do Paramirim	26 • Metropolitana de Salvador
13 • Sertão Produtivo	27 • Costa do Descobrimento
14 • Piemonte do Paraguaçu	

Fonte: SEI, 2013

**PPA 2012-2015: EXECUÇÃO FINANCEIRA POR TERRITÓRIO DE IDENTIDADE - EXERCÍCIO 2015**

CLASSIFICADA POR % LIQUIDADO DO ORÇADO ATUAL

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE Nome do Território	Orçado Atual (A)	Empenhado (B)	Liquidado (C)	Pago (D)	Percentual %(C/A)
<b>Estado</b>	<b>23.108.112.887,77</b>	<b>21.488.172.985,51</b>	<b>20.836.862.399,95</b>	<b>20.421.812.516,14</b>	<b>90,17%</b>
Itaparica	37.056.917,94	26.067.701,76	26.067.535,75	25.732.375,99	70,34%
Bacia do Jacuípe	86.407.830,91	60.843.524,95	60.073.532,61	59.725.749,05	69,52%
Baixo Sul	36.204.688,23	24.442.388,66	24.442.388,66	24.420.858,78	67,51%
Sisal	185.734.860,89	133.116.487,09	122.554.572,96	114.127.546,40	65,98%
Litoral Norte e Agreste Baiano	46.849.826,95	31.148.157,53	30.253.567,61	30.116.281,63	64,58%
Recôncavo	91.042.611,57	58.550.892,82	58.542.060,62	58.157.935,40	64,30%
Vale do Jiquiricá	40.503.456,15	26.475.669,85	25.925.669,85	25.600.227,73	64,01%
Extremo Sul	48.517.622,04	29.273.698,16	29.212.118,20	29.132.747,27	60,21%
Velho Chico	81.383.230,45	48.883.265,91	48.674.392,89	48.644.922,38	59,81%
Irecê	68.165.371,69	40.891.597,31	39.792.812,55	39.482.203,41	58,38%
Médio Sudoeste da Bahia	20.072.564,48	11.634.383,42	11.482.897,69	11.346.679,86	57,21%
Bacia do Paramirim	17.704.442,17	10.188.910,69	10.006.810,69	9.971.267,27	56,52%
Sertão Produtivo	100.574.117,98	57.090.335,94	55.906.629,56	55.422.852,92	55,59%
Sertão do São Francisco	66.137.316,61	36.643.593,66	35.871.203,20	35.242.649,16	54,24%
Chapada Diamantina	99.747.621,97	55.060.471,18	53.829.497,66	52.813.904,06	53,97%
Médio Rio de Contas	43.678.142,59	23.716.524,14	23.249.160,93	23.219.278,53	53,23%
Piemonte Norte do Itapicuru	63.834.004,98	33.549.814,96	33.005.540,06	32.589.018,97	51,71%
Costa do Descobrimento	32.355.854,66	16.302.257,10	16.245.729,01	15.989.162,82	50,21%
Piemonte da Diamantina	41.325.052,36	20.984.402,20	20.717.036,57	20.609.479,86	50,13%
Portal do Sertão	286.426.172,22	144.796.485,95	142.296.833,81	141.634.023,47	49,68%
Piemonte do Paraguaçu	65.140.897,50	30.318.465,79	29.726.994,29	29.659.647,69	45,63%
Vitória da Conquista	294.063.137,41	127.917.246,42	122.546.359,18	122.202.612,85	41,67%
Litoral Sul	226.984.375,03	85.120.485,41	84.900.519,06	84.663.803,16	37,40%
Bacia do Rio Grande	124.565.422,94	47.258.745,40	44.919.196,32	44.705.354,88	36,06%
Metropolitano de Salvador	4.522.491.600,93	1.610.661.364,90	1.582.885.465,85	1.576.265.340,64	35,00%
Bacia do Rio Corrente	63.907.608,01	22.010.243,57	21.066.882,34	21.066.882,34	32,96%
Semiárido Nordeste II	142.494.551,75	57.358.547,81	46.076.364,90	45.329.337,72	32,34%
<b>Total Geral</b>	<b>30.041.482.188,18</b>	<b>24.358.478.648,09</b>	<b>23.637.134.172,77</b>	<b>23.199.684.660,38</b>	<b>78,68%</b>

Fontes: FIPLAN em 11/01/2016

